

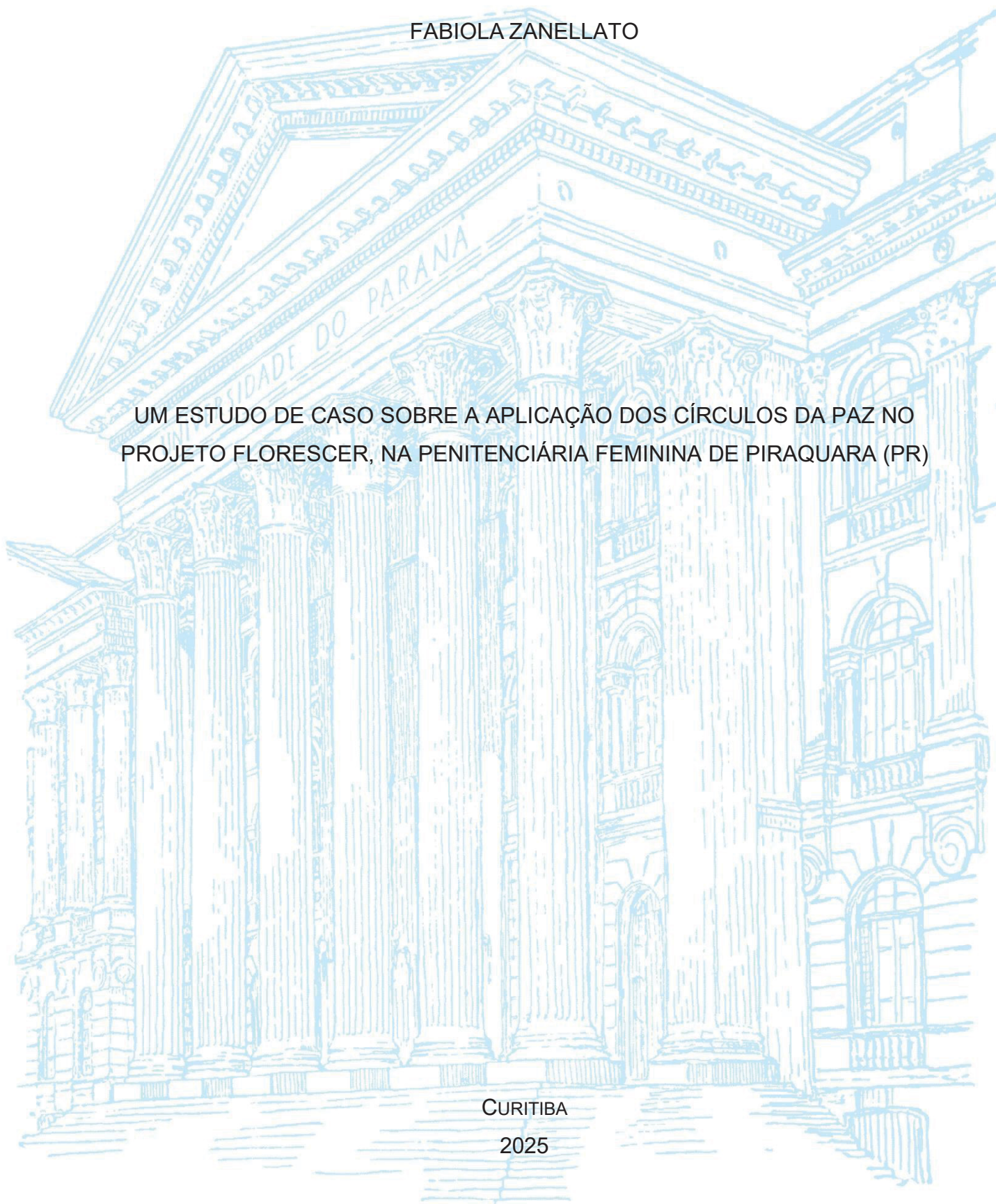
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIOLA ZANELATO

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO
PROJETO FLORESCER, NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAQUARA (PR)

CURITIBA

2025



FABIOLA ZANELATO

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO
PROJETO FLORESCER, NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAQUARA (PR)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino

Coorientador: Prof. Dr. Jaime Santos Junior

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Zanellato, Fabíola

Um estudo de caso sobre a aplicação dos círculos da paz no Projeto Florescer, na Penitenciária Feminina de Piraquara (PR). / Fabíola Zanellato. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino.

Coorientador: Prof. Dr. Jaime Santos Júnior

1. Justiça restaurativa. 2. Prisão. 3. Remição (Direito penal). 4. Cidadania. 5. Educação. I. Giamberardino, André Ribeiro, 1984-. II. Santos Júnior, Jaime, 1979-. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FABIOLA ZANELATO**, intitulada: **UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO PROJETO FLORESCER, NO PRESÍDIO FEMININO DE PIRAQUARA (PR)**, sob orientação do Prof. Dr. **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica

25/04/2025 12:44:45.0

ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/04/2025 14:05:23.0

PAULA INEZ CUNHA GOMIDE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/05/2025 11:00:30.0

VICTOR NEIVA E OLIVEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/04/2025 12:46:47.0

CLARA MARIA ROMAN BORGES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ -
DEPARTAMENTO DE DIREITO)

Assinatura Eletrônica

25/04/2025 12:46:29.0

AKNATON TOCZEK SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocio@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 445060

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 445060



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

ERRATA:

Informamos que houve um erro no título do trabalho da doutoranda e consequentemente erro na Ata de defesa e Termo de Aprovação.

No item: ATA DE DEFESA

- Onde se lê:

[...] ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM SOCIOLOGIA No dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco às 09:00 horas, na sala 914, Pedro Bodê e Plataforma Teams, Prédio D. Pedro I, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **FABIOLA ZANELATO**, intitulada: **UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO PROJETO FLORESCER, NO PRESÍDIO FEMININO DE PIRAQUARA (PR)**, sob orientação do Prof. Dr. **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO**. [...]

- Leia-se:

[...] ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM SOCIOLOGIA No dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco às 09:00 horas, na sala 914, Pedro Bodê e Plataforma Teams, Prédio D. Pedro I, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **FABIOLA ZANELATO**, intitulada: **UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO PROJETO FLORESCER, NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAQUARA (PR)**, sob orientação do Prof. Dr. **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO**. [...]

No item: TERMO DE APROVAÇÃO

- Onde se lê:

[...] Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FABIOLA ZANELATO**, intitulada: **UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO PROJETO FLORESCER, NO PRESÍDIO FEMININO DE PIRAQUARA (PR)**, sob orientação do Prof. Dr. **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. [...]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

· **Leia-Be:**

[...] Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FABIOLA ZANELATO**, intitulada: **UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS DA PAZ NO PROJETO FLORESCER, NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAQUARA (PR)**, sob orientação do Prof. Dr. **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. [...]

(Documento assinado digitalmente)
 **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO**
E-MAIL: OR/01/UCO25 1824-25-0000
Verifique em <https://validar.dig.br>

Prof. Dr. ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO
Presidente da Banca de defesa

(Documento assinado digitalmente)
 **LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI**
E-MAIL: OR/01/UCO25 082620-0000
Verifique em <https://validar.dig.br>

Prof.^a Dr.^a LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI
Coordenadora em exercício do Programa
de Pós-graduação em Sociologia

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sempre incondicionalmente, a Deus, pela minha trajetória de vida, por todos os caminhos que percorri até aqui, simplesmente obrigada!

Aos meus queridos pais, Lucimara e Oldilar (*in memoriam*), este que faleceu na metade do percurso deste doutoramento, e à minha querida avó paterna, Eleonora (*in memoriam*), que também cumpriu a sua jornada na reta final da minha pesquisa. Ambos se orgulhavam muito de mim, e as lembranças de afeto e carinho me deram forças para prosseguir.

Gratidão especial ao meu querido esposo, Josemar, por todo amor e apoio incondicional, mesmo nas horas mais difíceis, sempre compreensivo, e com bom ânimo e escuta.

Aos meus filhos, Matheus e Rayana, que me proporcionaram sentir o maior amor do mundo e me ensinaram também que todos somos falíveis e vulneráveis, mas ainda assim sempre estiveram me apoiando.

Agradeço, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. André Giamberardino, com muita admiração por sua orientação, pelo compartilhamento de informações e por sua compreensão com as minhas falhas.

Agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Jaime Santos Junior, também com admiração, por ter aceitado o meu convite para me auxiliar nesta pesquisa contribuindo com o seu olhar mais apurado da sociologia. Gratidão também por sua compreensão, paciência e escuta.

Agradeço ainda a todos os colegas do Labet, pelo acolhimento e pela troca de informações que contribuíram para o melhoramento da minha pesquisa. Agradeço, em especial, aos amigos Bruno Zavataro (*in memoriam*); Pamela Gracia Paiva; Rafaela Stresser; Cristina Homma; Antônio Miranda; Priscilla Cidral e João Batista Nascimento por todo afeto e companheirismo.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação, também com muita admiração por todos, pelo compartilhamento dos seus saberes científicos que contribuíram para a minha pesquisa.

Agradeço ainda à secretaria da pós-graduação, em nome de Kantiano e Luciane, por toda atenção e prontidão com que sempre me atenderam.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Fundação Araucária – Parcerias Estratégicas nos Estados III) pelo financiamento da bolsa.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com esta pesquisa. Agradeço à direção do Centro de Integração Social (CIS), à Adriana Accioly Massa pelo acolhimento, e a todas as entrevistadas pelo compartilhamento de suas histórias de vida.

“não é possível estar no mundo, com o mundo e com os outros, sem estar tocados por uma certa compreensão de nossa própria presença no mundo.

Vale dizer, sem uma certa inteligência da História e de nosso papel nela”

(Freire, 2000, p. 125).

RESUMO

O trabalho que se apresenta a seguir tem como título “Um estudo de caso sobre a aplicação dos círculos da paz no Projeto Florescer na Penitenciária Feminina de Piraquara (PR)”. A pesquisa de campo utilizou o método da observação participante, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas com dez participantes do Projeto Florescer. O estudo de campo descreve o que é esse projeto, qual foi o propósito da sua criação, bem como apresenta os resultados da experiência contada pelas mulheres encarceradas após participarem dos círculos de construção da paz. O estudo apresenta também as narrativas biográficas das participantes, que contam as suas experiências pretéritas de desvios e crimes, bem como suas percepções atuais e perspectivas de vida futura fora da unidade prisional. A penitenciária feminina pesquisada é uma Unidade de Progressão para Mulheres que cumprem a pena no regime fechado com a possibilidade de estudo, trabalho e cursos profissionalizantes no período integral, no qual as atividades visam à promoção do tratamento mais humanizado da pena. A pesquisa traz novas discussões que se apresentam para solucionar velhos problemas referentes à superlotação do sistema penitenciário. O estudo observa como as práticas dos círculos de construção da paz, enquanto técnica de justiça restaurativa, podem auxiliar a cultura da não violência, na promoção de cidadania e reconhecimento social das mulheres que cumprem pena no regime fechado. Para se chegar aos resultados, será percorrida uma jornada de sete capítulos que se alternarão entre teoria e prática para compreender como acontecem as mudanças na ambiência nessa penitenciária feminina dando lugar a cultura da não violência e a reintegração social dessas mulheres encarceradas, bem como investiga como a prática dos círculos de construção da paz podem contribuir para melhorar o cenário negativo da política penitenciária brasileira, que se encontra em situação de “estado de coisas inconstitucional”. O projeto de pesquisa da tese foi aprovado pelo Comitê de Ética¹ da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Palavras-chave: Círculos de construção da paz; justiça restaurativa; penitenciária; remição; pena; educação; cidadania; reconhecimento; subjetividade; alteridade.

¹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná, sob o n. 5.882.358.

ABSTRACT

The work presented below is "A Case Study on the Application of Peace Circles in the Florescer Project at the Women's Penitentiary of Piraquara, in Paraná". The field research employed the participant observation method, along with semi-structured interviews conducted with 10 participants of the "Florescer Project". The field study describes the project itself, the purpose of its creation, and presents the results of the experience as reported by the incarcerated women after participating in the peacebuilding circles. Moreover, the study provides the biographical narratives of the participants, detailing their past experiences with deviance and crime, as well as their current perceptions and future life prospects beyond prison unit. The women's penitentiary examined in this study is a Progression Unit for women serving sentences under a closed conditions, with the opportunity for full-time study, employment, and vocational training. These activities are designed to promote a more humane approach to serving a sentence. The research introduces new discussions aimed at addressing longstanding issues related to prison overcrowding. Furthermore, the study analyzes how peacebuilding circle practices, as a restorative justice technique, can contribute to fostering a culture of nonviolence, promoting citizenship, and enhancing social recognition for women serving sentences in a closed conditions. To arrive at these results, a seven-chapter review will be necessary, alternating between theory and practice, to understand how changes occur in the women's penitentiary environment, giving rise to a culture of non-violence and the social reintegration of these incarcerated women. It will also investigate how the practice of peacebuilding circles can contribute to improving the negative scenario of Brazilian penitentiary policy, which is in a situation of "unconstitutional state of affairs". The doctoral research project was approved by the Ethics² Committee of the Federal University of Paraná (UFPR).

Keywords: Peacebuilding circles; restorative justice; penitentiary; sentence reduction; penalty; education; citizenship; recognition; subjectivity; otherness.

² Research approved by the Ethics Committee of the Federal University of Paraná, under no.5.882.358.

RESUMEN

El trabajo que se presenta a continuación es “Un Estudio de Caso sobre la Aplicación de los Círculos de Paz en el Proyecto Florescer en el Centro Penitenciario Femenino de Piraquara, en Paraná”. La investigación de campo utilizó el método de observación participante, así como la aplicación de entrevistas semiestructuradas con 10 participantes del “Proyecto Florescer”. El estudio de campo describe qué es este proyecto, cuál fue el propósito de su creación y presenta los resultados de la experiencia narrada por las mujeres encarceladas tras participar en los círculos de construcción de paz. El estudio presenta las narrativas de las participantes, quienes relatan sus experiencias pasadas de transgresiones, así como sus perspectivas de vida futura fuera del centro penitenciario. La penitenciaría de mujeres investigado es una Unidad de Progresión para mujeres que cumplen su condena en régimen cerrado, con la posibilidad de estudiar, trabajar y realizar cursos de formación profesional a tiempo completo. La investigación trae a colación nuevas discusiones que surgen para abordar viejos problemas relacionados con la superpoblación del sistema penitenciario. El estudio analiza cómo las prácticas de los círculos de construcción de paz, como técnica de justicia restaurativa, pueden contribuir a una cultura de no violencia, a promover la ciudadanía y el reconocimiento social de las mujeres que cumplen condena en regímenes cerrados. Para llegar a los resultados, será necesario un recorrido de siete capítulos que alternarán entre la teoría y la práctica para comprender cómo ocurren los cambios en el entorno de la penitenciaría de mujeres, dando lugar a una cultura de la no violencia y a la reinserción social de estas mujeres encarceladas, además de investigar cómo la práctica de los círculos de construcción de paz puede contribuir a mejorar el escenario negativo de la política penitenciaria brasileña, que se encuentra en una situación de “estado de cosas inconstitucional”. El proyecto de investigación de la tesis fue aprobado por el Comité de Ética³ de la Universidad Federal de Paraná.

Palabras clave: Círculos de construcción de paz; justicia restaurativa; penitenciaría; redención de pena; educación; ciudadanía; reconocimiento; subjetividad; alteridad.

³ Investigación aprobada por el Comité de Ética de la Universidad Federal de Paraná, bajo el n. 5.882.358.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016.....	21
Figura 2 – Dados nacionais de jovens encarcerados	23
Figura 3 – Dados mulheres jovens presas em Piraquara (PR).....	23
Figura 4 – Quadro valores justiça retributiva x justiça restaurativa.....	46
Figura 5 – Quadro procedimentos justiça retributiva x justiça restaurativa.....	47
Figura 6 – Quadro resultados justiça retributiva x justiça restaurativa.....	47
Figura 7 – Quadro efeitos para a vítima na justiça retributiva x justiça restaurativa.....	48
Figura 8 – Quadro efeitos para o infrator na justiça retributiva x justiça restaurativa.....	48
Figura 9 – Quadro relatório “Pilotando a justiça restaurativa no Brasil”.....	51
Figura 10 – Exemplos de sentimentos no círculo da paz.....	52
Figura 11 – Exemplo de valores e combinados no círculo da paz.....	53
Figura 12 – Exemplos de perguntas para se fazer num círculo.....	55
Figura 13 – Exemplos de sentimentos no final de um círculo.....	55
Figura 14 – Imagem da entrada do CIS.....	61
Figura 15 – Imagem dos fundos do CIS.....	61
Figura 16 – Imagem palestra sobre cuidados com a saúde.....	62
Figura 17 – Imagem desenhos das dinâmicas.....	91
Figura 18 – Registro da dinâmica sobre os rótulos e julgamentos.....	92
Figura 19 – Registro desenho árvore dos sonhos de uma participante.....	99
Figura 20 – Registro último dia Jornada Florescer.....	108
Figura 21 – Registro entrega certificados – 4. ^a Turma – Projeto Florescer.....	110
Figura 22 – Cartão lembrança feito por uma participante	133
Figura 23 – Quadro comparativo cidadania x direito penal.....	158
Figura 24 – Quadro sentimentos e emoções expressados pelas participantes.....	167
Figura 25 – Carta poema “A flor da cebolinha e eu”.....	171

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Roteiro das entrevistas	197
Anexo B – Termo de consentimento	200
Anexo C – Aprovação Comitê de Ética UFPR	203
Anexo D – Parecer consubstanciado do CEP	204
Anexo E – Ofício pedido de autorização.....	208
Anexo F – Termo de autorização da penitenciária.....	211
Anexo G – Divulgação formatura de cursos.....	212
Anexo H – Divulgação atendimento médico	217
Anexo I – Cartilha Centro de Integração Social (CIS).....	218
Anexo J – Relatório “Pilotando a justiça restaurativa no Brasil”	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental

CF – Constituição Federal

CIS – Centro de Integração Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNV – Comunicação não violenta

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

CP – Código Penal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FNSP – Fórum Nacional de Segurança Pública

Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

GMF – Grupos de Monitoramento e Fiscalização

JR – Justiça restaurativa

LEP – Lei de Execução Penal

PPL – Presa Privada de Liberdade

PR – Paraná

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STF – Supremo Tribunal Federal

Sinajuve – Sistema Nacional da Juventude

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJ – Tribunal de Justiça

UP – Unidade de Progressão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
Parte I	
CAPÍTULO 1.....	35
1.1 Metodologia.....	35
1.2 Objeto da pesquisa de campo.....	35
1.2.1 Local.....	36
1.2.2 Estrutura do local.....	36
1.2.3 Perfil das entrevistadas	36
1.2.4 Procedimento metodológico.....	36
1.3 Método.....	37
1.3.1 Entrevistas semiestruturadas.....	38
1.3.2 Local das entrevistas.....	39
1.3.3 Estudo de caso.....	41
CAPÍTULO 2.....	44
2.1 Justiça restaurativa.....	44
2.1.1 Noções de justiça restaurativa.....	44
2.2 Justiça restaurativa no Brasil: teoria e prática” aplicadas de formas diferentes	49
2.3 Exemplo de roteiro de uma dinâmica de um círculo de construção da paz....	52
2.3.1 Materiais usados durante a dinâmica de círculo de justiça restaurativa	54
2.3.2 Elementos essenciais na construção do círculo.....	56
2.3.3 Peça de centro.....	56
2.3.4 Diretrizes e objeto da palavra.....	57
2.3.5 Cerimônia de fechamento.....	57
2.4 Papel do facilitador em um círculo.....	58
2.4.1 A formação e a atuação do facilitador de justiça restaurativa.....	58
CAPÍTULO 3.....	60
3.1 Modelo CIS x “estado de coisas inconstitucional”	60
3.2 Projeto Florescer: proposta de unidade prisional feminina humanizada.....	60
3.3 Conhecendo a dinâmica do círculo da Jornada Florescer.....	63
3.4 CIS, uma Unidade de Progressão Humanizada diferente do método Apac.....	65

Parte II

CAPÍTULO 4.....	69
4.1 Campo.....	69
4.1.1 Considerações iniciais sobre o campo.....	69
4.2 Primeiro dia no campo da Jornada Florescer	70
4.2.1 Estrutura da sala.....	72
4.3 Observação participante decidida no primeiro dia de campo	72
4.4 Contando a história sobre o CIS e o Projeto Florescer.....	73
4.4.1 Discurso sobre a justiça restaurativa e a Jornada Florescer.....	74
4.4.2 Discurso sobre autoconhecimento e reflexão.....	74
4.4.3 Discurso sobre a proposta de humanização da pena.....	75
4.5 Orientações sobre a dinâmica dos círculos da Jornada Florescer.....	76
4.5.1 Dinâmica dos bichinhos de pelúcia.....	78
4.6 Montagem dos objetos de centro.....	78
4.6.1 Objeto da fala.....	79
4.6.2 Hora do lanche com patrocínio da facilitadora.....	81
4.6.3 Diretrizes e valores.....	81
4.6.4 Caixa de sucatas	82
4.6.5 Encerramento do primeiro encontro (<i>check-out</i>)	84
4.7 Segundo encontro Jornada Florescer.....	85
4.7.1 Entrando no Espaço do Saber.....	87
4.7.2 Rodada de reflexões sobre a comunicação não violenta.....	88
4.7.3 Complete o desenho.....	90
4.7.4 Rótulos e julgamentos.....	92
4.8 Terceiro encontro Jornada Florescer	93
4.8.1 Dinâmica das qualidades.....	95
4.8.2 Árvore da vida.....	96
4.8.3 Círculo dos sonhos.....	97
4.9 Último dia do curso e entrega dos certificados.....	100
4.9.1 Dança das cadeiras com falas positivas e elogios	102
4.9.2 Contando as histórias no futuro.....	104
4.9.3 Sentimentos declarados pelas participantes ao final da Jornada Florescer.....	105
4.9.4 Homenagem da participante que fez o poema “A flor da cebolinha e eu”	106

4.9.5 Negociação das entrevistas individuais	109
4.9.6 Entrega dos certificados	109
4.10 Burocracias para concessão de remições.....	111
4.11 Percepções do campo sobre a justiça restaurativa x círculos da paz.....	112
CAPÍTULO 5.....	115
5.1 Entrevistas.....	115
5.2 Preparando o campo das entrevistas.....	115
5.3 Conhecendo as entrevistadas.....	117
5.3.1 Entrevistada Giovana, 20 anos.....	117
5.3.2 Entrevistada Andréia, 23 anos.....	123
5.3.3 Entrevistada Karla, 28 anos.....	128
5.3.4 Entrevistada Glória, 32 anos.....	134
5.3.5 Entrevistada Laura, 39 anos.....	137
5.3.6 Entrevistada Vânia, 42 anos	139
5.3.7 Entrevistada Simone, 46 anos.....	142
5.3.8 Entrevistada Terezinha, 52 anos.....	146
5.3.9 Entrevistada Ângela, 61 anos.....	148
5.3.10 Entrevistada Dalva, 62 anos.....	151
5.4 Considerações sobre a exclusão social das entrevistas.....	153
5.5 Efetividade dos direitos e cidadania para as mulheres encarceradas no CIS.....	158
CAPÍTULO 6.....	164
6.1 Jornada Florescer é uma terapia?.....	164
6.2 “Achei que seria alguma terapia de grupo” (Karla, 28 anos)	165
Parte III	
CAPÍTULO 7.....	173
7.1 Discurso restaurativo x manutenção do poder disciplinar.....	173
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS.....	188
ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	198
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO (CEP).....	201
ANEXO C – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA UFPR	204
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	205
ANEXO E – OFÍCIO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.....	209

ANEXO F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PENITENCIÁRIA.....	211
ANEXO G – DIVULGAÇÃO FORMATURA DE CURSOS.....	212
ANEXO H – DIVULGAÇÃO ATENDIMENTO MÉDICO	217
ANEXO I – CARTILHA CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS).....	218
ANEXO J – RELATÓRIO “PILOTANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL”	243

1 INTRODUÇÃO

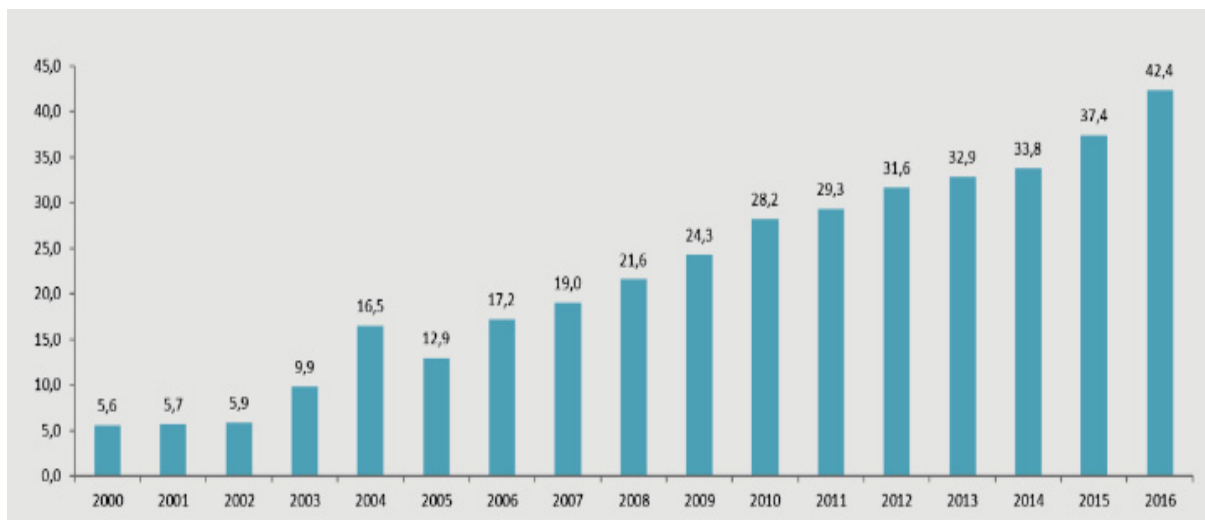
A atual situação do sistema penitenciário brasileiro é caótica e preocupante, basta observar as estatísticas da política de encarceramento no país para chegarmos a essa conclusão. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2023), até dezembro de 2022 o Brasil contabilizava uma população prisional de 832.295. Nesse total estavam incluídas as pessoas presas nos regimes fechado, semiaberto e aberto, em medida de segurança e também os que estavam em tratamento ambulatorial (aqueles considerados inimputáveis por doenças psiquiátricas). Nesse levantamento foram contabilizadas também as pessoas que estão também em prisão domiciliar, com e sem tornozeleira.

Com os números de aprisionados tão altos, o Brasil é elevado à terceira posição entre os países que mais encarceram no mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos (EUA) e da China, com 2,1 milhões e 1,7 milhão, respectivamente, segundo o World Prison Brief, levantamento mundial sobre dados prisionais realizado pelo Institute for Crime & Justice Research (ICPR) e pela Birkbeck University of London (conectas.org).

Estatísticas da política do encarceramento só de “mulheres” no Brasil

Com relação ao encarceramento só de mulheres, de acordo com os mesmos dados do Sistema Nacional de Informações Penais (Sisdepen), até dezembro de 2022 o Brasil contabilizava um total de 45.259 presas, ocupando a terceira maior população carcerária feminina em termos mundiais, atrás dos Estados Unidos, com 211 mil, e da China, com 145 mil.

Os dados sobre o encarceramento feminino são ainda mais expressivos quando comparados anualmente, como se observa no gráfico apresentado no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres (2017), que apresentou um aumento de 656% entre os anos de 2000 e 2016, quando a população prisional feminina havia atingido a marca de 42 mil.

Figura 1 – Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016

Fonte: Santos; Rosa, 2017, p. 15.

Perfil sociodemográfico da população carcerária feminina

Outro estudo realizado também pelo Infopen sobre o perfil sociodemográfico da população carcerária feminina entre os anos de 2006 e 2014 apurou que, do total do número de mulheres encarceradas, cerca de 50% tinham entre 18 e 29 anos e 67% eram mulheres negras, um quadro caótico que ainda permanece semelhante, segundo levantamentos mais recentes⁴.

O aumento de mulheres jovens presas pelo crime de tráfico de drogas tem sido preocupante, segundo o pesquisador Marcos Moura (2019), do Departamento Penitenciário Nacional, esse crescente aumento é um fenômeno que tende a retroalimentar o sistema carcerário. “A situação carece urgentemente de políticas públicas que atendam as normativas determinadas no Estatuto da Juventude⁵ Lei 12.852/13 (Brasil, 2013)”, essa atenção especial com esse público jovem segundo

⁴ Dados de 2023 do Fórum Brasileiro de Segurança apontam que “a população prisional segue sendo majoritariamente negra, com 69,1% e 29,7% são brancos” (Fórum, 2023).

⁵ O Estatuto da Juventude, conforme mencionou Moura (2019), é uma lei que foi criada em 2013 para atender a jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. A lei é bastante garantista, mas na prática não é eficaz, porque não atende àquilo que se propôs. Os artigos 7.º e 9.º do Estatuto da Juventude expressamente asseguram direitos à educação básica obrigatória e gratuita, direitos à educação de qualidade com a promoção de educação profissional e tecnológica articulada com trabalho, ciência e tecnologia; já o artigo 14.º prevê garantias a iniciativas que promovam a profissionalização, o trabalho e a renda adequados com a proteção social. E ainda, para termos de argumento, o artigo 37.º orienta iniciativas que devem proporcionar para os jovens uma vida em ambiente sem violência, com garantia da sua incolumidade física, promovendo ainda a igualdade de oportunidades e facilidades para o aperfeiçoamento intelectual, cultural e social dos jovens, conforme a Lei n. 12.852/13 (Brasil, 2013).

Moura “pode significar um divisor de águas para mudar o rumo de jovens que estão buscando no tráfico uma forma de subsistência e reconhecimento social” (Moura, 2019).

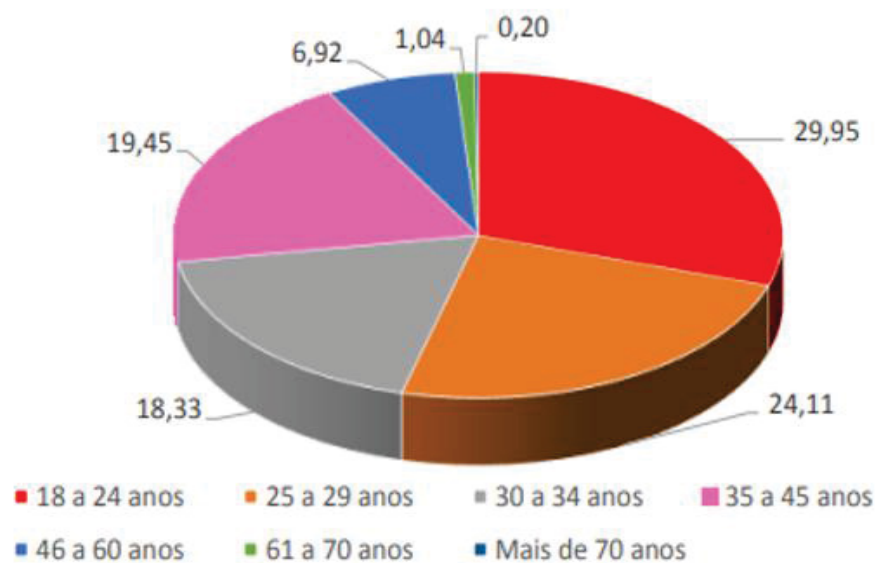
O Estatuto da Juventude tem se mostrado “letra morta”, porque é apenas uma lei simbólica⁶ que não tem efetividade. Pois na prática o que se vê o aumento do encarceramento de pessoas jovens, pobres e negras. Segundo Vera Andrade (2003, p. 26) essa seletividade subsiste, “como lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, mas extrapola a seleção de classe, de gênero e étnica [...]”.

Essa seletividade do direito penal é um problema antigo que se repete atualmente. Essa constatação pode ser observada no artigo de Karen Machado Duarte e Mauro Meireles (2015) sobre a educação prisional, publicado na obra *Cidadania e Direitos Humanos*. Os autores relatam que em 2012 cerca de 70% dos jovens encarcerados não possuíam ensino fundamental completo. Duarte e Meireles (2015) também revelam que o problema de encarceramento de jovens negros é antigo, com base nos dados do Ministério da Justiça de 2006, cuja estatística já apontava que na maioria dos presos (60% tinham entre 18 e 29 anos e com nível de reincidência⁷ de 50 a 80% do total dos encarcerados já se observava o racismo, tendo em vista que a maioria (65%), já naquela época, era de pessoas negras e pardas.

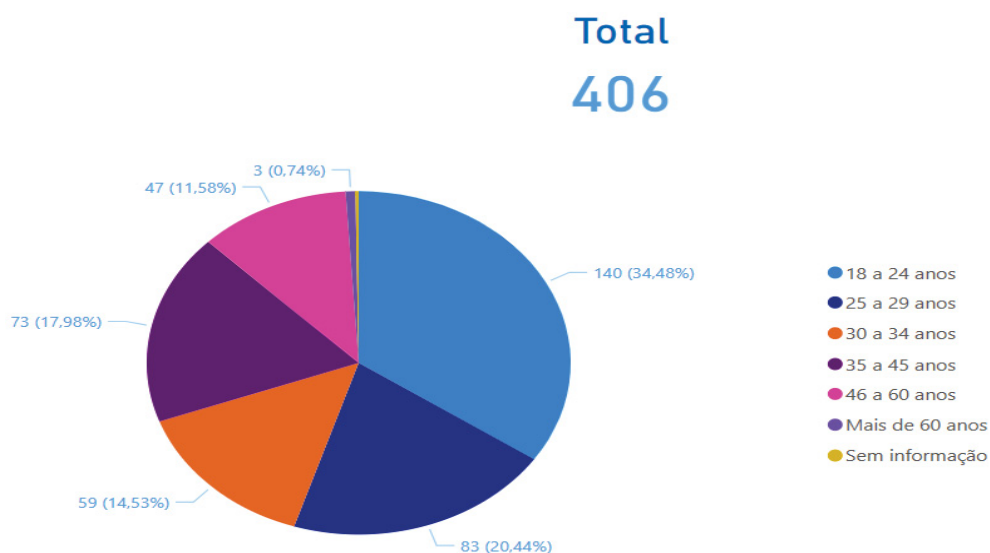
Os problemas de ontem são os mesmos de hoje. Na ilustração abaixo é possível ver melhor a dimensão do problema que ainda persiste. A parte vermelha corresponde aos jovens entre 18 e 24 anos, e a fração laranja representa os jovens de 25 a 29 anos. Quando somadas, as duas partes correspondem a 54,06% do total de todos os presos em todo o Brasil.

⁶ “a Legislação Simbólica se propõe apenas a dar uma resposta a sociedade, sem fazer nada efetivamente” (Lanza, 2012, p. 79).

⁷ Para Michel Foucault (1987, p. 292-293) “as prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável [...]. A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos”.

Figura 2 – Dados nacionais de jovens encarcerados

Fonte: Santos; Rosa, 2017

Figura 3 – Dados mulheres jovens presas em Piraquara (PR)

Fonte: Santos; Rosa, 2017

Os dados na figura acima, nos recortes marcados nas cores de azul claro e no tom mais escuro de azul, referem-se, respectivamente, à porcentagem de jovens presas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos na Penitenciária feminina de Piraquara, na

Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. A somatória do número de jovens presas chega a 54%, uma porcentagem que está em consonância com os dados nacionais mostrados na Figura 2.

A falta de oportunidades e de políticas públicas tem atraído cada vez mais os jovens para o tráfico de drogas. Essa é uma constatação do sociólogo francês Michel Kokoreff (2015) que, desde a década de 1990, vem pesquisando o comportamento dos jovens que buscam o mercado⁸ das drogas. Em estudos, ele observou que esses jovens possuem em comum a exclusão social e a invisibilidade.

A situação é ainda mais desumana para as pessoas negras e pobres, conforme as estatísticas nesse tópico sobre o perfil sociodemográfico, 67% das mulheres encarceradas são negras e vulnerabilizadas. Juliana Borges (2019) denuncia em sua obra *Encarceramento em massa* o viés punitivista e racista que hoje caracteriza o sistema judiciário e prisional brasileiro. De acordo com Borges (2019, p. 20), as mulheres negras são as mais vulnerabilizadas em todos os setores sociais e econômicos e, são as mais afetadas com a precarização do trabalho⁹, por isso se sujeitam aos trabalhos ilícitos como o tráfico de drogas pela necessidade de sustentar os filhos, estas mulheres vulnerabilizadas são as que mais sofrem discriminação e abusos violência¹⁰ doméstica-sexual.

⁸ Estudos apontam que os jovens que são atraídos para esse mercado do tráfico não se dão conta de que estão oferecendo uma mão de obra sujeitada a uma superexploração da força de trabalho, e relembram que é o fluxo da própria dinâmica do mundo do trabalho e do projeto neoliberal, de acordo com as particularidades da condição de capitalismo dependente do Brasil, como mostram Costa, Mendes e Guedes (2021).

⁹ Para Heleieth Saffioti (1976, p. 35), preconceito e discriminação sempre assombraram as mulheres das classes populares, que sempre tiveram que enfrentar adversidades para conseguir uma colocação no mercado de trabalho. “No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara o plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção”.

¹⁰ Um levantamento revelou que, no Brasil, as mulheres representam 75% das vítimas de violência física e sexual, sendo as pretas e pardas as mais afetadas. Em algumas regiões do país, elas enfrentam mais que o dobro do risco de sofrer algum tipo de violência em comparação com as mulheres brancas. O estudo foi realizado com mais de 1 milhão de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, abrangendo o período de 2015 a 2022. É importante ressaltar que esses dados se referem às mulheres que buscaram atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), os dados foram divulgados pela Associação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo, 2023).

Essas mulheres encarceradas, em sua maioria jovens, foram negligenciadas (Brasil, 1990)¹¹ por suas famílias e pelo poder público, que deveria ter propiciado proteção, cuidados, assistência social e formação técnica profissionalizante. Para Jessé de Souza (2009), a população carcerária vive em extrema situação de miserabilidade, lhes faltando inclusive a dignidade humana. O autor reforça que o Estado foi omisso em negligenciar a assistência social, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, conforme o art. 6.º da Constituição Federal da República do Brasil¹².

Para Jessé de Souza (2009), essas pessoas invisibilizadas, tratadas como ‘a ralé brasileira’ compreendem a “classe de indivíduos” que nasceram sem o “bilhete premiado” e estão muitas vezes largados à própria sorte. Diferentemente daqueles que tiveram o privilégio positivo do “talento inato” de terem nascidos nas classes média e alta e têm acesso aos direitos e serviços sociais, a classe tida como “ralé”, “subcidadã” muito raramente recebe serviços e atendimento social adequados do Estado: “São pessoas extremamente vulneráveis e miseráveis que estão sempre a ‘um passo’ – ou com os dois pés dentro – da delinquência e do abandono” (Souza, 2009, p. 24).

Para Vera Andrade (2003, p. 27), “os *déficits* de dívida social e cidadania são ampla e verticalmente compensados com excessos de criminalização”. Essa é uma das observações que Andrade apresenta em sua obra *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*, quando afirma que o Estado neoliberal assume uma função perversa por meio da qual minimiza os investimentos nos campos social e da cidadania, e maximiza o seu poder punitivo se posicionando como um Estado onipresente e espetacular, no campo penal. “A

¹¹ Lei n. 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 34 anos. Também deveriam ter recebido a proteção e o incentivo do Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013), que dispõe sobre os direitos dos jovens (de 15 a 29 anos), dos princípios e diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

¹² “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)” (Brasil, 1988).

caricatura do Estado mínimo equivale a um sistema penal máximo x cidadania mínima, para alguns” (Andrade, 2003, p. 27).

Foucault (2012), na sua obra *Segurança, penalidade e prisão*, reforça que “o objetivo da prisão-correção, como meio de emendar o indivíduo, não foi alcançado: o efeito foi mais o inverso, e a prisão antes reconduziu os comportamentos de delinquência”, Foucault (2012, p. 283) conclui que “a prisão serviu mais como um mecanismo de eliminação”.

Essa constatação de Foucault (2012) de que a prisão teria sido reformulada para se tornar “um mecanismo de eliminação” é um problema que pode ser pensado para a realidade carcerária no Brasil. Vera Andrade (2003) reforça que quanto mais se “expande e legitima publicamente o sistema penal, chegando ao ponto, muitas vezes, do extermínio socialmente legitimado, mais obstáculos à construção da cidadania e mais riscos para a gestão dialogal e democrática do poder”.

eis que o binômio exclusão-criminalização, que faz dos pobres e dos excluídos socialmente os selecionados penalmente (criminalizados) radicaliza a escala vertical da sociedade (a desigualdade e as assimetrias), potencializando que a sociedade excludente se torne, cada vez mais, abortiva e exterminadora. Estamos perante autêntica “indústria do controle do crime”, (6) que, realizando a passagem do “Estado providência” ao “Estado penitência”, (7) cimenta as bases de um “genocídio em marcha”, de um “genocídio em ato”. (Andrade, 2003, p. 27-28)

Tal situação em que se encontra o sistema carcerário no país contraria flagrantemente os direitos e garantias previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), no *caput* do seu artigo 5.º: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, a presunção de inocência (artigo 5.º inciso LVII): “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” e a garantia “do devido processo legal” prevista no artigo 5.º, inciso LIV.

Em que pese o país também ser signatário de vários tratados internacionais já incorporados na legislação brasileira, na prática, os direitos não são efetivamente aplicados a todos os cidadãos. Vera Andrade (2003, p. 174) assevera que “o sistema penitenciário não apenas é incapaz de ressocializar” como “implica uma ‘fabricação de criminosos’ e uma duplicação da violência inútil (e cada vez mais incontrolável pelo poder público), com o agravante dos seus altos custos sociais”.

A estrutura do sistema penal somente está focada na punição do comportamento antissocial, pondera Gomide (2010). Conforme a autora, no

cumprimento da pena, o sistema carcerário deveria trabalhar com estratégias para o desenvolvimento de habilidades sociais¹³ das pessoas encarceradas, porém o que se vê é o reforço do comportamento antissocial, pois não há o desenvolvimento de uma política de transformação voltada para a inclusão social. A pena imposta aos encarcerados representa a manifestação do poder estatal de punir que é seletivo.

O “estado de coisas inconstitucional”¹⁴ e as possíveis soluções para melhorar

Os problemas no sistema carcerário brasileiro não são atuais, tanto que no ano de 2015 o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) protocolou no Superior Tribunal Federal (STF) a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347¹⁵ (STF, 2015), de relatoria do Ministro Marco Aurélio, denunciando que o sistema carcerário brasileiro violava os direitos fundamentais dos presos no tocante a dignidade, higidez física e integridade psíquica. Ainda, alertou que as penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios eram convertidas em penas cruéis e desumanas.

O plenário do STF (2015) reconheceu que o sistema penitenciário nacional se encontra em “estado de coisas inconstitucional” e que paira sobre todo o sistema um presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, que é decorrente de falhas estruturais que necessitam urgentemente de uma resposta com ações efetivas para melhorar o sistema. Diante de tantas atrocidades, o Plenário do Superior Tribunal Federal anotou

¹³ As habilidades sociais são comportamentos utilizados em interações sociais que trazem benefícios para os indivíduos e para as demais pessoas. Almir Del Prette e Zilda Aparecida Del Prette (1999; 2001) defendem a ideia de que “o desempenho socialmente competente é aquele que expressa uma leitura adequada do ambiente social, que decodifica corretamente os desempenhos esperados, valorizados e efetivos para o indivíduo em sua relação com os demais” (Del Prette; Del Prette, 1999; 2001, p. 33).

¹⁴ O instituto do estado de coisas inconstitucional possui sua origem vinculada a julgados da Corte Constitucional Colombiana proferidos na década de 90, em face do reconhecimento de graves e contínuas lesões a direitos fundamentais, tendo como finalidade a elaboração de mecanismos eficientes destinados à suplantação deste reprovável quadro que se instalou, sobretudo, em face de omissões do poder público (Gonçalves, 2016).

¹⁵ ADPF 347: Violação massiva de direitos fundamentais no sistema carcerário brasileiro. Trata-se de ação constitucional (arguição de descumprimento de preceito fundamental) proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que pede que o STF declare a existência de um “estado de coisas inconstitucional” no sistema prisional brasileiro, tendo em vista o cenário de grave e massiva violação de direitos fundamentais dos presos. Pede, ainda, a determinação de um conjunto de medidas para reduzir a superlotação das prisões e promover a melhoria das condições de encarceramento. Entre os fatos que exemplificam o tratamento desumano dado aos presos, estão celas superlotadas e imundas, falta de água e de materiais de higiene básicos, proliferação de doenças, mulheres dando à luz nas próprias penitenciárias, agressões e estupros, bem como a ausência de oportunidades de estudo e trabalho (STF, 2015b).

que no sistema prisional brasileiro ocorreria violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica. Destacou que a forte violação dos direitos fundamentais dos presos repercutiria além das respectivas situações subjetivas e produziria mais violência contra a própria sociedade. Os cárceres brasileiros, além de não servirem à ressocialização dos presos, fomentariam o aumento da criminalidade, pois transformariam pequenos delinquentes em “monstros do crime”. A prova da ineficiência do sistema como política de segurança pública estaria nas altas taxas de reincidência. E o reincidente passaria a cometer crimes ainda mais graves. Consignou que a situação seria assustadora: dentro dos presídios, violações sistemáticas de direitos humanos; fora deles, aumento da criminalidade e da insegurança social. Registrou que a responsabilidade por essa situação não poderia ser atribuída a um único e exclusivo poder, mas aos três — Legislativo, Executivo e Judiciário —, e não só os da União, como também os dos Estados-Membros e do Distrito Federal. Ponderou que haveria problemas tanto de formulação e implementação de políticas públicas, quanto de interpretação e aplicação da lei penal. Além disso, faltaria coordenação institucional. A ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes representaria falha estrutural a gerar tanto a ofensa reiterada dos direitos, quanto a perpetuação e o agravamento da situação. O Poder Judiciário também seria responsável, já que aproximadamente 41% dos presos estariam sob custódia provisória e pesquisas demonstrariam que, quando julgados, a maioria alcançaria a absolvição ou a condenação a penas alternativas. Ademais, a manutenção de elevado número de presos para além do tempo de pena fixado evidenciaria a inadequada assistência judiciária. A violação de direitos fundamentais alcançaria a transgressão à dignidade da pessoa humana e ao próprio mínimo existencial e justificaria a atuação mais assertiva do STF [...]. (STF, 2015)

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347 (STF, 2015) comprovou a transgressão de diversos dispositivos constitucionais (artigos 1.º, III, 5.º, III, XLVII, e, XLVIII, XLIX, LXXIV, e 6.º), normas internacionais reconhecedoras dos direitos dos presos (o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes, e a Convenção Americana de Direitos Humanos) e normas, como a Lei n. 7.210/1984, chamada de Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984).

Após o julgamento da ADPF 347 (STF, 2015) pelo Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 225/2016¹⁶, que estabelece as

¹⁶ **Resolução n. 225, de 31 de maio de 2016**

“Art. 1º. A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma:

I – é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos;

normas da Política Nacional de justiça restaurativa no Poder Judiciário, bem como a sua implementação e difusão da prática da JR nos tribunais brasileiros. Essas medidas jurídicas foram criadas como um meio alternativo para diminuir os índices de encarceramento e promover a melhoria nas condições dos presos. Em 2019, a Resolução n. 225/2016 do CNJ foi emendada com os artigos 28-A e 28-B e passou a vigorar como Resolução n. 300/2019¹⁷.

II – as práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras;

III – as práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro.

§ 1º Para efeitos desta Resolução, considera-se:

I – Prática Restaurativa: forma diferenciada de tratar as situações citadas no caput e incisos deste artigo;

II – Procedimento Restaurativo: conjunto de atividades e etapas a serem promovidas objetivando a composição das situações a que se refere o caput deste artigo;

III – Caso: quaisquer das situações elencadas no caput deste artigo, apresentadas para solução por intermédio de práticas restaurativas;

IV – Sessão Restaurativa: todo e qualquer encontro, inclusive os preparatórios ou de acompanhamento, entre as pessoas diretamente envolvidas nos fatos a que se refere o caput deste artigo;

V – Enfoque Restaurativo: abordagem diferenciada das situações descritas no caput deste artigo, ou dos contextos a elas relacionados, compreendendo os seguintes elementos: a) participação dos envolvidos, das famílias e das comunidades; b) atenção às necessidades legítimas da vítima e do ofensor; c) reparação dos danos sofridos; d) compartilhamento de responsabilidades e obrigações entre ofensor, vítima, famílias e comunidade para superação das causas e consequências do ocorrido.

§ 2º A aplicação de procedimento restaurativo pode ocorrer de forma alternativa ou concorrente com o processo convencional, devendo suas implicações ser consideradas, caso a caso, à luz do correspondente sistema processual e objetivando sempre as melhores soluções para as partes envolvidas e a comunidade” (CNJ, 2016b).

¹⁷ **Resolução n. 300, de 29 de novembro de 2019**

“I – implementação e/ou estruturação de um Órgão Central de Macrogestão e Coordenação, com estrutura e pessoal para tanto, para desenvolver a implantação, a difusão e a expansão da Justiça Restaurativa, na amplitude prevista no artigo 1º desta Resolução, bem como para garantir suporte e possibilitar supervisão aos projetos e às ações voltados à sua materialização, observado o disposto no artigo 5º, caput e § 2º (Item 6.2 do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário Nacional);

II – desenvolvimento de formações com um padrão mínimo de qualidade e plano de supervisão continuada (Item 6.4 do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário Nacional);

III – atuação universal, sistêmica, interinstitucional, interdisciplinar, intersetorial, formativa e de suporte, com articulação necessária com outros órgãos e demais instituições, públicas e privadas, bem como com a sociedade civil organizada, tanto no âmbito da organização macro quanto em cada uma das localidades em que a Justiça Restaurativa se materializar como concretização dos programas (Item 6.6 do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário Nacional);

IV – implementação e/ou estruturação de espaços adequados e seguros para a execução dos projetos e das ações da Justiça Restaurativa, que contem com estrutura física e humana, bem como, que proporcionem a articulação comunitária (Item 6.8 do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário Nacional); e

V – elaboração de estudos e avaliações que permitam a compreensão do que vem sendo construído e o que pode ser aperfeiçoado para que os princípios e valores restaurativos sejam sempre respeitados (Item 6.10 do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário Nacional); Parágrafo único. O Comitê Gestor da Justiça Restaurativa atuará, caso demandado, como órgão consultivo dos

A alteração da Resolução n. 225/2016 com a inserção de dois novos artigos tem o intuito de dar mais autonomia aos tribunais, que de ofício poderão implantar programas e/ou projetos de justiça restaurativa, bem como fortalecer programas e projetos que visem à promoção da restauração das relações e à promoção da cultura da paz para diminuir a violência nas penitenciárias e melhorar as condições das pessoas encarceradas.

No Paraná, foi criado o Projeto Florescer, que tem a proposta de promover o cumprimento da pena mais humanizado num ambiente menos violento com a missão de melhorar as condições sociais das pessoas encarceradas para reintegrá-las com mais dignidade na sociedade. O Projeto Florescer deu início à construção de uma unidade prisional feminina de progressão de regime fechado em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, voltado só para mulheres que cumprem pena no regime fechado. A unidade prisional, denominada Centro de Integração Social (CIS), funciona como Unidade de Progressão de Regime e oferece estudo, trabalho e cursos profissionalizantes que ocupam 100% do tempo livre das mulheres presas. De acordo com as idealizadoras do Projeto Florescer, Vanessa Lobato e Adriana Massa (2020), a decisão da criação dessa Unidade de Progressão no Paraná foi pensada em resposta à necessidade de mudar a visão de política penitenciária brasileira vigente, que promove tratamento degradante e está em “estado de coisas inconstitucional”.

A proposta da Jornada Florescer é atender ao princípio da inclusão social mediante uma gestão que engloba atividades voltadas para o desenvolvimento social, emocional e relacional das pessoas privadas de liberdade. A ideologia do Projeto Florescer visa à concretização do ideal do cumprimento da pena conforme já observou Michel Foucault (1987), em sua obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, que destaca qual é a função primordial do cárcere, em sua proposta oficial. Segundo ele, seria a de promover a transformação do comportamento do indivíduo.

tribunais na elaboração do plano previsto neste artigo, acompanhando, também, a sua implementação, cabendo, aos tribunais, enviar relatórios, semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Artigo 28-B. Fica criado o Fórum Nacional de Justiça Restaurativa, que se reunirá, anualmente, com a participação dos membros do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ, dos coordenadores dos órgãos centrais de macrogestão e coordenação da Justiça Restaurativa nos tribunais, ou de alguém por eles designados, sem prejuízo de participações diversas, que terá como finalidade discutir temas pertinentes à Justiça Restaurativa e sugerir ações ao Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ. Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação” (CNJ, 2019a).

A recuperação do condenado como objetivo principal da pena é um princípio sagrado cuja aparição formal no campo da ciência e principalmente no da legislação é bem recente (Congresso Penitenciário de Bruxelas, 1847). [E a comissão amor, de maio de 1945, repete fielmente]: A pena privativa de liberdade tem como objetivo principal a recuperação e a reclassificação social do condenado (**Princípio da correção**). (Foucault, 1987, p. 296, grifos do original)

Foucault (2012, p. 284) explica que havia um programa primeiro da instituição, que seria um modelo, mas houve o desvio da finalidade das prisões, que passaram a ter configurações estratégicas de uso que se fazem de maneira voluntária e consciente: “pode-se dizer que a maneira que a polícia utiliza a prisão é mais ou menos consciente. Apenas no geral elas não são formuladas. Diferentemente do programa primeiro”.

O programa primeiro da instituição, a finalidade inicial é pelo contrário anunciada e serve de justificativa, ao passo que as configurações estratégicas com frequência não são claras aos daqueles que nela ocupam um lugar e desempenham um papel. Mas esse jogo pode perfeitamente solidificar uma instituição. Penso que a prisão foi solidificada, apesar de todas as críticas que se faziam, porque muitas estratégias de diferentes grupos vieram ali se cruzar nesse lugar particular. (Foucault, 2012, p. 284)

Sobre a prisão Foucault destaca que sempre houve meios alternativos de se punir, “mas vemos que a prisão foi, de algum modo privilegiada. Ela não foi o único modo de punir, mas mesmo assim se tornou um dos principais” (Foucault, 2012, p. 285).

Pois bem, é importante frisar a importância dos direitos humanos, mas no Brasil esses direitos são dotados de um grande simbolismo, tendo em vista que os direitos civis e sociais são inacessíveis à maioria da população. Segundo Murilo de Carvalho (2016), a nossa democracia tem um caráter simbólico e ingênuo, uma vez que a democracia não dá conta dos problemas “de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social”, que se fossem levados a sério estariam solucionados (Carvalho, 2016, p. 13).

O Projeto Florescer tem um enfoque restaurativo com aplicação dos círculos de construção da paz, propondo-se a ser uma unidade prisional feminina humanizada que visa à reintegração social das mulheres encarceradas por meio da cultura da não violência.

Assim, o que se pretende com esta pesquisa de campo é observar empiricamente o Projeto Florescer para conhecer de perto a sua estrutura física e

ideológica, e também a aplicação prática dos círculos de construção da paz, além dos efeitos da cultura da não violência nas mulheres encarceradas. Para tanto busca responder às seguintes hipóteses:

- A prática dos círculos de construção da paz do Projeto Florescer promove a comunicação não violenta (CNV) e melhora a convivência entre as mulheres no ambiente carcerário.
- Quais são as estratégias usadas pelo Projeto Florescer para promover a reintegração social das mulheres encarceradas.
- Como é possível perceber ganhos sociais e promoção de cidadania.
- Os círculos de construção da paz promovem a subjetividade e a alteridade das mulheres encarceradas.
- Como a penitenciária feminina lida com o paradoxo de operar com o discurso restaurativo e a manutenção do poder punitivo e disciplinar.

A metodologia realizada no presente estudo é uma pesquisa qualitativa de um estudo de caso exploratório de descritivo de campo. Utilizou-se o método da observação participante com entrevistas semiestruturadas com 10 participantes do Projeto Florescer que cumprem pena numa penitenciária feminina, em Piraquara/PR.

Destaca-se que no presente estudo da tese de doutorado foram utilizadas teorias com enfoque em justiça restaurativa, círculos de construção da paz, sobre cidadania e políticas públicas, teoria social contemporânea, psicologia, e da área da criminologia. Além disso, o estudo utilizou como base teórica os autores Michel Foucault, para as abordagens sobre prisão e o poder disciplinar; Jessé de Souza, para a temática da subcidadania e da invisibilidade, e Margaret Archer e Bernard Lahire, teóricos da sociologia da escala individual, para análise e observações sobre as percepções e a reflexividade das participantes.

Estruturação da tese

A presente tese está organizada em sete capítulos, que foram subdivididos em três partes para termos didáticos. Na primeira parte, a tese reuniu os três primeiros capítulos que englobam a descrição da metodologia e o método utilizados na pesquisa (Capítulo 1), a teoria sobre a justiça restaurativa e os círculos da paz (Capítulo 2) e o histórico sobre a criação e a estrutura da unidade prisional feminina CIS (Capítulo 3);

já na segunda parte da tese estão os capítulos empíricos, sendo o Capítulo 4 referente ao campo, o Capítulo 5 sobre as entrevistas e o Capítulo 6 sobre as percepções das participantes; na terceira e última parte da tese se encontra o último capítulo, que aborda o dilema do discurso restaurativo e a manutenção do poder disciplinar no CIS e finaliza com as considerações, encerrando a tese.

Para melhor compreensão, segue um breve resumo de cada capítulo, com as respectivas abordagens:

Capítulo 1: aborda-se a metodologia usada, o público pesquisado e descreve-se o local da pesquisa. Nesse capítulo também é explicado o método adotado, que versa sobre pesquisa de análise de dados qualitativos obtidos via entrevista e via observação participante no campo.

Capítulo 2: apresenta-se a parte teórica sobre o que é a justiça restaurativa e as diferenças desse tipo de justiça em comparação com a justiça tradicional, conhecida como justiça retributiva, bem como compara-se os seus procedimentos e efeitos práticos para os envolvidos. A teoria apresentada nesse capítulo também desmistifica a diferença entre a justiça restaurativa e os círculos de construção da paz e apresenta dados que demonstram que na prática os círculos de construção da paz têm sido usados como sinônimos de justiça restaurativa. Também, aborda-se a teoria dos círculos de construção da paz, que é a prática mais adotada no Brasil dentro e fora do judiciário. Exemplifica-se ainda com uma ilustração como é uma dinâmica e quais são os princípios e procedimentos necessários para a realização de um círculo. Esse capítulo é importante para entender a parte prática do Projeto Florescer, no campo (Capítulo 4), quando ocorrem as práticas dos círculos da paz.

Capítulo 3: expõe-se a ideologia do Projeto Florescer com a estrutura física do Centro de Integração Social (CIS) e as características que essa unidade prisional feminina apresenta que demonstra ser mais humanizada. Ao final do capítulo, busca-se traçar as principais diferenças entre o CIS e o modelo da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), uma vez que ambos são modelos de penitenciárias que se posicionam como humanizadas.

Capítulo 4: inaugura a parte prática da pesquisa de campo com a metodologia participante. Nesse ponto da tese, evidencia-se o estudo descritivo do campo com todos os detalhes sobre a prática dos círculos de construção da paz na Jornada Florescer. Descreve-se cada etapa de cada encontro com detalhes das dinâmicas aplicadas pela facilitadora, assim como os discursos aplicados em cada técnica. Ao

final desse capítulo apresenta-se uma breve observação sobre as percepções, comparando a teoria da justiça restaurativa com a prática dos círculos de construção da paz, uma vez que o Projeto Florescer afirma que a ideologia do projeto utiliza a teoria da justiça restaurativa, enquanto na prática utiliza-se a técnica dos círculos da paz.

Capítulo 5: nesse capítulo do estudo, são apresentadas as entrevistas com as participantes do Projeto Florescer. As narrativas biográficas revelam detalhes sobre suas vidas pretéritas, suas famílias, sua estrutura social, seus desvios e crimes, mas também suas perspectivas para o futuro. As falas mostram que essas mulheres foram negligenciadas por suas famílias e pelo Estado. Ao final desse capítulo, mostra-se que as suas histórias de vida se enquadram na teoria da subcidadania, quando há o mínimo de assistência do Estado, que se fez presente enquanto poder punitivo do direito penal. Ainda nesse capítulo mostra-se os efeitos sentidos com a oportunidade de cumprimento da pena no CIS, bem como o tipo de cidadania possível de ser alcançada.

Capítulo 6: traz as percepções mais subjetivas das participantes. Nesse ponto da pesquisa, as entrevistadas opinam sobre a participação na Jornada Florescer, especificamente sobre quais foram as suas impressões sobre os círculos, e refletem sobre como estão se sentindo agora em comparação com suas emoções antes da Jornada Florescer. As participantes falam dos seus projetos de vida, das suas reflexões, subjetividades e alteridade após essa vivência nos círculos e contam sobre o que mudou no dia a dia na penitenciária após participarem da dinâmica dos círculos da paz.

Capítulo 7: por fim, o último capítulo da tese versa sobre o paradoxo entre o discurso restaurativo e o poder punitivo como prática disciplinar. Demonstra-se as formas como o próprio CIS, mesmo operando e promovendo um discurso restaurativo, na prática mantém o controle disciplinar das mulheres por meio do próprio dispositivo do direito penal, que se reveste com as normas e a vigilância.

CAPÍTULO 1

1.1 Metodologia

A pesquisa de campo é descritiva e exploratória e utiliza a metodologia da observação de participantes, bem como entrevistas semiestruturadas aplicadas com dez participantes num estudo de caso em uma unidade prisional feminina de progressão de regime fechado no Paraná. A pesquisa foi realizada em dois momentos diferentes, a primeira fase com início em 26 de setembro e fim em 17 de outubro de 2022, com a observação participante dos círculos da construção que foram realizados em quatro encontros, um por semana, no curso da Jornada Florescer. A segunda fase da pesquisa se deu com as entrevistas que ocorreram entre os dias 19 de outubro e 20 de dezembro de 2022.

O presente estudo de campo é uma pesquisa qualitativa, sendo essa escolha a mais adequada para a presente abordagem, uma vez que permite uma investigação científica mais aprofundada que possibilita explorar os fenômenos sociais complexos com riqueza de detalhes, visando entender o contexto social, cultural e individual dos envolvidos no estudo. De acordo com Paulilo (1999), os métodos qualitativos são ferramentas mais valiosas quando se trata de analisar a intersecção entre a vida individual e o contexto social, pois a pesquisa qualitativa

trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. (Paulilo, 1999, p. 135)

1.2 Objetivo da pesquisa de campo

A presente pesquisa tem como objetivo observar a prática e os efeitos da metodologia dos círculos de construção paz como técnica de justiça restaurativa. É um estudo de caso do Projeto Florescer, que faz parte de uma penitenciária feminina na cidade de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. O estudo observou os efeitos sociais sobre a cultura de paz e da não violência na penitenciária feminina e as reflexões das mulheres encarceradas após a aplicação da metodologia dos círculos de construção da paz.

1.2.1 Local

A pesquisa foi realizada presencialmente no Centro de Integração Social (CIS), uma penitenciária de Unidade de Progressão de Regime de Privação de Liberdade para Mulheres localizada dentro do Complexo Penitenciário do Paraná (Depen-PR), situado na Rua Isídio Alves Ribeiro, S/N - Planta Meireles, Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba.

1.2.2 Estrutura do local

A pesquisa aconteceu dentro de uma sala destinada para o estudo das mulheres encarceradas. A sala tem capacidade média para 30 pessoas, possui cadeiras confortáveis e ar-condicionado. Nesse ambiente foram realizados os círculos de construção da paz.

1.2.3 Perfil das entrevistadas

A pesquisa entrevistou dez mulheres, com idades entre 20 e 62 anos, privadas de liberdade e, em sua maioria, condenadas por crime relacionado a drogas, que cumprem pena em regime fechado¹⁸ na Unidade de Progressão CIS, do Projeto Florescer. Todas as mulheres participaram voluntariamente da pesquisa, que foi autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná (sob o n. 5.882.358), e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

1.2.4 Procedimento metodológico

Inicialmente é importante consignar o quanto foi difícil conseguir a liberação para realizar esta pesquisa dentro do CIS, uma unidade prisional feminina de progressão de regime fechado em Piraquara (PR), bem como para conseguir a autorização do Comitê Ético da Universidade Federal do Paraná para realizar a pesquisa de campo por meio de entrevistas com as presas, que são pessoas mais

¹⁸ Todas as presas cumprem penas superiores a 8 (oito) anos, por isso estão no regime fechado, conforme estabelece o artigo 33, §1.º, da Lei n. 7.209/84 (Brasil, 1984).

vulnerabilizadas. Simultaneamente, a pesquisa também precisou da autorização do Departamento Penitenciário do Paraná e da direção do CIS, unidade prisional feminina de progressão de regime fechado, que exigiram um ofício com a solicitação descrevendo os detalhes da pesquisa, cópia dos meus documentos pessoais incluindo o comprovante da declaração do meu vínculo de estudante do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFPR.

1.3 Método

Superadas as burocracias, a pesquisa de campo, após aprovada, teve início no dia 27 de setembro de 2022, início da Jornada Florescer, um curso semanal de quatro encontros onde ocorreram as práticas dos círculos de construção da paz.

Nesse primeiro dia no campo, a pesquisa, que seria somente de observação, passou a ser de observação participante. Essa mudança ocorreu devido às regras da dinâmica dos círculos de construção da paz, de acordo com a facilitadora que é responsável pela aplicação da técnica. Quando me apresentei e falei que gostaria de observar as dinâmicas dos círculos, a facilitadora disse que não seria possível observar sem participar, porque “na prática dos círculos da paz, todas as pessoas presentes na sala devem participar do círculo, ninguém pode ficar de fora”, justificou com a imposição de que não se pode ‘quebrar’ a conexão que os círculos promovem. Portanto acabei concordando em participar dos círculos para poder realizar minha pesquisa. Nessa pesquisa, me identifiquei muito com a antropóloga Jeanne Favret-Saada (2005), na sua obra *Ser afetado*, em seus relatos sobre os limites da subjetividade e objetividade no campo quando ela fez um trabalho no qual participou de uma sessão de terapia e relatou as suas percepções enquanto participante e pesquisadora.

No caso da presente pesquisadora, enquanto observadora participante e participante observadora, essa constante troca de papéis no campo foi bastante desafiadora, uma vez que há uma certa ‘afetação’, conforme averiguou Favret-Saada (2005), pois em muitos momentos a participação nos círculos, mesmo enquanto pesquisadora, envolve subjetividade e reflexão para todos os participantes, no entanto é preciso vigilância constante para manter a postura da objetividade de pesquisador (Costa, 1987).

A observação enquanto técnica exige treino disciplinado, preparação, cuidado e conjuga alguns atributos indispensáveis ao observador-investigador, tais como atenção, sensibilidade e paciência. Tem por referência o(s) objetivo(s), favorecendo uma abordagem indutiva, com natural redução de “pré-concepções”. A possibilidade de vir a clarificar aspectos observados e anotados em posterior entrevista e em observações mais focalizadas constitui um ganho excepcional face a outras técnicas de investigação (Correia, 2009, p. 35).

A pesquisa participante pode servir como um instrumento pedagógico de formação e desenvolvimento de diálogos que privilegia o sujeito e a sua existência, promovendo o saber e o fazer, rompendo silêncios que foram historicamente construídos nessas relações (Novaes; Souza; Drummond, 2019, p. 39-51).

Na prática a observação participante aproxima as conexões entre os envolvidos num processo que estimula a consciência e ação, reflexão e práxis, permitindo-nos afirmar que a participação em uma pesquisa participante transcende esses ganhos simbólicos, pois possibilita aos sujeitos vivenciarem e construir atitudes críticas construtivas, que são fundamentais para a construção e a produção de conhecimentos para além daqueles que foram o foco da pesquisa (Novaes; Souza; Drummond, 2019, p. 39-51).

Esse processo de observação participante foi uma experiência importante inclusive para a segunda fase da pesquisa, que foi as entrevistas. Pelo fato de ter participado dos círculos da paz da Jornada Florescer e ter ficado num espaço de horizontalidade com todas as mulheres, houve uma troca de confiança que contribuiu para as entrevistas. Segundo Goldenberg (2004), estabelecer uma atmosfera colhedora e confiável é a chave para uma entrevista bem-sucedida. Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos veem este mundo, o meio mais adequado para captar a realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através “dos olhos dos pesquisados” (Goldenberg, 2004, p. 27).

1.3.1 Entrevistas semiestruturadas

Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado. Segundo Manzini (1990; 1991, p. 154), esse tipo de entrevista tem o cuidado de elaborar um roteiro organizado por assuntos principais que interessam à pesquisa, no entanto esse roteiro pode ser modificado durante a

aplicação dos questionamentos, pois, dependendo das respostas dos entrevistados, outras perguntas podem ser feitas para completar a ideia, isso vai depender das circunstâncias momentâneas.

No caso das entrevistadas do Projeto Florescer, muitas trouxeram outras informações que estavam fora do roteiro das perguntas que foi apresentado. A entrevista semiestruturada foi de grande valia porque proporcionou à pesquisadora fazer outras perguntas complementares para compreender outras informações que eram trazidas pelas entrevistadas. Para Triviños (1987, p. 152), as entrevistas semiestruturadas favorecem um conhecimento mais aprofundado, “uma maior descrição dos fenômenos sociais, com uma compreensão de sua totalidade”.

1.3.2 Local das entrevistas

A maioria das entrevistas ocorreram na mesma sala Espaço do Saber, onde foram realizados os círculos de construção da paz. Mas também aconteceram numa outra sala menor “espaço da educação”, quando a outra sala estava sendo usada para outras atividades, como aulas on-line da faculdade, porque era a única sala com TV conectada à internet. Os encontros foram agendados duas vezes por semana, para não atrapalhar a rotina das presas com outras atividades, e aconteceram de maneira reservada, a portas fechadas.

As entrevistas foram feitas individualmente e duravam, em média, entre uma hora e meia e duas horas e meia, cada uma. Geralmente, iniciávamos às 9h e terminávamos no máximo às 11h30, para não atrapalhar o horário do almoço. Somente uma das entrevistas precisou de dois dias para ser concluída, pois a entrevistada quis contar vários detalhes da sua trajetória de vida; assim, a conversa foi reagendada para o dia seguinte, para que ela pudesse concluir a sua narrativa.

Sempre antes do início de cada entrevista, a pesquisadora fez a leitura em voz alta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todas as entrevistadas, que após, voluntariamente, concordavam em participar da entrevista e assinavam o documento. Cada uma delas ficou com uma cópia do TCLE.

As perguntas feitas para as entrevistadas foram elaboradas num modelo de questionário que, segundo Xavier (2017, p. 125), serve para “um tipo de interação, estruturada e dirigida pelo que permite ao entrevistado explorar suas percepções sobre determinado aspecto da realidade social”. Os assuntos das entrevistas foram

divididos em blocos temáticos, com o intuito de conhecer um pouco mais sobre o perfil do público entrevistado.

Daphne Patai (2010) recomenda que a entrevista com mulheres deve privilegiar a escuta atenta, intensa, de modo a garantir a autonomia do narrador, que, apesar de sujeito aos interesses do entrevistador, tem suas próprias intenções e seus objetivos e escolhe o que quer dizer, procurando dar sentido às ações que narra por meio da linguagem. No caso em apreço, as entrevistadas ficaram à vontade para responder ou não as perguntas que eram feitas, respeitando a autonomia de cada uma delas.

Em suas narrativas, elas contam como lidam com os constrangimentos de suas trajetórias de vida e falam também sobre como enfrentam as suas realidades e interações sociais. Nas narrativas de suas histórias de vida, descrevem as dificuldades que enfrentaram até chegarem à penitenciária e que ainda suportam por serem mulheres vulnerabilizadas, mas relatam que ainda assim mantêm as esperanças de terem melhores oportunidades de trabalho longe do tráfico de drogas. As narrativas biográficas informam tanto sobre o presente quanto sobre o passado dessas mulheres e suas perspectivas com relação ao futuro (Rosenthal, 2002).

As narrativas impressionam pelo grande sofrimento social que permeiam “as zonas da precariedade e as zonas sociais de fragilidade, cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais”, conforme entendem Werlang e Mendes (2013), autores que desenvolveram um estudo sobre o sofrimento numa perspectiva contemporânea.

Nesse contexto “a situação de entrevista pode ser caracterizada como um processo de interação social, cada indivíduo é influenciado e influencia o outro, age e reage de variados modos, produzindo alterações sobre o curso do diálogo” (Berger, 1978, p. 212). Os estudos sobre a sociologia na escala individual desenvolvidos por Margaret Archer e Bernard Lahire dão pistas de como as pessoas constroem e produzem o seu caminho existencial por intermédio do mundo, sondando as conversações interiores que essas pessoas têm consigo mesmas. Assim, torna-se possível mostrar como projetos pessoais são formados na mediação entre cultura, estrutura e agência (Vandenberghe, 2016. p. 13).

Segundo Minayo (1994, p. 57), a entrevista é um meio pelo qual o pesquisador obtém as suas informações diretamente por meio da fala dos atores sociais. Ela significa uma conversa, “uma vez que se insere como meio de coleta de fatos

relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

1.3.3 Estudo de caso

“Um estudo de caso sobre a aplicação dos círculos da paz no Projeto Florescer na penitenciária feminina de Piraquara (PR)” é uma pesquisa exploratória e descritiva de “estudo de caso” e permite descrever e explorar os fenômenos sociais que vão emergir a partir das descobertas do campo e das entrevistas. De acordo com Ventura (2007, p. 383-386), a pesquisa exploratória no estudo de caso

visa estabelecer os contatos iniciais para entrada em campo e localizar as fontes de dados necessárias ao estudo; delimitação do estudo (determinar os focos da investigação e estabelecer os contornos do estudo para proceder à coleta de informações, utilizando instrumentos variados); análise sistemática e elaboração do relatório (estabelecer um movimento teoria-prática, podendo iniciar desde a fase exploratória).

O método de pesquisa “estudo de caso”, segundo Yin (2001, p. 32), é uma técnica de estudo que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, e não em ambientes controlados. Como afirma Yin (2001, p. 27), “a prática do estudo de caso proporciona a possibilidade de lidar com resultados com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações [...]”. Quanto ao modelo de estudo de caso descritivo, Yin (2001, p. 22) destaca como exemplo o estudo desenvolvido no

livro *Street Corner Society* (1943/1955), de William E. Whyte, que foi recomendado por décadas na comunidade sociológica. É um exemplo clássico de um estudo de caso descritivo. Traça a sequência de eventos interpessoais ao longo do tempo, descreve uma subcultura que raramente foi tópico de estudos anteriores e descobre seus fenômenos-chave - como o avanço profissional dos jovens de baixa renda e sua habilidade (ou incapacidade) de romper os laços da vizinhança.

A presente pesquisa apresenta complexidades características da metodologia de “estudo de caso”, no qual, por meio do método exploratório e descritivo, pode-se compreender os fenômenos sociais e subjetividades que somente podem ser percebidas com o pesquisador em campo. Portanto a fenomenologia é um caminho ou uma atitude para o pesquisador poder acessar a essência das coisas. De acordo com Van Manen (2014) a fenomenologia é uma abordagem que conduz a exploração

do que é dado no momento da experiência visando captar a essência do objeto pesquisado.

Todos os dados coletados nas observações do campo, assim como as respostas das entrevistas, foram anotados num caderno de campo, tendo em vista a proibição de entrar com equipamentos eletrônicos no CIS, que é unidade prisional feminina de regime fechado, destinada à progressão de regime de mulheres privadas de liberdade. Foram utilizados nomes fictícios, para preservar a identidade das participantes. A escrita exploratória e descritiva da presente tese, conforme orienta Becker (2014), privilegia a forma simples e descritiva do campo, sem perder o caráter sério e científico da pesquisa.

Situando-me

O meu interesse enquanto pesquisadora sobre o assunto da justiça restaurativa e dos círculos de construção da paz teve início no ano de 2015, quando pela primeira vez me deparei com o tema por meio do livro intitulado *Justiça restaurativa na escola: aplicação e avaliação do programa*, das professoras Mayta Lobo dos Santos e Paula Inez Cunha Gomide. No ano seguinte, ingressei no mestrado em Psicologia Forense, na Universidade Tuiuti, para aprofundar os estudos sobre o assunto, e, por coincidência, conheci uma das autoras do livro, a professora Paula Gomide, que também era coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Forense da Universidade Tuiuti e me orientou na dissertação da pesquisa que desenvolvi, intitulada “Aplicação da justiça restaurativa: três experiências brasileiras”. Esse estudo descreve as primeiras experiências de implantação da justiça restaurativa no Brasil, a partir de 2004, nos três estados brasileiros que foram pioneiros: Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília. A pesquisa discorre sobre o marco inicial da justiça restaurativa no Brasil, a teoria e a técnica da metodologia. A dissertação foi defendida em 2018.

Continuidade do tema na pesquisa de doutorado

Ingressei no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná em 2020, porque encontrei em uma das linhas de pesquisa ofertadas no programa, dentro do eixo temático da linha de pesquisa sobre Cidadania, Violência e Justiça Criminal, um tópico sobre a justiça restaurativa. Assim

vi que havia a possibilidade de continuar a pesquisa iniciada no mestrado, agora também no doutorado e podendo fazer um trabalho de campo, como foi realizado.

O projeto de pesquisa mudou após o meu ingresso no doutorado. Esclareço que a pretensão inicial do projeto que foi aceito no doutorado foi redirecionada. A princípio a pesquisa estava direcionada para o estudo da implantação da metodologia da justiça restaurativa em dez Tribunais de Justiça de todo o Brasil. Mas o tempo de estudo do programa, quatro anos, não seria suficiente para concluir a proposta, como bem asseverou o meu orientador, professor doutor André Giamberardino. A sugestão dele foi de delimitar mais o problema de estudo e fazer um estudo de caso da prática da aplicação da metodologia da justiça restaurativa na penitenciária feminina de Piraquara. Assim, acatei integralmente a sua sugestão e fui em busca de mais informações sobre o Projeto Florescer, que se tornou o objeto do presente estudo de caso. O apoio e a coorientação do professor doutor Jaime Santos Junior, que gentilmente aceitou fazer a coorientação deste estudo, veio contribuir imensamente para a excelência final da pesquisa.

Para tanto, o trabalho aqui desenvolvido é fruto de um relatório de campo com observações feitas sobre um estudo de caso da aplicação prática dos círculos da paz no CIS, uma unidade prisional feminina de progressão e regime fechado, em Piraquara (PR), e as percepções das mulheres encarceradas após terem participado da metodologia dos círculos de construção da paz, uma das técnicas da justiça restaurativa.

O estudo de campo é uma tentativa de compreender de que forma a prática dos círculos de construção da paz nessa penitenciária feminina pode contribuir com a humanização da pena das mulheres encarceradas. Para chegar aos resultados, será percorrida uma jornada de sete capítulos que se alternarão entre teoria e prática para compreender os resultados.

Assim, primeiramente, no próximo capítulo será apresentada uma noção teórica sobre a justiça restaurativa e sobre os círculos de construção da paz. As informações iniciais são relevantes para compreender as diferenças e semelhanças entre as técnicas, como elas acontecem na prática e em quais circunstâncias estão sendo usadas na Jornada Florescer.

CAPÍTULO 2

2.1 Justiça restaurativa

No presente capítulo, pretende-se apresentar as noções sobre justiça restaurativa, bem como sobre o processo de institucionalização e adaptação da justiça restaurativa no Poder Judiciário brasileiro. Será explicado quais são os procedimentos desse tipo de justiça, assim como os seus efeitos práticos em comparação com a justiça tradicional, conhecida como justiça retributiva.

Neste capítulo também será abordada a teoria e a metodologia prática dos círculos de construção da paz, exemplificadas com ilustrações de uma dinâmica de círculo, observando quais são as exigências procedimentais para que aconteça um círculo.

As informações presentes neste capítulo são pertinentes para entender a prática que será realizada na observação participante realizada no campo, descrita no Capítulo 4.

2.1.1 Noções de justiça restaurativa

Daniel Achutti (2014) defende que a justiça restaurativa pode trazer transformação com a ideia da abolição dos modelos e práticas do sistema penal como vem sendo aplicado, somente com o sentido da retribuição da pena promovendo castigo: “o sistema inteiro foi criado para perpetuar uma ordem social injusta, seletiva e estigmatizante, de forma que até mesmo sistemas que possuam um funcionamento tido como satisfatório não deixarão de ser violentos” (Achutti, 2014, p. 34-35).

Da mesma forma entendem os autores Aertsen e Peters (2003), que acreditam na justiça restaurativa como uma política criminal que veio para substituir a reação judiciária repressiva e aos poucos vem ganhando força com o objetivo de integrar-se a uma nova visão do sistema de administração da justiça penal, com o intuito de modificar os fundamentos desse sistema penal vigente.

A justiça restaurativa não possui uma única definição, e segundo Pallomolla (2009, p. 54), possui um conceito aberto e fluido e que vem sendo modificado, assim como suas práticas. Pallamolla (2009, p. 54-55) esclarece que

na década de 70 e 80 (no contexto norte americano), falava-se em mediação entre vítima e ofensor e reconciliação. Neste momento, a justiça restaurativa estava associada ao movimento de descriminalização. Nos anos 70, encontrava-se em fase experimental e possuía experiências-piloto no sistema penal. Já na década de 80, tais experiências foram institucionalizadas. Na década seguinte (anos 90), a justiça restaurativa se expandiu e foi inserida em todas as etapas do processo penal. Na mesma época, familiares, comunidades e atores do sistema judicial foram envolvidos no processo e começou-se a falar em conferências (e não mais somente em mediação), que logo passaram a ser identificadas como outra forma (ou prática) de justiça restaurativa.

Hoard Zehr (2008) é um dos teóricos pioneiros da prática da justiça restaurativa no Brasil e em vários países e seus esforços são no intuito de ampliar cada vez mais o conhecimento da prática da justiça restaurativa. Além disso, reforça a importância da justiça restaurativa, porque olha para todos que sofreram o impacto dos danos (vítima, ofensor e comunidade) e que têm algum interesse na situação utilizando, na medida do possível, processos cooperativos e inclusivos. A prática de uma justiça retributiva está “profundamente cravada em nossas instituições políticas e em nossa psique”, e, segundo Zehr (2008), podemos começar a usar uma nova lente para dar forma àquilo que decidirmos que vale a pena fazer.

E podemos começar a usar outra lente naquelas áreas da nossa vida onde temos algum controle: na família, na comunidade religiosa, na vida diária. Se a justiça restaurativa não é um paradigma, talvez ela possa, ainda assim, servir como "teoria sintetizadora". Quem sabe possa ao menos nos fazer pensar cuidadosamente antes de infligir dor a alguém". (Zehr, 2008, p. 230)

Em sua obra *Trocando as lentes*, Zehr (2008, p. 239-240) procura sistematizar o conceito de justiça restaurativa da seguinte forma:

1. Tem foco nos danos e consequentes necessidades (da vítima, mas também da comunidade e do ofensor).
2. Trata das obrigações resultantes desses danos (obrigações do ofensor, mas também da comunidade e da sociedade).
3. Utiliza processos inclusivos e cooperativos.
4. Envolve todos os que têm um interesse na situação (vítimas, ofensores, membros da comunidade e a sociedade).
5. Busca reparar os danos e corrigir os males, dentro do possível.

De acordo com Renato Pinto (2009), a justiça restaurativa é um conceito em construção. O autor avalia que as práticas restaurativas são aplicáveis a qualquer tipo de conflito “na família, na vizinhança, na escola, no ambiente de trabalho, enfim, nas comunidades em geral, inclusive no sistema de justiça, mas o foco aqui é

especificamente o campo da justiça criminal, com infratores adultos” (Pinto, 2009 p. 15). Para o autor, as formalidades obrigatórias nos procedimentos de aplicação da justiça criminal tradicional estão com o foco somente na busca para se chegar à verificação da culpa e à penalização dos infratores, e nesse momento processual só devem participar os operadores do Direito. Esse quadro muda quando se trata da metodologia da justiça restaurativa, pois, segundo o autor, as decisões na sessão de JR são compartilhadas e discutidas com todos os envolvidos no conflito, com respeito, é claro, à voluntariedade das partes.

Renato Pinto (2009) apresenta uma tabela que ilustra de maneira didática as diferenças básicas entre o modelo de justiça criminal, dito retributivo em comparação com o modelo restaurativo, conforme a seguir:

Figura 4 – Quadro valores justiça retributiva x justiça restaurativa

VALORES

Justiça Retributiva Conceito estritamente jurídico de Crime – Violação da Lei Penal - ato contra a sociedade representada pelo Estado	Justiça Restaurativa Conceito amplo de Crime – Ato que afeta a vítima, o próprio autor e a comunidade causando-lhe uma variedade de danos
Primado do Interesse Público (Sociedade, representada pelo Estado, o Centro) – Monopólio estatal da Justiça Criminal	Primado do Interesse das Pessoas Envolvidas e Comunidade – Justiça Criminal participativa
Culpabilidade Individual voltada para o passado - Estigmatização	Responsabilidade, pela restauração, numa dimensão social, compartilhada coletivamente e voltada para o futuro
Uso Dogmático do Direito Penal Positivo	Uso Crítico e Alternativo do Direito
Indiferença do Estado quanto às necessidades do infrator, vítima e comunidade afetados - desconexão	Comprometimento com a inclusão e Justiça Social gerando conexões
Mono-cultural e excludente	Culturalmente flexível (respeito à diferença tolerância)
Dissuasão	Persuasão

Fonte: Pinto, 2009, p. 19.

Na sua análise, Renato Pinto (2009) destaca que a justiça restaurativa se destaca pela sua abordagem contrária à política de penalização, pois ela substitui a reação judiciária repressiva abrindo caminhos para uma nova forma de promoção dos direitos humanos e da cidadania, da inclusão e da paz social, com dignidade (Pinto, 2009, p. 19). Quanto aos procedimentos e resultados, o autor também esquematizou no quadro abaixo as principais características entre o modelo de justiça criminal, dito retributivo, e o modelo restaurativo.

Figura 5 – Quadro procedimentos justiça retributiva x justiça restaurativa

PROCEDIMENTOS	
Justiça Retributiva Ritual Solene e Público	Justiça Restaurativa Ritual informal e comunitário, com as pessoas envolvidas
Indisponibilidade da Ação Penal	Princípio da Oportunidade
Contencioso e contraditório	Voluntário e colaborativo
Linguagem, normas e procedimentos formais e complexos – garantias.	Procedimento informal com confidencialidade
Atores principais - autoridades (representando o Estado) e profissionais do Direito	Atores principais – vítimas, infratores, pessoas da Comunidade, ONGs.
Processo Decisório a cargo de autoridades (Policial, Delegado, Promotor, Juiz e profissionais do Direito – Unidimensionalidade	Processo Decisório compartilhado com as pessoas envolvidas (vítima, infrator e comunidade) – Multi-dimensionalidade

Fonte: Pinto, 2009, p. 19.

Figura 6 – Quadro resultados justiça retributiva x justiça restaurativa

RESULTADOS	
Justiça Retributiva Prevenção Geral e Especial - Foco no infrator para intimidar e punir	Justiça Restaurativa Abordagem do Crime e suas Consequências - Foco nas relações entre as partes, para restaurar
Penalização Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, multa Estigmatização e Discriminação	Pedido de Desculpas, Reparação, restituição, prestação de serviços comunitários Reparação do trauma moral e dos Prejuízos emocionais – Restauração e Inclusão
Tutela Penal de Bens e Interesses, com a Punição do Infrator e Proteção da Sociedade	Resulta responsabilização espontânea por parte do infrator
Penas desarrazoadas e desproporcionais em regime carcerário desumano, cruel, degradante e criminoso – ou – penas alternativas ineficazes (cestas básicas)	Proporcionalidade e Razoabilidade das Obrigações Assumidas no Acordo Restaurativo
Vítima e Infrator isolados, desamparados e desintegrados. Ressocialização Secundária	Reintegração do Infrator e da Vítima Prioritárias
Paz Social com Tensão	Paz Social com Dignidade

Fonte: Pinto, 2009, p. 20.

Por fim, Renato Pinto apresenta um quadro comparativo sobre os efeitos da prática restaurativa para a vítima e para o infrator, demonstrando os efeitos para ambos no procedimento da justiça comum em comparação com a justiça restaurativa, conforme quadro abaixo:

Figura 7 – Quadro efeitos para a vítima na justiça retributiva x justiça restaurativa

EFEITOS PARA A VÍTIMA	
Justiça Retributiva	Justiça Restaurativa
Pouquíssima ou nenhuma consideração, ocupando lugar periférico e alienado no processo. Não tem participação, nem proteção, mal sabe o que se passa.	Ocupa o centro do processo, com um papel e com voz ativa. Participa e tem controle sobre o que se passa.
Praticamente nenhuma assistência psicológica, social, econômica ou jurídica do Estado	Recebe assistência, afeto, restituição de perdas materiais e reparação
Frustração e Ressentimento com o sistema	Tem ganhos positivos. Suprem-se as necessidades individuais e coletivas da vítima e comunidade

Fonte: Pinto, 2009, p. 20.

Figura 8 – Quadro efeitos para o infrator na justiça retributiva x justiça restaurativa

EFEITOS PARA O INFRATOR	
Justiça Retributiva	Justiça Restaurativa
Infrator considerado em suas faltas e sua má-formação	Infrator visto no seu potencial de responsabilizar-se pelos danos e consequências do delito
Raramente tem participação	Participa ativa e diretamente
Comunica-se com o sistema por Advogado	Interage com a vítima e com a comunidade
É desestimulado e mesmo inibido a dialogar com a vítima	Tem oportunidade de desculpar-se ao sensibilizar-se com o trauma da vítima
É desinformado e alienado sobre os fatos processuais	É informado sobre os fatos do processo restaurativo e contribui para a decisão
Não é efetivamente responsabilizado, mas punido pelo fato	É inteirado das consequências do fato para a vítima e comunidade
Fica intocável	Fica acessível e se vê envolvido no processo
Não tem suas necessidades consideradas	Supre-se suas necessidades

Fonte: Pinto, 2009, p. 21.

Nas práticas de justiça restaurativa, o diferencial é a presença da vítima. Segundo Campanário (2011), as práticas restaurativas são uma oportunidade de fala para a vítima expressar seus sentimentos com relação aos danos sofridos e poder fazer questionamentos sobre o trauma em si, com o intuito de transformar o conflito entre vítima e ofensor e promover a restauração.

Quanto ao tratamento processual penal da vítima, Giamberardino (2021b) salienta que o acesso das vítimas às práticas restaurativas é regulamentado pela Resolução n. 225, de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ressalta a importância da reparação de danos, da responsabilização e do atendimento a necessidades como seu enfoque e adota, dentre as linhas programáticas de implementação de programas restaurativos, o acesso universal à via restaurativa e o caráter sistêmico, buscando integrar tais programas a políticas públicas e redes de apoio que fortaleçam os direitos das vítimas numa perspectiva restaurativa. O que se espera é evitar a uso da vítima somente como instrumento do processo penal com o viés da punição.

Giamberardino (2021b) salienta a importância de promover a efetivação da “paz social” para além da aplicação da imposição da pena, para tanto, adverte que é preciso que o Sistema de Justiça invista na efetivação de práticas que abarquem a dimensão humana do conflito estimulando a participação ativa da vítima mediante práticas restaurativas que possam trazer esclarecimentos, bem como levar em consideração os seus sentimentos e a sua narrativa com o intuito de ao fim atingirem a reparação dos danos.

2.2 Justiça restaurativa no Brasil: “teoria e prática” aplicadas de formas diferentes

A adoção de práticas de justiça restaurativa passou a ser recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos seus Estados-membros, inclusive ao Brasil, a partir da Resolução n. 1999/26, que dispunha sobre o Desenvolvimento e a Implantação de Medidas de Mediação e de Justiça Restaurativa na Justiça Criminal.

A Resolução n. 12/2002 do Conselho Social Econômico da ONU, posteriormente, forneceu as diretrizes da justiça restaurativa como é entendida, em linhas muito gerais, e traçou, entre os seus objetivos, a reintegração do agressor à

sociedade em lugar da simples aplicação de pena punitiva. A resolução implementa as diretrizes da justiça restaurativa no Brasil e destaca os principais termos:

I – Terminologia 1. Programa de Justiça Restaurativa significa qualquer programa que use processos restaurativos e objective atingir resultados restaurativos 2. Processo restaurativo significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (*conferencing*) e círculos decisórios (*sentencing circles*). 3. Resultado restaurativo significa um acordo construído no processo restaurativo. Resultados restaurativos incluem respostas e programas tais como reparação, restituição e serviço comunitário, objetivando atender as necessidades individuais e coletivas e responsabilidades das partes, bem assim promover a reintegração da vítima e do ofensor. 4. Partes significa a vítima, o ofensor e quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime que podem estar envolvidos em um processo restaurativo. 5. Facilitador significa uma pessoa cujo papel é facilitar, de maneira justa e imparcial, a participação das pessoas afetadas e envolvidas num processo restaurativo. (ONU, 2002)

Raffaella Pallamolla (2017, p. 235) retrata na sua pesquisa de doutoramento a construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário entre os achados da pesquisa e conclui que “ao longo da pesquisa, pôde-se perceber que a construção da justiça restaurativa no Brasil é fortemente influenciada – desde o início de sua trajetória até o momento atual – pela chamada cultura de paz”. Pallamolla observou também que os temas sobre valores humanos, cultura de paz e comunicação não violenta emergiram naturalmente por meio dos interlocutores da sua pesquisa, mesmo sem ter formulado questões diretas sobre a vinculação entre cultura de paz e justiça restaurativa.

Segundo Pallamolla, a implantação da justiça restaurativa no Brasil, com os projetos pilotos, foi bastante influenciada pela teoria de Zehr (2012), que serviu como base na época, mas, com o passar dos anos, na prática, os programas de justiça restaurativa no Brasil têm construído um modelo próprio.

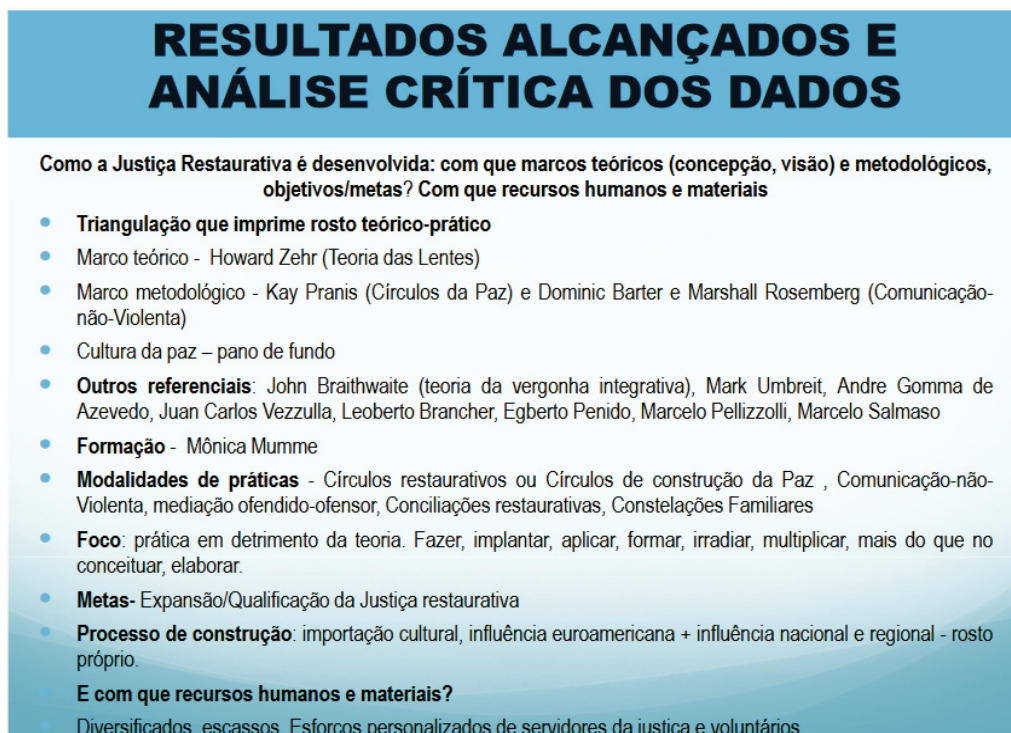
Como salientado em outros momentos, a justiça restaurativa no Brasil não foi construída entrelaçando teoria e prática. Pelo contrário, houve um progressivo afastamento de pesquisadores – sobretudo do campo jurídico – em relação ao que estava sendo erigido (enquanto discursos e práticas) a partir da prática. O resultado é que existem possivelmente duas justiças restaurativas no Brasil: uma na teoria, outra na prática. (Pallamolla, 2017, p. 233-234)

Marcelo Salmaso (2016) pondera que a Resolução n. 225/2016 não fez nenhuma imposição para que se utilize um único procedimento conferindo liberdade de atuação, desde que não perca o balizamento principiológico mínimo. Entretanto também observa que é o processo circular o mais utilizado no Brasil, pois, segundo ele:

tomando em conta as particularidades nacionais e a forma estrutural da sociedade brasileira – mormente no que toca à desigualdade social –, vem apresentando maior eficácia, justamente por envolver, para além das partes conflitantes e seus familiares, também a comunidade e a Rede de Garantia de Direitos, todos reunidos para entenderem as suas responsabilidades sobre como reparar o mal causado e desarmar as “molas propulsoras” existentes na sociedade, que “empurram” as pessoas à violência e à transgressão. (Salmaso, 2016, p. 41)

Vera Andrade (2018) comandou a pesquisa encomendada pelo CNJ, intitulada “Pilotando a justiça restaurativa: o papel do Poder Judiciário”. O estudo averiguou os programas de justiça restaurativa no Poder Judiciário brasileiro e apontou a técnica dos círculos da paz e a comunicação-não violenta como as práticas majoritárias.

Figura 9 – Quadro relatório¹⁹ “Pilotando a justiça restaurativa no Brasil”



Fonte: Pilotando a justiça restaurativa brasileira (Anexo J)

¹⁹ A figura faz parte do relatório da pesquisa apresentado por Vera Andrade (2018); (Anexo J, p. 243 desta tese).

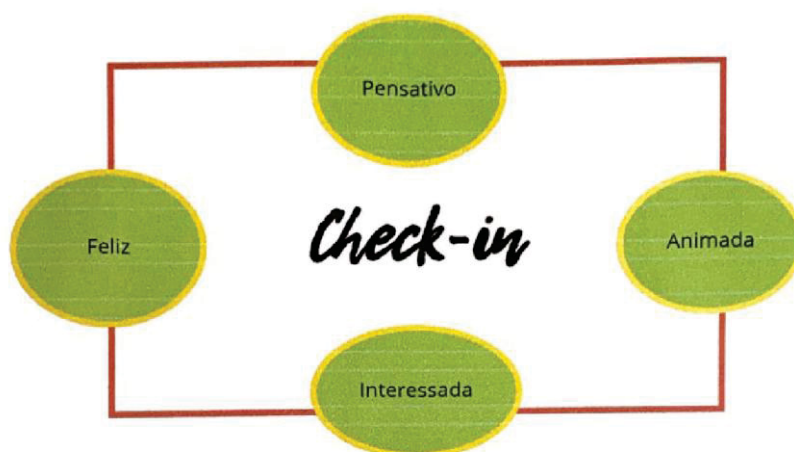
Os círculos de construção da paz são uma metodologia sistematizada pela pesquisadora Kay Pranis (2010), que explica em sua obra *Processos circulares* que a prática é baseada no relacionamento interpessoal ancestral, cuja técnica consiste no diálogo em círculo.

A utilização majoritária dos círculos de construção da paz no país também foi constatada na pesquisa de Pallamolla (2017, p. 240), e sua conclusão foi que “a prática hegemônica da justiça restaurativa no Brasil adotou os círculos da Kay Panis como a prática mais utilizada no país”.

2.3 Exemplo de roteiro de uma dinâmica de um círculo de construção da paz

Kay Pranis (2010) explica que a metodologia dos círculos inicia com a cerimônia de abertura que representa um convite para os participantes que devem se desligar das preocupações externas naquele momento. Trabalha-se com técnicas de relaxamento, exposições de vídeos ou músicas, o que for escolhido pelos facilitadores do círculo. Depois, trabalha-se com o sentimento/a presença. Pergunta-se para cada um como está se sentindo, como está chegando no círculo (*check-in*), para saber quais são as expectativas de cada um.

Figura 10 – Exemplos de sentimentos no círculo da paz



Fonte: Elaborada pela autora.

Após, traçam-se combinados/orientações: questiona-se quais valores cada um considera importante para criar um espaço seguro para que todos se expressem de maneira autêntica, e alinha-se a expectativa do grupo com relação ao que viverão

naquele tempo. O número de combinados e orientações podem variar de acordo com o número de participantes, que podem sugerir mais de um combinado.

Na figura a seguir, por exemplo, as pessoas elegeram como combinados: fala em primeira pessoa, sempre utilizando o pronome “eu”; respeito à palavra; respeito às necessidades fisiológicas (isso quer dizer que se precisar sair para ir ao banheiro poderá sair e voltar sem constrangimento); voluntariedade (as pessoas são convidadas a participar e não obrigadas); confidencialidade (respeitar os segredos e os sentimentos); honestidade (falar com o coração as suas verdades); sinceridade (as falas devem ser sinceras, os sentimentos expressados devem ser verdadeiros); fala a partir do coração (aqui se repete o compromisso com a verdade sincera); respeito à opinião do próximo (independentemente do que o colega falar, mesmo que seja um posicionamento contrário, ele não vai ser criticado pelo grupo); não julgamento, respeito e comunicação não violenta (são três valores no mesmo combinado para reforçar que ninguém deve julgar o seu colega, não existe certo ou errado, é preciso acolhimento e uma comunicação assertiva sem violência); e, por fim, cuidado com o tempo (esse combinado é específico para as dinâmicas de círculos, que são rápidos e antes de começar já têm preestabelecido o tempo de duração, que deve ser respeitado).

Figura 11 – Exemplo de valores e combinados no círculo da paz



Fonte: Elaborada pela autora.

Toda fala é respeitada por um “objeto” que vai organizar a palavra (o objeto é conhecido como o bastão da fala): esse objeto pode ser qualquer coisa material que passará de mão em mão respeitando a vez de cada pessoa, que, junto às outras

peessoas, estará em uma grande da roda, um participante ao lado do outro, de modo sequencial. A pessoa que estiver em posse do objeto da palavra tem o direito de falar, e os demais têm a oportunidade de escutar. O objeto da palavra é uma das formas mais palpáveis – literalmente – de garantir a distribuição de poder no grupo. O objetivo é construir e fortalecer relacionamentos com foco na energia compartilhada e em ocasiões alegres, destacando conquistas positivas e a importância do respeito. Esses círculos ajudam todos os participantes a praticarem a valorização de seus pares.

2.3.1 Materiais usados durante a dinâmica de círculos de justiça restaurativa

- Facilitador (ideal duas pessoas).
- Materiais: objeto da palavra (lápiz), peças de centro (toalha, livro, lápis, jaleco, máscara, álcool em gel, brinquedos).
- Preparação: arrumar as cadeiras em um semicírculo sem móveis no meio, para os alunos, e dispor os materiais no centro do semicírculo. Dar as boas-vindas a todos no espaço do círculo.
- Rodada de *check-in*: “Como você está se sentindo hoje? Você tem alguma coisa especial para compartilhar e que se sente confortável em colocar para o grupo?”.
- Momento de atenção plena/*mindfulness*: meditação para os participantes se acalmarem.
- Apresentação da rodada: uma “rodada” equivale ao objeto da palavra passando por cada participante em torno do círculo. O facilitador fará uma pergunta e o participante da vez poderá responder primeiro. O facilitador passará, então, o objeto da palavra para a pessoa seguinte, indicando, assim, em que direção o objeto da palavra continuará a ser passado no círculo. Na primeira rodada, os participantes/alunos são convidados a dizerem seus nomes e responderem a qualquer pergunta que tenha sido feita. Lembre-se: sempre é possível que o participante passe o objeto da palavra adiante sem se pronunciar.
- Atividade principal: cultura da paz, comunicação não violenta e a valorização da diversidade.
- Rodada temática: “Eu convido vocês a compartilharem seus sentimentos sobre as perguntas selecionadas abaixo” (são exemplos hipotéticos do que se pode trabalhar no círculo; para o tema “respeito”, por exemplo, poderão ser

elaboradas as seguintes perguntas (Figura 12), que serão lidas em voz alta e respondidas pelos participantes, respeitando a vez da pessoa com o bastão de fala, que terá a prioridade.

Figura 12 – Exemplos de perguntas para se fazer num círculo



Fonte: Elaborada pela autora.

- Rodada de *check-out*: “Como você está se saindo?”; é o momento que será feita a partilha com os participantes da dinâmica.

Figura 13 – Exemplos de sentimentos no final de um círculo



Fonte: Elaborada pela autora.

2.3.2 Elementos essenciais na construção do círculo

O facilitador do círculo usa os seguintes elementos para planejar o círculo e criar o espaço para que todos os participantes falem a sua verdade uns para os outros de maneira respeitosa, buscando a resolução de seus conflitos ou dificuldades.

Sentar todos os participantes em um círculo (de preferência sem mesa).

- Cerimônia de abertura;
- Peça central;
- Valores/diretrizes;
- Objeto da palavra;
- Perguntas norteadoras;
- Cerimônia de fechamento.

Todos os participantes devem sentar-se em círculo – nas orientações de Kay Pranis, a geometria do círculo é importante porque esse arranjo permite que todos olhem e prestem contas, assumindo suas responsabilidades, um para com o outro, frente a frente. O formato também cria um senso de foco em uma preocupação que é comum a todos, sem criar a sensação de “lados” ou de tomar partido. Um círculo enfatiza a ideia de igualdade e conectividade. A retirada das mesas pode, às vezes, ser desconfortável para as pessoas, mas é importante na criação de um espaço à parte, diferente do nosso jeito usual de discutir assuntos difíceis. A autora justifica que esse modelo ajuda a aumentar a responsabilização porque toda a linguagem corporal fica óbvia para todos (Pranis, 2010).

2.3.3 Peça de centro

Key Pranis (2010) reforça que os círculos usam uma peça central para criar um ponto de convergência, que dá apoio ao falar de coração e escutar de coração. A peça de centro geralmente fica no chão, no centro do espaço aberto dentro do círculo de cadeiras. Em geral, é uma base ou um trilho de tecido. O centro pode incluir objetos representando os valores do “eu verdadeiro”, os princípios que alicerçam o processo, uma visão compartilhada do grupo. As peças do centro com frequência enfatizam a inclusão pela incorporação de símbolos dos membros individuais do grupo do círculo, bem como pelas culturas representadas. Os centros podem ser construídos

coletivamente, com cada vez mais representação do grupo e dos indivíduos no círculo, à medida que o tempo passa e o grupo volta a se reunir.

2.3.4 Diretrizes e objeto da palavra

Os participantes em um círculo têm o papel principal na concepção de seu próprio espaço, criando as diretrizes para sua discussão. As diretrizes articulam os acordos entre os participantes sobre como eles se conduzirão no diálogo do círculo. O objetivo das diretrizes é descrever os comportamentos que os participantes sentem que farão com que o espaço seja um lugar seguro para que eles falem suas verdades. Não são limites rígidos, mas lembretes de reforço das expectativas de comportamento de todos dentro do círculo. Elas não são impostas aos participantes, mas adotadas por consenso do círculo.

De acordo com Kay Pranis (2010), os círculos utilizam um objeto da palavra para regulamentar o diálogo dos participantes. O objeto da palavra é passado de pessoa para pessoa em volta do perímetro do círculo e somente o indivíduo segurando o objeto da palavra pode falar. Isso permite ao detentor do objeto falar sem interrupção e possibilita aos ouvintes escutarem sem se distrair pensando numa resposta ao que se está falando. O uso do objeto da palavra permite a expressão completa de emoções, a reflexão atenciosa e um ritmo sem pressa e é um equalizador poderoso, uma vez que permite que cada participante tenha igual oportunidade de falar e carrega o pressuposto de que cada um tem alguma coisa importante para oferecer ao grupo. À medida que passa fisicamente de mão em mão, o objeto da palavra tece um fio de conexão entre os membros do círculo, reduzindo o controle do facilitador e, conseqüentemente, compartilhando o controle do processo com todos os participantes. Quando for possível, o objeto da palavra representará alguma coisa importante para o grupo, pois quanto mais significado o objeto da palavra tiver (de modo consistente com os valores do círculo), mais poderoso será para gerar respeito pelo processo e alinhamento com o “eu verdadeiro” de cada um.

2.3.5 Cerimônia de fechamento

As cerimônias de fechamento reconhecem os esforços realizados pelo círculo, afirmam a interconectividade dos presentes, transmitem um sentido de esperança

para o futuro e preparam os participantes para retornarem ao espaço de suas próprias vidas. As cerimônias de abertura e de fechamento são planejadas para se adequarem à natureza do grupo em particular e oportunizam a reação/resposta cultural. Em grupos de círculo continuado, os participantes podem ser envolvidos na realização das cerimônias de abertura e fechamento ou podem planejá-las para o grupo (Pranis, 2010).

2.4 Papel do facilitador em um círculo

O facilitador auxilia o grupo a criar e manter um espaço coletivo no qual cada participante possa se sentir seguro para falar honesta e abertamente sem desrespeitar ninguém. É ele quem monitora a qualidade do espaço coletivo e estimula as reflexões do grupo por meio de perguntas ou tópicos sugeridos. Segundo Key Pranis e Boyes-Watson (2011, p. 41), o facilitador não controla as questões levantadas pelo grupo nem tenta direcionar o grupo para um determinado resultado. Sua função é iniciar um espaço que seja respeitoso e seguro para envolver os participantes no compartilhamento da responsabilidade pelo espaço e por seu trabalho coletivo. O facilitador não atua como fiscal das diretrizes do grupo, a responsabilidade por reportar problemas com as diretrizes pertence ao círculo todo. Além disso, não é papel do facilitador consertar o problema que o círculo está reportando (Pranis; Boyes-Watson, 2011).

2.4.1 A formação e a atuação do facilitador de justiça restaurativa

Para atuar como facilitador, é necessário, primeiro, que se faça um curso de qualificação em algum Tribunal de Justiça do país. De acordo com exigência do CNJ, o indivíduo deve fazer um curso específico para formação em capacitação de justiça restaurativa.

De acordo com o art. 5.º, III, da Resolução n. 225/2016 do CNJ, a formação dos facilitadores deve observar o que determina o artigo 14 da referida resolução, observando as atribuições da postura do facilitador²⁰.

²⁰ As atribuições do facilitador estão descritas na Resolução n. 225/2016 com as seguintes diretrizes: “Art. 14 - São atribuições do facilitador restaurativo: I – preparar e realizar as conversas ou os encontros preliminares com os envolvidos; II – abrir e conduzir a sessão restaurativa, de forma a propiciar um espaço próprio e qualificado em que o conflito possa ser

Key Pranis (2010) orienta que não há necessidade e nem a exigência de que o facilitador tenha formação jurídica, mas sim que pelo menos tenha algum curso superior em qualquer área para poder fazer a formação como facilitador, que deve ser específica, pois requer muita responsabilidade e cuidados com os sentimentos de cada membro dos círculos.

A justiça restaurativa criou um campo para a atuação de diversos segmentos, no entanto, de acordo com os resultados da pesquisa “Pilotando a justiça restaurativa”, Vera Andrade (2018) observou que as formações dos facilitadores e/ou de agentes de justiça restaurativa precisam ser mais profundas no que diz respeito ao referencial teórico conceitual e aos métodos, e também mais duradouras. Além disso, avaliou que esses atores também necessitam de uma formação interdisciplinar que potencialize sua visão crítica estrutural e contextual da sociedade, do Estado, da justiça, do controle social e punitivo no Brasil, no interior dos quais se inserem os programas de justiça restaurativa no Brasil.

No próximo capítulo, serão apresentados o Projeto Florescer e a estrutura ideológica do CIS, uma unidade prisional feminina de regime fechado criada com base nos valores da justiça restaurativa visando a promoção da cultura da não violência e a reintegração social das mulheres encarceradas.

compreendido em toda sua amplitude, utilizando-se, para tanto, de técnica autocompositiva pelo método consensual de resolução de conflito, própria da Justiça Restaurativa, que estimule o diálogo, a reflexão do grupo e permita desencadear um feixe de atividades coordenadas para que não haja reiteração do ato danoso ou a reprodução das condições que contribuíram para o seu surgimento; III – atuar com absoluto respeito à dignidade das partes, levando em consideração eventuais situações de hipossuficiência e desequilíbrio social, econômico, intelectual e cultural; IV – dialogar nas sessões restaurativas com representantes da comunidade em que os fatos que geraram dano ocorreram; V – considerar os fatores institucionais e os sociais que contribuíram para o surgimento do fato que gerou danos, indicando a necessidade de eliminá-los ou diminuí-los; VI – apoiar, de modo amplo e coletivo, a solução dos conflitos; VII – redigir o termo de acordo, quando obtido, ou atestar o insucesso; VIII – incentivar o grupo a promover as adequações e encaminhamentos necessários, tanto no aspecto social quanto comunitário, com as devidas articulações com a Rede de Garantia de Direito local” (CNJ, 2016a).

CAPÍTULO 3

3.1 Modelo CIS x “estado de coisas inconstitucional”

Neste capítulo será apresentada a estrutura física e ideológica do funcionamento do Centro de Integração Social (CIS), que é uma Unidade de Progressão de Regime que se propõe a promover atividades de estudo, trabalho e cursos profissionalizantes para ocupação máxima do tempo das mulheres encarceradas. Essa unidade prisional feminina também se propõe a ser referência no tratamento humanizado da pena com as propostas e os desafios do Projeto Florescer.

Essa instituição carcerária atende a mulheres que cumprem pena no regime fechado e sua idealização foi uma resposta positiva contra o cenário negativo da política penitenciária brasileira, que se encontra em situação de “estado de coisas inconstitucional”. Para tanto, será apresentado como essa unidade prisional feminina promove a mudança na ambiência da penitenciária feminina para proporcionar a cultura da não violência e a reintegração social das mulheres.

3.2 Projeto Florescer: proposta de unidade prisional feminina humanizada

A Jornada Florescer foi primeiramente pensada como um pré-projeto para servir de alicerce para a criação do Centro de Integração Social (CIS), uma Unidade de Progressão especializada para presos que tenham um bom comportamento e que estejam cumprindo os últimos cinco anos. A nova estrutura foi efetivamente construída e implantada em 2020 e todo o seu planejamento foi elaborado numa cartilha²¹ orientadora, para servir como guia para as novas Unidades de Progressão que deverão ser implantadas no Paraná e que sigam essa orientação de manter uma administração com base na justiça restaurativa.

A prioridade nesse modelo de gestão é a melhoria da ambiência prisional e a promoção de um tratamento mais humanizado e menos violento e degradante, hoje comum nas penitenciárias superlotadas do país, que não respeitam e nem cumprem

²¹ A Cartilha CIS com todo o planejamento teórico para a implantação da Unidade de Progressão está no Anexo I (p. 218 desta tese).

as medidas de tratamento adequado conforme estabelece a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984).

Figura 14 – Imagem da entrada do CIS



Fonte: Paraná, 2025a.

A foto (Figura 14) mostra o espaço do CIS por fora. Por dentro, o projeto arquitetônico em formato de vila conta com 1,7 mil m² e alojamentos coletivos, abriga no máximo nove presas em camas individuais e possui banheiro privativo com porta. No pátio, as mulheres presas podem caminhar livremente e tomar banho de sol à vontade, sem nenhuma restrição.

Figura 15 – Imagem dos fundos do CIS



Fonte: Paraná, 2025a.

A capacidade do local é para 216 mulheres que cumprem pena no regime fechado, mas atualmente atende 97 detentas, a maioria com idade entre 20 e 35 anos. Durante o dia todo, o CIS oferece trabalho, estudo e diversos cursos de qualificação profissional, que servem para a diminuição da pena. No entanto somente as presas que apresentam bom comportamento podem ser selecionadas para irem para o CIS.

Figura 16 – Imagem palestra sobre os cuidados com a saúde



Fonte: Paraná, 2023.

O Programa da Jornada Florescer em sua primeira fase serviu como um pré-projeto para a criação do CIS, que foi estruturado observando diretrizes e valores pensados pelas idealizadoras, Lobato e Massa (2020), em construção conjunta com servidores do Deppen PR, psicólogos, assistentes sociais e servidores do Poder Judiciário paranaense – especialmente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) – e por mulheres privadas de liberdade.

foi realizado um círculo com mulheres privadas de liberdade, para compreender os valores e as necessidades presentes no contexto de privação de liberdade. Desse modo, foi possível construir uma visão mais abrangente e sistêmica do problema. Por fim, essa fase foi concluída com o levantamento e a conceituação dos valores [...] 10 essenciais: Valorização, Credulidade, Efetividade, Humanização, Justiça, Corresponsabilidade, Criatividade, Comunicação assertiva, não violenta e compassiva, Sociabilidade e Governança Sustentável. [...] Na sequência, as ideias foram agrupadas em sete eixos de trabalho [...] O eixo escolhido foi o de transformação de conflitos, composto pelas seguintes ideias: 1. círculos de construção de paz; 2. oficinas de comunicação não violenta; 3. programa de justiça restaurativa; 4. espaço de fala e escuta. 5. espaço de diálogo; e 6. grupo de mútua-ajuda. (Lobato; Massa, 2020, p. 30)

O Centro de Integração Social (CIS) é uma unidade prisional feminina baseada nos valores de humanização, justiça, corresponsabilidade, sociabilidade e governança sustentável. De acordo com Lobato e Massa (2020), o propósito do CIS é contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa privada de liberdade, visando à plena reintegração social das mulheres que cumprem pena no regime fechado.

A Jornada Florescer é uma forma de proporcionar um ambiente sem violência e com a promoção humanizada da pena. De acordo com Lobato e Massa (2020, p.44), a estrutura de todo o processo de construção do projeto do CIS e da Jornada Florescer está pautada “numa nova cultura restaurativa, não violenta e regenerativa”, que só foi possível com união de esforços de todos os envolvidos no GMF-PR²², Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducação, que juntos elaboraram a Cartilha do CIS com toda a estrutura do Projeto Florescer, propondo na prática um formato dialógico, cooperativo e transformativo.

Nesse sentido, a justiça restaurativa torna-se importante fundamento para romper com o paradigma retributivo e meramente punitivo, que já se mostrou ineficaz, especialmente no contexto prisional [...] os esforços visam atender o principal objetivo da pena que é assegurar que os educandos sejam capazes de levar uma vida autossuficiente ao retornarem à sociedade. (Lobato; Massa, 2020, p. 44)

3.3 Conhecendo a dinâmica do círculo da Jornada Florescer

A Jornada Florescer é um curso que acontece em quatro encontros, nos quais se utilizam como base fundamental as técnicas do círculo da paz da metodologia da Kay Pranis (2010), que apresenta estrutura²³ e roteiros para serem aplicados. Nesse método, as pessoas se sentam em círculo, há o objeto da fala para organizar o diálogo (processo de fala e escuta), além do ritual das cerimônias de abertura e fechamento, de um roteiro pré-elaborado com as perguntas norteadoras e de uma peça de centro.

²² “O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducação (GMF/TJPR) foi criado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e segue as diretrizes da Resolução nº 214/2015” (Paraná, 2025b). No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi instituído pela Resolução n. 173/2016-TJPR e pela Lei Estadual n. 20.444 de 17 de dezembro de 2020 e se constitui como unidade judiciária vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça. Entre suas principais atribuições estão o planejamento e a execução de atividades voltadas para diagnosticar e implementar melhorias nos sistemas prisionais do Estado, visando promover medidas para erradicar o tratamento degradante e tornar efetivas a ressocialização e a aplicação de medidas alternativas, dentre outras. Ademais, as atribuições atinentes às medidas socioeducativas no Paraná também fazem parte de suas atividades, em parceria com o Conselho da Infância e da Juventude (Consij).

²³ A técnica dos círculos da paz da Key Pranis foi apresentada no Capítulo 2, com um exemplo fictício para ilustrar a técnica.

A facilitadora explica que fez adaptações ao modelo existente do círculo da Kay Pranis (2010) com o intuito de promover valores pessoais e bem-estar, para tanto, Adriana Massa comenta que se apropriou de algumas técnicas que podem ser consideradas terapêuticas:

na roda da medicina; a roda da mudança e a jornada do herói são apresentadas²⁴, e as mulheres são convidadas a criar e compartilhar com o grupo uma heroína, a partir da própria história e daquilo que querem construir, no futuro, após a passagem pelo sistema prisional. Inicia-se, assim, uma jornada de conexão consigo e com o outro, por meio da cooperação. As mulheres são convidadas a construir suas árvores da vida. A árvore da vida que tem inúmeros significados, porém, no contexto da Jornada, ela representa aquilo que faz a vida ter significados importantes. Ao final cada participante é convidado a pensar em seus sonhos, como gostaria de estar daqui 5 ou 10 anos [...]. (Lobato; Massa, 2020, p. 40-43)

Pelo fato de o CIS ser uma Unidade de Progressão de Regime Fechado com o propósito de promover ações que visam à humanização da pena, ele pode ser confundido com o modelo de uma Associação de Proteção e Assistência ao

²⁴ O processo circular baseado na prática Key Pranis é a principal técnica utilizada na metodologia da justiça restaurativa presente em quase toda a base da Jornada Florescer:

Roda da medicina: tem seus fundamentos originários nos saberes ancestrais, especialmente advindos dos nativos do Canadá. Na roda da medicina, estão presentes as dimensões da experiência humana física, mental, emocional e espiritual; esse processo de interação consigo e com o outro faz parte da dimensão do coração, que busca adentrar bases axiológicas da essência humana e que é fundamental para a criação de um espaço coletivo propício para cocriação de novos experimentos e significados.

Roda da mudança: trabalha com técnicas de motivações para mudanças de ordem cognitivo-comportamental, cujo esquema conceitual foi denominado roda da mudança e segue representada em seis estágios: 1. Pré-contemplação, também chamada de pré-ponderação, pois é o ponto de partida, no qual a pessoa ainda não considera a possibilidade de mudança; 2. Contemplação (ponderação) é o início da tomada de consciência dos entraves e neste estágio a pessoa pode considerar ou rejeitar a mudança; 3. Determinação ou preparação, no qual a pessoa tem uma visão mais clara dos seus problemas e já consegue vislumbrar possíveis soluções; 4. Ação é a fase do engajamento, em que o indivíduo coloca em prática seus esforços para a mudança; esta fase exige comprometimento e perseverança; 5. Manutenção alerta para o fato de que fazer mudanças não garante a mudança, e nesta etapa exige estratégias para que não ocorram recaídas; 6. Recaída é a fase em que não se mantém o novo comportamento, assim, a pessoa precisa recomeçar o processo, ou seja, volta a circular a roda ao invés de ficar imobilizada.

Jornada do herói ou monomito: idealizada pelo autor com base na observação de um padrão de narrativa em vários povos. O conceito retrata a jornada cíclica presente em mitos, que são histórias que envolvem um herói que parte em uma aventura e volta vitorioso, mesmo após ter passado por uma crise decisiva, assim retorna à casa mudado ou transformado, após enfrentar obstáculos e perigos, e renasce em outro patamar de consciência.

Árvore da vida: é um desenho com o modelo de estrutura de uma árvore que cada participante vai fazer ao final. A árvore deve ser composta de: a) uma base axiológica, caracterizada pelas raízes, que crescem e se desenvolvem nutridas por valores pessoais que contribuem com o processo evolutivo espiritual, mental e emocional; b) uma base de competências e habilidades sociais, que é o tronco, cujos traços mais fortes contribuem para dar sustentação aos projetos de vida; e c) uma base onírica, que é a copa da árvore, composta por sonhos, planos e ideias pretéritas, por aquilo que se deseja alcançar (Lobato; Massa, 2020, p. 40-43).

Condenado (Apac). Assim, avaliou-se ser prudente, antes de finalizar o capítulo, trazer brevemente as principais diferenças entre estes dois sistemas: CIS e Apac.

3.4 CIS, uma Unidade de Progressão Humanizada diferente do método Apac

O CIS não é um modelo inspirado na Apac²⁵. Esses dois sistemas penitenciários possuem metodologias distintas, mas têm em comum o objetivo de proporcionar condições harmônicas de integração social do condenado e do internado – cf. artigo 1.º da Lei de Execução Penal (LEP) (Brasil, 1984).

A seguir, será feita uma breve comparação entre esses dois sistemas, quanto às semelhanças e diferenças da gestão e quanto ao tratamento do apenado.

O modelo Apac surgiu no Brasil em 1972, em São José dos Campos (SP), onde foi criada a primeira Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, que atualmente se multiplicou, chegando a 62 unidades em todo o Brasil. Em comparação, existem cinco CIS – Unidade de Progressão no Paraná, porém um único tem a Jornada Florescer com a metodologia dos círculos da paz.

Quanto à gestão de funcionamento, na Apac é basicamente pautada numa filosofia marcadamente religiosa²⁶ com missões e valores que trabalham com a religião e com experiências que buscam o encontro com Deus. O foco é na recuperação do preso de modo que possa ser reintegrado à sociedade, seguindo as seguintes diretrizes:

- a) participação da comunidade; b) o recuperando ajudando o recuperando; c) trabalho; d) a religião e a importância de se fazer a experiência de Deus; e) assistência jurídica; f) assistência à saúde; g) valorização humana, base do Método APAC; h) a família; i) o voluntário e o curso para sua formação; j) Centro de Reintegração Social (CRS); k) mérito; l) Jornada de Libertação com Cristo. (FBAC, 2025)

²⁵ Ver “Apac, a dignidade como ferramenta de recuperação do preso”. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/23102022-Apac-a-dignidade-como-ferramenta-de-recuperacao-do-preso>. Acesso em: 14 mar. 2025.

²⁶ O sociólogo Émile Durkheim (2003b [1912]) escreveu a obra *As formas elementares da vida religiosa*, na qual examina de maneira prática as associações entre representações e elementos sociais, no caso, as práticas religiosas. Durkheim (2003b [1912]) define a Igreja como um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que se reúnem numa mesma comunidade que adere às práticas. O sociólogo observou já naquela época algumas peculiaridades da Igreja, como o pensamento coletivo; sua extensão e o seu caráter coercitivo mesmo nas representações coletivas. “Os ritos, enquanto um modo de ação religioso, são concebidos como [...] regras que determinam como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas”; “[...] uma sociedade cujos membros estão unidos por se representarem de uma mesma maneira o mundo sagrado e por traduzirem essa representação comum em práticas comuns” (Durkheim, 2003, p. 24-29).

Para Giamberardino (2018, p. 40), o movimento das Apac's tem ampliado o espaço no debate sobre a assistência na execução penal para além da exclusividade estatal, recorrendo-se à "cooperação da comunidade"²⁷.

as APACs têm despertado grande interesse, inclusive da comunidade científica internacional, pelas experiências em Minas Gerais, São Paulo e início de sua implantação em outros Estados, como Paraná, defendendo a abertura do sistema prisional ao protagonismo altruísta de membros e organizações da sociedade civil, sem quaisquer fins lucrativos, como forma de redução da reincidência. A experiência, por um lado, indica um caminho altamente recomendável para qualquer perspectiva progressista que é a abertura e oxigenação do fechadíssimo ambiente carcerário - destaca-se que se trata sempre de regime fechado - a iniciativas comunitárias e mesmo informais; por outro, porém, levanta indagações sobre a constitucionalidade do reconhecimento incondicional, pelo Estado, de um método substancialmente pautado pela religião como forma de ressocialização e, por fim, que não se apresenta como alternativa – bem ao contrário – ao conteúdo disciplinar da pena privativa de liberdade.

No método apaqueano, a gestão é feita por voluntários que são membros de organizações da sociedade civil, sem quaisquer fins lucrativos. Não possui guardas, e a segurança é feita com a ajuda dos próprios “recuperandos”, chamados pelo nome civil, que recebem um crachá com foto e identificação; eles mesmos cuidam das instalações e ficam com as chaves. Passeiam livremente no dia a dia, estudam e trabalham; nas Apac's, não possuem monitoramento eletrônico nem algemas, muito menos escolta armada. Já no CIS, a gestão é feita pelo Departamento de Polícia Penal do Paraná (Deppen). As mulheres presas são tratadas como “PPL” e não usam crachás com os seus nomes. O CIS possui monitoramento com sistema de TV 24 horas e há contagem das presas todos os dias às 6h da manhã. Quando chegam pela primeira vez no CIS, as presas desembarcam algemadas e com escolta armada, ficam um período separadas para adaptação e depois podem ficar livres dentro da estrutura do CIS. Elas andam livremente pelo pátio, trabalham, estudam e fazem cursos profissionalizantes.

No quesito segurança interna, essas são as principais características que diferenciam os dois sistemas carcerários, que ao menos têm como semelhança a preocupação com o respeito à dignidade humana do preso, ambas se propondo a

²⁷ O artigo 4.º da Lei de Execuções da Pena, Lei n. 7.210/1984, dispõe que: “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança” (Brasil, 1984). Isso significa que a legislação reconhece a importância do envolvimento da sociedade no processo de ressocialização dos apenados e na efetivação dos objetivos da execução penal.

ofertar estudos, cursos e trabalho, bem como a promover uma convivência harmônica e a reintegração dos presos.

Em sua tese de doutorado, Monteiro Neto (2024) pesquisou empiricamente toda estrutura física e ideológica de funcionamento de uma Apac no Paraná para entender: “A constituição do sujeito na associação de proteção e assistência aos condenados”. Entre as suas conclusões, entendeu que o método apaqueano, ao menos nessa instituição do Paraná, utiliza discursos disciplinares rígidos e condutas questionáveis, uma vez que obriga, por exemplo, que todos os ‘recuperandos’ participem dos cultos, obrigatoriedade esta contrária ao dispositivo do artigo 24 da LEP (Brasil, 1984). Segundo Monteiro Neto, nas práticas observadas em seu estudo, foi possível perceber que se impõe à pessoa presa um “modelo homogeneizante de existência e regras de conduta segundo padrões especificamente determinados, o que contribui para a constituição de indivíduos assujeitados” (Monteiro Neto, 2024, p. 198).

No CIS, as detentas não são obrigadas a participarem dos cultos, as mulheres são livres para decidir qual religião seguir e se oferece um ecletismo religioso com a presença de representantes das principais religiões: católica, evangélica e espírita – porém, a presença da Igreja Universal é a mais marcante, por meio da Universal nos Presídios (UNP)²⁸. Todos os finais de semana, a UNP realiza cultos, que são os mais frequentados pelas mulheres entrevistadas (em sua maioria, evangélicas declaradas). A igreja Universal oferta a maioria dos cursos de capacitação profissionalizante com certificados e oferece também cursos de Graduação (EAD) em Serviço Social e Pedagogia para as presas que quiserem prosseguir fazendo faculdade após a conclusão do Ensino Médio, com a posterior realização do Enem.

A UNP também financia a formatura²⁹ e confecciona os certificados de conclusão dos cursos das presas.

²⁸ A UNP conta com mais de 40 mil voluntários, que atuam no trabalho social desenvolvido em todo o Brasil. Dentre esses, há ainda profissionais qualificados, que dispõem da sua arte, do seu tempo e de seu conhecimento para oferecer cursos gratuitos em diversos segmentos – com certificação nacional, por meio da Fanduca – para os detentos. Só em São Paulo, a iniciativa da UNP já formou mais de cinco presidiários. Informações no site: <https://www.universal.org/noticias/post/formatura-simultanea-mais-de-mil-presos-concluem-cursos-profissionalizantes-em-sp/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

²⁹ Anexo G (p. 212 desta tese) – publicação de notícias sobre a formatura das mulheres com becas recebendo diplomas e certificados de conclusão de curso.

As informações sobre a estrutura do CIS, sua proposta de humanização e as técnicas utilizadas de justiça restaurativa serão mostradas no próximo capítulo (Capítulo 4), no campo. O estudo acompanhou toda a parte prática da Jornada Florescer, que utiliza os círculos de construção da paz, conforme será descrito a seguir, com todos os detalhes da técnica.

CAPÍTULO 4

4.1 Campo

O presente capítulo inaugura a parte prática da a pesquisa de campo com a metodologia participante. Neste ponto da tese, descreve-se cada etapa da aplicação da técnica dos círculos de construção da paz.

Ao final deste capítulo apresenta-se uma breve observação sobre as percepções, comparando a teoria da justiça restaurativa com a prática dos círculos de construção da paz realizados no Projeto Florescer.

4.1.1 Considerações iniciais sobre o campo

A pesquisa foi realizada no Complexo Penitenciário de Piraquara, onde fica localizado o prédio do Centro de Integração Social (CIS), que ocupa 1,7 mil m² de área construída com alojamentos em formato de vila, com várias casas germinadas, ao invés de celas.

A construção desse CIS fica no interior do Complexo Penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, local onde também estão os prédios das penitenciárias feminina (PFP) e masculina (PEP I e PEP II), na Rua Isídio Alves Ribeiro, S/N - Planta Meireles, Piraquara - PR, 83304-240.

Durante os quatro encontros da Jornada Florescer são trabalhadas várias atividades que parecem improvisadas, mas implicitamente seguem um roteiro que foi previamente elaborado pela facilitadora, a qual explicou que utiliza a técnica circular³⁰ da justiça restaurativa junto a técnicas que envolvem muito o diálogo³¹, como uma forma de interatividade do grupo, composto por 17 mulheres privadas de liberdade mais a facilitadora e a pesquisadora que foi observadora participante. Porém foram realizadas entrevistas individuais com um total de dez participantes que estavam

³⁰ Círculos de construção da paz, de Key Pranis, conforme já explicado no Capítulo 2.

³¹ Para Bohm (2005), o propósito do diálogo é promover um livre fluxo de significados e a compreensão da consciência em si mesmo, bem como a melhora da comunicação entre as pessoas, permitindo a observação compartilhada da experiência e a produção de diferentes percepções da realidade vinculadas ao mundo interno e externo.

disponíveis, as demais não participaram porque estavam trabalhando ou já haviam conseguido sair do CIS com tornozeleira.

4.2 Primeiro dia no campo da Jornada Florescer

Segunda-feira, dia 26 de setembro, início da Jornada Florescer. O curso teve duração de quatro semanas, sempre às segundas-feiras (26 setembro, 3, 10 e 17 de outubro, que foi último dia).

O evento aconteceu no Espaço do Saber, uma sala de estudos que fica na própria sede do CIS, uma unidade penal inaugurada recentemente, em 2020, com o objetivo de ser uma Unidade de Progressão de Pena para as mulheres que cumprem o regime fechado de prisão, com pena superior a oito anos.

O início da programação estava previsto para as 8h. Nesse dia, cheguei mais cedo, para evitar atrasos. Cheguei na entrada principal às 7h20, me identifiquei como pesquisadora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que iria acompanhar o Projeto Florescer no CIS e disse que a minha entrada estaria autorizada pela direção.

Os guardas pegaram o meu documento de habilitação, checaram no computador e viram que meu nome estava no e-mail enviado pela direção com a autorização para entrar no CIS e participar do Projeto Florescer. Então não demoraram e logo me autorizaram a entrar. Nesse dia, não revistaram o meu carro e não houve nenhuma hostilidade e nem desconfiança com relação à minha pessoa.

Logo entrei no Complexo Penal de Piraquara, um lugar imenso que reúne no mesmo espaço os prédios das penitenciárias masculina e feminina locais, onde estão os presos que cumprem pena no regime fechado (a partir de oito anos).

O local não possui asfalto, a rua é de chão batido e nesse dia tinha chovido bastante, então havia muito barro no caminho entre a guarita principal e o CIS, uma distância de uns 500 metros. Em frente ao prédio do CIS, havia várias pessoas trabalhando na construção do estacionamento. Não usavam uniformes dos presos (calça e moletom laranjas e camiseta branca), então não dava para saber se eram de fora ou de dentro do Complexo Penitenciário de Piraquara.

Estacionei o carro num lamaçal e fui a pé, andando cerca de cem metros até chegar à guarita do CIS. Lá, fui recepcionada pela guarda que cuida dos portões e monitora as pessoas antes da passagem do detector de metais.

Como cheguei às 7h40, antes das pessoas que fariam a dinâmica do Projeto Florescer, fiquei uns 30 minutos conversando com a guarda, que me cedeu um banquinho para sentar próximo a ela enquanto esperava o pessoal chegar.

Puxei conversa perguntando o nome dela e se era tranquilo de trabalhar ali, e ela me disse que sim. E que era tranquilo até demais. Que os problemas ali não eram as presas, e sim o pessoal que trabalhava com ela. Perguntei o que mais ela notava de diferente... e ela disse que a forma de agir das guardas ali era diferente do que ela estava acostumada. Falou que antes trabalhava na penitenciária de Santa Catarina e que era mais rígido lá, em comparação com o seu atual posto de trabalho no CIS, onde assumiu a pouco tempo, após ter passado no último Processo Seletivo Simplificado (PPS). Porém, disse que preferia o local de antes, porque impunha mais autoridade perante as presas, e agora ali no atual ambiente de trabalho o tratamento dado às presas é mais cordial.

Perguntei se ela gostava do que fazia, e respondeu que sim, que era um sonho de criança trabalhar com segurança pública e que já estava no ramo há oito anos. A conversa informal terminou assim que a facilitadora da Jornada Florescer chegou, perto das 8h10, entrou com o carro dela junto à diretora e estacionou no pátio interno.

Nesse primeiro dia, a facilitadora não precisou passar pelo detector de metais. Ela apareceu na porta junto a outra guarda para me chamar. Fui avisada que se tivesse com celular não poderia levar para dentro do prédio. Disse que não tinha celular comigo, apenas meu relógio simples de pulso com ponteiro, que retirei somente para passar pelo detector de metais e depois o coloquei novamente. Enquanto a guarda esperava, observava todos os meus movimentos, informei que estava com o meu caderno de campo e que havia avisado a diretora que entraria com ele para tomar notas.

Após a inspeção na entrada, essa guarda nos guiou direto para a sala Espaço do Saber, para onde as detentas foram direcionadas em seguida para participar da Jornada Florescer.

Logo que entramos na sala, presas começaram a chegar, quase que ao mesmo tempo. A facilitadora, então, perguntou para a guarda responsável naquele plantão pelo alojamento quantas iriam participar. Ela olhou a sua lista em mãos e disse que seriam 18 participantes.

4.2.1 Estrutura da sala

A sala destinada para a aplicação do Projeto Florescer tem o nome de Espaço do Saber. O local tem capacidade para cerca de 50 pessoas, sentadas em cadeiras individuais (universitárias) com assento e apoio de plástico. Tem ar-condicionado, uma televisão, que deve ter entre 42 e 49 polegadas, e, embaixo na mesa, um aparelho de DVD. A sala também possui sinal para internet e serve também para os estudos das detentas que fazem faculdade a distância (cursos de Pedagogia e Serviço Social). Há também o ensino universitário presencial, que inclusive uma das 17 participantes do Projeto Florescer frequenta no curso de Serviço Social. O curso é presencial, ofertado e promovido pela Igreja Universal.

A sala é grande, tem quatro janelas, duas em cada lado da sala, com em média 1,5 metros cada uma. Na parede que fica à direita da porta de entrada, há duas macas encostadas embaixo da janela, as quais são utilizadas para os cursos e em emergências, se necessário.

Uma das macas foi usada por uma das participantes no terceiro dia do encontro, pois ela estava com uma hérnia abdominal inchando na sua barriga e a forma mais confortável de permanecer na sala era mais deitada. Mesmo com o desconforto, ela quis continuar no grupo, porque estava lhe fazendo bem.

4.3 Observação participativa decidida no primeiro dia de campo da Jornada

Ao iniciar o trabalho em campo, a minha proposta inicialmente era ficar à distância, observando a dinâmica de interação e tomando nota das conversas, mas não foi possível. A informação de que eu também deveria participar veio quando entramos na sala Espaço do Saber. Perguntei à facilitadora se eu poderia apenas observar e tomar notas; ela me respondeu que não e justificou explicando que todos são convidados a fazer parte desse grande círculo e que a metodologia dos círculos restaurativos não permite que tenham expectadores na sala sem integrar o círculo, por isso todos devem estar sentados um ao lado do outro sem ficar ninguém de fora. Assim, concordei em participar, porque compreendi que fazia parte da pesquisa.

Já sobre o meu pedido para fazer anotações, ela disse que eu deveria avisar as participantes e, acima de tudo, ser discreta, pois as questões tratadas no círculo da Jornada Florescer devem ficar no círculo, tendo em vista que entre os acordos e

combinados das participantes está a confidencialidade. No momento que chegasse a minha vez de me apresentar, eu deveria dizer, além do meu nome, um pouco sobre o que eu estava fazendo ali, bem como avisar que faria algumas observações por escrito sobre a dinâmica da Jornada Florescer, e não sobre a vida pessoal delas e do que fosse colocado no círculo naquele momento. E assim procedi, e praticamente não anotei nada durante os encontros para não criar nenhum desconforto. Além disso, eu³² estava ali também como uma das participantes.

Mas antes disso, houve a organização da sala e a explicação do que era o Projeto Florescer. Conforme iam entrando na sala de maneira ordenada, uniformizadas com calça e moletom laranja e camiseta branca e sem algemas, todas foram sendo recepcionadas com cumprimentos de boas-vindas pela facilitadora, que as cumprimentava com um “bom dia e sejam bem-vindas”. Em seguida, as convidava para colocar as cadeiras em um grande círculo e sentarem onde se sentissem mais confortáveis. Começou perguntando o nome ou apelido pelo qual gostariam de ser chamadas e os escreveu em crachás, que foram entregues para cada uma. Após todas se sentarem em círculo e com os crachás, a facilitadora fez um discurso sobre o seu papel ali e explicou o que era o Projeto Florescer e a Jornada da qual elas iam participar.

4.4 Contando a história sobre o CIS e o Projeto Florescer

No discurso de abertura e apresentação do Projeto Florescer, a facilitadora começou falando que era assistente social há quase 20 anos no Tribunal de Justiça

³² Aqui, eu, enquanto pesquisadora, também fui participante da observação e acredito ter feito a diferença para entender de perto a fenomenologia do objeto de estudo. Cada encontro foi uma experiência importante e desafiadora para a minha anotação da observação participante, pois tomava nota somente após os encontros e era um exercício bastante técnico separar as emoções do racional. Nesta pesquisa, me identifiquei muito com a antropóloga Jeanne Favret-Saada (2005, p. 155-161) em seu relatos, na obra *Ser afetado*, sobre o trabalho de campo (a modalidade de ser afetado), nos quais ela afirma que participou de um estudo sobre uma antropologia das terapias e relata: “Uma vez que aceitei ocupar o lugar que me tinha sido designado nas sessões, praticamente não tomei mais notas: tudo se passava muito depressa, deixava-as correr sem pôr-me questões, e, da primeira sessão até a última, não tinha compreendido praticamente nada do que tinha acontecido. Mas registrei discretamente [...] No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu ‘participasse’, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, ao contrário de um trabalho; mas se tentasse ‘observar’, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para ‘observar’. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado. Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentado fazer da ‘participação’ um instrumento de conhecimento”.

do Paraná (TJPR) e que estava ali porque acreditava ser possível fazer diferente. Além disso, contou sobre o projeto e como iriam prosseguir dali em diante. Começou falando que seriam quatro encontros na Jornada Florescer, que faz parte do Projeto Florescer. O projeto deu início à criação do CIS, em 2020, com uma estrutura física e de pessoal mais humanizada para dar o suporte às participantes com capacitações técnicas e educacionais, auxiliando-as na progressão do regime fechado (no qual todas se encontravam cumprindo a pena) para o regime semiaberto com tornozeleira, quando já podem ser reinseridas na sociedade.

4.4.1 Discurso sobre a justiça restaurativa e a Jornada Florescer

A facilitadora explicou que as horas dedicadas aos quatro encontros contabilizariam para diminuir a pena e ajudar na progressão do regime. Contou como seria a capacitação em justiça restaurativa, o que significava a JR (falou em siglas) e que era utilizada para ajudar as pessoas a transformarem os conflitos: “a JR visa repensar os modelos da pena retributiva, que só aplica a pena, com o objetivo do mal pelo mal”. Para ilustrar, falou sobre o propósito da justiça restaurativa, que começou com o povo Maori, nativo da Nova Zelândia, que ensinava que “quando alguém da tribo praticava uma violação, era preciso que ela fosse restaurada”.

4.4.2 Discurso sobre autoconhecimento e reflexão

A responsável por orientar o curso explicou que a capacitação de justiça restaurativa na Jornada Florescer trabalha com a reconexão da pessoa com as suas raízes e busca conectar a teia invisível que existe nas relações sociais e restaura os “nós” conosco, num convite interno. A facilitadora afirmou que a inspiração também vinha do livro *A jornada da heroína*³³, sobre a busca da mulher para se reconectar com o feminino³⁴, um caminho que desenvolve o senso de identidade mais profundo, buscando a essência de cada uma. Disse ainda que esse curso ajudaria as participantes a buscarem o seu autoconhecimento e a conexão consigo e com os

³³ Teoria mencionada no Capítulo 2.

³⁴ A obra *The heroine's journey*, autoria de Maureen Mudok, é baseada na psicologia junguiana e dialoga com a jornada do herói. Representa a trajetória das mulheres no mundo, em busca da autodescoberta e da construção de suas identidades.

outros e destacou que durante a Jornada Florescer há um despertar para os questionamentos: “o que eu quero”?; “quais são os meus valores”?; “qual é o meu sonho?”.

4.4.3 Discurso sobre a proposta de humanização da pena

A facilitadora ainda explicou que a ideia dessa jornada serviu como proposta de base do CIS, que tem a característica mais humanizada de incentivar as pessoas que ali estão privadas de liberdade (PPL), auxiliando com estudos, trabalho e cursos, os quais são elaborados e disponibilizados justamente para aumentar as horas para a progressão do regime, capacitando as detentas. Destacou também que o salão de beleza oferece treinamento para trabalhar como manicure e com sobancelhas, bem como com tratamentos de cabelo, a quem se interessa, além de outros cursos de capacitação para o mercado de trabalho, como o de fabricação de chinelos e a parte de confeitaria e salgados, com certificado do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por exemplo.

A facilitadora destacou que todo esse incentivo prossegue quando elas saírem na progressão para o semiaberto com tornozeleira, e que podem contar com o apoio do escritório social para ajudar com os documentos e auxiliar quem quer voltar para a sua cidade natal.

Ainda durante as explicações preliminares do que era o curso, a duração e o que teria, uma das participantes a interrompeu com o seguinte questionamento: “eu só quero saber se esse curso vai ter remição”. E logo foi tranquilizada pela facilitadora, que confirmou a expectativa dela e sinalizou que seriam dois dias de remição, que serão descontados da pena de cada uma delas. Após a resposta, a participante logo se manifestou: “não vejo a hora de sair daqui e quero diminuir logo a minha pena... minha progressão tá só pro final de 2023, quero sair logo”.

Ainda durante as explicações preliminares, uma outra participante disse que achou interessante esse assunto de justiça restaurativa e questionou o porquê desse projeto não era aplicado com mais frequência nas peninteciárias, se era algo bom para todos. A facilitadora disse que a ideia é ir cada vez mais ampliando o projeto e comentou sobre a iniciativa de Foz do Iguaçu, onde, na penitenciária feminina, já participaram oito grupos de presas que tiveram a formação no Projeto Florescer migrado para lá e que está mais adiantado do que em Piraquara, onde só agora

iniciaram o curso presencialmente, por causa da Pandemia de Covid-19. Segundo a facilitadora, aquelas participantes eram o primeiro grupo do CIS na formação no modo presencial.

Após terminar de explicar o que era a Jornada Florescer e a sua proposta de capacitação com a justiça restaurativa, a facilitadora explicou como seriam os encontros seguintes. Falou que haveria uma comemoração no último dia, um encontro (a última segunda-feira) com uma comemoração especial para a entrega dos certificados da formação desse grupo na Jornada Florescer e que haveria até um lanche especial: cachorro-quente com pão francês, com todos os ingredientes, e refrigerantes.

O anúncio do lanche causou muita alegria e até alguns comentários, como “nossa nem acredito que vou comer um pãozinho francês... faz dois anos que eu não sei como é mais o gosto de um pão francês, que delícia”. Outra participante comentou: “nossa, que bom, já podia antecipar esse lanche, um pãozinho com mortadela, ai, que delícia”. Logo que ouviu o pedido da participante, a facilitadora prometeu que na próxima segunda-feira, que seria o segundo encontro, teria pão francês com mortadela. A alegria foi geral e todas comemoraram muito o anúncio do próximo encontro.

As participantes ficaram muito eufóricas com o combinado dos lanches, por isso se levantavam das cadeiras para falar com outras colegas e diziam várias vezes: “que delícia”. Foi difícil controlar a situação de modo que elas ficassem mais calmas e voltar ao silêncio, tanto que, em vários momentos, a facilitadora não conseguia retomar a explicação de como seriam os próximos passos para dar início à Jornada Florescer.

4.5 Orientações sobre a dinâmica dos círculos da Jornada Florescer

Primeiramente, a facilitadora começou a explicar quais materiais seriam usados, e depois começou a direcionar para o início das apresentações. “Agora em círculo, uma de cada vez, respeitando a palavra e com o objeto da fala. Este bichinho de pelúcia, que vai passar de mão em mão, vai organizar a vez de cada uma falar o seu nome e como gostariam de ser chamadas, e vocês devem dizer também qual o seu sentimento neste momento, qual a expectativa de cada uma”. É o *check-in*, que, segundo Kay Pranis (2010), é o “momento da presença”, quando se pergunta para

cada participante do círculo como a pessoa está se sentindo, qual é o sentimento que está aflorando e quais são as suas expectativas.

Assim prosseguiu, cada uma foi falando o seu nome e dizendo como queria ser chamada. Quando chegou a vez de uma determinada participante, ela disse o seu nome civil de registro e manifestou o desejo de ser chamada por seu apelido: “eu quero ser chamada de perturbada”. Ela logo foi orientada pela facilitadora de que no círculo devemos sempre promover as palavras positivas, por isso era melhor chamá-la por seu nome, e a participante concordou. A facilitadora comentou educadamente que os apelidos são importantes, mas é preciso ter autocuidado, porque as palavras que falam sobre si mesmos não devem ser depreciativas, e o objetivo da Jornada Florescer é trabalhar as potencialidades e as qualidades das pessoas, por isso seria importante se autoafirmar positivamente. A participante concordou com os argumentos da facilitadora, deixou de lado o apelido e se posicionou com o seu nome de batismo.

A palavra foi passando de uma a uma, e a maioria disse que queria ser chamada pelo nome de batismo. Sobre o estado de ânimo, a maior parte disse que estava normal, uma estava feliz e alegre, duas disseram que estavam cansadas, uma com dor, outra, curiosa, uma outra, ansiosa, além de uma participante que disse que estava em paz.

Seguindo as apresentações, outras participantes também disseram que tinham apelido, uma delas disse que era o seu nome no aumentativo e justificou: “me chamam assim no aumentativo, primeiro, porque sou grande fisicamente, e o outro motivo era o papel que eu ocupava na minha cidade, porque lá eu era poderosa, todos conheciam a minha mãe e eu que fiquei no lugar dela e cuidava do tráfico na região”. O sentimento que expressou é que estava se sentindo curiosa.

A colega participante que estava ao seu lado disse que tinha o apelido do seu nome no diminutivo, mas só quem ela gostava podia chamá-la por seu apelido, e como não era todo mundo, então era para chamá-la pelo nome de batismo. Sobre o sentimento: “estou me sentindo ansiosa”.

Eu fui a última a me apresentar, disse meu nome e que podiam me chamar de Fabi. Nessa primeira oportunidade, me apresentei, contei que estava fazendo uma pesquisa na UFPR e que estava estudando o Projeto Florescer e a justiça restaurativa. Pedi licença para elas para fazer anotações no caderno sobre a dinâmica e as

atividades do projeto. Agradei a oportunidade e a receptividade de todas e disse que estava grata pela oportunidade de poder fazer o estudo ali.

4.5.1 Dinâmica dos bichinhos de pelúcia

Após todas terem falado os seus nomes, cada uma recebeu um crachá, que foi colocado bem à vista de todas. Para exercitar essa apresentação dos nomes, a facilitadora aplicou uma dinâmica dos bichinhos de pelúcia. Todas deviam ficar em pé numa roda menor para começar a passar o bichinho de uma para a outra de maneira ordenada e sequencial. Cada vez que uma pessoa jogava para a colega, tinha que falar o nome dela em voz alta. Após ter passado a primeira rodada com apenas uma pelúcia, a brincadeira prosseguiu com cinco bichinhos diferentes, e as participantes tinham que jogar sempre para a mesma colega, falando o nome dela em voz alta.

A facilitadora disse que a atividade começa a criar uma conexão entre as participantes e exige muita concentração para, ao mesmo tempo, pegar a pelúcia e passar sempre para a mesma pessoa dizendo o nome dela em voz alta, sem deixar cair no chão, até que passem todas as pelúcias pelas mãos de todas as participantes.

4.6 Montagem dos objetos de centro³⁵

A dinâmica dos bichinhos de pelúcia deixou as participantes se sentindo mais à vontade. Isso foi percebido principalmente ao observar que uma das participantes, uma senhora³⁶ de 61 anos, mostrou-se um pouco mais animada após a participação nessa dinâmica. Durante a maior parte do tempo, ela se mostrava triste e desanimada e chegou a falar que tinha depressão profunda e tomava remédios há muitos anos.

Somente após a dinâmica com as pelúcias é que realmente iria começar o trabalho com os círculos de construção da paz, ali na Jornada denominados de

³⁵ O objeto de centro faz parte da cerimônia dos círculos restaurativos, conforme foi demonstrado no Capítulo 2.

³⁶ Pude compreender o porquê seu ânimo estava melhor ali, participando do grupo, na entrevista individual que fiz com essa senhora. Ela contou que sofria de depressão profunda, motivo pelo qual inclusive tinha se aposentado por invalidez, há oito anos. No CIS, ela chegou a oito meses e deve cumprir 15 anos de prisão por homicídio contra o companheiro. Disse que sofria violência doméstica e que estava cansada daquela vida, por isso reagiu, se defendendo e batendo na cabeça do companheiro com uma ferramenta. No júri popular, disse que o promotor a descreveu como uma mulher perigosa e falou que ela nunca havia feito boletim de ocorrência, por isso era questionável a sua alegação de legítima defesa por violência doméstica.

“Círculo Florescer”, inspirados nos círculos de justiça restaurativa ensinados por Kay Pranis. A facilitadora começou a montar o círculo do centro e a inserir os elementos que seriam trabalhados. Ela colocou primeiro a toalha com o escrito “justiça restaurativa” no centro do círculo. Depois, colocou um vaso de plantas para representar a natureza e pediu que nela fosse lembrada a água, a terra, o fogo e o ar e que tudo e todos estamos interligados, que há uma conexão entre os seres e a natureza e que precisamos escutar a nós mesmos e ao outro.

Colocou também no centro uma caixa de canetinhas e lápis coloridos, papel para escrever e uma caixa com vários materiais pequenos de sucata, lembrancinhas de festas e brinquedos que seriam usados nas próximas dinâmicas desse primeiro encontro. Estava sendo preparado o círculo para o início da Jornada Florescer.

4.6.1 Objeto da fala³⁷

A facilitadora tirou da sacola um coelhinho de pano que tinha no máximo uns dez centímetros e disse que ele seria o “objeto da fala” dentro do propósito. Explicou que no círculo é preciso respeitar a ordem de fala, e somente pode falar quem está com o objeto da fala, enquanto isso, todas as outras colegas escutam de maneira acolhedora, sem julgamentos. Em seguida, continuou, sem parar de falar, a explicar outras regras que fazem parte do círculo de justiça restaurativa, mas ali adaptadas para o Círculo Florescer.

Sobre os valores que cada uma considera importante e disse que esse valor seria escrito no papel em uma palavra ou mais, se a pessoa considerar importante complementar esse valor para ela. Tranquilizou as participantes que estivessem com dificuldade que a colega ao lado poderia auxiliar na escrita, caso fosse necessário, mas antes começou a distribuir tiras de papel colorido para que cada uma pudesse escolher a cor preferida. Mas, assim que os papéis foram sendo passados no montinho para serem escolhidos, três participantes se manifestaram em voz alta rejeitando a cor laranja³⁸, que é a do uniforme diário que usam. Quando pegavam o

³⁷ Toda a estrutura de um círculo foi explicada no Capítulo 2, dessa forma, é mais fácil compreender os termos utilizados durante as rodadas e os encontros no círculo.

³⁸ Regras de Mandela são regras mínimas da ONU para o tratamento de presos, e a Regra 19 estabelece que deve ser garantido vestuário adaptado às condições climáticas e de saúde a todos os reclusos que não estejam autorizados a usar o seu próprio vestuário. Esse vestuário não deve de modo algum ser degradante ou humilhante (Lanfredi, 2016a).

monte de papel em mãos, reagiam: “eu não quero o laranja!”; “Deus me livre, estou cheia do laranja!”; “Laranja, não”.

Depois que todas estavam com uma tira de papel com a sua cor de preferência, a facilitadora orientou que cada uma escrevesse uma palavra com um significado de valor para si e falasse sobre essa palavra.

A facilitadora escolheu a palavra “congruência” e deu início à rodada dizendo o que significava para ela ser congruente. Para ela, aquela palavra era importante e expressava a sua forma de viver e agir na sociedade. Pelo fato de ser assistente social, ela agia com a sua consciência e com a sua formação e gostava de estar com as pessoas e ajudá-las.

Na sequência, passou o bastão, e a participante que ficava à sua esquerda escreveu no papel como seus valores “Deus” e “família”, justificando que são os mais importantes (principalmente o seu filho de 16 anos, que tem um tumor no cérebro) e que se Deus quisesse logo estariam juntos na sua cidade natal.

Foram passando o objeto da fala para as demais colegas, e o valor que mais aparecia era “família”³⁹. Uma das participantes disse que o mais importante para ela era o filho e que só pensava em poder sair para ficar com ele, que tinha 13 anos, Síndrome de Down, estava numa instituição de acolhimento e só tinha ela para cuidar dele.

Os valores mencionando os filhos e a família foram se repetindo. Uma outra participante também chorou ao falar dos filhos, porque atribuiu a eles o fato de estar ali; disse que foi buscando uma vida melhor para eles que procurou o tráfico⁴⁰ e que agora eles estavam sobrevivendo sem ela, com a ajuda de familiares, e isso a fez amadurecer. Eles já estavam há muito tempo longe, e, segundo ela, isso era muito dolorido.

Ainda, como valores importantes, citaram a “humildade”, justificando que é preciso ser humilde e temer a Deus; a “amizade” também foi mencionada e foi

³⁹ Com exceção de três participantes da Jornada Florescer, as demais todas são mãe solo e, ao se referirem a família estavam levando em consideração seus filhos.

⁴⁰ Cortina (2015) em seu estudo Mulheres e tráfico de drogas: traz a realidade das aprisionadas e a suas relações com o crime de tráfico de drogas, sob a ótica da criminologia feminista e a da feminização da pobreza. O estudo aponta a necessidade urgente de implementação de políticas públicas específicas, pautadas para reverter as situações de vulnerabilidade que têm orientado essas mulheres para o ingresso no tráfico de drogas como uma alternativa de geração de trabalho e renda.

reforçado que deve ser cultivada; ainda se destacaram a “empatia”; a “sinceridade”, que para uma das participantes é um valor importante mesmo quando dói ser sincero; a “felicidade”; a “paz”; e a “resiliência” como um valor importante para uma participante que acredita que é possível se reinventar e superar as dificuldades. Para uma das participantes, o valor “liberdade” é fundamental e deve ser alcançado; para outra, o valor “Jesus” foi considerado, pois, segundo ela, é preciso tê-lo presente em todos os dias e se apegar a Ele.

4.6.2 Hora do lanche com patrocínio da facilitadora

Antes de prosseguir para as próximas etapas, foi feito um intervalo de 20 minutos. O pessoal da cozinha trouxe o bolo de fubá, que foi feito no dia, e o café com leite em pó, para acompanhar. O lanche foi financiado com os recursos próprios da facilitadora, com exceção do café preto e do leite em pó, que são cedidos pelo próprio CIS.

4.6.3 Diretrizes e valores

Após terminarem o lanche no intervalo de 20 minutos, foi dado prosseguimento aos trabalhos. A facilitadora orientou que naquele momento dariam continuidade nos valores, mas agora o foco seria criar e estabelecer regras e diretrizes a serem seguidas por todas as participantes do grupo durante os encontros daquela Jornada Florescer. As normas seriam criadas em conjunto por todas as participantes, que dariam ideias das diretrizes que considerassem importantes para o funcionamento do grupo e para ajudar na convivência harmônica durante os quatro encontros.

Essas diretrizes e esses valores servem de direcionamento para a boa convivência de todas as participantes e devem ser consultados conforme a necessidade do grupo de esclarecer alguma dúvida, por exemplo: qual medida tomar ou de que forma agir caso seja preciso decidir a respeito de algo, de modo que essa decisão seja tomada e consentida por todas as participantes. E como diretrizes e valores, foram estabelecidas as seguintes regras, sugeridas pelo grupo:

- Manter a confidencialidade;
- Respeitar o espaço do outro;
- Respeitar a fala do outro;

- Ter escuta cuidadosa;
- Ter cuidado com as palavras, para não magoar;
- Ser discreto (o que acontece no círculo, fica no círculo);
- Respeitar os sentimentos;
- Compreender o sentimento do outro;
- Ter empatia;
- Fazer elogios;
- Ter positividade e amor;
- Tudo é um convite;
- Ter 3 F's (força, foco e fé);
- Estar aberto para aprender;
- Ser transparente;
- Ouvir mais;
- Incluir todas as nossas necessidades;
- Não julgar o outro;
- Agir com igualdade (o que vale para um, vale para outro).

Essas diretrizes foram criadas como regras de como agir no grupo e todas as participantes deram ideias e sugestões daquilo que acreditavam ser importante naquele momento para o grupo. As normas foram escritas em *post-its* e coladas na parede ao lado da entrada, bem visíveis para todas na entrada e saída da sala, no início e no final dos encontros.

Após as diretrizes serem criadas e colocadas na parede, eu passei a anotar menos coisas no caderno de campo, pois percebi que algumas participantes olhavam quando eu fazia anotações. E pelo fato de ter sido anexada à diretriz da confidencialidade, não quis criar nenhuma má impressão nas participantes com relação a mim, no sentido de pensarem que eu estava tomando nota de questões pessoais.

4.6.4 Caixa de sucatas

Antes de começar esta dinâmica da caixa de sucata, a maioria das participantes estava curiosa para saber o que eu tinha nessa caixa com cerca de 40 cm de profundidade e 20 cm de largura. Então elas queriam o quanto antes mexer na

caixa, que estava indo e voltando para outros setores, o que aumentava ainda mais a curiosidade das participantes.

Assim, a caixa foi passando de mão em mão, de acordo com a ordem da fala, e foi orientado que cada uma das participantes escolhesse um objeto que lhes chamasse a atenção ou tive algum significado. Quando a última pegou um símbolo ou um brinquedo, foi orientado que cada uma falasse sobre as suas escolhas e o que isso refletia nas suas vidas pessoais.

Foram interessantes as conexões que as participantes fizeram. Uma delas, Simone⁴¹, escolheu os óculos de criança que tinham antenas e muito brilho e colocou na sua face. Ela fez uma conexão com o filho de 13 anos, que é especial: “eu quero mostrar alegria para o meu filho, eu quero cuidar dele e ele precisa de mim”; a participante Dalva⁴² pegou um brinquedo com a imitação de óculos de grau e justificou a sua escolha pelo fato de precisar de óculos de grau.

Na sequência, outra colega também pegou óculos da caixa, mas o dela era de sol. Ela colocou na face e começou a rir alto, dizendo que os óculos lhe traziam boas recordações: “me lembram quando eu morava e vendia sorvete no litoral de São Paulo. Eu estava numa boa, sossegada, fazendo tudo certinho, e me acharam lá. Depois de tantos anos, eu achava que a polícia tinha esquecido de mim, mas, que nada, me acharam”. Em seguida, começou a chorar, se lamentando pelo crime que cometeu, e concluiu a sua fala dizendo que ainda tinha uns 20 anos para cumprir.

Um momento após esse desabafo, ela agradeceu a Deus por estar ali no CIS e relatou que: “estou aqui por um acidente, nem sei porque me deram essa oportunidade, estou feliz por isso”. Desde que chegou no CIS, há pouco mais de um ano, ela está cursando a faculdade *on-line* de Serviço Social.

Outra participante que pegou os óculos de plástico disse que, para ela, fazia sentido aqueles óculos porque estava com uma nova visão das coisas. E não entrou em detalhes. Uma outra participante comentou o porquê de ter escolhido uma plaquinha escrita “estou na pista”, ela riu e disse que logo era assim que queria estar, na pista, mas não detalhou. Uma pegou uma peça de Lego e disse que sentia saudades do pai e do irmão e que gostava de brincar com eles.

⁴¹ Simone, nome fictício, participou da entrevista reservada após a observação do campo.

⁴² Dalva, nome fictício, também participou da entrevista.

Outra participante que também escolheu uma peça de Lego disse que, para ela, representava “uma nova construção pessoal, um conhecimento a mais”.

Na sequência, uma outra participante pegou uma bonequinha e disse que era a representação da filha dela, a única pessoa que ela não queria magoar. Que havia feito de tudo para dar o melhor para a filha de 9 anos, mas fez da forma errada. Fez uma reflexão com a boneca em mãos e se comparou à mãe dela. Disse que havia falhado com a sua filha, e que estava se penitenciando por isso, porque não podia ter errado e que havia feito o mesmo que a sua mãe fez com ela. Mas que estava fortalecida e decidida que isso não ia se repetir, pela filha.

As demais participantes (a maioria) pegavam a caixa na mão, ficavam mexendo ao mesmo tempo em vários objetos por curiosidade, e selecionavam coisas aleatórias porque acharam legal.

4.6.5 Encerramento do primeiro encontro (*check-out*)

Assim como foi perguntado como as participantes se sentiam no começo do encontro, da mesma forma, foi questionado como estavam se sentindo na saída, ao final do primeiro encontro, e algumas respostas foram: “feliz”, “grata”, “em paz”, “mais leve”, “muito bem” e “bem”. As respostas eram diferentes do início, pois agora, no final, ao contrário da chegada, elas estavam interagindo mais. E o retorno foi ainda mais positivo com base nas seguintes respostas de várias participantes: “estou saindo do círculo bem”; “me sinto bem”; “mais leve”; “contente”; “grata e com fé”; “ansiosa para o próximo”, e outras também disseram que estavam torcendo para que chegasse a próxima segunda-feira logo.

Depois de expressarem os seus sentimentos sobre como estavam naquele momento ao final do encontro, a facilitadora fez a proposta de encerrar o primeiro encontro com uma atividade ainda em círculo. Assim, pediu para que todas ficassem em pé para fazer o exercício “Eu vejo você”.

Ela explicou que “Eu vejo você” é baseado na filosofia africana *Ubuntu*⁴³, que nutre o respeito pelo outro, e que essa filosofia amplia o convívio social e valoriza as

⁴³ *Ubuntu* pode ser compreendido como uma ontologia, uma epistemologia e uma ética, sua noção mais fundamental é a filosofia do ‘Nós’, segundo o filósofo sul-africano Mogobe Bernard Ramose. Trata-se de duas palavras em uma, a saber: “*ubu*” e “*ntu*”, no grupo nguni de línguas; *botho*, “*bo*” e “*tho*”, no grupo sotho de línguas; e *hunhu*, “*hu*” e “*nhu*” em xona. É um conceito filosófico no sentido comum da filosofia como amor à sabedoria (Dju; Muraro, 2022).

virtudes, a solidariedade, a confiança e o respeito ao próximo. Então, para fazer esse exercício de trabalhar “a extensão do outro em si”, as participantes do círculo foram orientadas a ficarem em pé para começar o exercício.

Para demonstrar, a facilitadora começou: olhou nos olhos da participante ao seu lado e falou o nome dela em voz alta, dizendo “fulana... eu vejo você”. A colega, em seguida, também deveria falar o nome da facilitadora em voz alta, respondendo “beltrana, eu estou aqui”; e prosseguiria o exercício com a colega ao lado, fazendo a mesma coisa. Em voz alta, disse: “fulana, eu vejo você” e depois virou para a colega que estava do seu outro lado, no mesmo círculo, e repetiu a fala olhando nos seus olhos, e assim prosseguiu até chegar na última participante.

O encontro, que havia começado às 8h30, terminou às 11h40. E como todo o material trabalhado, os papéis com os valores e as sucatas da caixa, que estavam no centro do círculo, foram guardados no armário pelas participantes que se voluntariaram para cuidar dos objetos e se prontificaram a deixá-los arrumados para a próxima segunda-feira, quando aconteceria o segundo encontro.

4.7 Segundo encontro Jornada Florescer

Para este segundo encontro, ficou estipulado que a programação começaria às 8h30. Mesmo assim, tratei de chegar antes; dessa vez, cheguei às 8h. Passei pelo portal principal do Complexo para me identificar da mesma forma. Entreguei o meu documento de habilitação e disse que era pesquisadora, que estava participando do Projeto Florescer, no CIS, e tinha uma autorização da direção do local. Os guardas perguntaram tudo em detalhes, quem eu sou, de onde sou e o que iria fazer. Após conferirem a autorização no e-mail, me liberaram para entrar sem revistar o meu carro, respondi que já sabia onde era. Novamente, estacionei a uma distância de cem metros, porque o estacionamento na frente ainda não estava pronto. Desci do carro e fui a pé até a entrada principal do CIS.

Apertei o interfone, me identifiquei novamente, porque lá estavam novas guardas, de outro plantão, que eu ainda não conhecia. Entrei e cedi o meu documento, que fica em posse das guardas até a minha saída. As guardas que estavam ali naquele plantão eram novas no local, porque não sabiam do Projeto Florescer e nem da justiça restaurativa, algo que me chamou a atenção, porque o prédio do CIS foi pensado para ser uma Unidade de Progressão (UP) referência na justiça restaurativa.

Então, sem muitos detalhes porque as guardas não pareciam querer muita conversa, falei que eu também não tinha muitas informações e que tinha começado as pesquisas recentemente sobre o Projeto Florescer, que usa a metodologia da justiça restaurativa. Ouviram, mas não se interessaram muito sobre o assunto e logo voltaram para o posto que estavam, na salinha principal, onde há uma janela grande pela qual as pessoas se identificam antes de entrar. Após me fornecerem um banquinho e trocarem breves palavras, se viraram e me deixaram sentada sozinha enquanto aguardava a facilitadora do Projeto Florescer. Após uns 20 minutos de espera, ela chegou, perto das 8h30, e veio com uma caixa enorme trazendo pães com mortadela, o lanche prometido na semana passada.

As novas guardas daquele plantão não conheciam a facilitadora, que é funcionária do GMF, vinculado ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o que era estranho, porque foi a facilitadora que ajudou a capacitar todo o pessoal que estava trabalhando no CIS com o foco na justiça restaurativa, um pré-requisito inicial para que os funcionários pudessem atuar naquele local.

O fato mais intrigante foi a postura das guardas, que proibiram que a facilitadora levasse o celular particular para o curso, mesmo tendo falado que havia autorização da diretora e argumentando que era para o uso no trabalho. Não adiantou, então não insisti com as guardas, mas ficou muito chateada. Enquanto estávamos a caminho da sala, em conversa particular comigo, ela disse que ia conversar sobre esse episódio com a direção para que isso não acontecesse mais, pois considerava a atitude das guardas contrária ao propósito do que estava sendo feito no CIS, que é Unidade de Progressão diferenciada. A facilitadora ainda reprimiu a postura das novas guardas e disse que iria sugerir que todas passassem urgentemente pela capacitação necessária para trabalhar no CIS.

Eu só fiquei escutando o desabafo dela e não entrei em detalhes. No entanto me lembrei que na semana anterior, que foi a primeira segunda-feira do encontro, a facilitadora não teve problemas em entrar com o seu celular porque entrou acompanhada da diretora do CIS, diretamente pelo estacionamento interno. Mas dessa vez não foi possível, porque chegou sozinha e teve que se identificar na portaria e passar pela porta de detector de metais, assim como eu.

4.7.1 Entrando no Espaço do Saber

Ao entrarmos na sala para o início do segundo encontro, nos deparamos com as participantes já todas sentadas em círculo, com as cadeiras arrumadas e com a toalha do centro posta com todos os elementos que foram colocados no primeiro encontro e que devem continuar até o último.

A facilitadora elogiou a postura de todas e foi logo avisando que no lanche teria o pão com mortadela. Isso as deixou mais animadas com a surpresa. Após os cumprimentos de bom dia, a facilitadora também percebeu que as participantes estavam mais arrumadas, com os cabelos soltos e com pintura nos olhos e batom, e disse que elas estavam muito bem e isso fazia muito bem para a autoestima.

Depois de elogiá-las, começou a falar como seria o encontro daquele dia e que, para começar, faria uma atividade diferente: iniciaria lá fora, numa roda em pé, para fazermos uma teia de aranha.

Assim, pegou a ponta de um novelo de lã, desenrolou parte da lã e, falando o nome de uma participante, passou o novelo para ela. Depois orientou que aquela que pegou o novelo enrolasse no dedo a lã para ficar firme e escolhesse alguém para passar o novelo, após falar em voz alta o nome da pessoa para a qual queria passar. Assim foi feito, até que todas as participantes estivessem com o fio enrolado no dedo e conectadas em forma de teia com todas as outras. Quando passou para a última pessoa enrolar parte da lã no dedo, a facilitadora pediu o novelo novamente para unir na ponta do fio que havia segurado no começo da teia.

Após unir o novelo com a ponta em sua mão, ela fez uma pressão, puxando levemente o novelo e a ponta para o seu lado direito, e depois fez para o seu lado esquerdo. A tensão fazia com que todas que estavam com parte do fio enrolado no dedo também se movimentassem com a pressão que ela fazia. Daí, ela fez a reflexão sobre a teia a que todos estamos unidos, dizendo que essa união é mais sentida nos grupos de amigos e familiares, que possuem mais poder sobre a nossas vontades. Falando calmamente, disse que os reflexos são sentidos em todo o grupo. Quando a teia é puxada para um lado, a tendência é puxar o grupo todo. E, de repente, ela fez uma pressão forte para baixo, forçando as participantes que estavam bem próximas a automaticamente se abaixarem bem perto umas das outras, sentindo mais forte a pressão da teia para baixo.

Com essa atitude, a facilitadora fez a comparação do impacto com as situações do dia a dia em que somos diretamente impactados pelas ações das pessoas que estão interligadas diretamente conosco, na família ou em qualquer grupo do qual fazemos parte, que funcionam como uma teia nas nossas relações. E todo impacto que causamos nessa teia ou que seja causado por outra pessoa que faz parte das nossas relações será sentido de alguma forma, seja para o bem ou seja para o mal, todos sentimos os impactos na teia.

Após essa dinâmica, todas as participantes ficaram pensativas, e as que estavam próximas e que sentiram mais o puxão até deram um grito de susto, porque não esperavam que a dinâmica teria esse momento de impacto.

Assim que terminou de falar sobre a teia, a facilitadora orientou que todas entrassem e se sentassem para prosseguir com a atividade. E após a dinâmica da teia, disse que gostaria de ouvir como cada uma estava chegando no círculo naquele momento, quais eram os seus sentimentos, e quem quisesse poderia falar como tinha sido a semana. A maioria demonstrou empolgação e disposição com tudo o que tinham visto até o momento e não via a hora de passar a semana logo para chegar o próximo encontro, relatando o seguinte: “eu estava ansiosa para chegar logo segunda-feira”; “eu também”; “eu estava cansada, mas quando lembrei que hoje era dia do curso, já me animei”.

4.7.2 Rodada de reflexões sobre a comunicação não violenta

Após terminar a rodada com o bastão da fala, na qual todas expressaram com uma palavra ou frase como estavam se sentindo, a facilitadora retomou o bastão e passou a trabalhar com a dinâmica da “comunicação não violenta”. Primeiramente, perguntou se as participantes já tinham ouvido falar sobre o assunto e se sabiam o que era a comunicação não violenta. Elas responderam que não. Então explicou que era uma prática que foi desenvolvida por Marshall Rosenberg (2006); que ele era psicólogo e a sua abordagem era uma inspiração para grandes líderes da humanidade, como o Gandhi, que impulsionou a resistência na Índia promovendo a paz contra a dominação dos ingleses. Disse que a comunicação não violenta (CNV) é um exercício difícil de praticar no dia a dia, porque exige uma escuta sem julgamento e de compreensão de que o outro está se comunicando de maneira violenta porque

também tem necessidades, e a forma de falar e de pedir muitas vezes é instintiva e agressiva.

A facilitadora aproveitou para falar o que tinha acontecido quando chegou cedo e foi impedida de entrar com o celular e contou que, mesmo argumentando que era para o curso, não foi permitido. Ela disse que avaliou que fazia parte do treinamento delas não deixar entrar nenhum celular, e a postura era uma necessidade para executarem bem o trabalho. “E eu também tinha a necessidade de usar o celular hoje na atividade de encerramento com vocês, mas vi que era possível inverter a ordem das dinâmicas, sem problemas”. No entanto afirmou que de qualquer forma iria pedir autorização à direção para usar o celular nas próximas aulas, sem conflitar diretamente com as guardas. Com o exemplo, comentou que todos os dias enfrentamos desafios, nos deparando com pessoas que pensam diferente de nós. E sempre a escolha será nossa, de como responder e como lidar com as diversas situações sem desencadear um conflito que não tem solução. A facilitadora somente ouviu atentamente os relatos das participantes e não comentou nada. Sutilmente, disse que a comunicação é importante e desafiadora na vida de todos. Na comunicação não violenta, aprendemos a não julgar e a sermos mais compassivos com a dor do outro, porque, mesmo quando a pessoa está nervosa e agressiva, ela não percebe que tem alguma necessidade sua que não está sendo atendida e por isso age muitas vezes com mais vigor.

A facilitadora citou novamente Marshall (2006) e contou a sua história e sobre a experiência em lidar com conflitos, pois ele percebeu que as pessoas envolvidas nessas confusões não percebiam a agressividade, e a forma de impor a ideia podia gerar um mal-entendido. Fez-se uma pausa para ouvir uma participante que quis contar uma situação recente que aconteceu com ela no refeitório e que a fez se sentir discriminada: “eu ganhei uma marmita da minha família que tinha uma coxa de frango e esqueci de oferecer para as meninas que estavam próximas, que começaram a dizer que eu estava me achando, só depois percebi a distração e me desculpei”. Depois do episódio, ela entendeu que na hora das refeições é de bom tom comer a mesma refeição das colegas e agora não come mais nada de diferente perto das outras no refeitório.

A facilitadora validou a fala da participante e disse que era um bom exemplo, no qual qualquer um pode estar envolvido. Segundo ela, vemos uma pessoa e já a julgamos, quando, na verdade, deveríamos ter uma postura de girafa, que é o símbolo

da comunicação não violenta, e não agir como o chacal, que é o símbolo da comunicação violenta e das intrigas.

Estes dois bichos (a girafa e o chacal), conforme a facilitadora, foram usados como exemplos por Marshall (2006), o idealizador da teoria da comunicação não violenta, para comparar com o comportamento humano. Ele usava essa analogia de maneira lúdica para mostrar que quando nos comunicamos compassivamente agimos semelhante a uma girafa, que é o símbolo da comunicação não violenta, pois é o mamífero terrestre que tem o maior coração, símbolo do amor e da compaixão, e com o seu pescoço grande ajuda a enxergar as situações num grande horizonte e de vários ângulos, assim haveria mais sabedoria nas decisões antes de serem verbalizadas. Já quando se age de forma agressiva, estaríamos agindo, segundo o psicólogo Marshall (2006), como um chacal (um lobo), que é cheio de artimanhas para atingir o seu objetivo, além de ser agressivo e agir com o instinto de sobrevivência.

Antes de servir o lanche, pão francês com mortadela, a facilitadora concluiu a reflexão da comunicação não violenta dizendo que no dia a dia temos sempre que estarmos interagindo com o outro e muitas vezes não concordamos com o posicionamento e a sua opinião, mas temos que ter controle para não entrar no clima da agressividade, porque nem sempre estamos em paz, mas a decisão sempre é nossa de como responder, com base no perfil de uma girafa ou do chacal.

Foi feito o intervalo e as participantes elogiaram muito o pão com mortadela. Após o lanche, uma das participantes veio falar no particular com a facilitadora que estava ao meu lado sobre a possibilidade de ter salgadinhos (coxinha e risoles) no próximo encontro, porque a colega dela estava com vergonha de pedir e já havia mais de quatro anos que não comia salgadinhos. A facilitadora ouviu o pedido e disse que iria verificar a possibilidade. Quando fomos embora, eu disse para a facilitadora que eu poderia comprar um cento de salgados para o próximo encontro, e ela me agradeceu. Fiz para ajudá-la, porque todos os lanches eram custeados por ela, algo que não entendi. Mas não questionei, apenas contribuí com o lanche no encontro seguinte. Após o lanche, a facilitadora propôs uma nova dinâmica em duplas.

4.7.3 Complete o desenho

A facilitadora avisou que a atividade a ser desenvolvida seria um desenho a quatro mãos. Explicou que cada participante deveria escolher outra para formar uma

dupla, ou ficar com a colega ao lado, para que ambas pudessem trabalhar juntas e em sintonia no desenho que começariam a fazer. Assim, distribuiu uma única folha para as duplas, disse que poderiam pegar quantas canetinhas ou lápis de cor quisessem para fazer o desenho e explicou que uma das duas participantes começaria a fazer os primeiros traços e, quando ela desse o sinal, a outra participante iria dar continuidade ao desenho que a colega havia começado a fazer, e trocariam novamente quando ouvissem o seu sinal, e assim sucessivamente, até o momento em que ela ordenasse que seria o fim da atividade.

Após sinalizar o final da dinâmica, a facilitadora disse que o mais importante era ter sintonia e respeito com a criatividade do próximo. De acordo com ela, a partir do momento que a segunda colega participante assume os traços do desenho da primeira, automaticamente segue em sintonia com ela, respeitando o trabalho e assumindo humildemente a colaboração na construção.

Muitos desenhos retrataram casas com árvores na frente, pássaros, e pessoas vivendo em família. Após terminarem os desenhos feitos em dupla, a facilitadora pediu para as participantes falarem como foi a experiência desse trabalho em conjunto, realizado de maneira silenciosa, mas em sintonia com a sua dupla.

Algumas participantes expressaram que gostaram da experiência porque lembraram da infância, quando desenhavam casinhas com telhado, passarela na porta de entrada e muitas árvores servindo como sombreiro, e que acharam bem interessante a conexão e a sintonia imediata. Uma delas relatou: “nossa, eu comecei a fazer a casa com telhados e a colega continuou a ideia até o final, isso foi muito legal”. Abaixo, a foto tirada pela facilitadora dos desenhos feitos em dupla.

Figura 17 – Imagem desenhos das dinâmicas



Fonte: Fotos feitas pela facilitadora.

4.7.4 Rótulos e julgamentos

Nessa dinâmica, com um bloquinho de *post-it*, cada uma das participantes deveria escrever no papel e colar nas costas da colega características e objetos que não tivessem nenhuma carga de emoção ou julgamento em relação à pessoa que estava sendo analisada.

A tarefa foi bem difícil, porque foram colocadas características como: boca grande; olhos negros, cabelo bonito; sapatos pretos, cabelo enrolado, simpática; amável; e outras que descreviam os objetos que a colega participante estava usando, além de suas características corporais e pessoais.

Ao final, quando a facilitadora fez a divisão em duas colunas, colocou os *post-its* que tinham somente as descrições das coisas e dos objetos usados pela pessoa de um lado, e os *post-its* com as descrições dos objetos e das características físicas em que havia julgamentos de valores e qualidades de outro. A facilitadora reforçou que a tarefa foi difícil porque muitas indicações dos objetos usados pelas participantes e de suas características corporais estavam com julgamentos de valores, e que o exercício era importante para verem que é uma tendência do ser humano fazer julgamentos de valor e não conseguir ter um olhar neutro sobre o outro.

Figura 18 – Registro da dinâmica sobre os rótulos e julgamentos



Fonte: Foto feita pela facilitadora, com autorização da direção.

Após a atividade dos rótulos e julgamentos, o encontro encaminhou para o final e novamente, como em todos os encerramentos, foi feito o *check-out*, para que as participantes possam falar como foi o encontro daquele dia e como estão saindo do círculo. Nas respostas, as participantes disseram que a última atividade foi bem interessante, porque foi difícil acertar as características e coisas sem colocar palavras com julgamento de valor. Segundo elas, tinha sido um dia de mais aprendizado e estavam saindo “pensativa”, “grata”, “feliz por aprender mais” e “bem e tranquila”. Então, mais uma vez, houve a despedida até o próximo encontro.

4.8 Terceiro encontro Jornada Florescer

Assim como no encontro anterior, ficou estipulado que o terceiro dia também começaria às 8h30, eu cheguei às 8h. Passei pelo portal principal do Complexo para me identificar e entreguei o meu documento de habilitação. Disse que era pesquisadora da Universidade Federal do Paraná, que estava fazendo um estudo junto ao Projeto Florescer, no CIS, e tinha uma autorização da direção do local.

Novamente, os guardas perguntaram tudo em detalhes: quem eu sou, de onde sou e o que iria fazer. Após conferirem a autorização no e-mail, me liberaram para entrar sem revistar o meu carro, respondi que já sabia onde era. Desci do carro, novamente a uma distância de cem metros da entrada principal do CIS, e fui a pé. Apertei o interfone me identifiquei, e dessa vez encontrei novamente a guarda que conversei no primeiro dia de encontro, a mesma que havia me dito que o problema não eram as presas, e sim as colegas de trabalho do local (porque na avaliação dela ali não se pode impor tanta autoridade).

Ela me cumprimentou de maneira bem simpática e logo abriu a porta. Eu entreguei a ela o meu documento, que fica na guarita até o horário que de ir embora. Então, logo me perguntou se eu queria entrar ou se ia esperar alguém. Respondi que novamente ia esperar a facilitadora, para entrar com ela, e que naquele dia eu estava com o lanche e, de qualquer forma, iria precisar da ajuda dela para levar até a sala. Nesse dia, não esperei nem dez minutos e ela chegou em seguida. Então seguimos para dentro. Antes de passar na porta de detector de metais, a guarda pediu desculpas, mas teria que olhar dentro da caixa para conferir se havia somente os salgados. Eu mostrei sem problemas e me desculpei por não poder oferecer nenhum para ela.

Como os salgados estavam quentes, porque os aqueci no forno antes de levar, não precisaram ficar na cozinha. Assim, seguimos direto para a sala Espaço do Saber, onde as participantes novamente já estavam sentadas em círculo e haviam preparado a sala para o início das atividades.

A facilitadora novamente elogiou as participantes pela organização e atitude. Começou passando a palavra com o objeto da fala (o coelhinho de pano), para que cada uma dissesse como tinha sido a semana e como estava se sentindo chegando no círculo. As participantes disseram que a semana tinha sido boa e que estavam ansiosas para chegar o dia do curso, porque estavam se sentindo muito bem participando do Florescer.

A maioria disse que a semana tinha sido corrida com as atividades que fazem diariamente na cozinha, preparando a janta; outra participante disse que estava exausta com o trabalho no salão, mas muito feliz, porque era gratificante trabalhar com o que mais gostava, que era fazer os cabelos das colegas, e no curso ela ficava bem e as energias logo voltavam; outra colega também manifestou seu contentamento, apesar de sua semana ter sido cansativa porque estava estudando Serviço Social, e disse que tinha recebido a visita da filha e do netinho, e isso foi muito bom para ela. Também falou que chegava renovada no curso.

As demais participantes disseram que estavam se sentindo bem e gratas por estarem fazendo o curso e poder estar ali mais uma semana. Apenas uma participante não estava se sentindo bem; ela estava com a hérnia na barriga saltada e bem abatida porque tinha passado a semana com dor e precisado ir ao médico. Era um caso para cirurgia, mas precisava aguardar na fila das emergências, enquanto isso, o médico tinha ensinado algumas massagens para melhorar a dor e dito que deitada ficaria melhor. Assim, a facilitadora perguntou se queria que chamasse a enfermagem ou remédio, e ela respondeu que queria ficar no curso, mas deitada, se pudesse. Por isso, foi atendida deitada na maca (cama de massagem), para ficar mais confortável, e, no decorrer das atividades, durante a manhã, ela foi melhorando, até que estava sentada, sem dor.

A facilitadora lembrou o encontro passado, quando foi trabalhada a dinâmica dos julgamentos e da comunicação não violenta. Disse que o ser humano por natureza é bom, e, no geral, vive bem em sociedade, com a família e os amigos, por exemplo, mas tem dificuldade de ver suas qualidades, os seus traços fortes. E questionou: “se vocês tivessem que falar três qualidades de vocês agora, teriam dificuldade?”.

As participantes concordaram que era difícil. Então a facilitadora disse que as amigas ali participando com certeza iriam ajudá-las a verem os seus pontos fortes, e propôs uma atividade para trabalhar com os elogios e as qualidades de todas, conforme segue.

4.8.1 Dinâmica das qualidades

A facilitadora pediu duas voluntárias que pudessem se alternar para escrever, e duas participantes se propuseram a fazer as anotações.

A pessoa da vez fecharia os olhos, e cada uma daquele círculo iria falar uma qualidade, um traço forte que via na colega. Iniciou pedindo para a colega ao seu lado fechar os olhos, e uma das voluntárias da escrita começou a anotar os elogios/qualidades: “você é forte, amiga, guerreira, amorosa, sincera, sábia, legal... Muitas não opinaram porque não a conheciam do mesmo alojamento, mas perceberam que na convivência ali as demais disseram que ela era legal. Foi pedido, então, que abrisse os olhos para receber a lista de elogios.

Assim prosseguiu com as outras participantes: cada uma, na sua vez, fechava os olhos, enquanto cada uma das participantes falava as qualidades e os elogios que pensava e percebia dela, que depois recebia a lista. Essa dinâmica fez muitas participantes se emocionarem, duas delas chegaram a chorar quando ouviram “você é muito linda, muito querida, “bonita, simpática, sensível, amiga”, e quando receberam a lista ficaram muito emocionadas; a outra participante também chorou ao ouvir “você é alegre, sincera, amiga, atenciosa”, vários “você é legal”; os elogios mexeram muito com o emocional de todas. Isso foi evidenciado quando, após a dinâmica, foi pedido para que cada uma dissesse como foi ouvir os elogios e as qualidades que as colegas elencaram.

Muitas disseram que ficaram sem palavras, porque nunca tinham falado coisas bonitas para elas, e que era maravilhoso ouvir coisas boas. “É maravilhoso ouvir tudo isso, e eu não me vejo dessa forma tão maravilhosa como as colegas disseram. Eu queria ter ouvido elogios da minha mãe, mas infelizmente ela já morreu”, disse uma das participantes que agradeceu os elogios.

Conforme a facilitadora, os próximos trabalhos seriam a construção da árvore da vida e o círculo dos sonhos. A fala dela criou uma grande curiosidade, mas só iria explicar as dinâmicas após o lanche, que também estava muito especial naquele dia.

Então fez um agradecimento a mim, dizendo que eu tinha providenciado os salgadinhos. Assim, as participantes começaram a expressar várias palavras de agradecimento, principalmente pelo fato de os salgadinhos lembrarem festinha de aniversário e porque fazia muito tempo que elas não comiam coxinhas de frango e risoles de presunto e queijo. Foi uma festa à parte e ficaram muito gratas pelo lanche.

4.8.2 Árvore da vida

Assim que terminou o lanche, a facilitadora foi distribuindo uma folha em branco para cada uma das participantes e depois passou a caixa com lápis de cor e canetinhas, para que cada uma pudesse desenhar uma árvore. Podiam escolher as cores que mais as agradavam, porque iam fazer uma árvore especial, “a árvore da vida de vocês”, concluiu a facilitadora. Segundo ela, era preciso atenção para desenhá-la com planejamento, então orientou por onde começar: “primeiro, vocês vão fazer as raízes da árvore, e nelas vão escrever os valores que vocês mais consideram importantes para que ela tenha força, cresça com segurança e seja fortaleza. Nas raízes, vocês podem colocar quantos valores quiserem e acharem importante, como família, respeito, amor, compreensão, espiritualidade, enfim, todos os valores que são importantes para criar essas raízes cada vez mais profundas”.

A facilitadora disse que a árvore da vida tem vários sentidos, mas que ali na Jornada Florescer ela tem um significado muito mais forte, porque dá segurança aos princípios e valores de cada uma das participantes. As raízes crescem e fortalecem os valores pessoais, mesmo nos momentos mais difíceis que possam enfrentar.

De acordo com ela, a árvore da vida ainda precisa de um tronco resistente e com força para ser sustentado, assim, orientou que desenhassem um tronco e escrevessem os seus propósitos, seus pontos fortes e as qualidades que as participantes consideram importantes para desenvolverem as competências e habilidades sociais e emocionais que sustentarão os projetos presentes e futuros da vida de cada uma.

Depois, a facilitadora orientou as participantes a desenharem a copa da árvore da vida. Nessa parte, pediu que escrevessem os planos a serem realizados num futuro próximo de cinco anos, com previsão para 2027, e de dez anos, com previsão para 2032. Nesse desenho, era para escreverem tudo o que esperavam fazer e alcançar nessa copa da árvore da vida.

4.8.3 Círculo dos sonhos

Neste momento, após as participantes terem terminado o desenho completo da árvore da vida – na qual escreveram nas raízes os valores que consideravam importantes; no tronco, as qualidades, atitudes e habilidades emocionais; e na copa da árvore os sonhos que desejavam realizar em cinco e dez anos –, a facilitadora passou o objeto da fala (sempre o coelhinho de pano) para que cada uma pudesse expor os seus sentimentos e relatasse quais eram os sonhos que pretende realizar no futuro, e a maioria expôs os seus sonhos:

“Quero terminar a minha faculdade, vou me formar em serviço social, quero ajudar na recuperação de pessoas que usam drogas. Quero viver para o meu neto e minha filha”.

.....

“Voltar para minha família. Morar com minha irmã e ficar longe das drogas, não quero mais aquela vida para mim”.

.....

“Quero sair daqui logo e reconstruir a vida com a minha família; estar com o meu filho e com a minha nora, que também estão presos”.

.....

“Ser uma empresária, ter meu salão de beleza. Ser outra pessoa. Quero ser pastora. Eu sei que eu errei, que eu destruí a vida de muitas famílias quando vendia drogas para eles. Mas já estou pagando por isso, estou cumprindo a minha pena. Quero ter uma vida diferente, estar com meus filhos e poder cuidar deles, e nunca mais voltar para o sistema”.

.....

“Vou terminar os estudos, fazer faculdade e ser uma empresária, montar o meu negócio próprio. Quero ser referência para a minha filha. Quero mudar de cidade para poder seguir outro rumo”.

.....

“Quero conquistar o amor dos meus filhos. Vou mostrar que sou outra pessoa. Aquela pessoa que eu era antes não existe mais. Quero voltar para a minha cidade e ajudar os moradores de rua. Porque é muito sofrida a vida deles”.

.....

“Meu sonho é ter um fusca amarelo, e eu vou ter. Eu quero muito poder estar com meu pai e com meu irmão, são as pessoas mais importantes para mim”.

.....

“Eu quero sair o quanto antes e poder cuidar do meu filho deficiente. E nunca mais puxar cadeia. Podem ter certeza, vocês nunca mais vão me ver por aqui, eu só quero cuidar do meu filho, que só tem eu nesta vida”.

.....

“Eu quero sair daqui. Quero estar com os filhos em casa, vivendo bem e feliz”.

.....

“Eu quero abrir a minha igreja, vou ser missionária. Vou abrir o meu próprio negócio e cuidar da minha filha e da minha mãe. Quero viver intensamente com amor e dar os cuidados que eu ainda não dei para elas”.

.....

“Vou abrir meu salão de beleza, quero ser empresária. Quero ser voluntária na comunidade e quero cuidar do meu neto”.

Assim que as participantes terminaram de dizer quais eram os seus sonhos, a facilitadora pediu que todas colocassem o nome no desenho e entregassem para ela guardar; na próxima semana, ela iria devolver para todas, assim não correria o risco de algum desenho ficar perdido entre os materiais que até o momento haviam sido usados.

Chegou o final de mais um encontro e, como parte da dinâmica de sempre, foi passado o objeto da palavra para saber como as participantes estão se saindo e, em uma palavra, qual o sentimento naquele momento de fechamento do círculo. Passou, então, o objeto da palavra para cada uma expressar seus sentimentos positivos com

relação à vivência daquela manhã. Foram falados os seguintes sentimentos: “grata”, “feliz”, “bem”, “empolgada”, “contente”, “animada”, “acolhida”, “sentimento de gratidão”, e assim prosseguiu até que todas dissessem uma palavra para encerrar o encontro daquele dia.

Figura 19 – Registro desenho árvore dos sonhos de uma participante



Fonte: Foto tirada pelo fotógrafo do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)

Já na expectativa, a facilitadora lembrou que estávamos indo para o final do curso na próxima semana. Nesse momento, duas participantes vieram pedir para a facilitadora ceder papéis coloridos e canetinhas, porque queriam fazer uma lembrancinha para todas no último encontro. A facilitadora ficou feliz com a iniciativa das participantes, mas não entregou o material diretamente para elas, porque poderia causar tumulto no alojamento. Ela questionou à chefe das guardas sobre a possibilidade de poderem ficar com o material para fazer as lembrancinhas, e foi autorizado, mas o material ficou com a guarda para que entregasse posteriormente a

elas, inclusive, foi pedido autorização para deixar uma tesourinha escolar sem ponta para que pudessem fazer os recortes nos papéis. O pedido da facilitadora foi aceito, mas não imediatamente cumprido pelas guardas, que só entregaram o material para as participantes na sexta-feira, mas, mesmo com pouco tempo, elas conseguiram fazer os cartões de homenagem para distribuir no último encontro, na segunda-feira.

4.9 Último dia do curso e entrega dos certificados

Diferentemente dos demais dias de curso, o horário previsto para o último encontro foi às 9h, porque nesse dia teríamos o encerramento com a entrega dos certificados. Assim, o tempo para aplicação das atividades no último dia era reduzido, pois somente no primeiro horário antes do intervalo é que aconteceriam as dinâmicas, e para depois do lanche estava programada a cerimônia de encerramento.

Nesse último dia, cheguei um pouco antes às 8h30 na entrada principal do portal do Complexo Penitenciário de Piraquara. No local, novamente, estavam outros guardas de plantão, que repetiram o mesmo procedimento padrão dos outros dias: perguntaram as mesmas coisas: quem eu sou; de onde eu sou e o que iria fazer? O protocolo da chegada era sempre o mesmo, eu entregava a minha habilitação e me identificava como pesquisadora da Universidade Federal do Paraná, dizendo que estava realizando um estudo sobre o Projeto Florescer. Pelo menos umas duas equipes da segurança, em datas distintas, questionaram se eu era da Igreja Universal. Respondi negativamente nas duas ocasiões, disse que era pesquisadora e que estava participando do projeto do Tribunal de Justiça do Paraná no CIS. Inclusive, eu precisava sempre reforçar que a diretora do CIS havia enviado uma autorização por e-mail para a segurança da portaria principal autorizando a minha entrada com os meus dados de RG e CPF e que poderiam verificar o documento que havia sido enviado há quatro semanas. Após as informações, os guardas olharam no sistema, encontraram a autorização e me liberaram sem verificar o meu carro. Mas nas próximas visitas, quando comecei a fazer as entrevistas individuais, passaram a revistar o meu carro todas as vezes, após confirmarem o documento de autorização da diretora do CIS.

Após liberarem a minha entrada (pela última vez sem olhar o meu carro), segui para a entrada principal do CIS, e nesse dia o estacionamento na frente já estava

pronto, e foi muito mais confortável parar em frente à entrada principal. Logo após, me dirigi para a entrada e novamente me identifiquei. Nesse dia, havia uma guarda na recepção que demonstrou mais simpatia, disse que conhecia a metodologia dos círculos de construção da paz e que já havia participado. Enquanto eu esperava a facilitadora, ela conversou brevemente comigo, opinando que achava muito interessante o Projeto Florescer. Perguntou se eu queria entrar, e eu disse iria esperar a facilitadora chegar para entrar com ela.

Logo depois, às 8h25, a facilitadora chegou com uma caixa imensa com os pães franceses para o lanche final, que seria cachorro-quente. Na semana anterior, perguntei quem pagava o lanche, e ela disse que tudo era custeado por ela. Então perguntei se queria que eu contribuísse com alguma coisa, e ela respondeu que se eu quisesse e pudesse levar dois refrigerantes (Coca-Cola), agradeceria. E assim contribuí levando os refrigerantes.

Nesse dia, a facilitadora trouxe uma outra facilitadora da justiça restaurativa, sua coautora no desenvolvimento do Projeto Florescer, que até a formação anterior acontecia totalmente no formato remoto (por causa da Pandemia de Covid-19). Essa nova turma, a quarta a ser formada até o momento, era a primeira que estava em curso totalmente presencial. Assim que chegou com a coautora do Projeto Florescer, a facilitadora me disse que o desembargador responsável pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducação (GMF/TJPR) iria pessoalmente entregar os certificados para as participantes do quarto curso para formação do Projeto Florescer.

Entramos, as três juntas, e, primeiramente, ela passou na cozinha e deixou tudo por lá: os pães, as vinas (salsichas), o molho e os refrigerantes. Disse para as detentas que já conhecia o funcionamento, devido à formação anterior, e que poderiam levar os sanduíches já montados com as vinas (salsichas) picadas com molho de tomate e servir às 10h, horário previsto para o intervalo e o término do curso.

4.9.1 Dança das cadeiras com falas positivas e elogios

Nesse encontro, a facilitadora fez mechas, pintando de cor de rosa partes do cabelo, e logo que entramos na sala o novo visual da facilitadora chamou a atenção das participantes. Uma delas (Giseli⁴⁴) a elogiou: “nossa, que linda, parece a Arlequina”. Ela ficou lisonjeada e perguntou quem era a Arlequina. A colega ao lado (Marisol⁴⁵) disse rindo: “nem queira saber... é a mulher do Coringa”. A facilitadora só viu o lado positivo do elogio e agradeceu.

Na sala, as participantes já estavam sentadas nas cadeiras em círculo e haviam arrumado tudo para o último encontro. Organizaram os elementos do centro com a toalha e os materiais que já haviam sido usados até aquele momento, entre eles, as tiras de papel com os valores elencados por todas, os objetos da caixa de sucata e os desenhos em dupla, tudo tinha sido organizado pelas participantes.

Assim, a facilitadora novamente as parabenizou pela organização e por terem se prontificado a arrumar tudo. Então prosseguiu com o bastão da fala em mãos e disse que antes de começar a próxima atividade da manhã, é preciso primeiramente que contêm como estão chegando no círculo e como foi a semana de cada uma.

A facilitadora iniciou dizendo que a semana dela havia sido uma loucura, por causa da mudança de casa e cidade que estava fazendo. Que ia para Foz do Iguaçu e que estava ansiosa, porque iria continuar o seu trabalho de justiça restaurativa na penitenciária masculino de Foz. Ela aproveitou para dizer que o Projeto Florescer lá já estava caminhando muito bem e que já tinham formado oito turmas, com a parceria de uma universidade. Manifestou que estava feliz com a formação de mais uma turma do Florescer e contou que eram a quarta turma, mas a primeira do presencial, e que receberiam o certificado diretamente do desembargador, que iria até o local para cumprimentá-las. Muitas participantes perguntaram o que era um desembargador e o que ela fazia. A facilitadora explicou que é uma pessoa que ocupa um cargo no Tribunal e tem um poder maior que os juízes. Tal informação deixou as participantes eufóricas e incrédulas, por saberem que uma pessoa importante iria até lá para falar com elas.

⁴⁴ Nome fictício.

⁴⁵ Nome fictício.

Em seguida, a facilitadora passou o bastão da fala para a outra profissional, que veio com ela. Mas, antes, fez uma pré-apresentação da colega de trabalho e disse que ela ficaria responsável por dar continuidade à formação das novas turmas em parceria com a psicóloga do CIS, que inclusive estava presente no círculo desde o primeiro dia do curso. Ela foi convidada compulsoriamente para participar do círculo, assim como eu, porque a dinâmica não permite que alguém fique assistindo sem entrar na roda de conversa.

Então passou o bastão para a outra facilitadora, que se apresentou, disse que estava chegando feliz por poder ver o círculo acontecer presencialmente e que faria de tudo para dar continuidade. Comentou que a semana dela estava corrida, assim como as anteriores, por isso não conseguiu ir antes para participar desde o início do curso presencial.

Em seguida, prosseguiu o bastão da fala para as demais participantes, que expressaram como estavam chegando: “feliz”; “satisfeita”; “chateada por acabar”. Muitas se disseram felizes e gratas por estarem ali, além de tristes, por ser o último dia do curso; outras, no final das suas falas, diziam que queriam continuar brincando e que iam mudar de nome só para participar novamente do curso, de tão bom que estava sendo para elas.

Depois do *check-in* (as falas sobre como estavam chegando), a facilitadora disse que naquele dia havia sido autorizada pela direção a entrar com o celular e estava feliz porque poderia prosseguir com as atividades que havia preparado para o curso (colocaria uma música para fazer a dança das cadeiras). Perguntou se as participantes conheciam a dança das cadeiras e todas disseram que sim. Então explicou que quando a música parasse, aquela que ficasse em pé, sem cadeira para sentar, teria que escolher uma das integrantes da roda para fazer um elogio.

E assim começou a brincadeira. A facilitadora colocou uma música no celular e deu a ordem para que todas andassem por dentro da roda, em frente às cadeiras, e sentassem assim que a música parasse de tocar.

Quem ficou em pé teve que escolher uma colega participante que estava sentada e se dirigir a ela para lhe fazer um elogio, e quando chegou até a colega, disse: “você é inteligente”. Subsequentemente, outras foram sendo elogiadas: “você é sincera”; “você é amiga”; “você é legal”; “você é muito legal”.

4.9.2 Contando as histórias no futuro

Após a dinâmica das cadeiras, a facilitadora relatou que estava muito feliz pelas projeções que todas tinham feito para suas vidas pensando daqui a cinco e dez anos. Então disse que, naquele momento, tinha em suas mãos grandes histórias e acontecimentos futuros da vida de todas que sonharam e desejaram uma construção ou reconstrução dos seus objetivos, que já estavam traçados e projetados por elas naquelas árvores da vida.

Logo, começou a relatar as histórias de cada uma como se ali, naquele dia, já fosse o ano de 2032 e tudo o que haviam desejado e sonhado se concretizou. Denominou o relato como “história com o coração” e começou a contar como estavam todos dez anos depois de terem feito a formação no Projeto Florescer:

Aqui eu conto, com todas reunidas para comemorar o ano de 2032, todas as realizações de vocês. Parabéns pelas conquistas... (e começa a falar o que cada uma realizou ao longo de dez anos, chamando pelo nome cada uma e contando a história já com o desejo realizado) [os nomes serão fictícios para preservar a identidade].

Simone está feliz com o filho, ensina a ele o caminho do bem e como ele pode aprender a viver mais independente e alegre.

Agora é a vez da participante que conta que é uma missionária, abriu a sua igreja e acompanha o crescimento das filhas com saúde e alegria.

A conquista para a colega foi que ela conseguiu a guarda do filho e hoje vive com muito amor e prosperidade na vida.

Giovana conseguiu comprar o seu fusca amarelo, vive feliz e consegue ajudar o seu pai e seu irmão. Ângela comprou a sua casa própria, abriu o seu salão de beleza, é voluntária nas causas sociais da sua comunidade e cuida, com muito amor, da sua neta. Patrícia realizou o sonho de ser mãe, vive com a pessoa que gosta e são muito felizes.

Terezinha está reunida com a sua família e conseguiu criar um ambiente de muita harmonia e felicidade. Karla terminou a faculdade, abriu o seu negócio próprio de artesanato, é uma empresária bem-sucedida, cuida bem da sua filha e adotou um filho e quer muito bem todas as pessoas que fazem parte da sua vida.

Cinira está com a sua família em harmonia e cuida de todos com muito amor; Andréia foi para a faculdade e hoje é uma advogada e ajuda as pessoas, fez mais uma tatuagem e conquistou muitos laços de amizade; Laura é uma pastora e missionária, também abriu o seu próprio salão de beleza e é uma empresária bem-sucedida que vive os seus verdadeiros valores.

Vilma conquistou a sua casa própria, tem muita saúde e cuida dos netos com muito amor e alegria; Glória conquistou o amor dos filhos e hoje é muito feliz ajudando as pessoas moradoras de rua da sua cidade.

Essas são as histórias realizadas no círculo dos sonhos do Projeto Florescer. (Facilitadora)

Após relatar as histórias que as participantes projetaram para 2032, todas ficaram muito emocionada: “eu me senti lá, dez anos depois”; “nossa, que lindo”; “foi muito emocionante ouvir minha história”.

O relato da história futura (imaginária) de cada uma foi feito com base no que tinham escrito na árvore da vida, na dinâmica do encontro passado, e que desejavam para si mesmas. Em voz alta, a facilitadora compartilhou com todas as colegas do grupo que seus sonhos tinham sido realizados.

4.9.3 Sentimentos declarados pelas participantes ao final da Jornada Florescer

Após a dinâmica, a facilitadora retomou a palavra e disse que o encontro estava seguindo para a conclusão e que gostaria de ouvir as participantes sobre como estavam se sentindo, assim, iria passar o objeto da fala (o coelhinho de pano) para que cada uma expressasse como estava saindo do círculo (*check-out*) e como tinha sido a experiência de participar da Jornada Florescer. Então passou a palavra para a participante ao seu lado direito. Alguns relatos foram:

_ “nossa estou muito emocionada, o curso me fez pensar muito, me ajudou a desabafar, chorei muito”;

_ “eu estou me sentindo bem, vocês sabem que eu tenho depressão, mas hoje eu estou bem, eu gostei muito do curso”;

_ “foram semanas muito boas... eu fiz muitas amigas e tenho certeza de que as coisas vão ser diferentes na minha vida”;

_vou deixar de vez o vício da bebida, estou muito feliz com essas semanas boas”;

_ “obrigada, somos vistas pela sociedade... gostei”;

_ “gostei muito, gratidão”;

_ “gostei muito de estar aqui”;

_ “mexeu muito com os meus sentimentos”;

_ “o curso me ensinou mais do que os outros cursos, aprendi muito”;

_ “me sinto grata, motivada e capaz”;

_ “gostei”;

- _ “obrigada por gastarem o tempo de vocês com a gente; muito obrigada pelo amor por nós, adorei o curso”;
- _ “o curso me fez chorar e despertar vários sentimentos, estou muito feliz”;
- _ “gostei, pena que é o último dia”;
- _ “sou grata, somos nada na sociedade, mas aqui choramos, temos sentimentos”⁴⁶;

A participante Karla quis fazer uma homenagem para todas as colegas e fez, para cada uma das participantes, um cartão com uma mensagem de otimismo. Todos os cartões foram feitos artesanalmente por ela, durante uma semana. Essa mesma participante declamou um poema de sua autoria, ao final.

4.9.4 Homenagem da participante que fez o poema “A flor da cebolinha e eu”⁴⁷

Mesmo sem ter ensaiado, a participante disse que havia feito um poema para resumir tudo o que aprendeu durante aqueles quatro encontros na Jornada Florescer. Utilizando uma metáfora entre sua vida e a flor da cebolinha, intitulou o seu poema de “A flor da cebolinha e eu”.

Primeiramente, ela distribuiu os cartões, colocando um ao lado do outro no centro do círculo de modo que ficassem na direção de cada uma das participantes. Em seguida, perguntou: “vocês conhecem a flor da cebolinha?”.

A maioria respondeu que não conhecia. Então ela contou que a cebolinha é um tempero muito usado e conhecido na culinária, mas poucos conhecem e sabem que nela nasce uma flor... E, falando na flor da cebolinha, fez uma comparação com ela mesma e uma analogia com a sua formação no Projeto Florescer, destacando que fazia parte da metodologia da justiça restaurativa.

Ela disse que era difícil ver a flor da cebolinha, porque a sua utilização na culinária não permitia ver ela florescer. E era assim também que ela se sentia, como se não fosse fácil florescer. Continuou explicando que para florescer a cebolinha era preciso

⁴⁶ O processo de estigmatização é um dos efeitos sentidos pelas pessoas que estão encarceradas. Esse “etiquetamento social”, também conhecido como a teoria do *Labelling Approach*, tem efeitos diretos na identidade dos indivíduos encarcerados, além de degradar as suas imagens perante a sociedade. O desvio é um rótulo que alguém recebe de outro que o julga desviante, ou seja, o desviante o é por um grupo que o considera assim, há então um rótulo, “o desviante (criminoso) é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (Becker, 2008).

⁴⁷ O poema está anexado ao Capítulo 6.

ter paciência, porque as flores só nascem nas pontas das folhas mais saudáveis e fortes, e só depois criam raízes. Mas como nascer flor na cebolinha se ela é sempre cortada e aparada para o consumo? Precisava de tempo de preservação e raízes fortes para poder florescer. Com essa explicação, a participante disse que se sentia muito parecida com a flor da cebolinha, pois também precisa de tempo e preservação para poder criar as suas raízes mais fortes, gerar sementes, multiplicá-las e florescer cada vez mais⁴⁸.

Ao terminar a mensagem, que soou como um poema, a participante foi muito aplaudida e, com simplicidade, mostrou a sua grandeza interior e emocionou a todos. Em seguida, ela distribuiu os cartões que fez durante a semana. Todos foram cuidadosamente preparados, recortados e preenchidos com mensagens otimistas e diferentes em cada um deles.

Ela deixou a escolha a critério das participantes, que poderiam pegar a cor que quisessem e ficar como o cartão para si de recordação ou dar para alguém que quisessem homenagear.

Assim, ela mesma pegou o primeiro cartão e escolheu homenagear a participante que tem um filho especial. Dirigiu-se a ela e disse que estava muito emocionada com a história de vida da colega e queria prestar essa homenagem, pois nem podia imaginar estar em seu lugar e, apesar de ter uma vida difícil longe da filha, se sensibilizava pela situação da colega ser mais difícil. Afirmou que estava torcendo, assim como as outras colegas, para que ela restituísse logo a saúde e conseguisse sair para cuidar do filho.

Depois dessa fala e da homenagem da participante que declamou o poema, a facilitadora elogiou a sua atitude e disse que estava vendo ali uma futura facilitadora do Projeto Florescer. Agradeceu suas palavras, suas atitudes e seus gestos.

A participante agradeceu novamente e fez mais uma reflexão, dizendo que seres humanos não tem estigmas quando compartilham a vida e aquele espaço tinha sido construído por todas juntas: “grata por compartilhar as histórias... saí com uma mochila que faz diferença”.

⁴⁸ O poema foi trazido por ela no segundo dia de entrevista, e na oportunidade ela contou que a sua inspiração veio da sua infância quando morou numa casa onde havia plantações de hortaliças que consumiam. E todos os dias ela observava o crescimento da cebolinha até surgirem as flores o que lhe prendia muita a sua atenção com essa peculiaridade na planta que muitas vezes arramavam a cebolinha para tempero e ela não ainda não havia florescido.

Novamente, a facilitadora agradeceu as palavras e a participação de todas no curso. Ainda antes do lanche, pediu a autorização das participantes para o fotógrafo fazer algumas fotos para registro da formação do curso e desse último encontro. O fotógrafo fez algumas fotos do círculo e das participantes em volta do círculo, e registrou a entrega dos certificados, pois o acontecido iria para a página oficial do Tribunal de Justiça do Paraná, para constar a formação da nova turma da Jornada Florescer.

Figura 20 – Registro último dia Jornada Florescer



Fonte: Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)

Após a fotos, a facilitadora afirmou que o lanche já poderia ser servido para todas e que em seguida iriam receber os certificados das mãos do desembargador.

Um ponto interessante para se destacar é a natural organização das participantes ao servirem as colegas e depois se servirem. Inclusive, organizavam a redistribuição do lanche a mais para aquelas que queriam repetir e, quando não dava para todas, dividiam para que todas pudessem receber o lanche extra.

4.9.5 Negociação das entrevistas individuais

Quando estávamos no intervalo, conversei com cada uma delas para saber se tinham interesse em participar da entrevista individual comigo, que também era parte do meu trabalho acadêmico. Eu disse que nada era obrigatório, e naquele momento todas as participantes do curso responderam que sim, que voluntariamente queriam participar das entrevistas individuais. A participante que declamou o poema disse que queria que as pessoas soubessem da vida dela, porque ela queria fazer diferença; todas estavam muito eufóricas com o lanche e com a presença das autoridades que iam entregar os certificados.

Aproveitei aquele momento de descontração e a presença da vice-diretora para estabelecer um contato mais amistoso e tratar dos dias em que eu poderia ir pessoalmente no CIS, após o curso que estava terminando naquele dia, para dar prosseguimento ao meu trabalho com as entrevistas individuais e voluntárias.

A vice-diretora concordou de imediato com as minhas idas ao local, então combinei para a próxima quarta-feira (dois dias após o término do curso) para iniciar as entrevistas individualmente. Ela pediu que eu enviasse um e-mail com os meus dados pessoais e as informações sobre o meu carro (modelo, placa e cor), para que ela pudesse encaminhar o e-mail autorizando a minha entrada já na quarta-feira daquela semana.

4.9.6 Entrega dos certificados

Após o lanche das participantes, foi anunciado pela facilitadora que os certificados estavam prontos, com o nome de cada uma delas, e que seriam entregues pelo desembargador (doutor Rui Muggiati, supervisor do GMF/PR) e pela vice-diretora do CIS.

O desembargador foi anunciado e apresentado pela facilitadora, disse que estava feliz pelo acontecimento e deu os parabéns a todas que concluíram o curso Jornada Florescer: “espero que a jornada de vocês prossiga florescendo sempre e dando bons frutos”. Comentou ainda que a iniciativa de cursos como esse só era possível porque existe a parceria com a direção do CIS e, em seguida, agradeceu a boa vontade e o empenho da vice-diretora para que o Projeto Florescer prosseguisse.

Após as breves palavras, começou a entregar os certificados, alternando as entregas com a vice-diretora e com a facilitadora.

Todas foram fotografadas enquanto recebiam o certificado das mãos da vice-diretora e do desembargador. Uma das participantes, quando foi chamada para receber o certificado das mãos do desembargador, fez a maior festa: “eu sabia que ia ser ele que ia me entregar”.

Figura 21 – Registro entrega certificados – 4.^a Turma – Projeto Florescer



Fonte: Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)

Por fim, após a distribuição de todos os certificados às participantes, ocorreu a despedida, próxima ao horário de almoço. Todas se abraçaram, demonstrando satisfação com risos de alegria, e conforme iam saindo em direção aos seus alojamentos, verbalizavam o interesse em repetir o curso.

Antes de ir embora, a facilitadora passou na administração para conversar com a própria diretora (Paula) – que havia voltado de férias naquela semana, mas não participou – para se despedir, porque estava indo embora para Foz do Iguaçu. Cumprimentou-a e afirmou que mais uma turma tinha sido formada e que ela não poderia dar continuidade porque estava indo para outra cidade, bem distante. A diretora demonstrou desapontamento por ela não poder mais dar continuidade aos próximos cursos de formação do Projeto Florescer, então a facilitadora disse que outras pessoas poderiam substituí-la na Jornada Florescer.

4.10 Burocracias para concessão de remições

Com relação às remições que o curso ofertava, a diretora perguntou se não poderiam fazer cinco encontros, para que pudessem lançar dois dias de remição para as participantes, e se ainda era possível a facilitadora aplicar mais uma tarefa para elas fazerem sozinhas e complementarem a carga horária.

A diretora desabafou com a facilitadora que estava cada vez mais difícil fazer o juiz da execução acatar os cursos lançados, porque a legislação no Paraná não estava respeitando a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconhece válidas as práticas sociais educativas não escolares e a leitura de obras literárias para as remições.

A diretora relatou que, para ela, era desgastante, porque tinha que lançar os cursos detalhando as horas de formação e o conteúdo educacional, e muitas vezes o curso não era aprovado porque não preenchia os critérios do pessoal que fiscaliza a educação no estado, que não estão em consonância com a recomendação do CNJ. Ela destacou que o juiz da execução cumpre só o que está na lei estadual do Paraná, aceitando somente as práticas educativas escolares e a leitura como remições. A diretora ainda afirmou que a lei estadual é limitante e discriminatória, porque, nas leituras para remição, exige a comprovação com resumo/resenha, e muitas participantes não conseguem ler direito e muito menos escrever o texto. Assim, conclui que acabam sendo excluídas naturalmente dessa política, que não atinge o objetivo, pois acaba discriminando ao invés de incluir. Na opinião da diretora, a pessoa presa é penalizada duplamente quando não consegue a remição da pena pela leitura por não conseguir ler e fazer o resumo/resenha do livro.

Além disso, a diretora disse ter recebido muitas ligações de advogados particulares questionando o porquê de a direção não estar lançando as remições dos cursos sociais educativos que as clientes deles fizeram. “Eu tenho que responder com a maior paciência que o problema não é da direção, e sim da vara de execuções da pena e do juiz que aprova ou não os lançamentos dos cursos sociais educativos e de capacitação pessoal, conforme recomendação do CNJ”, relatou a diretora. A facilitadora disse que o órgão que ela atua (GMF/PR) estava se mobilizando e que até um deputado estadual teria sido acionado para resolver isso.

Mudando de assunto, a facilitadora se despediu da diretora e aproveitou para pedir a doação de livros sobre comunicação não violenta e outros materiais didáticos

sobre círculos da paz e JR que estavam guardados no armário da direção e que não estivesse sendo usados, justificando que, em breve, iria desenvolver um trabalho de justiça restaurativa na penitenciária masculina de Foz do Iguaçu, nos moldes do Projeto Florescer. A diretora abriu o armário e realmente havia muito material (mais de dez livros de CNV) que não seria usado no CIS, então pediu para chamar o senhor que presta serviços gerais (estava com uniforme oficial, calça preta e camiseta branca) e solicitou que ele pedisse a uma Presa Privada de Liberdade (PPL) que estivesse ali no pátio para ir até a sua sala ajudar a facilitadora a levar os livros até o seu carro, no estacionamento interno do CIS.

Destaco que observei que as detentas que estão no CIS são chamadas só de “PPL”, e não pelo nome.

4.11 Percepções do campo sobre a justiça restaurativa x círculos da paz

As práticas ditas de justiça restaurativa aplicadas no Projeto Florescer, na realidade, são práticas da metodologia dos círculos da construção, com base nos métodos dos círculos de Kay Pranis.

Howard Zehr (2012, p. 16) entende que essa distorção entre teoria e prática vem acontecendo ao longo dos anos, pois percebe-se que o propósito da justiça restaurativa se “desencaminhou no curso de seu desenvolvimento e disseminação”.

Na presença de cada vez mais programas que se intitulam “Justiça Restaurativa”, não raro o significado desse termo se torna rarefeito ou confuso. Devido à inevitável pressão do trabalho no mundo real, amiúde a JR tem sido sutilmente desviada ou cooptada, afastando-se dos princípios de origem. (Zehr, 2012, p.16)

Essa observação de Howard Zehr, pode ser percebida no discurso⁴⁹ da facilitadora da Jornada Florescer no campo, quando explicou para as participantes que se tratava de uma “capacitação de justiça restaurativa” e argumentou que a “JR visa repensar os modelos da pena retributiva, que só aplica a pena como objetivo do mal pelo mal” e, por fim, ilustrou que a JR iniciou com o povo Maori, nativo da Nova Zelândia, para organizar os desequilíbrios sociais que eram aplicados quando alguém da tribo praticava uma violação: “era preciso que ela fosse restaurada”.

⁴⁹ No tópico 4.4.1 Discurso sobre justiça restaurativa e a Jornada Florescer.

A explicação da facilitadora sobre a JR está parcialmente condizente com a teoria de Zehr (2012, p. 49), pelo menos no que diz respeito ao final da citação abaixo:

Justiça Restaurativa é um processo para envolver tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e endireitar as coisas na medida do possível. (Zehr, 2012, p. 49)

Outro ponto observado na pesquisa de campo é a falta do respeito à voluntariedade, um princípio da JR. De acordo com Renato Pinto (2009), a participação das pessoas deve ser voluntária, conforme os quadros do Capítulo 2 sobre o comparativo entre a justiça retributiva e a justiça restaurativa. No caso da Jornada Florescer, todas as participantes tiveram que assinar uma lista e sinalizaram que se sentiram moralmente obrigadas a comparecer porque os seus nomes estavam na lista.

Pois bem, no que tange à participação das pessoas, a teoria da justiça restaurativa enfatiza, segundo Zehr (2012), que devem participar o infrator, a vítima e a comunidade. No projeto Florescer, não houve nenhum comentário sobre isso e na prática não se cogita a participação da vítima.

Raffaella Pallamolla (2017) entende que deveria haver um programa com maior incentivo de participação da vítima, do ofensor e da comunidade nos processos circulares restaurativos. Porém afirma que nem sempre essas três figuras estão presentes, sendo comum a realização de círculos somente com ofensores e sua comunidade de apoio, ou seja, sem a presença da vítima, que permanece num lugar secundário na justiça restaurativa, priorizando a figura do ofensor e mudando o propósito da JR, “que pode se transformar numa ‘justiça terapêutica’, alinhada com o correccionalismo criminológico” (Pallamolla 2017, p. 253 *apud* Pallamolla, 2009).

Entre os meses de agosto de 2016 e fevereiro de 2017, realizei visitas a estabelecimentos prisionais (de regime fechado, semiaberto, aberto) e patronatos que utilizavam práticas restaurativas. Foram mais de dez estabelecimentos visitados e, na grande maioria deles, o que pude observar foi a realização de práticas apenas com os presos. Foram raros os casos relatados em que a comunidade de apoio do preso esteve presente e ainda mais raros os casos nos quais a vítima esteve presente. (Pallomolla, 2017, p. 251)

Essa constatação também foi observada na pesquisa de Vera Regina Pereira de Andrade, divulgada na palestra proferida no dia 2 de junho de 2017, na Universidade La Salle, Canoas/RS, data e local em que Pallamolla marcou presença. Em sua pesquisa “Pilotando a justiça brasileira”⁵⁰, Andrade (2018) detectou pouca participação das vítimas.

Para Giamberardino (2021a, p. 170), a prática de justiça restaurativa no Brasil “está longe da perspectiva abolicionista, especialmente por três razões: a) a ausência da vítima; b) a individualização do conflito; c) a ausência de debate sobre o contexto de injustiças estruturais anteriores ao conflito”. Segundo o autor, a presença do Estado é muito ostensiva com a manutenção do direito penal retributivo correccionalista focado no acusado, sem privilegiar a presença da maioria das vítimas. A saída seria a construção de “uma nova linguagem que possibilite a interação entre os diretamente envolvidos na situação problemática (vítima, infrator e comunidade)”, com a mudança na prática do sistema de justiça criminal, “que continua a (re)produzir práticas carregadas de punitivismo e centradas no infrator” (Giamberardino, 2021a, p. 171).

Neste capítulo, observou-se que, em que a ideologia do Projeto Florescer mencionar que promove práticas de justiça restaurativa, na realidade são aplicadas as práticas de círculos de construção da paz e não há a presença da vítima no Projeto Florescer.

No próximo capítulo, inicia-se a segunda fase da pesquisa de campo, que é a aplicação das entrevistas, que começaram no dia 19 de outubro de 2022, logo após o encerramento da Jornada Florescer.

⁵⁰ Resultado da pesquisa no Anexo J (p. 243 desta tese).

CAPÍTULO 5

5.1 Entrevistas

Neste capítulo, serão apresentadas as narrativas de vida de dez mulheres do Projeto Florescer que se disponibilizaram. As narrativas falam sobre as suas vidas pretéritas, bem como sobre as suas expectativas para o futuro. Ao final deste capítulo, mostra-se que as suas histórias de vida se enquadram na teoria da subcidadania, com o mínimo de assistência do Estado, que se fez presente enquanto poder punitivo do direito penal. Ainda, mostram-se os efeitos sentidos com as oportunidades que estão tendo de cumprir a pena no CIS, bem como o tipo de cidadania possível de ser alcançada.

5.2 Preparando o campo das entrevistas

Assim que terminou o curso para formação de mais uma turma do Projeto Florescer, no mesmo dia, ainda na sala, ao final das comemorações da formatura do curso, conversei com a direção e pedi a autorização para dar continuidade aos trabalhos. Prontamente, a diretora autorizou o meu retorno e comunicou que enviaria uma solicitação para a portaria principal do Complexo Penitenciário de Piraquara, pois o CIS é uma das oito unidades prisionais, entre elas, uma penitenciária masculina de segurança máxima e outra penitenciária feminina no sistema de celas, e com escolta armada para transporte dos presos e presas que cumprem a pena no regime fechado.

Avisei às participantes que estaria lá novamente pela manhã no dia seguinte para começar a fazer as entrevistas e que voluntariamente elas poderiam ou não participar. As entrevistas seriam feitas somente com as participantes da Jornada Florescer. Pois bem, no dia seguinte o ofício foi encaminhado por e-mail pela vice-diretora com o pedido de liberação da minha entrada duas vezes por semana para realizar as entrevistas com as presas do CIS.

Todas as vezes que ia fazer as entrevistas, eu passava por uma rotina rigorosa de segurança. Primeiro, passava pela portaria principal do Complexo Penitenciário de Piraquara e lá checavam a minha identidade e me perguntavam quem eu era, onde eu ia e o que eu ia fazer. Como o pessoal de plantão mudava todos os dias, eram

sempre pessoas diferentes e cada vez procuravam o e-mail com a autorização da direção do CIS para a minha entrada.

Tudo é bem rigoroso e burocrático, por isso também checavam o meu carro por dentro e por baixo do lado de fora, para ver se eu não estava levando nada suspeito. Depois de autorizada na portaria principal, eu ainda tinha que passar pela portaria do CIS, onde as guardas também checavam meu documento e eu era conduzida até o detector de metais. Todo o material que eu levava era vistoriado (um pequeno estojo com três canetas e o meu caderno de campo), e não podia entrar com nenhum equipamento eletrônico.

Só depois dessa checagem, eu era encaminhada até a sala onde aconteceu o curso da Jornada Florescer, para realizar as entrevistas. Enquanto a guarda ia até os alojamentos buscar uma das entrevistadas, eu ficava aguardando na sala e só ficava sabendo quem seria a entrevistada do dia quando ela entrava na sala acompanhada pela guarda, que sempre trazia quem estava disponível no alojamento. As entrevistas aconteciam com a porta fechada e as entrevistadas ficavam sozinhas comigo por pelo menos duas horas.

Ainda sobre a portaria do CIS, cada vez que eu chegava para me identificar, dependendo da guarda que estava de plantão, o tratamento mudava. Essa variante tem justificativa pelo tempo de casa das guardas. As que estavam desde o início, da inauguração do CIS, eram mais amistosas e se mostravam interessadas pela minha pesquisa, porque conheciam a metodologia da justiça restaurativa. Muitas elogiavam a técnica e diziam inclusive que haviam passado pelo curso de capacitação em JR para estar ali. Mas também tinha guardas novas, recém-contratadas, e que ainda não haviam passado pela mesma capacitação, então desconheciam a metodologia da justiça restaurativa.

Conforme já mencionado na tese, enquanto esperava a facilitadora, eu ia conversando com as guardas. Uma delas era novata no local disse que era bom, porém achava um pouco diferente o comportamento das outras colegas ali, comparado com a penitenciária de Santa Catarina, local de onde ela veio e concluiu que agora ali no CIS era diferente e percebia que ali era menos rígido em comparação à penitenciária em que trabalhava em outro Estado. E sobre essa diferença disse que sentia falta do outro sistema de segurança mais rígido, mas que iria se adaptar, porque a sua profissão é a realização de um sonho de criança.

5.3 Conhecendo as entrevistadas⁵¹

Foram dez entrevistadas do total das 17 participantes da Jornada Florescer. A intenção era conversar com todas, mas não foi possível, porque algumas acabaram saindo do CIS com o benefício da Lei n. 13.769/2018⁵², conhecida como “Lei da Mãezinha”, que beneficia mulheres e homens que sejam os únicos responsáveis por filhos de até 12 anos. Outras participantes não puderam participar porque tinham começado a trabalhar nos horários das entrevistas, e algumas empresas conveniadas não permitem faltas sem motivo plausível, o que poderia ocasionar a perda da vaga. As entrevistadas serão apresentadas a seguir, em ordem cronológica crescente referente à idade das participantes, isto é, da mais nova, com 20 anos, até a entrevistada mais idosa, com 62 anos.

5.3.1 Entrevistada Giovana, 20 anos

A primeira entrevista foi com Giovana, por volta das 9h da manhã, iniciamos a conversa. Foi chamada pelas guardas, que a conduziram (sem algemas, assim como todas as outras) até a sala onde ocorreram as dinâmicas da Jornada Florescer. Eu já estava a aguardando. Logo que ela entrou, perguntei se estava à vontade para conversar e responder ao questionário, e ela respondeu que sim. Antes de começarmos, eu li para ela o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), expliquei o que era aquele documento e ela o assinou. Agi da mesma forma protocolar com todas as entrevistadas, que também assinaram o TCLE, e procurei sempre as deixar confortáveis para responderem ou não as perguntas, caso não quisessem. Então avisei que seguiria um roteiro, mas que poderia fazer outras perguntas e que elas também poderiam falar livremente. Pois bem, iniciamos a conversa com as primeiras perguntas do questionário sobre os seus dados pessoais e ela foi respondendo.

⁵¹ Todos os nomes mencionados das entrevistadas são fictícios, para preservar a identidade das participantes.

⁵² Lei 13.769/2018 estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Dados pessoais

Giovana tem 20 anos e, é a mais nova de todas. Disse que não tem apelido, mas que gosta de ser chamada carinhosamente pelas amigas de “bebê”. Nasceu na cidade de Arapongas, no norte do Paraná; se identifica com o seu gênero feminino e se autodeclara branca. Atualmente está solteira, mas já esteve em uma união estável por dois anos, até o momento em que foi presa e perdeu o contato com o ex-companheiro, que também estava preso. Não tem filhos; sua religião é a católica, mas nunca foi praticante (não frequentava missa).

Sobre a sua família de origem

Caçula de cinco irmãos, três são meio-irmãos por parte de pai, mas conviveu somente com o irmão de 23 anos, também filho da segunda união estável do seu pai. Contou que esse irmão também está preso pelo crime de roubo, no entanto mantém contato com ele por cartas. Outra pessoa com quem se comunica é a sua meia-irmã mais velha, que tem 30 anos e faz as visitas a ela por videoconferência. É a pessoa que tem lhe dado apoio e incentivo para mudar de vida. “Minha irmã tem um salão de beleza em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba, e prometeu que vai me ajudar e que tem vaga para mim no salão”, assim, Giovana se sente mais tranquila e diz que vai morar com essa irmã quando sair da prisão.

Não tem contato com os pais, mas soube que seu pai está muito doente e que está morando com a sua mãe biológica (é assim que ela se refere à mãe). Disse que não gosta da mãe porque “ela é ruim e faz mal para o meu pai e para todos”.

Lembranças da infância

Giovana contou que teve uma infância difícil e sofrida. Quando estava com nove meses de vida, sua mãe foi embora e abandonou ela e o irmão para serem criados sozinhos pelo pai. Lembrou que, quando tinha 7 anos, saía junto ao pai e ao irmão para vender picolés, e essa lembrança a deixou feliz. Mas também teve memórias tristes, como as das surras que levava do pai quando ele estava bêbado e estressado. Aos 8 anos, apanhou mais do que as outras vezes porque quase colocou fogo na casa: “eu queria cozinhar e tentei sem a autorização dele, eu só queria agradar meu pai”. As surras eram constantes, tanto que, quando estava com 12 anos, os vizinhos denunciaram o pai por maus tratos, o Conselho Tutelar apareceu e retirou Giovana da casa paterna. Foi encaminhada para um abrigo de menores e o seu irmão

fugiu para não ir junto. Na época, ele foi para a casa de um amigo da escola, foi bem acolhido por aquela família e passou a considerar a mãe do amigo como sua também, afinal, assim como Giovana, o irmão também não queria saber da mãe biológica.

Quando completou 13 anos, Giovana conseguiu fugir do abrigo e, logo em seguida, a Vara da Infância e da Juventude da cidade localizou sua mãe biológica, que aceitou ficar com a guarda, mas ela não queria morar com a mãe: “fui contra minha vontade, ela nunca foi minha mãe... me obrigava a fazer programas com os homens que ela arrumava pra mim”. Giovana contou que sofria violência sexual toda semana e, como o movimento de carros na casa da sua mãe era grande, os vizinhos estranharam e denunciaram para a polícia. Com a suspeita de aliciamento contra menor, a polícia investigou e prendeu em flagrante um empresário importante da cidade quando estava abusando de Giovana. “Essa situação foi horrível... mas foi libertador pra mim, porque saí da casa da minha mãe”. Depois disso, a guarda foi retirada da mãe e ela voltou para o acolhimento institucional⁵³, porque não tinha outro parente que pudesse ficar com a criança, que nessa época tinha 14 anos. Giovana acabou fugindo novamente do abrigo, aos 17 anos.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Giovana estudou até os 13 anos e chegou até o 6.º ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Rainha dos Apóstolos, em Terra Roxa (PR), porém não quis continuar porque tinha dificuldade de aprender as lições e não conseguia acompanhar as aulas. Por isso, perdeu o interesse de continuar indo à escola, e sua mãe não se opôs.

Sobre o trabalho, disse que sempre trabalhou sem carteira assinada e que antes de se envolver com a criminalidade “trabalhava certinho” num camelô, vendendo várias coisas de utilidade doméstica, como garrafas, potes etc. Nessa época, ela já estava com 18 anos e, logo após ter fugido do abrigo, conheceu o namorado e foi morar com ele na cidade de Umuarama (PR). O companheiro era bem mais velho do

⁵³ O acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/19901 e aplicáveis a crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos naquela lei forem ameaçados ou violados. O ECA (art. 2.º) define criança como sendo a pessoa de 0 a 11 anos e adolescente a pessoa entre 12 e 17 anos. O acolhimento institucional não se confunde com medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que, eventualmente, pratiquem atos infracionais. São institutos jurídicos distintos: o acolhimento em abrigo (ECA, art. 101, VII) e a internação em estabelecimento educacional (ECA, art. 112, VI). Aquele é medida protetiva e este é medida socioeducativa, que implica em privação da liberdade.

que ela, tinha 28 anos. Giovana conta que ele a tratava muito bem, não faltava nada na casa e ela se sentia feliz. “Nós ficamos juntos por quase dois anos, mas depois que ele foi preso por tráfico de drogas eu fiquei desesperada... não sabia o que ia fazer. Decidi vender drogas porque já sabia como era o serviço e podia ajudá-lo na cadeia”.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Giovana foi presa aos 19 anos, alguns meses depois de ter começado a traficar. Disse que sentiu a responsabilidade de assumir o lugar do ex-companheiro⁵⁴ e que não teve dificuldades porque sabia como ele fazia. Vender drogas foi o que considerou mais viável naquele momento, “eu precisava ajudá-lo na cadeia, tinha que mandar ‘sacolas’ com os mantimentos e produtos de higiene, não podia faltar para ele e só podia contar comigo”. Giovana recebia com o tráfico de drogas em média de R\$ 500 a mil reais por dia, mas não ficou muito tempo nessa vida, pois logo foi presa e não teve mais contato com o ex-companheiro.

Na primeira abordagem da polícia, ela foi presa em flagrante com 18 pedras de *crack*. Ficou apenas um dia na cadeia e no dia seguinte estava solta. Confiante, achou que não ia ter maiores consequências e, por isso, voltou a traficar drogas na rua, no mesmo ponto. Uma semana depois da primeira prisão em flagrante, Giovana foi presa novamente, pelos mesmos policiais. “Eles me pegaram de volta e foi a pior vergonha ter que ir novamente presa com os mesmos policiais e ainda ficar ouvindo me xingarem de vagabunda, gritando comigo, dizendo que eu não tinha vergonha na cara!”. Depois desse episódio, não foi mais solta, ficou aguardando o processo todo em prisão preventiva até sair a sua sentença.

Teve duas condenações, a primeira pena foi de dois anos, e na segunda sentença, como já tinha antecedentes, foi condenada mais sete anos e pouco (não sabe precisar a quantidade certa). “Então eu fui condenada duas vezes e vou ficar presa aqui até 2024, só aí vou poder sair de tornozeleira, no regime semiaberto. Daí eu vou morar com a minha irmã e ajudar ela no salão”.

⁵⁴ Assumir o lugar do companheiro no tráfico de drogas coloca as mulheres num espaço de vitimização e submissão feminina. O momento que a mulher se apropria de funções características do mundo masculino no tráfico de drogas é uma possibilidade de obterem o respeito e o prestígio atribuído aos homens traficantes; esse *status* é um grande motivador para o ingresso e a permanência de mulheres na rede do tráfico de drogas (Barcinski; Cúnico, 2016).

Desde que foi transferida para o CIS, Giovana voltou a estudar e está matriculada novamente no 6º ano, período em que parou os estudos. “Eu estou tendo muitas oportunidades, fazendo curso de unhas (manicure) e também estou aprendendo a lidar com a horta; todos os cursos me ajudam na progressão do regime”, conta. A cada três dias trabalhados na horta, ela ganha um dia cumprido de sua pena. Os estudos regulares e os cursos também são contabilizados para diminuir a sua pena, mas não se sabe ainda quanto já conseguiu abater da sua condenação.

Sobre o dia a dia na penitenciária, rotina e disciplina

Giovana contou que chegou há um mês no CIS e, além dos estudos, também começou a trabalhar. Antes ela estava na outra penitenciária feminina, que fica dentro do mesmo Complexo Penitenciário de Piraquara, num prédio vizinho ao CIS, mas disse que não tem comparação entre os dois, que é completamente diferente e que agora considera estar no “paraíso” (pedi para ela descrever o que significava estar no paraíso): “então, aqui eu me sinto em casa, tem uma cama só para mim e ficamos soltas o dia todo, é quase como estar solta, e o banho de sol é todos os dias e quando eu quero. Aqui as guardas tratam a gente bem... no alojamento, tem até dois vasos sanitários com porta”, assim Giovana elencou as diferenças nesta penitenciária feminina, em comparação com a outra.

Lembrou-se de que, quando estava na cadeia de Umuarama, dormia num colchão no chão e fazia as necessidades num buraco no piso, que tinha pano improvisado como cortina para ficar mais reservado, cena que considerava horrível. Comentou ainda sobre o tratamento desumano que recebiam das guardas: “elas chamavam a gente de tranqueira e deixavam entrar na cela acetona e, ao invés de tirar o esmalte, as presas misturavam com suco em pó e bebiam, enquanto as guardas olhavam e diziam que se morressem era um favor que faziam”. Giovana se considera muito briguenta e por isso sempre arrumava confusão com as outras presas – “eu não levava desaforo” –, por esse motivo, acredita que foi transferida de Umuarama para a penitenciária feminina de Piraquara, que fica no prédio vizinho ao do CIS. Lá, o regime de cumprimento de pena também é fechado, mas não tem trabalho e nem estudo. Como apresentou bom comportamento, Giovana foi escolhida para ir para o CIS, onde estava no momento da entrevista. “Aqui nem parece que é um presídio e nem se compara com os lugares que já estive presa... aqui eu durmo melhor, tem camas individuais com treliches e não tem superlotação; eu posso ficar solta no alojamento

e tomar sol o tempo todo, isso é agradável”. Quanto à sua rotina, contou que não tinha muita rigidez, mas tinha regras. Pela manhã, às 6h, todas eram acordadas para a contagem na troca de turno. Após a contagem, era levado o café, acompanhado de dois pães para cada uma, mas ela só comia às 8h, porque voltava a dormir depois da contagem das presas no alojamento. Tomava banho e, às 8h30, seguia para o canteiro onde trabalhava na horta. É nesse local que se plantavam verduras e temperos consumidos no CIS.

A horta tem o auxílio de um profissional, que ensina o trabalho de plantação e jardinagem. O intervalo é às 11h30 para o almoço, servido às 12h, no refeitório grande. Às 13h30 já têm que voltar ao trabalho, até às 16h30, porque às 17h é servida a janta, e o lanche para quem vai estudar. À noite, vai para a aula, onde está matriculada na 6.^a série do Ensino Fundamental, mas agora pelo sistema reduzido do Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebja). No domingo pela manhã, participa do culto da Igreja Universal; as visitas são por vídeo e ela só conversa com a sua meia-irmã mais velha e envia cartas para o irmão. Podem escrever e enviar até quatro cartas por mês. Segundo ela, o que mais lhe ajuda a passar o tempo é assistir televisão, que fica ligada até as 23h, depois desligam tudo.

Percepções sobre a sua participação na Jornada Florescer

Giovana foi convocada para participar desse curso, seu nome estava na lista e a guarda chegou no alojamento e a avisou para ir à sala de estudos’, mas não falou o que ia acontecer. Ela acredita que foi selecionada para participar porque era nova no local, e não saberia dizer se tem outro motivo pelo qual seu nome estava na lista para como participante.

Quando chegou na sala, estranhou ter que sentar no círculo, mas depois foi se habituando, conforme foram acontecendo os encontros. Acredita ter ficado mais calma após o curso e passou a dar mais valor à vida, “antes de participar eu estava pensando em me matar”, relata que mudou de ideia após ouvir as conversas durante os círculos e as atividades, que a ajudaram a refletir mais sobre a sua vida e sobre o que ela havia feito até aquele momento. Ficou mais emotiva e sentiu mais saudades do irmão e do pai, pessoas em quem começou a pensar mais depois das suas participações na Jornada Florescer. “Foi uma boa surpresa, não esperava que fosse gostar tanto de participar”, afirma, explicando que sente que se apegou mais às amigas e fortaleceu os laços durante os encontros. Giovana disse que teve a impressão de que as outras

colegas, tanto do seu alojamento como de outros, estavam mais suas amigas e que foi bom conhecer um pouco mais a história de cada uma, visto que todas estão juntas e possuem dificuldades parecidas.

Durante os encontros, Giovana percebeu que tem muitas qualidades boas. Após a sua participação na Jornada Florescer, começou a pensar num futuro melhor para si, segundo afirmou: “quando eu sair daqui, quero trabalhar com a minha irmã no salão, não quero mais voltar, nunca mais, para a cadeia”. Giovana também começou a revisitar o seu passado e se sentir mais responsável por ter, de alguma forma, prejudicado as famílias quando traficava drogas. Pediu para que ela explicasse melhor essa resposta, então justificou que lembrou-se de algumas vezes quando os pais, principalmente, e as mães e esposas, iam até o ponto onde vendia as drogas e discutiam com ela, pois “queriam saber porque eu tinha vendido as drogas... eu até discutia com os familiares e dizia que a escolha era deles, não sentia nenhuma culpa por isso”. Agora Giovana lembra desses episódios e pensa diferente: “gostaria de pedir perdão a todos aqueles a quem eu prejudiquei”, e no final da entrevista disse que vai pensar mais nas pessoas.

Terminamos a entrevista, agradei sua presença e colaboração, Giovana também agradeceu a conversa e disse que ia voltar para o canteiro e continuar na horta. Desejei a ela um bom trabalho e boa sorte.

5.3.2 Entrevistada Andréia, 23 anos

Contou que está presa há pouco mais de cinco anos, mas que ali no CIS está há oito meses. É solteira, se autodeclara parda e não tem filhos. Não tem religião, porém acredita em Deus. Nasceu em Maringá (PR), onde morou toda a sua infância e adolescência, e fez questão de dizer que era no bairro Conjunto Requião, uma vila habitacional com casas que foram entregues aos moradores de baixa renda: “o bairro cresceu muito e agora está tranquilo, mas antes tinha criminalidade no local; o principal problema da região era o tráfico de drogas”, complementa.

Sobre a sua família de origem

É a segunda filha do primeiro relacionamento da mãe, que teve outros dois filhos com o seu padrasto. Sempre foi uma filha boa, mas ressaltou que tem mágoas da sua mãe porque lembrava-se de que ela doou Andréia, quando tinha 7 anos, para

a vizinha, e que se arrependeu e foi buscá-la algum tempo depois. Tal situação lhe causou trauma e por isso se sentia mais calada e quieta.

Andréia não conviveu com o seu pai biológico e o viu apenas uma vez em sua vida, quando ela tinha 17 anos. O primeiro encontro com o pai foi preparado por seu padrinho, mas não foi como esperava, porque seu pai não lhe deu muita atenção, por isso resolveu deixar para lá e não o procurou mais.

Antes de completar 18 anos, saiu de casa para morar com o seu namorado, em Paranacity, uma cidade próxima a Maringá, no norte do Paraná. Sua mãe pediu para ela voltar para casa, mas sem resultado, porque Andréia não ouviu a mãe, porque “estava muito apaixonada e vivendo muitas emoções”. O namorado de Andréia era traficante de drogas e tinham se conhecido por meio do tráfico, quando ela tinha 16 anos. Sua família não sabia que ela era traficante, mas escolheu essa vida naquele momento porque não queria depender da mãe.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Andréia parou de frequentar a escola aos 13 anos, quando estava na 8.^a série. Afirmou que se desinteressou porque começou a fumar maconha nessa idade e só queria ficar com as amigas na rua. Ela ajudava a mãe com os serviços domésticos em casa, mas quando ela saía para trabalhar, Andréia ficava o dia todo fora com as amigas. Sobre trabalho, nunca teve emprego com carteira assinada, a única ocupação que teve com rendimento financeiro foi o tráfico de drogas.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Começou a usar drogas aos 13 anos, fumava maconha com as amigas que moravam próximo à sua casa. Na vida do crime, começou aos 16 anos traficando drogas⁵⁵, por influência dessas mesmas amigas, que “se exibiam com roupas novas de marca e celulares modernos”, então decidiu que também seria independente e teria o que quisesse. Andréia lembrou-se de que, conforme foi ganhando dinheiro com o

⁵⁵ O envolvimento com o tráfico é uma realidade muito presente entre os jovens que buscam oportunidades de trabalho no tráfico de drogas, uma realidade vigente no Brasil e no mundo. No Brasil, constatou-se que há uma maior vulnerabilidade entre os “jovens pauperizados” e a existência predominante de jovens de baixa renda e negros que vivem às margens da sociedade, em regiões periféricas, e que buscam melhorias de vida no trabalho com o tráfico de drogas ilícitas (Costa; Mendes; Guedes, 2021).

tráfico, foi se “sentindo empoderada”⁵⁶ e que chegava a ganhar até R\$ 2 mil por dia, vendendo maconha, *crack* e cocaína. Nessa época, não quis ouvir a sua família e se afastou ainda mais depois que conheceu o namorado, também traficante de drogas, o que foi a sua ruína, porque Andréia não sabia que ele fazia parte de uma organização criminosa e que seu número de celular estava sendo monitorado por uma escuta telefônica da polícia.

O alvo era seu namorado, mas, como eles moravam juntos em Paranacity, ela também começou a ser investigada. Não demorou muito, Andréia foi presa, aos 18 anos, e condenada a 15 anos e seis meses de prisão. Em relato, ela disse se considerar injustiçada⁵⁷: “fui presa e condenada porque apareci numa escuta telefônica, mas a polícia não encontrou nada comigo, isso é muito injusto, porque tem gente que é presa com um monte de drogas e pega uma pena bem menor”. Perguntei qual teria sido a fundamentação da sentença para chegar a esse tanto de pena, e ela respondeu que foi condenada por tráfico de drogas, por participar de organização criminosa, e ainda por corrupção de menor, porque o namorado tinha 17 anos, na época. Segundo Andréia, ele mentiu que era maior de idade para ela, e o fato de estar envolvida com menor agravou a sua pena.

Já o seu namorado respondeu o processo pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e teve a aplicação de uma medida socioeducativa, que não durou seis meses. Andréia disse que se sentia chateada, porque já fazia cinco anos que estava cumprindo pena e nunca tinha recebido uma visita ou uma carta dele se desculpando ou oferecendo ajuda. Recentemente, Andréia havia sabido que ele engravidou sua amiga: “senti uma nova traição e agora definitivamente não quero mais saber dele”.

⁵⁶ Querer reconhecimento, ser alguém e buscar melhorias de vida no tráfico de drogas eram respostas comuns entre os jovens entrevistados pelo sociólogo Michel Kokoreff (2015). Em seus estudos sobre as condições de trabalho de jovens no tráfico, concluiu que “a lógica do reconhecimento é fundamental: traficar é, antes de tudo, ser alguém” (Kokoreff, 2015, p. 342).

⁵⁷ A condenação de Andréia foi de 15 anos e seis meses de prisão para uma pessoa que tinha 18 anos, ré primária e com bons antecedentes criminais. Há pistas de que a sua punição é uma resposta de vingança do poder de punir do Estado. Em *Vigiar e punir*, Michel Foucault (1987, p. 294) alerta que “o sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo o que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade: não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça”.

Sobre o dia a dia na penitenciária, rotina e disciplina

Há oito meses, Andréia está no CIS, mas contou que antes de chegar ali passou por outras quatro cadeias⁵⁸ diferentes até sair a sua sentença definitiva, porque eram muitos réus no mesmo processo. Andréia disse que só no CIS estava sendo tratada com dignidade.

Perguntei o que havia lhe marcado em cada local que passou, e ela respondeu que foi o tratamento desumano que recebia das guardas, “tratavam a gente muito mal e chamavam a gente de lixo”, além disso, lembrou-se de que a convivência com as colegas de cela lá era bem estressante, por isso, sempre ficava quieta e mais calada. Ainda assim sofria com as provocações, principalmente quando usava um *short* ou alguma miniblusa “queriam me bater porque estavam brigadas com as namoradas e tinham ciúmes que as mulheres delas vinham falar comigo e, às vezes, eu respondia que não tinha nada com isso e que o corpo era meu e visto o que eu quero”. Essa situação acontecia na cadeia de Colorado, em Maringá, norte do Paraná, onde ficou por três meses. Na mesma cadeia, havia homens presos, em celas separadas, mas próximas: “os homens eram bem mais sérios que as mulheres; não gostavam de gritaria, e nem de briga e chamavam a atenção das meninas que ficavam mexendo com eles, quando ficavam quase nuas, eles gritavam: respeita, que aqui é família”. Depois da cadeia de Colorado, contou que foi transferida para a delegacia de Maringá e que lá também era um inferno, pois “tinham muitas brigas e opressão e não tinha banho de sol, o cheiro de mofo era muito forte e a convivência entre as presas era muito tensa”.

Devido à superlotação, foi transferida novamente, dessa vez para a cadeia de Astorga, cidade vizinha a Maringá, e recordou que lá as condições de higiene também eram péssimas: “as necessidades, a gente tinha que fazer no buraco no chão, chamado de boi, era muito desrespeito e as guardas deixavam a gente com algemas nos pés e nas mãos quando as presas eram trocadas de celas, e sempre mandavam a gente ficar olhando pro chão”. Para ela, era uma tortura e, como era presa provisória, ficou por quase três anos transferida de cadeia. Só depois que saiu a condenação definitiva é que foi transferida para a penitenciária feminina de Piraquara, que também

⁵⁸ Dados subnotificados. O ambiente insalubre é tema recorrente no debate prisional e se conecta, entre outros pontos, com a incapacidade estatal de abrigar o contingente de presos no Brasil. A detenção em carceragens policiais, como sabido, não tem previsão na Lei de Execução Penal, entretanto, segue como uma realidade nas delegacias brasileiras. A extensão do que essas prisões representam no universo prisional total segue prejudicada em 2023 (Fórum, 2024).

faz parte do Complexo Penitenciário. Lá, ficou por seis meses, até ser encaminhada para o CIS, prédio vizinho, porque preencheu os requisitos de bom comportamento e não tinha nenhuma falta administrativa.

quando cheguei aqui nem parecia que era um presídio, tudo é muito diferente das cadeias que passei; aqui eu tomo sol o tempo todo e posso ficar andando pelos espaços abertos sem ser repreendida; tenho liberdade de fazer o que eu quero dentro dos limites e horários estabelecidos; aqui dentro tudo é diferente, até o tratamento das guardas é mais humano, elas conversam com a gente como se fosse da família delas. (Andréia, 23 anos)

Assim como as demais presas no CIS, Andréia acorda às 6h da manhã para a contagem nos alojamentos e depois volta a dormir mais um pouco, acordando às 8h, toma seu café e depois banho e segue para caminhar no sol. Depois, faz leituras e gosta de pegar na biblioteca romances, que, segundo ela, consegue ler um por mês, depois faz o relatório para diminuir a sua pena. Às 12h, segue para o almoço no refeitório; à tarde, faz todos os cursos que aparecem, a maioria para a sua formação profissional. Conforme Andréia, “já fiz curso de manicure, sobancelha, crochê, confecção de chinelos e, por último, fiz o curso de salgado do Senac”, todos os cursos têm instrutores especializados e dão certificados. À noite, Andréia segue para a aula no Ceebja, onde voltou a se matricular na 8.^a série. Tudo ajuda a diminuir a sua pena, e, logo que sair, quer continuar estudando e trabalhando para diminuir a sua pena. Está ansiosa, porque, dentro de dois meses, estará no regime semiaberto e vai sair com tornozeleira para trabalhar no salão de beleza da sua cidade: “não vejo a hora de voltar para casa, sinto por não ter ouvido os conselhos da minha mãe e da minha família, que são realmente as pessoas com quem eu posso contar”.

Sobre a participação no Projeto Florescer

Andréia disse que não sabe o porquê de ter sido escolhida para participar da Jornada Florescer, mas foi chamada por uma das guardas no seu alojamento porque seu nome estava na lista. De imediato, não teve uma boa impressão “no começo, eu não gostei muito, e nem queria mais comparecer no segundo dia, mas sei lá... fiquei com receio de ser prejudicada caso não fosse, resolvi ir nos outros dias e acabei gostando das dinâmicas do Círculo Florescer”. Andréia acha que a sua participação a faz pensar mais na sua vida e no seu futuro, “eu comecei a pensar diferente e refletir sobre tudo o que passei e das necessidades que senti, e tive a certeza de que não quero nunca mais isso pra mim”.

Com relação a si mesma, disse que agora se sente mais confiante e que percebeu sua autoestima mais elevada após ter participado da Jornada Florescer: “eu passei a me enxergar como uma mulher mais bonita, mais forte e determinada, agora quero investir em mim, mudar a minha vida e me transformar em uma pessoa diferente dessa”. Comentou ainda que pretende continuar os estudos e sonha em fazer faculdade de Direito e ser advogada, além disso, pretende ajudar as pessoas que ficam abandonadas nas cadeias: “já vi muitas mães chorando querendo saber dos filhos e sem receberem respostas... isso sempre me deu um sentimento de tristeza e de muita pena delas, porque aqui muitos ficam esquecidos”.

Andréia acrescentou, ao final da entrevista, que foi muito bom participar da Jornada Florescer e que se sente mais valorizada, “antes de vir para cá e participar do círculo, eu sentia muito ódio e revolta pela minha situação, pela injustiça da minha condenação e por ter sido tratada como nada nas outras cadeias. Agora consigo ficar mais calma, me sinto acolhida e tratam a gente com mais respeito”.

Agradei a sua participação na entrevista e a sua colaboração ao responder às perguntas. Da mesma forma, Andréia agradeceu. Ao término da conversa, saímos juntas da sala e uma guarda acompanhou Andréia até o seu alojamento, enquanto eu segui até a direção para me despedir e avisar que voltaria na próxima semana para continuar as entrevistas.

5.3.3 Entrevistada Karla, 28 anos

Na semana seguinte, Karla foi a próxima a conversar comigo. Ela estava disponível no alojamento e veio acompanhada da guarda voluntariamente. Logo que começamos, Karla quis falar tudo sobre a sua vida, desde a infância, e todas as recordações que lhe chegavam à mente. Desse modo, a entrevista com a Karla precisou ser dividida em dois dias e, ao todo, tivemos quase cinco horas de conversa. Como era uma entrevista mais aberta, deixei que ela falasse livremente no começo sobre o que ela considerava importante, mas aos poucos fui aplicando o questionário com as perguntas semiestruturadas. E assim começamos.

Karla nasceu em Sabáudia, norte do Paraná; define seu gênero como feminino e se autodeclara branca. Não tem religião, mas se considera eclética e acredita em Deus. É solteira e mãe solo de uma filha de 9 anos, que atualmente está sob os cuidados de uma tia.

Sobre a sua família de origem

Os pais de Karla já faleceram, e sua mãe teve dois filhos de pais diferentes: ela e o meio-irmão, quase dez anos mais velho. O pai morreu quando ela tinha 3 anos e, pelo que lembra, ele não morava com sua mãe porque tinha outra família, mas dava toda a assistência financeira a elas. Porém, após o falecimento dele, sua mãe foi trabalhar na roça, enquanto deixava Karla sob os cuidados de uma tia. Contou que a vida na roça era bem difícil e, por influência de uma outra tia, que era traficante e a apresentou as drogas, sua mãe trocou de profissão e passou também a vender drogas nos bailes e no bar que frequentava.

Recordou que, anos depois, sua avó materna também foi morar com eles e sua mãe ficou responsável pelos cuidados com a idosa, porém não, não tinham um bom relacionamento. Lembrou-se de que tinha outros primos, que também eram pessoas envolvidas com o tráfico, e que foi graças à família da sua tia que a sua mãe iniciou no tráfico e, conseqüentemente, ela mesma, anos depois, assumiria o lugar da mãe.

Lembranças da infância

Karla falou muito sobre a sua infância, principalmente sobre os momentos em que passeava de charrete com o pai, e afirmou que, mesmo sem lembrar do rosto dele, sente uma ligação e um amor muito forte. Contou que lembra-se da imagem do relógio de bolso dele enquanto passeavam e sente até hoje a sensação do vento no seu rostinho de criança, as rédeas e o toque na pelagem do cavalo.

Durante o Círculo Florescer, Karla desenhou um Ipê amarelo, que, segundo ela, era uma reprodução da imagem da árvore que tinha em frente à casa que morava quando era criança. Afirmou que essa imagem da árvore frondosa e com raízes fortes surgiu forte na sua lembrança e trouxe a ela mais força interior para prosseguir no caminho reto. Para ela, o curso Florescer trouxe muitas lembranças da paisagem da natureza que vivia na sua infância; outra lembrança foi a imagem da flor da cebolinha, sobre a qual chegou a declamar um poema de sua autoria no dia do encerramento do curso. Pedi para que ela transcrevesse o que havia dito e ela se comprometeu em trazer no nosso próximo encontro. Assim o fez, trouxe o poema, intitulado “A flor da cebolinha e eu”, e ainda produziu uma pintura de ilustração para o poema, com cópia, no final.

Ainda sobre a sua infância, lembra-se de uma parte ruim, quando tinha quase 10 anos e acompanhava a sua mãe no bar da cidade, enquanto ela ia vender as

drogas que sua tia levava. Karla ficava dentro do bar, num lugar mais escondido, de onde conseguia ver a mãe, mas ninguém a via. Contou que fazia um castelo de cadeiras de plástico e virava uma mesa para se sentir protegida. Ficou pelo menos uns três anos acompanhando a mãe no bar e ficava sempre escondida, cuidando da mãe, que era alcóolatra: “as vezes eu ajudava ela a enrolar as drogas, porque ela não conseguia embalar pequenas porções, de tão bêbada que ficava”. Quando se negava a obedecer, disse que apanhava muito, sempre sem nenhum motivo.

Assim foi até os 14 anos, quando o dono do bar que ajudava sua mãe vendeu o comércio e tudo mudou, “o novo dono modificou a estrutura do local e eu comecei a sentar na mesa perto da porta, não conseguia deixar a minha mãe só, de alguma forma, eu me sentia presa e obrigada a cuidar dela”. Karla contou que muitos frequentadores do bar puxavam assunto com ela, mas não que dava bola e não conversava com ninguém. Porém teve um amigo da sua mãe que ficava com pena dela ali e fez algo que conquistou sua amizade: “um dia, esse senhor chegou de moto e perguntou se eu queria aprender a pilotar... isso foi o máximo, porque aprendi rápido e foi o que me libertou”. A partir de então, toda vez que esse senhor chegava no bar, já dava a chave da moto para ela ir passear, contou: “fiz amizades, comecei a sair com as minhas amigas e deixava a minha mãe de lado; ela contratou um rapaz que era consumidor de drogas como seu ajudante para enrolar as drogas e me libertou”.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Karla parou de frequentar a escola aos 16 anos, nessa época, estava no 2.º ano do Ensino Médio. Contou que sempre foi uma excelente aluna e tirava boas notas, mas preferiu desistir dos estudos quando sua mãe foi presa.

Quando completou 17 anos, começou a trabalhar com carteira assinada, mas, ainda durante a experiência, foi dispensada por ter faltado um dia, por questões de saúde. Após esse trabalho, nunca mais teve emprego fixo e decidiu fazer serviços autônomos de artesanato. Começou quando descobriu que tinha habilidade para montar cestas de café da manhã ao fazer pela primeira vez uma para presentear uma pessoa que gostava. Quando foi entregar a cesta, as pessoas olhavam o presente nas suas mãos e queriam saber onde poderiam comprar uma igual, e assim começou a pegar encomendas de cestas e artesanatos, o que lhe manteve por alguns meses.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Contou que, enquanto sua mãe estava presa, ficou morando sozinha em casa. Seu meio-irmão mais velho ajudava como podia, mas não era o suficiente para pagar as contas. Numa das visitas que fez à sua mãe na cadeia, ela orientou a filha a vender as drogas que ainda tinha em casa para os clientes que continuavam indo atrás da sua mãe.

Como Karla conhecia esse pessoal que comprava a droga da sua mãe em casa, começou a atendê-los, “alguns eram pessoas conhecidas da secretaria, que, de manhã e à noite iam comprar e consumir a droga na casa da minha mãe”. Karla chegou a ser apreendida⁵⁹ pela Vara da Infância e Juventude quando era adolescente, mas logo a liberaram, porque não tinha nenhum flagrante.

Depois que atingiu a maioridade, Karla ganhou mais respeito entre os clientes que compravam drogas. Inclusive, viajava sozinha para outras cidades vizinhas para comprar mais drogas, assim foi se posicionando e ganhando mais freguesia e espaço nos locais de tráfico.

Karla foi presa em 2016 e, novamente, em 2018, por tráfico de drogas, e foi condenada nos dois processos, cujas penas somadas passavam de 20 anos. A sua progressão de regime está prevista para 2026, quando poderá sair de tornozeleira.

Sobre a sua situação, disse que tem consciência do que fez, mas o que mais a deixa triste e arrependida é ter que ficar longe da filha. Contou que, por causa do seu envolvimento com drogas, chegou a perder a guarda da criança, que foi encaminhada para o abrigo da cidade. Fez de tudo para ter a filha ao seu lado novamente: “cheguei a parar totalmente com o tráfico de drogas para recuperar a guarda da minha filha, até consegui um emprego no lixão da cidade para comprovar emprego lícito”. Lembrou-se dessa situação com orgulho e disse que não tinha vergonha, porque precisava mostrar que estava mudada e que queria a guarda da sua filha novamente, e conseguiu. E quando tudo estava indo bem, voltou a traficar drogas, mas quando foi presa já tinha parado novamente.

⁵⁹ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8069/90, deixa claro que o adolescente não é preso, e sim “apreendido”, conforme descrito no artigo 171 da referida lei: “adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária” (Brasil, 1990).

Sobre o dia a dia na penitenciária, rotina e disciplina

Karla está há menos de 60 dias no CIS, e veio da cadeia de Astorga. Lá perguntaram para as presas quem tinha interesse em ir para a penitenciária feminina de Piraquara, e logo se candidatou, porque havia lido recentemente em uma página da Bíblia a seguinte passagem “as terras do Sul dão mais frutos”, então entendeu que era um sinal de Deus e veio transferida para o CIS. Chegou sem muitas expectativas, mas logo percebeu a diferença e os benefícios, como “o fato de poder tomar sol o tempo todo e ter mais liberdade, mesmo estando presa, está sendo muito bom para mim”. Destacou também que segue a mesma rotina de quase todas as presas: tem que acordar às 6h da manhã para a contagem das presas, depois também volta a dormir até às 8h, após, se levanta para tomar café e, em seguida, faz caminhadas para tomar sol. Almoça às 12h, à tarde faz leituras ou cursos que são ofertados, tudo para diminuir a pena. À noite, voltou a estudar, está terminando o Ensino Médio e vai ganhar uma bolsa de estudos para cursar Pedagogia a distância pela Fanduca, instituição particular de ensino a distância conveniada com o estado do Paraná. Dorme às 23h, quando todas as luzes são desligadas. Recentemente, foi chamada para ser monitora na sala de informática, onde ensina as colegas a usar o computador e pesquisar. A oportunidade surgiu porque ela se encaixava no perfil, por já ter feito um curso básico de informática antes de desistir da escola, na adolescência, e tirado a maior nota na época. Karla disse: “estou feliz e sinto muito orgulho de ser chamada de professora pelas colegas, eu gosto muito de auxiliar e de ensinar, me sinto muito bem podendo ajudar”. Para passar o tempo, gosta de fazer cartões com mensagens de amor ou amizade e recebe encomendas das colegas – os cartões funcionam como moedas de troca para Karla, que os negocia por materiais de higiene e bolachas ou outros produtos que chegam nas sacolas das colegas, pois não tem quem mande para ela. No dia do encerramento da Jornada Florescer, Karla fez um cartão artesanal com dobradura para dar de lembrança para cada uma das participantes do Círculo Florescer. Em cada cartão, escreveu uma mensagem diferente, ilustrada, como neste abaixo, que foi entregue para mim.

Figura 22 – Cartão de lembrança distribuído pela participante



Fonte: Elaborado pela participante Karla.

Sobre a participação na Jornada Florescer

A participação de Karla no Círculo do Projeto Florescer foi impositiva. Ela disse que o seu nome estava na lista e a guarda do dia só avisou todas do alojamento que estavam na lista que deveriam comparecer a esse curso, que iria durar quatro encontros.

A ordem foi obedecida contra a sua vontade, porque o nome do curso não lhe atraía em nada. Achou que seria uma perda de tempo, mas, como teria remição da pena (o abatimento total do tempo de prisão), foi com esse objetivo. Quando chegou na sala, disse que achou estranho e teve um sentimento de preconceito, porque pensou que seria alguma terapia de grupo ou algo semelhante, que ela mentalmente estava rejeitando: “quando entrei na sala e vi que todos deveriam sentar em círculo achei estranho e logo pensei que seria uma sessão de terapia, que eu não estava a fim de fazer”. A apresentação das dinâmicas que trabalhavam a autoestima e a valorização pessoal chamou a sua atenção, pois, ao mesmo tempo que ouvia as colegas, pensava na sua trajetória de vida desde a infância e na sua filha.

Karla disse que o curso a fez pensar diferente, “me fez querer mudar o rumo da minha vida e ser uma pessoa melhor”. Refletiu que vai sofrer discriminação, mas

ainda assim quer mudar, pois “o meu passado pesa muito e quando eu sair daqui quero montar a minha loja de artesanato. O difícil vai ser as pessoas da minha cidade entenderem que eu mudei. A sentença te condena para o resto da vida”, concluiu. Ao final da entrevista, me entregou o poema sobre a flor da cebolinha, Karla disse acreditar que a sua história vai fazer diferença na vida de outras mulheres.

Agradei sua participação na pesquisa e pela disponibilidade em responder ao questionário. Saímos juntas da sala, ela seguiu para o refeitório, porque já eram quase 12h e estava quase no horário de servirem o almoço, enquanto eu segui para a direção contrária para avisar que havia acabado a entrevista. Agradei, me despedi e já aproveitei para renovar o pedido de autorização da minha entrada para a semana seguinte.

5.3.4 Entrevistada Glória, 32 anos

Nasceu em Mandaguáçu (PR) e seu apelido é Glorinha, mas somente as pessoas que ela gosta podem chamá-la assim. Identifica-se com o gênero feminino e se autodeclara branca. Solteira, teve quatro filhos. Não tem uma religião, mas acredita muito em Deus, gosta de escutar a palavra e frequenta o culto da Universal aos domingos.

Sobre a sua família de origem

Contou que, durante sua adolescência, não gostava muito de ficar em casa, queria ficar com os amigos. Seus pais são casados até hoje e tiveram três filhos, contando com ela – duas meninas e um menino. Comentou que sua mãe tem uma deficiência, mas não especificou qual era. Lembrou-se de que era sempre seu irmão mais velho ia buscá-la nas bocas de fumo e a aconselhava a mudar de vida, mas Glória não dava importância. Começou a falar dos seus filhos, disse que teve dois na adolescência, mas foram entregues para a adoção quando estavam com 7 e 8 anos, pois “era usuária de drogas e não podia ficar com eles”. Atualmente, eles têm 15 e 16 anos, mas ela não tem contato com eles. Depois deles, Glória teve outros dois filhos, agora com 4 e 5 anos; o mais velho também foi para adoção, e o caçula de 4 anos está provisoriamente com a sua irmã. Glória demonstrou interesse em criá-lo: “quando eu sair eu vou conquistar o amor do meu filho, quero ficar com a guarda dele”, para tanto, disse que está se esforçando ao máximo e não vai voltar a usar drogas.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Glória frequentou a escola até a 5.^a série do Ensino Fundamental, mas com 17 anos, por já estar usando muitas drogas, resolveu desistir de estudar. Sobre a sua profissão, disse que nunca trabalhou formalmente com carteira assinada, que vendia drogas para sobreviver e manter o seu vício.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Glória começou a usar drogas aos 16 anos, no início só maconha, e aos 17 começou a vender as drogas, mas diz que não pensava em lucro: “eu vendia por amizade, os traficantes eram meus amigos e, como eu conhecia muita gente que usava, vinham até mim na confiança”, como gratificação, ganhava maconha. Recordou que o problema começou quando experimentou *crack*: “tudo mudou, porque o efeito passou rápido e eu queria fumar mais em seguida e não conseguia parar mais”. Nessa época, ficava tão drogada que chegou a ficar dias sem dormir e comer, disse que não sabe nem como está viva até hoje.

Presa pela primeira vez em 2013, por roubo, disse que não foi sua ideia e que não fez nada, apenas ficou junto ao colega, que invadiu a casa de uma pessoa idosa e a ameaçou com uma faca. Na ocasião, contou que os vizinhos viram e chamaram a polícia, que chegou rápido, e ela acabou sendo presa. Sobre esse caso, disse que não lembra de ter respondido processo e acredita que já está até prescrito.

Agora está presa no CIS por uma arma e drogas numa bolsa que nem era dela. Disse que novamente “se deu mal por causa de colega” e contou que nesse dia foi abordada na rua pela polícia, que pediu para ela abrir a bolsa, e que quando abriu ficou surpresa, porque nem ela sabia o que tinha dentro, “nem acreditaram que a arma e a droga não eram minhas”.

Ao todo, deve cumprir dez anos de prisão, mas não sabe os detalhes da sentença. Comentou que não participou da audiência e que o juiz decretou a sua revelia porque não foi encontrada, mas contestou: “como pode o juiz falar que não me achou? Isso é mentira, eu tinha endereço, isso é uma injustiça”.

Sobre o dia a dia na penitenciária, a rotina e disciplina

A sua rotina no início da manhã também é a mesma. Acorda às 6h para a contagem das presas no alojamento. Depois, dorme novamente e se levanta às 8h para tomar café, e às 8h30 vai trabalhar na horta. Almoça às 12h e depois, às 13h30,

volta para o serviço até final da tarde. Faz a sua higiene para ir jantar às 17h; e, à noite, vai para os estudos, onde retornou à 5.^a série do Ensino Fundamental. Está fazendo leituras de livros e relatórios para obter remição da pena. Contou que tem dificuldades para entender os livros, mas que tem sido ajudada pela colega do alojamento, que sempre a incentiva a continuar e a ter paciência e persistência: “eu estou conseguindo”.

Sempre que pode, participa de vários cursos que ajudam na remição da sua pena e, recentemente, fez um curso de salgado do Senac e ganhou até o certificado, por isso comemora: “nossa, vai ser o máximo eu poder trabalhar nas panificadoras da minha cidade que me davam o pão, e agora vou chegar lá mostrando que eu posso fazer o pão e outros salgados”. Glória não vê a hora de sair de tornozeleira e acha que já conseguiu diminuir bastante a sua pena que, pelos seus cálculos, vai até dezembro de 2023.

Aos sábados, disse que descansa assistindo TV; e aos domingos, costuma frequentar o culto para ouvir a palavra do pastor da Igreja Universal, porém não gosta da parte do discurso em que o pastor fala da vida de traficantes: “eu não quero saber da vida do Marcola, porque eu sei como é a vida de traficante... eu quero ouvir coisas interessantes da palavra pra mim (se referindo aos ensinamentos bíblicos)”.

As visitas ainda estão sendo on-line e ela conversa apenas com a irmã por vídeo, e comenta que a irmã percebe mudanças no seu comportamento “eu estou me esforçando pra isso, quero ser uma pessoa melhor”.

Sobre a participação no Projeto Florescer

Glória contou que participou do curso porque seu nome estava na lista e disseram que ela ia ter remição, o que a deixou empolgada, mas quando viu como era o curso ficou surpresa com as atividades, que despertaram nela uma vontade de mudar, “agora quero sair daqui outra pessoa, vou sair daqui uma pessoa digna”. Glória comentou que começou a sentir vontade de viver e que antes estava numa situação de desânimo e não gostava nem de se olhar no espelho, mas agora se sente mais confiante e com autoestima alta.

Ficou feliz com os depoimentos das colegas, porque fizeram ela perceber que existem sentimentos fortes nas pessoas e que teve empatia, “me coloquei no lugar de muitas ali e isso me deixou mais fortalecida”. Glória disse que se sente mais sociável e fez mais amizades com vínculos, o que despertou muitos sentimentos positivos, e

afirmou que tem certeza de que a sua família não vai reconhecer a nova pessoa que pretende ser.

estou muito orgulhosa de mim e, com a ajuda de vocês, consegui me sentir viva de novo. Agradeço por vocês me ajudarem a resgatar a dignidade, sou muito grata. Hoje sinto que posso mais, o mundo é complicado, mas com jeitinho é possível conquistar o nosso espaço e mostrar os sentimentos ao próximo. (Glória, 32 anos)

Ao terminar a entrevista, ressaltou que o curso Florescer despertou nela a vontade de ajudar as pessoas que estão comprometidas com as drogas, porque já passou por isso e sabe que tem que ter muita ajuda, porque muitas vezes sozinha a pessoa não tem forças: “eu quero ajudar as pessoas, porque eu não tive apoio, eu desistia de mim por causa da fissura e pedia para ir embora do tratamento”. Para tanto, falou que pensa em fazer cursos para trabalhar no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da sua cidade e ajudar as pessoas viciadas em drogas.

5.3.5 Entrevistada Laura, 39 anos

Nasceu em Umuarama, se identifica com o gênero feminino e se autodeclara parda. Solteira e mãe solo de três filhos, é evangélica.

Sobre a sua família de origem

Não quis comentar muito sobre a sua família de origem, mas disse que sua mãe era extremamente agressiva e intransigente, que praticava abuso físico contra ela e seus irmãos e que chegou a obrigar seu irmão a comer fezes, só porque ele havia feito na calça. Sobre a sua infância, também se restringiu aos comentários acima e destacou que fez o contrário da forma como foi educada por sua mãe, se considera uma mãe amorosa e cuidadosa, tentando ser diferente do que sua mãe foi para ela e para os irmãos.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Laura estudou até a 8.^a série e parou aos 15 anos, depois que descobriu que estava grávida. Comemorou ter voltado a estudar agora, enquanto cumpre a pena, na série em que parou. Sua formação técnica é com salão de beleza e é cabelereira, a profissão a ajudou a ganhar uma vaga no salão de beleza do CIS, local que estava

até um dia antes da entrevista comigo, mas não sabe o porquê foi dispensada e aguarda um novo posto de serviço para continuar a trabalhar. Quanto ao trabalho com carteira assinada, Laura disse que teve uma experiência na confeitaria de um hotel em Umuarama, no qual ficou por quatro meses.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Não quis comentar sobre como e com que idade iniciou a sua experiência com os desvios e crimes. Disse que na primeira condenação ela realmente estava traficando drogas, mas que a segunda foi injusta: “foi tudo armação de policiais que são corruptos na cidade, eles plantaram a droga na minha casa e ainda levaram 8 mil reais, que eu tinha ganhado no processo trabalhista”. Laura contou que falou isso e que até comprovou com documentos que o dinheiro é lícito, mas o juiz não acreditou.

Essa situação a deixou revoltada com a injustiça: “somando com a outra pena, dá 13 anos de prisão, e eu não devo tudo isso”. Até agora, Laura já cumpriu três anos e quatro meses na penitenciária de Goioerê (PR), e disse que veio transferida para o CIS em Piraquara como forma de represália do diretor daquela penitenciária, mas não quis comentar mais detalhes. Laura disse que sempre gostou de pregar e no sistema o pessoal respeita muito quem se converte, “as facções só aceitam perder pra Jesus e a pessoa tem que andar na linha e se manter convertida”. Pelos seus cálculos, sua progressão de regime fechado para o semiaberto está prevista para 2027.

Sobre o dia a dia na penitenciária, a rotina e disciplina

Sua rotina também começa cedo, acordando às 6h para a contagem de todas no alojamento. Depois, volta a dormir e acorda às 8h, toma o seu café com pão e, até um dia antes, seguia para o salão de beleza, no qual todas as detentas podem fazer as unhas, cortar os cabelos, fazer tintura e hidratação. Tudo é agendado para atender a todas de maneira igualitária, os produtos usados são doados por pessoas físicas e empresas, e o trabalho no salão ajuda a melhorar a aparência e a autoestima das presas. Às 12h, é o horário do almoço; às 13h30, retornam para o salão, e às 17h é o horário da janta. Laura também voltou a estudar à noite, além de fazer leituras de livros para remição da pena. Nas horas vagas, contou que faz a leitura da Bíblia e gosta de pregar a palavra. Assim como as colegas, vai dormir às 23h, horário em que as luzes se apagam. No final de semana, esse horário se estende até a meia-noite.

Sobre a participação na Jornada Florescer

Laura participou porque o seu nome também estava na lista, mas não foi perguntado se ela queria ou não. Por isso, entendeu que era uma determinação. De acordo com ela, o resultado foi bom, porque se sentiu mais acolhida e fortalecida após o trabalho desenvolvido durante os círculos, “achei muito interessante e importante a essência do curso, que valorizou as pessoas e a autoestima, recebi muitos elogios das colegas que me enxergam como uma pessoa forte e verdadeira, e isso mexeu comigo”. Acredita que o curso a ajudou a ver a sua vida de maneira diferente daquela que ela tinha vivido até o momento e que aprendeu a controlar mais a raiva e suas emoções, “agora eu penso mais antes de falar para não machucar as pessoas, mas a minha principal mudança foi parar de alimentar vingança pelas injustiças que sofri, hoje penso diferente”. Depois que sair da prisão, Laura pretende montar um ministério e quer ser pastora, para ajudar as pessoas: “penso que é uma forma de eu compensar o mal que fiz para muitas famílias quando vendia drogas para os seus filhos”. Ela também pretende montar o seu salão de beleza e levar uma vida digna e honesta.

Agradei a colaboração com a entrevista, e Laura também agradeceu por poder conversar. Após terminar, ela foi conduzida para o seu alojamento, e eu me dirigi para a direção para me despedir e renovar o pedido de autorização para a portaria principal, porque só retornaria na próxima semana para as entrevistas.

5.3.6 Entrevistada Vânia, 42 anos

Nasceu em Moreira Sales, região oeste do Paraná, onde morou a maior parte de sua vida. Identifica-se com o gênero feminino e se autodeclara branca. Vive em união estável há pelo menos quatro anos e tem um único filho, de 26 anos. É evangélica, com presença assídua nos cultos de domingo: “gosto de ouvir a palavra do pastor”.

Sobre a sua família de origem

Não falou muitos detalhes, mas contou que, com ela, ao todo são cinco irmãos: três por parte de mãe e dois, que não conhece, do segundo relacionamento do pai. Falou do pai com mágoa, porque nunca aceitou o fato de ele ter ido embora quando Vânia tinha 7 anos de idade.

Destacou que sempre tiveram uma casa grande e boa, mas que não se sentia feliz. Aos 14 anos, fugiu de casa, se envolveu com drogas e contraiu o vírus HIV, mas só descobriu que era soropositivo aos 19 anos e, desde então, usa o coquetel de remédios, mas não parou de usar drogas.

Quando engravidou do seu único filho, achou que ele também teria HIV, mas disse que, por milagre e cuidados especiais com remédios na gestação, o parto correu bem e seu filho não foi contaminado. Sem o vírus e hoje com 26 anos, seu filho é saudável e Vânia se enche de orgulho para falar dele: “é a melhor coisa da minha vida”.

Lembranças da infância

Vânia disse que não tem muitas lembranças da sua infância, somente se recorda de tristezas, por ter sido abandonada pelo pai. Contou que sempre teve esperança de que ele voltasse, mas isso não aconteceu. A informação que tinha era de que ele vendia doces, por isso resolveu fazer o mesmo na adolescência; vendia doces na rua, na esperança de encontrar seu pai também vendendo doces.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Vânia frequentou a escola até a 6.^a série, quando tinha 13 anos. Decidiu largar os estudos porque sentia dificuldade para aprender, e, quando completou 14 anos, fugiu de casa para trabalhar como ambulante, vendendo doces para se manter. Lembrou-se de que por um período também catava latinhas para sobreviver.

Somente após ter entrado no sistema penitenciário é que teve uma formação técnica, em costura, e já tem três certificados conquistados, ao longo de cinco anos, período em que está presa. Os cursos de costura deram a ela uma vantagem na penitenciária, porque sempre é selecionada para trabalhar nas empresas parceiras que utilizam a mão de obra das presas na confecção de roupas e uniformes. Além da remição da pena de um dia a cada três dias de trabalho, recebe parte de um salário-mínimo pelo serviço, no valor de R\$ 900 por mês, que é depositado numa conta em seu nome.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Vânia contou que virou usuária de drogas aos 14 anos, e aos 19 anos começou a traficar drogas, porém só foi presa com 32 anos, em 2012, por tráfico. Na época,

ficou apenas um ano presa e teve um benefício especial porque tinha muitos desmaios e estava com a saúde debilitada, conta que

cada vez que eu desmaiava, batia a cabeça, e quase toda semana eu era encaminhada para o hospital de Cianorte. Lá, o médico disse que ia acabar morrendo de tanto bater a cabeça. Fez um atestado médico alertando sobre as minhas condições de saúde para o juiz, que acabou me soltando com tornozeleira.

Vânia foi presa novamente em 2014, e desde então está cumprindo pena no regime fechado. No total, as duas condenações somam 13 anos. Por causa da saúde debilitada, foi selecionada para ir para o CIS: “me mandaram pra cá porque minha saúde não está boa e aqui tem uma condição melhor”. Vânia ainda tem oito anos de pena para cumprir, mas em janeiro de 2024 poderá sair de tornozeleira, no regime semiaberto.

Sobre o dia a dia na penitenciária, a rotina e disciplina

Acorda às 6h horas para a contagem de todas no alojamento. Toma café mais cedo, porque às 8h30 já tem que estar na costura, que vai até às 11:30. Almoça às 12h e, logo depois, retoma o trabalho, às 13h30, até às 16h30. A janta é servida às 17h. Mesmo cansada, Vânia também frequenta as aulas e contou que está feliz por poder retornar para a 6.^a série, período em que parou os estudos na adolescência.

Vânia avaliou que prefere manter a cabeça ocupada e que os cursos ainda ajudam a diminuir a sua pena. Sobre a saúde, contou que é atendida pelo serviço social e pela farmácia que ficam fixos no local, além da médica do CIS, que prescreve as medicações. Disse que, muitas vezes, sente-se cansada e desanimada, “não tenho vontade de fazer muita coisa, minha cabeça não está boa, até já pedi para conversar com a psicóloga, também estou tomando remédio para depressão”. O CIS conta com uma psicóloga que atende às presas todas as semanas.

Vânia disse que a única coisa que a deixa melhor são as visitas do filho, que, mesmo sendo virtuais, é o momento em que sente mais tranquilidade para poder conversar com o filho. Segundo Vânia, o filho é homossexual e faz de tudo para ela ficar mais feliz.

Sobre a participação na Jornada Florescer

Vânia considera que o curso foi uma experiência bem diferente, pois “nunca tinha participado de nada assim, foi muito bom, me senti muito acolhida... fiquei mais amiga das colegas do meu alojamento... agora a gente passa uma pela outra e se cumprimenta”.

Vânia também foi para o curso porque o seu nome estava na lista e afirmou que, como não estava trabalhando, isso foi bom para a sua saúde: “me ajudou a meditar mais sobre a minha vida e a ter mais calma e empatia... percebi que não é só eu que estou no sofrimento”. Particularmente, o curso a fez pensar no seu pai: “eu consegui tirar a mágoa, eu percebi que eu fiz a mesma coisa com o meu filho, eu o abandonei, e ele mesmo assim não me abandona e continua me amando”. Vânia percebeu que a sua história é parecida com a das outras colegas e se identificou com muita gente.

Disse que, ao final do curso, sentiu gratidão pela experiência e conclui que é possível mudar, comentando que ali onde ela está eles ajudam muito, mas é preciso querer ser ajudado, e que é isto que ela está fazendo: aproveitando todas as oportunidades.

Agradei a disponibilidade dela para a entrevista. Vânia disse que naquela manhã não tinha ido trabalhar porque havia quase desmaiado, mas, como estava melhor, acompanhou a guarda até onde eu estava, para ser entrevistada. Mais uma vez agradei a ela pelo esforço e desejei melhoras para a sua saúde.

Sáimos juntas da sala, e logo apareceu a guarda, que a conduziu até o seu alojamento. Eu me dirigi até a direção para agradecer mais um dia e dizer que voltaria no dia seguinte.

5.3.7 Entrevistada Simone, 46 anos

Nasceu em Bandeirantes (PR), cidade próxima a Ribeirão do Pinhal, e morou lá até os seus 23 anos. Atualmente é solteira, mas já foi casada duas vezes e teve seis filhos, frutos de três relacionamentos diferentes. Define-se como do gênero feminino e se autodeclara amarela. Não tem apelidos e gosta de ser chamada pelo nome. Sua religião é a católica e gosta de ler a Bíblia.

Sobre a sua família de origem

Relatou que seus pais tiveram cinco filhos, todos viviam na cidade de Jacarezinho, na região rural, e nada faltava para eles. Simone não quis falar mais sobre a sua família de origem e sobre sua infância, limitando-se a falar somente do seu período escolar quando era criança, mencionando que havia abandonado os estudos com 10 anos.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Quando estava na escola, lembrou-se de que parou no 2.º ano do Ensino Fundamental, e a principal razão foi porque não conseguiu passar de ano devido à dificuldade que tinha para aprender as lições e as explicações da professora. Além do problema de aprendizagem, Simone recordou que sofria muito bullying na escola por causa dos seus dentes, “na época estava passando a novela *Vamp*, aquela da vampira... e todos ficavam me chamando de *vamp* porque eu tenho os dentes caninos bem destacados”. Após esses episódios, não quis mais ir para a escola, e os seus pais não se opuseram. Ela acredita que até foi um alívio, porque eles moravam numa área rural em Jacarezinho, e, como a escola era longe da sua casa, acharam mais cômodo ela não ir e ficar ajudando na roça. Simone contou que era uma época boa, que viviam bem e nunca faltou comida para ela e para os irmãos.

Sobre o trabalho, relatou que nunca teve emprego com carteira assinada e nenhuma formação técnica e destacou que os seus ex-maridos não a deixavam trabalhar e só conseguiu ser independente quando começou a vender drogas, para terminar de construir a sua casa.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Sua vida desviante começou quando tinha 22 anos, segundo ela, após ter “experimentado de bobeira” cocaína numa festa de aniversário que foi com seu primeiro marido. “Eu nunca mais parei e queria sempre mais... acabei me viciando muito e não conseguia mais parar; cheguei a vender os móveis de casa para comprar cocaína e fui me perdendo cada vez mais”. Nessa época, Simone ainda morava em Ribeirão do Pinhal, no Paraná, e seu marido foi embora com seus filhos pequenos. A menina hoje está com 18 anos, e o menino, com 23, mas não tem contato com eles.

Depois de solteira, se envolveu num outro relacionamento rápido e teve outra filha, que nasceu com um problema nas pernas e vive sob a guarda da avó paterna

desde os oito meses de idade. Simone continuava sempre se drogando e nunca parou. O seu terceiro relacionamento foi o mais duradouro, no qual Simone ficou casada por 15 anos com um traficante que não a deixava sair de casa. Desse relacionamento, teve outros dois filhos meninos, um deles foi assassinado aos 16 anos por causa de briga com tráfico.

O filho caçula nasceu com síndrome de Down, atualmente está com 13 anos, e vive numa instituição do Estado que atende a crianças especiais. Simone disse que pretende sair logo para poder cuidar dele.

Com relação à sua atual situação, disse que foi presa porque estava traficando drogas. Conta que assumiu o lugar do ex-marido traficante, que foi preso, por incentivo dos amigos e vizinhos, que também eram traficantes e usuários. Simone avaliou que era uma forma de conseguir terminar a construção da sua casa e foi o que fez, mas acabou sendo presa, mas

eu fiquei só alguns dias e fui solta com o benefício da Lei da Mãezinha, usando a tornozeleira e prisão domiciliar. Estava na porta da minha casa, numa boa, e os policiais que me prenderam, quando me viram solta, pararam a viatura e disseram na minha cara “sua vagabunda, nem esquentou a bunda na cadeia” e me ameaçaram dizendo para eu ficar esperta. No dia seguinte, veio a vingança, foram na minha casa e jogaram uma bucha de pedra embalada que pesava umas sete gramas (Simone, 46 anos).

Simone contou que, no dia da audiência, disse que a droga não era dela: “eu disse para o juiz que se fosse minha eu teria embalado em várias buchas e não daquele tamanho, porque era um desperdício; o juiz ficou furioso, achou que eu estava debochando da cara dele, mas eu estava sendo sincera”. Ela foi condenada, em 2019, a oito anos nessa segunda prisão, que afirmou ter sido injusta, porque os policiais teriam colocado a pedra na sua casa para incriminá-la.

Na primeira prisão por tráfico, foi condenada a seis anos, e a somatória das penas resultou em um total de 14 anos de prisão. Simone relatou que essa experiência na prisão ela não vai ter mais, porque nunca mais vai traficar drogas e só pensa em cuidar do seu filho.

Sobre o dia a dia na penitenciária, a rotina e disciplina

A rotina diária de Simone é praticamente igual à das demais colegas. Acorda cedo, às 6h, para a contagem das presas no alojamento e depois volta a dormir. Nos

momentos em que não está em curso, gosta de assistir televisão, principalmente as novelas da noite, assim, segundo ela, passa mais rápido o tempo.

Por incentivo das outras colegas, ela voltou a estudar, e conta que tem dificuldades para aprender, mas está conseguindo acompanhar mais e assim espera diminuir a sua pena. É com este objetivo que faz todos os cursos que pode, para ter a remição. Recentemente, concluiu o curso de salgados do Senac e ficou muito feliz, porque agora tem um certificado e pode fazer salgados quando sair dali.

Logo após a sua condenação, Simone foi transferida da cadeia de Santo Antônio para o CIS. Ela contou que antes vivia uma tortura para conseguir dormir, “não tinha lugar na cela e eu ficava com o meu colchão perto do boi, no chão, e quando urinavam, molhavam as minhas pernas! Era a coisa mais horrível, um tormento ter que lidar e me acostumar com isso”. Relatou ainda que a assistente social do presídio de Santo Antônio soube que ela tinha um filho especial e por isso a ajudou com a sua transferência para o CIS em Piraquara, comentando que era um lugar melhor e que Simone poderia trabalhar e estudar para cumprir logo a pena e ficar com o filho.

Quando chegou ao CIS, Simone disse que parecia que estava no paraíso, perto do que estava vivendo na cadeia de Santo Antônio. E a sua rotina ficou ainda melhor depois de ter participado da Jornada Florescer, porque sente agora uma amizade e um vínculo maior com as colegas que conheceu e compartilhou experiências, “quando passam por mim me cumprimentam e perguntam como eu estou, isso me faz bem”.

Atualmente, não tem mais vícios, até porque não poderia utilizar nada ali, “nem cigarro pode fumar aqui”. Durante as visitas, contou que consegue ver e falar com o filho e que, apesar de ele não entender muito que ela está num vídeo, sempre fala que o ama muito e que logo vai cuidar dele.

Sobre a participação no Projeto Florescer

Simone disse que foi chamada para participar da Jornada Florescer porque o seu nome estava na lista e não questionou. Na sua opinião, o fato de poder conversar em círculo e trocar experiências a ajudou a se sentir melhor e mais valorizada. Comentou sobre as suas expectativas futuras e disse que espera poder ter saúde para cuidar do seu filho especial. Relatou que a experiência de ter participado do Círculo Florescer foi muito gratificante e que estava mais feliz e esperançosa para mudar para melhor e poder logo cuidar do filho.

O curso a fez pensar mais sobre a sua vida, sobre o seu passado e todos os seus outros filhos que não pôde cuidar: “eu queria pedir perdão para eles e para o meu tio, que nunca me abandonou, mesmo quando eu o enganava, quando mentia que precisava de dinheiro para fralda, ele nunca me questionou”. Simone comentou que se sente mal quando se lembra dessas situações, “eu quero mudar muitas coisas em mim, reparar o que fiz de errado e uma coisa é certeza: nunca mais vão me ver por aqui, eu quero ser melhor para o meu filho, que precisa de mim, quero cuidar dele e passar coisas boas para ele”. Ao final da entrevista, ela fez questão de frisar que, não vai voltar nunca mais para nenhuma penitenciária.

Finalizamos a entrevista e agradei a sua participação. Ela voltou para o seu alojamento acompanhada da guarda que veio buscá-la, e eu fui para a direção, avisar que já estava indo embora e que voltaria no dia seguinte.

5.3.8 Entrevistada Terezinha, 52 anos

Nasceu na cidade de Rio Branco, Região Metropolitana de Curitiba, e se identifica com o gênero feminino, autodeclara-se parda, é divorciada e tem três filhos. Quando à religião, disse que é evangélica batizada.

Sobre a sua família de origem

Terezinha foi registrada pelos avós, tem quatro irmãos por parte de pai e cinco irmãos por parte de mãe. Não quis falar mais sobre a sua origem e nem sobre a sua infância.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Começou a trabalhar cedo, aos 11 anos, com cerâmica, para ajudar com as despesas de casa. Ainda criança, Terezinha foi morar na casa de uma senhora, onde fazia os serviços gerais da casa. Na época, estudou até a 7.^a série, mas desistiu porque estava com 17 anos e se sentia envergonhada. Continuou trabalhando na casa dessa senhora, que tinha uma mansão, mas nunca teve o registro do emprego em carteira.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Depois que teve os filhos, a família começou a passar dificuldades e Terezinha mal conseguia sustentá-los. Contou que, nessa época, já estava com quase 30 anos e resolveu fazer programas, que lhe rendiam uns R\$ 300 por dia. O seu cunhado a convenceu a mudar de ramo, “me disse que vender drogas seria melhor e eu não precisaria ficar me prostituindo”.

Terezinha começou a vender drogas e a ganhar três vezes o que ganhava fazendo programas. Relatou que sempre foi muito cuidadosa para não ser presa, e que a polícia somente a prendeu porque seu sobrinho fez uma denúncia. Terezinha foi presa em Pontal do Paraná, na sua casa. Ao todo, foi condenada a 13 anos de prisão e em fevereiro de 2025 deve receber a progressão do regime para o semiaberto e sair de tornozeleira.

Sobre sua rotina e disciplina na penitenciária

Terezinha segue a disciplina dos horários preestabelecidos, tendo também que se levantar às 6h para a contagem das presas. Volta a dormir e toma o café da manhã mais tarde, mas almoça e janta no mesmo horário que todas. Nas horas livres, está sempre fazendo leituras para ocupar o tempo e conseguir diminuir mais a sua pena.

Desde que chegou ao CIS, aproveitou todas as oportunidades para conseguir remição de pena, tanto com o trabalho quanto com os estudos e cursos. Terezinha já fez curso de confecção de chinelo e de salgados.

À noite também estuda e está matriculada na 7.^a série do Ensino Fundamental, série em que parou. Explicou que a cada seis semanas de estudo em cada matéria são diminuídos 12 dias da sua pena. Detalhou que três meses de estudos equivalem a um mês de abatimento da sua pena, e, sobre as leituras que faz, contou que cada livro com o relatório mensal equivale a quatro dias a menos de pena.

As visitas são por videoconferência e Terezinha sempre conversa com os filhos. Nos domingos, também participa dos cultos da Igreja Universal.

Sobre a participação na Jornada Florescer

Terezinha também foi comunicada de que seu nome estava na lista do curso Jornada Florescer, por isso foi participar. Num primeiro momento, achou que as técnicas do Círculo Florescer pareciam um trabalho de psicologia, porque falavam

muito em autoestima e valorização das participantes, e isso, para ela, parecia um trabalho de dinâmica de grupo.

Quanto aos assuntos abordados nos círculos, comentou que foram diferentes e que gostou muito das técnicas que falaram de questões individuais e de amadurecimento, pois “é muito importante ter uma nova visão e perspectiva do que se quer verdadeiramente”. Terezinha disse que foi bom participar, porque conseguiu rever alguns sentimentos seus que considera destrutivos: “eu estava alimentando o ódio que estava sentindo do meu sobrinho por ter me denunciado para a polícia, eu estava querendo me vingar dele e não pensava em outra coisa, e agora isso passou”. Ela disse que conseguiu reformular seus projetos de vida para o futuro, e que só pensa agora em viver bem com a sua família e deixar a mágoa e o rancor para trás.

Agradei a disponibilidade dela e, da mesma forma, ela agradeceu. Ela voltou para o seu alojamento, e eu fui me despedir da direção e confirmar o meu retorno na semana seguinte para continuar as entrevistas.

5.3.9 Entrevistada Ângela, 61 anos

Ângela, assim como as demais colegas, compareceu espontaneamente e quis participar da entrevista. Expliquei, assim como fiz com todas as participantes, que não era obrigada a responder e que, se não se sentisse confortável, não precisaria responder a todas as perguntas. Li o TCLE, como fiz para todas, e ela assinou. Ângela e Dalva eram as participantes mais idosas do grupo.

Começamos a conversar com as perguntas sobre a vida pessoal e familiar. Ângela disse que não se lembrava da cidade onde nasceu. Sobre gênero, respondeu que se identifica com o feminino. Autodeclarou-se branca, é viúva (matou o companheiro) e tem três filhos adultos. Não segue nenhuma religião, mas acredita em Deus.

Sobre a sua família de origem e sua história de vida

Ângela se considera uma pessoa sem sorte. Contou que até hoje tem trauma porque o seu pai matou a sua mãe. Lembrou-se de que ele era uma pessoa muito violenta, que batia nos filhos e chegou a cortar a orelha do seu irmão com uma machadinha. Depois que a mãe dela foi assassinada pelo pai, ele deu todos os filhos, inclusive Ângela.

Relatou que moravam na roça e que só aconteceu desgrça, que sua irmã mais velha foi estuprada e assassinada e até hoje não fizeram justiça no caso dela. Ângela ficou em silêncio e logo depois falou do seu caso, questionando o porquê com ela a justiça tinha sido tão severa: “por que eu tenho que pagar? Não é justo”. Ângela lamentou a sua situação e disse que não se conforma e, se pudesse, voltaria atrás, porque hoje está mais controlada, naquele tempo estava muito doente por causa da depressão.

Ângela disse que ainda não está totalmente boa da cabeça, porque ainda é depressiva. Relatou que o problema já a acompanha há muitos anos, tanto que foi aposentada por invalidez e recebia o benefício do INSS por causa da depressão. Ultimamente, tem percebido que sua mão está com tremendo e tem dificuldades para se cuidar bem. Perguntei a ela se a situação da sua saúde havia sido informada ao juiz, Ângela respondeu que sim, “o juiz disse que aqui dentro tenho mais condições, que estou mais bem cuidada”, porém, ela discordou, pois queria estar em casa sendo cuidada pelo filho e sua situação de saúde não está boa. Relatou que logo vai ter uma consulta médica com o neurologista para descobrir o motivo da tremedeira nas mãos.

Ângela não quer ser transferida para o Complexo Médico Penal, local especializado para presos que precisam de tratamento de saúde mental, e comentou que só de pensar em ir para lá já fica mais preocupada: “dizem que é a pior coisa lá no Complexo, uma mulher que veio de lá disse que ficou sozinha trancada por 30 dias e que tem muito louco lá e muita gente que não é boa da cabeça é perigoso, para lá eu não quero ir, prefiro ficar aqui”.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Sobre os estudos, Ângela recordou que só foi para a escola até a 2.^a série do Ensino Fundamental e, devido às várias mudanças de cidade, não conseguia acompanhar os estudos, por isso acabou sendo tirada da escola pelas pessoas que cuidavam dela. Sobre o último trabalho, contou que era vendedora de roupas e trabalhou por muito tempo com carteira assinada, mas, há nove anos, se aposentou por invalidez, por depressão profunda.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

O homicídio contra o ex-companheiro foi o único crime que cometeu, até então, ela nunca havia se envolvido com nenhum outro delito. Foi condenada a 12 anos e

meio de prisão no regime fechado por ter matado ele com uma pancada atrás da cabeça, com uma ferramenta. Já cumpriu um ano e seis meses, e veio direto para o CIS, local onde continua. Desde que foi condenada, demorou quase cinco anos para ser presa definitivamente. Contou que chegou a pensar que não ia mais precisar cumprir a pena, porque avalia, mesmo com a condenação, que deveria ter sido absolvida por legítima defesa, e relatou: “ele me batia muito e do nada me agredia; eu apanhava, até quando estava parada lavando louça ele me agredia”. No seu julgamento, o promotor de justiça não acreditou na sua versão, porque ela nunca fez um Boletim de Ocorrência de violência doméstica para comprovar que isso acontecia, “eu disse que ele era perigoso e que eu tinha medo de denunciá-lo na delegacia”.

Sobre sua rotina e disciplina na penitenciária

Ângela também se levanta às 6h para a contagem das presas e volta a se deitar, mas não sente nem vontade de tomar café, não quer fazer nada: “quero ficar quietinha, fico olhando para a televisão, mas não vejo e nem escuto, fico só com os olhos parados”. Disse que, o tempo que pode, fica no alojamento deitada na sua cama e que evita ir aos locais aglomerados e com barulho, por exemplo, no refeitório na hora do almoço, “eu nem vou almoçar para ficar no silêncio, passo fome muitas vezes, porque não gosto de muito barulho na hora da comida, é muito barulho, eu prefiro comer mais à noite, depois da aula”. Ângela voltou a estudar à noite e está matriculada no 2.º ano do Ensino Fundamental, mas disse que não consegue aprender.

Comentou que se sente perseguida no alojamento, porque as meninas implicam com ela e dizem que ela está fazendo corpo mole, “o problema é que eu tenho depressão profunda e tomo vários remédios”.

Nas visitas, ela sempre conversa por videoconferência com o filho mais velho, de 27 anos, mas sente falta também do filho de 23 anos. Pelo fato de ser fruto do segundo casamento, o filho mais velho não fala com o mais novo, e assim ela fica sem notícias do caçula, que quase não a procura.

Sobre a participação no Projeto Florescer

Ângela participou do curso porque o seu nome estava na lista e agradeceu a oportunidade, porque, segundo ela, foi bom para passar o tempo e conhecer mais as meninas. Considerou que foi importante poder também desabafar e falar dos seus

problemas. Após a sua participação no Florescer, sente que as colegas do alojamento ficaram mais compreensivas com a sua situação e estão a ajudando mais, “agora muitas sabem que eu tenho depressão profunda, e tem duas que participaram comigo do meu alojamento, que agora me ajudam com a limpeza e sempre estão conversando mais comigo”. Ângela disse que se sentiu melhor depois que participou da Jornada Florescer.

5.3.10 Entrevistada Dalva, 62 anos

Nasceu em Curitiba, é solteira, não tem filhos e se identifica com o gênero feminino. Autodeclara-se branca; sua religião é a evangélica e disse ser batizada na Igreja Universal.

Sobre a sua família e sua infância

Dalva disse que era muito feliz com o seu pai e sua mãe, desde que era criança; e contou que seu pai comprou um terreno de invasão na região que hoje está construído o Shopping Palladium, em Curitiba. Na época, a prefeitura da cidade fez um contrato de compra e venda da Cohab para todas as famílias que tinham invadido a área.

Dalva disse que todos foram retirados do local e assentados pela prefeitura na região do Tatuquara, onde fizeram uns loteamentos e regularizaram as novas terras do seu pai, que passou a pagar a Cohab, “nós fomos os primeiros a chegar lá, onde o meu pai pagou e morreu no local”. Contou ainda que seu pai bebia muito, mas que tem orgulho dele, porque sempre dizia que “ali a gente não ia pedir penico para ninguém”, e suas três irmãs, uma delas gêmea, moram no terreno que o pai deixou para elas. Disse que a sua irmã mais velha, que também é evangélica, é quem cuida dela até os dias atuais.

Sobre a sua profissão e escolaridade

Dalva estudou até o 2.º ano do Ensino Fundamental e depois não quis mais, pois disse que não aprendia e largou os estudos com os 10 anos. Sobre o trabalho, contou que teve um emprego com carteira assinada até os 29 anos, porém teve que parar de trabalhar depois que perdeu metade do dedão da mão direita numa

metalúrgica. Depois não teve mais emprego com carteira assinada, trabalhou só com limpeza e outros serviços informais.

Logo após o acidente de trabalho, foi buscar os seus direitos, mas foi enganada por uma pessoa que se fez passar por advogado, e só acreditou na pessoa porque tinha sido indicado por um vizinho seu. Relatou que o falso advogado ficou com todos os papéis e nunca lhe devolveu nada, e até hoje não sabe se ele entrou na justiça ou não, “sei que perder esse dedo vale bastante, mas resolvi deixar para lá”. Dalva contou que, para sobreviver, também catou latinha de alumínio e recebia o benefício do auxílio Bolsa Família, e disse que, mesmo presa, o governo continuava depositando o auxílio para ela.

Dalva fez os cálculos e acredita que até a data da sua saída, em dezembro de 2023, vai ter perto de R\$ 4 mil depositados. Sobre o seu passado, disse que ganhava dinheiro se prostituindo e que começou a fazer programas na BR aos 29 anos: “o dinheiro era para sustentar o vício com drogas e bebidas, às vezes eu conseguia um bom dinheiro, me pagavam uns R\$ 30. Era só ir à BR que os carros paravam, e era todo tipo de gente, “mas eu só ia com camisinha”.

Sobre a sua experiência com os desvios e crimes

Dalva está presa por tráfico de drogas, e a sua condenação é de oito anos e meio de prisão, no regime fechado. Além dessa condenação, contou que também já foi presa por tráfico antes, mas respondeu como usuária de drogas. A sua primeira pena foi de três meses, e agora, na segunda condenação, disse que caiu de bobeira: “fui emprestar o meu terreno para o traficante em troca de pedras para a gente fumar”. Dalva contou que a sua irmã evangélica sempre a aconselhava a parar, e ela sempre continuava, mas agora resolveu que não vai mais voltar a usar drogas. Relatou que vai ter que se mudar, porque seus vizinhos vão ficar aliciando para ela continuar usando drogas, e não vão acreditar nela, na sua mudança. Por isso, pretende morar com a sua irmã, em outra cidade.

Sobre o dia a dia na penitenciária, a rotina e disciplina

Dalva se levanta às 6h da manhã para a contagem das presas e volta a dormir até as 8h30, quando se levanta para tomar café. A sua rotina é parecida com a das demais presas; como atualmente não está em nenhum trabalho, Dalva fica a tarde toda no alojamento, mas, à noite, vai às aulas. Disse que não está aprendendo, mas

continua se esforçando para conseguir acompanhar os estudos. Dorme após as 23h, depois que desligam a TV. Aos finais de semana, participa dos cultos da Igreja Universal.

Sobre a participação no Projeto Florescer

Para ela, foi muito bom ter participado, pois fez muitas amizades e criou mais vínculos com as meninas que participaram; além disso, os trabalhos desenvolvidos no Florescer a ajudaram a ter mais paciência e postura para lidar com situações estressantes na limpeza do seu alojamento, “muitas colegas pegam muito no meu pé, e eu estou me controlando para não arrumar brigas”.

Assim, terminamos a entrevista e agradei a presença da entrevistada. Ela foi conduzida pela guarda para o seu alojamento, e eu fui me despedir da direção e avisar que havia finalizado.

5.4 Considerações sobre a exclusão social das entrevistadas

As narrativas das mulheres, tanto as mais jovens quanto as mais idosas, impressionam pela longa trajetória de sofrimento social⁶⁰. Nas suas falas, é possível deduzir que não tiveram acesso a direitos sociais e a nenhuma política afirmativa que pudesse levar a outras escolhas para as suas vidas.

Após terem vivido um longo caminho de exclusão e negligência familiar e do poder público, agora cumprindo pena na Unidade de Progressão CIS, essas mulheres estão tendo oportunidades de estudo e qualificação profissional em escolas e cursos instalados dentro da penitenciária.

Segundo José Murilo de Carvalho (2002), as pessoas encarceradas são as que mais sentem o peso da desigualdade no Brasil e quando entram no sistema são estigmatizadas e personificadas, tanto pela sociedade quanto pela segurança pública, como “elementos”. Para o autor, são pessoas socialmente desprovidas de cidadania, que se quer possuem documentos⁶¹ (Carvalho, 2002, p. 219).

⁶⁰ Werlang e Mendes (2013, p. 743) desenvolveram um estudo sobre o sofrimento numa perspectiva contemporânea, no qual descrevem o sofrimento social permeando as zonas da precariedade, bem como as “zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite o viver”.

⁶¹ Segundo levantamento do CNJ, cerca de 80% das pessoas privadas de liberdade no Brasil – quase

Na sua obra *Cidadania no Brasil*, Carvalho salienta a existência de um paradoxo institucional, pois a nossa legislação, instituída na Constituinte de 1988⁶², em que pese ser a mais democrática que o país já teve, deixa a desejar, mesmo ostentando o título de Constituição Cidadã, pois, na prática, não promove a cidadania plena (Carvalho, 2002, p. 208).

Para Jessé de Souza (2003), no Brasil, as pessoas encarceradas são as mais vulneráveis e possuem uma categoria de subcidadãos pelo fato de não terem gozado das mínimas condições sociais para uma vida digna. Observa-se nas narrativas das entrevistadas que suas histórias orais se moldam às teses de Souza (2003; 2006; 2009) descritas nas obras *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* e, posteriormente, em *A invisibilidade da desigualdade brasileira*, na qual o autor aprofunda o tema sobre as raízes da naturalização das diferenças de classes e da miséria conferida à “ralé brasileira”, título da obra na qual investiga quem são as pessoas que fazem parte dessa classe e como elas vivem.

Com base nas informações presentes nessas três obras de Jessé de Souza (2003; 2006; 2009), é possível observar que as categorias sobre discriminação, exclusão social, miséria, evasão escolar, falta de qualificação para o trabalho produtivo, famílias desajustadas, não reconhecimento social, falta de autonomia e autoestima são presentes nas biografias de vida das entrevistadas, e, numa análise mais sensível, pode-se perceber que a teoria e a prática conversam.

Os argumentos teóricos de Jessé de Souza (2003; 2006; 2009) indicam que a nossa sociedade brasileira é seletiva e invisibiliza toda uma classe caracterizada como “ralé brasileira”, cujas pessoas não pertencem às classes média e alta, que são quem desfruta de privilégios e disposições naturais que fazem parte de uma gênese social por natureza. Ao contrário, a classe tida como “ralé brasileira”, segundo o autor, sempre foi (in)visível entre nós e percebida apenas como “conjuntos de indivíduos”, carentes ou perigosos, que são designados como subgente. São considerados

600 mil – não têm documentos em seus prontuários, dificultando o acesso a políticas públicas e a retomada da vida em sociedade. lança estrutura nacional para garantir documentação civil a pessoas presas (CNJ, 2021).

⁶² Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

miseráveis e as suas misérias são sempre percebidas como contingentes fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação podendo ser reversível com uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa andar com as próprias pernas. (Souza, 2009, p. 17)

O fenômeno descrito por Souza (2009) naturaliza a desigualdade entre os brasileiros, pois confere um “mérito” às pessoas que são naturalmente privilegiadas por terem nascidas em famílias da classe média e alta, diferentemente das pessoas que não fazem parte dessa classe de privilegiados, que o autor descreve como pertencentes à classe da “ralé”, classificada como subgente, que não tiveram a mesma sorte.

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los. (Souza, 2009, p. 25)

De acordo com o autor, a “crença meritocrática” é reforçada pela falsa ideia de que todos os indivíduos estão colocados nas mesmas condições de possibilidades e capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. Essas características, segundo Jessé de Souza (2009, p. 405-406), são valores afetivos e disposições invisíveis que fazem parte de uma segunda natureza construída afetivamente por herança familiar⁶³. Para Souza (2006), as diferenças de tratamento

⁶³ “Esse aprendizado não é necessariamente violento e explícito. Ao contrário, nos lares de classe média, esse tipo de aprendizado recebe o nome de “amor” e de “cuidado” dos pais. Todo dia uma série de sinais invisíveis como “não coma desse jeito”, “acabou a hora de brincar”, “não veja tanta TV, vamos ler juntos um pouquinho agora”, “respeite o brinquedo de seu amiguinho”, “guarde sua própria roupa”, “arrume essa bagunça”, “olha como a vovó gosta de você, ela acabou de fazer seu prato preferido” etc. sinaliza à criança de classe média que o processo de disciplinarização da qual ela é objeto é, em si, produto do amor de seus pais e familiares a ela.

Desse modo, as noções de disciplina e de autorresponsabilidade podem ser incorporadas de modo invisível, cada dia um pouquinho e acompanhando o desenvolvimento da criança; [...]. A penas como uma violência de fora para dentro, mas também como “atos de amor cotidianos”. Essa é a chave para um processo bem-sucedido de “identificação afetiva” com os valores e com a visão de mundo dos pais. A partir desse mecanismo de identificação afetiva, a criança de classe média passa a paulatinamente julgar todas as suas ações pela conformidade ou não conformidade com esse conjunto de valores cada vez mais percebidos como próprios e “naturais”, e não como aprendidos.

Como esses valores e concepções de mundo são produtos de pessoas em relação às quais a dependência da criança é absoluta, eles assumem pouco a pouco o caráter de “sagrado”, sendo internalizados não apenas como “conteúdos intelectuais”, mas como disposições inconscientes sobre as quais não se reflete, nem se escolhe, mas que constituem por assim dizer uma visão de mundo tornada “corpo”. [...] Na verdade, rigorosamente, toda a sociedade funciona de acordo com essa

para as classes privilegiadas são reforçadas na pré-escola, onde há a perpetuação dessa formação familiar que sustenta a ideologia da meritocracia para a manutenção da classe de privilegiados.

Conforme Souza (2009, p. 409), existe uma desumanização perversa, que é praticada tanto pelos governos quanto pelas pessoas que decidem no âmbito da esfera pública, “é uma construção invisível”, pois “nenhum brasileiro de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas da ‘ralé’ uma ‘subgente’ sem direitos e sem reconhecimento”. Para Souza (2009, p. 409), existem “acordos e consensos sociais mudos e subliminares, que articulam simbolicamente através de fios ocultos, solidariedades e preconceitos profundos que não se mostram”.

Essa desumanização perversa, segundo Jessé de Souza, é praticada pelos governos e por pessoas da esfera pública. Vera Andrade (2003, p. 24) inclui nessa lista a mídia, que seria responsável por “encenar, entre o misto do drama e do espetáculo, construindo um imaginário social amedrontado contra o inimigo criminalidade”.

Este inimigo, tornando cenicamente maior que todos os demais, concorre para invisibilizar o enredo do poder que subjaz à força simbólica do maniqueísmo, punitivamente reapropriado, e concorre para invisibilizar, em definitivo, que quem se expande não é, propriamente, a criminalidade (prática de fatos definidos como crimes) mas a criminalização (definições de crime e etiquetamento seletivo de criminosos pelo sistema penal), que a co-constitui e produz. (Andrade, 2003, p. 24)

Na visão de Vera Andrade (2003), a criminalização se intensifica e reproduz a divisão entre o bem e o mal e a não cidadania, bem como responsabiliza os mesmos não cidadãos que reproduz pelo infortúnio da criminalidade, sendo essas pessoas culpabilizadas pela própria criminalização. Ao observar os relatos das mulheres que cumprem pena no CIS, percebe-se que suas trajetórias foram marcadas pela alta eficácia do direito penal máximo em detrimento de uma cidadania mínima, praticamente inexistente. A vida precária dessas mulheres pode ser um exemplo prático da teoria de Andrade (2003), descrita na sua obra *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização*.

‘segunda natureza invisível’ que guia todas as nossas ações mais importantes sem que sequer nos demos conta disso”. (Souza, 2009, p.405-406)

A realidade dessas mulheres encarceradas é de extrema vulnerabilidade e nunca tiveram um amparo adequado nem de suas famílias, nem do Estado, tornando as suas vidas sem perspectivas. Vera Andrade (2003) destaca que a situação de precarização das pessoas pobres é uma condição que as torna “clientela do sistema penal” e que são indivíduos

que tem a maior chance de serem criminalizados e etiquetados como criminosos tidas como pessoas pertencentes aos mais baixos estratos sociais, a "minoría criminal" a que se refere a explicação etiológica da Criminologia tradicional (e a ideologia da defesa social conecta a ela) é o resultado de um processo de criminalização altamente seletivo e desigual de "pessoas" dentro da população total, às quais se qualifica como criminosos, e não, como pretende o discurso dogmático oficial, de uma incriminação igualitária de condutas qualificadas como tais. O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas condutas legalmente definidas como crime e acende suas luzes sobre o seu passado para julgar no futuro o fato-crime presente, priorizando a especulação de "quem" em detrimento do "que". (Andrade, 2003, p. 52)

Andrade (2003) chama a atenção para a necessidade de reverter essa ordem estrutural da desigualdade para a construção de um processo de maximização dos espaços da cidadania e de minimização da criminalização e do sistema penal. Segundo ela,

a construção social da cidadania deve funcionar como antítese democrático-emancipatória à construção social autoritário-reguladora da criminalidade; a maximização dos potenciais vitais e democráticos da cidadania deve operar, processualmente, no sentido da minimização dos potenciais genocidas da criminalização; no sentido da ultrapassagem ou superação da cultura e da engenharia punitiva e da dor e das mortes - da violência - que têm arrastado consigo, superação que é, a um só tempo, estrutural e ideológica, teórica e prática e, neste sentido, passa pela mudança de paradigmas - e da ideologia penal dominante – mas apenas na Ciência e na Academia, mas no senso comum e na práxis do controle social informal e formal (operadores do sistema penal). (Andrade, 2003, p. 28-29)

Em sua obra *Sistema penal máximo x cidadania mínima*, Vera Andrade faz um comparativo entre as dimensões do espaço de atuação do direito penal e a cidadania e seus efeitos práticos – por exemplo, a exclusão social como resultado do direito penal e a dimensão da inclusão que é proporcionada pela cidadania –, além de outras comparações, que podem ser conferidas a seguir.

Figura 23 - Quadro comparativo cidadania x direito penal

Cidadania	Direito Penal
Enquanto a cidadania é dimensão de luta pela emancipação humana, em cujo centro radica(m) o(s) sujeito(s) e sua defesa intransigente (exercício de poder emancipatório);	No sistema penal (exercício institucionalizado de poder punitivo), é dimensão de controle e regulação social, em cujo centro radica a reprodução de estruturas e instituições sociais, e não a proteção do sujeito, ainda que em nome dele fale e se legitime;
enquanto a cidadania é dimensão de construção de direitos e necessidades;	o sistema penal é dimensão de restrição e violação de direitos e necessidades;
enquanto a cidadania é dimensão de luta pela afirmação da igualdade jurídica da diferença das subjetividades;	sistema penal é dimensão de reprodução da desigualdade e de desconstrução das subjetividades;
em definitivo, enquanto a cidadania é dimensão de inclusão;	o sistema penal é dimensão de exclusão social.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Andrade, 2003, p. 22.

Com base nas observações de Vera Andrade, é possível observar no estudo da presente tese que o Projeto Florescer parece estar contribuindo para a maximização da cidadania e para a minimização dos efeitos da criminalização do direito penal. No próximo tópico, serão demonstradas algumas observações práticas na Unidade de Progressão CIS que parecem ser um espaço de promoção com a maximização da cidadania.

5.5 Efetividade dos direitos e cidadania para as mulheres encarceradas no CIS

Após um longo caminho percorrido pelas mulheres que cumprem pena na Unidade de Progressão feminina CIS, observou-se que, em toda experiência de cada uma delas, somente agora estão tendo oportunidades a que jamais tiveram acesso, mesmo quando ainda não haviam cometido nenhum crime.

Todas as entrevistadas voltaram a estudar⁶⁴, estão fazendo cursos profissionalizantes e podendo inclusive trabalhar, ocupam quase que totalmente o tempo e conseguem, por meio das atividades, fazer a remição da pena.

Nas entrevistas, contaram que no Projeto Florescer (CIS) é a primeira vez que realmente estão sendo tratadas com dignidade e relataram que se não fosse a oportunidade⁶⁵ de estarem lá, muito provavelmente não teriam nem voltado a estudar.

Muitas entrevistadas, pelo tempo que estão no CIS, conseguiram fazer cursos profissionalizantes em parceria com empresas como o Senac, que oferta cursos de doces e salgados. Outras parcerias ofertam cursos de manicure, *design* de sobrancelhas, cabelereiro, costura industrial, confecção de chinelos, horta orgânica, jardinagem etc.).

Entre um curso e outro, o CIS ainda conta com profissionais voluntários, que ensinam as mulheres a fazerem mandalas. A professora é uma profissional liberal, e eu a encontrei na portaria do CIS, em outubro de 2023, numa segunda-feira pela manhã, por volta das 8h30, em um dos dias da Jornada Florescer. Ela me disse que ensinava o artesanato das mandalas porque gostava e que fornecia todo o material para poder viabilizar as aulas. O curso de confecção de mandalas também é utilizado para a remição da pena.

A entrevistada Vânia (42 anos) disse que teve a oportunidade de fazer três cursos de costura industrial pelo Senai, inclusive um de alta costura. Essa qualificação conferiu a ela uma grande vantagem dentro da penitenciária, porque a sua mão de obra qualificada lhe garante trabalho⁶⁶ remunerado.

⁶⁴ Jessé de Souza (2009, p. 20) critica essa “lógica de todas as políticas assistenciais entre nós” e vai mais longe, esclarecendo que paira na política social do Brasil a ideologia do raciocínio economicista, que naturaliza as desigualdades, abstraindo os indivíduos de seu contexto social, “atribuindo a escola, e fora de seu contexto, em remédio para todos os males de nossa desigualdade”.

⁶⁵ A seleção das mulheres que vão para o CIS obedece a critérios da própria Lei de Execução, sendo o principal deles apresentar um bom comportamento carcerário.

⁶⁶ A empresa contratante está instalada na própria estrutura do CIS. O regime de trabalho das pessoas presas não se submete às Leis Trabalhistas, e os valores pagos são menores que um salário-mínimo. Além disso, desconta-se uma parte para custear as despesas da detenta e o restante é depositado numa conta poupança da pessoa presa, que poderá sacar o valor quando sair da prisão. De acordo com a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984):

“Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

Para Jessé de Souza (2009, p. 394), a busca por “dignidade” pode ser encontrada no sentimento de desempenhar funções úteis e “ordinárias” do dia a dia.

Além do mundo do trabalho, a outra fonte possível de autoestima, reconhecimento e distinção social no mundo moderno é o que Charles Taylor chama de “expressivismo”, ou seja, a possibilidade de perceber, compreender e viver a vida de acordo com nossas inclinações emotivas e sentimentais mais íntimas. [...]

O sentimento de “dignidade”, que o trabalho produtivo e útil proporciona, e o sentimento de “expressar”, na vida que se leva, as profundezas emotivas que a biografia particular de cada um de nós constrói são as duas formas modernas, como vimos, de se construir simbolicamente, de modo significativo, como indivíduo” (Souza, 2009, p. 394)

Essas oportunidades estão fazendo a diferença na vida das mulheres que cumprem pena no CIS, pois, após cumprirem a pena e atingirem a liberdade, poderão continuar seguindo com a profissão ou ocupação autônoma. As entrevistadas falaram sobre os ganhos sociais que estão tendo e que se sentem reconhecidas.

Simone (46 anos) disse na entrevista que, por incentivo das colegas, voltou a estudar e que aos poucos está superando as dificuldades de aprendizado. No dia da entrevista, ela estava comemorando que agora tinha um certificado do Senac do curso de salgados e planejando trabalhar no ofício. Esse era o seu primeiro certificado.

Ao observar as narrativas das mulheres, percebe-se que elas aproveitam todas as oportunidades de estudo, trabalho e qualificação profissionalizante ofertadas no CIS. Durante a entrevista, Karla (28 anos) disse que estava muito satisfeita com a oportunidade de estar como monitora na sala de informática. A conquista da vaga foi devido ao seu prévio conhecimento na área, devido a um curso de informática que não concluiu pelo fato de sua mãe ter sido presa na época, por tráfico de drogas. Ela tinha 16 anos e abandonou os estudos no 1.º ano do Ensino Médio. Agora, depois de tanto tempo, voltou a estudar e considera as oportunidades uma retomada da sua formação interrompida. Seus planos são para um futuro próximo: ela quer ser professora, e diz que já está se sentindo um pouco realizada nas aulas de informática,

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas”.

quando as colegas a chamam de professora. Sua função é ajudar as colegas a aprenderem a ligar os computadores e entenderem como fazer pesquisas em sites de conteúdo para as aulas. Poder estar ali, ensinando, é o início da concretização do sonho de seguir uma carreira no magistério.

Para a pessoa privada de liberdade, o alcance dos direitos sociais e de cidadania está ainda mais distante, principalmente pelo histórico de vulnerabilidade. De acordo com Nestor Penteado Filho (2012, p. 115), as estatísticas demonstram existir uma relação de proximidade entre a pobreza e a criminalidade. O autor destaca que as causas da pobreza, conhecidas de todos, estão relacionadas à má distribuição de renda, à desordem social e fomenta os sentimentos de exclusão, revolta social e, consequentemente, a criminalidade.

O quadro acima descrito como causas da criminalidade se encaixa no perfil das entrevistadas que não tiveram acesso aos serviços básicos e de assistência social do Estado e a muitas oportunidades de trabalho. Para Clara Borges (2024, p. 120), “o poder de punir exercido pelo sistema de justiça precariza e incrementa a precarização das vidas às quais foi imposta a condição de vulnerabilizadas”.

Tal comentário se encaixa nas condições das entrevistadas. As pessoas precarizadas e vulnerabilizadas devem ser vistas com um olhar mais humanizado, uma vez que se vislumbra a corresponsabilidade do Estado na sua situação de vulnerabilidade.

Para Zaffaroni, Eugênio e Pierangeli (2011), a teoria da coculpabilidade ou corresponsabilidade traz como sujeito passivo o Estado, que ao ser omissor e desigual nas condições dadas aos cidadãos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento pessoal pleno, tem sua *mea culpa* perante o agente infrator que teve reduzida sua capacidade de valoração da conduta.

Todo sujeito age numa circunstância determinada e com um âmbito de autodeterminação também determinado. Em sua própria personalidade há uma contribuição para este âmbito de autodeterminação posto que a sociedade – por melhor organizada que seja – nunca tem a possibilidade de brindar a todos os homens com as mesmas oportunidades. Em consequência há sujeitos que tem um menor âmbito de autodeterminação, condicionado desta maneira por causas sociais. Não será possível atribuir estas causas sociais ao sujeito e sobrecarregá-lo com elas no momento da reprovação de culpabilidade. Costuma-se dizer há aqui, uma “coculpabilidade”, com a qual a própria sociedade deve arcar. (Zaffaroni; Eugênio; Pierangeli, 2011, p. 526)

A coculpabilidade é um princípio constitucional implícito que reconhece a corresponsabilidade do Estado no cometimento de determinados delitos praticados por cidadãos com menor âmbito de autodeterminação e oportunidade, do indivíduo que não pode se autodeterminar de acordo com o ordenamento jurídico em virtude do abandono econômico-social. Grégore Moura (2006, p. 36) entende que o perfil socioeconômico e as condições do acusado devem ser considerados por vislumbrar situações de “coculpabilidade”⁶⁷

diante das circunstâncias do caso concreto, principalmente no que se refere às condições sociais e econômicas do agente, o que enseja menor reprovação social, gerando consequências práticas não só na aplicação e execução da pena, mas também, no processo penal.

Voltando às entrevistadas, percebe-se que, pelo histórico das suas trajetórias, devido à atuação máxima do direito penal com o mínimo de cidadania, suas vidas se tornaram precarizadas, passando a fazer parte “da clientela do direito penal” (Andrade, 2003, p. 52), e só agora estão podendo ter oportunidades.

No entanto, ainda permanecem com as marcas do sistema penal máximo, no quesito das suas condenações. Nesse ponto, ao observar a pena imposta, percebe-se a resposta penal em seu máximo grau. Só para exemplificar, trarei o caso de Andréia (23 anos), que com 18 anos de idade foi condenada a 15 anos e oito meses por tráfico de drogas, organização criminosa e corrupção de menor (pelo fato do seu namorado, na época, ter 17 anos).

Durante a entrevista, pude perceber a sua indignação por ter recebido uma condenação tão alta. Ela não se conforma com o resultado da sua sentença e nem com a maneira que o seu processo foi conduzido, segundo ela, “com falta de provas”⁶⁸,

⁶⁷ O art. 66 do Código Penal Brasileiro dispõe que a pena poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, que, embora não prevista expressamente em lei, é conhecida como atenuante nominada ou atenuante de clemência. Nesse contexto, é cabível a aplicação da teoria da coculpabilidade como circunstância atenuante, por exemplo. Ou seja, em face do contexto de marginalização social em que se encontram algumas pessoas, o que, por vezes, enseja a prática do delito, deve incidir sobre elas uma menor reprovação, afinal, a sociedade também tem sua parcela de culpa no delito.

⁶⁸ Michel Foucault (2012, p. 118-119) assevera que “não se pune um ato, castiga-se um homem. E eis que, uma vez mais, deixar-se-á cair um crime pelo qual nada mais se pode a fim de se ocuparem com o criminoso. Com efeito, a opinião e a imprensa precisam do criminoso. É a ele que se vai odiar, é para ele que irão as paixões, é para ele que se pedirão a pena e o esquecimento. [...] A princípio, a audiência pode e deve retomar tudo: a verdade deve ali produzir-se sem sombras nem silêncio aos olhos e aos ouvidos de todos. [...] as provas, os inúmeros elementos mal religados pelo espírito e nos quais a atenção vagueia. Mas, que importa? Pois por outro lado há, em carne e osso, vivo, incontestável, o criminoso. Seu rosto, suas expressões, sua dureza, seu sorriso, seus descontroles, tudo o que “não engana”. No que concerne ao crime, confiemos, então, nos hábeis técnicos da instrução e

tendo em vista que sua condenação foi baseada somente no fato do seu número de celular aparecer na escuta telefônica da investigação policial. O seu sentimento de injustiça e indignação era evidente, e achava injusto até comparando com outros casos, pois as outras pessoas que conhecia tinham sido condenadas com uma pena bem menor: “sei de presas que foram pegadas em flagrante com vários quilos de drogas e pegaram no máximo seis anos de prisão”. Comparou a sua situação com casos que considerava pior e não se conformava, até porque era ré primária.

Por causa da quantidade de réus no mesmo processo, a sua sentença final demorou três anos e oito meses para sair. Durante todo esse tempo, Andréia ficou presa preventivamente, até o final da instrução processual. Nesse período, passou por diversas cadeias, e o tratamento das guardas com as presas era humilhante: “chamavam a gente de lixo (sic)”. Há oito meses, ela chegou no CIS, e, após cinco anos de pena, pela primeira vez, sentiu que estava sendo respeitada: “aqui dentro tudo é diferente, até o tratamento das guardas é mais humano (sic)” (Andréia, 23 anos).

No próximo capítulo, serão abordadas as percepções mais subjetivas das participantes, que falarão sobre os seus projetos de vida e as suas reflexividades após a vivência nos círculos de construção da paz.

mantenhamos diante dos olhos o próprio criminoso. [...] e ainda do criminoso, não do crime, que se precisa para dar a sentença. Para ser indulgente, compreender e executar.

CAPÍTULO 6

6.1 Jornada Florescer é uma terapia?

Este capítulo foi pensado com base nas respostas constantes que apareceram durante as entrevistas reservadas que realizei com as participantes após o final do curso da Jornada Florescer.

Alguns discursos proferidos pela facilitadora já no primeiro dia da Jornada Florescer dão pistas de que o círculo da paz articula falas e discursos que repercutem reflexividade e autocuidado, como a “reconexão da pessoa com as suas raízes”; “a busca por conectar a teia invisível que existe nas relações sociais” (Facilitadora, 26 set. 2022).

Ao final das entrevistas, é possível perceber mais reflexividade nas participantes, que demonstram uma certa subjetivação de si e a alteridade após suas participações nos círculos da paz. Michel Foucault (2006, p. 142), na sua obra *A hermenêutica do sujeito*⁶⁹, salienta que a comunidade fortalece as relações com os cultos, que, segundo Foucault, formam “uma rede social, parcialmente institucionalizada, que, afora as comunidades cultuais”, que integram “grandes suportes da prática de si, [...] e o cuidado da alma, na sua forma individual e interindividual”. A subjetividade, para Foucault, passa a ser observada não só como mecanismo de coerção, mas também como um caminho para a liberdade por meio de práticas de conhecimento de si e no cuidado de si, “o eu é o agente, o objeto, o instrumento e a finalidade” (Foucault, 2006, p. 227).

Os círculos de construção da paz da Jornada Florescer promovem essa conexão e um ambiente amistoso entre as participantes. A facilitadora utiliza sempre o método dialógico nas dinâmicas, com palavras positivas que elevam a autoestima das mulheres encarceradas. Além disso, trabalha com palavras que remetem à

⁶⁹ A “subjetivação do sujeito” e as práticas do “cuidado de si” são discussões presentes na obra *A hermenêutica do sujeito*, curso proferido no Collège de France (1981-1982). Para Foucault, a constituição do sujeito vai se concretizar em diferentes dinâmicas contextuais que envolvem o saber/poder e o conhecimento de si, um sentimento universal inerente a casa ser humano. Para Allan Touraine (2009, p. 101), na obra *A hermenêutica do sujeito*, Michel Foucault inaugura um esforço inovador por enfatizar no coração da sua obra o pensamento e a reflexão sobre si mesmo, buscando a base dessa subjetivação nos ensinamentos de Platão e nos pensamentos no período helenístico, que datam dos primeiros séculos do cristianismo, cujo destaque no período era a preocupação consigo. A ideia de sujeito e subjetivação de Foucault liberta do sufoco imposto pela noção de uma sociedade sem atores, sem reflexão e sem consciência.

superação, como quando diz que as participantes estão numa jornada da heroína”⁷⁰, em “busca da mulher para se reconectar com o feminino”⁷¹, do “autoconhecimento e da conexão consigo e com os outros” (Facilitadora, 26 set. 2022).

Por meio das conversas com as entrevistadas, foi possível perceber que a dinâmica dos círculos da paz proporcionou uma melhora no relacionamento entre as participantes, nas suas rotinas diárias.

Inicia-se este capítulo, portanto, com as conversas obtidas nas entrevistas, nas quais as entrevistadas apresentam dúvidas se a Jornada Florescer é ou não uma prática de terapia de grupo, conforme os relatos a seguir.

6.2 “Achei que seria alguma terapia de grupo” (Karla, 28 anos)

A estrutura da técnica dos círculos de construção da paz remete a uma sessão de terapia, ao menos essa foi a impressão causada em algumas das entrevistadas. Karla (28 anos), por exemplo, disse que logo que chegou na sala, no primeiro dia do curso da Jornada Florescer, achou estranho e relata que seu primeiro sentimento foi de preconceito: “eu achei que seria alguma terapia de grupo ou algo semelhante, que eu não estava com vontade de participar e mentalmente estava rejeitando”. A sua estranheza foi ainda maior quando viu todas as colegas já sentadas em círculo na sala “quando entrei na sala e vi que todos deveriam sentar em círculo, achei estranho e logo pensei que seria uma sessão de terapia, que eu não estava a fim de fazer”.

A entrevistada Terezinha também teve a impressão de estar participando de uma sessão de terapia “num primeiro momento, achei que parecia um trabalho de psicologia, porque falavam muito em autoestima e valorização das participantes” (Terezinha, 52 anos).

As autoras Karine Chaves e Regiane Tonatto (2021) desenvolveram um estudo⁷² sobre o tema dos círculos da paz com uma abordagem terapêutica no

⁷⁰ A Jornada faz parte da dinâmica do Círculo Florescer, que foi adaptado da metodologia dos círculos da paz, de Kay Pranis conforme explicação dos Capítulos 2 e 3.

⁷¹ Baseada na psicologia junguiana e dialogando com a jornada do herói, a jornada da heroína representa a trajetória das mulheres no mundo, em busca da autodescoberta e da construção de suas identidades (Murdock, 1990).

⁷² A pesquisa aconteceu durante a aplicação dos círculos da paz no ano de 2019, entre as agentes penitenciárias que estavam em treinamento para assumir na penitenciária de Foz do Iguaçu. O estudo relata que os grupos foram suspensos, e posteriormente cancelados, em 2020, por causa da Pandemia de Covid-19. Círculos na modalidade virtual são vistos como uma possibilidade pela Unidade, permanecendo a esperança nos princípios e nas práticas da justiça restaurativa, uma vez que existe o

universo prisional, e os resultados da pesquisa intitulada “Olhares da psicologia e da pedagogia sobre círculos de construção de paz e justiça restaurativa” averiguaram que a técnica pode promover a possibilidade de sensibilização de todos os envolvidos por meio de ferramentas e habilidades de comunicação em que

também se visitam os valores pessoais e sociais, para uma convivência mais harmônica. Se trabalha com a escuta, acolhimento, respeito, aceitação, empatia e humildade, através de alguma orientação dada pelo facilitador(es), visando com que os participantes possam, através dessa vivência, ressignificar, através do outro, suas experiências e sentimentos, num processo de aprendizado mútuo. (Chaves; Tonatto, 2021, p. 294)

Karine Chaves e Regiane Tonatto observaram que o diálogo entre os envolvidos, durante os círculos da paz, não está focado na intelectualidade, e sim nos sentimentos que se apresentam, bem como nos resultados que surgem com as possibilidades de superação. Semelhanças podem ser percebidas na Jornada Florescer, em que, durante e após a participação das mulheres encarceradas, foi possível observar a manifestação de algumas emoções e sentimentos das participantes, que foram destacados ao longo deste capítulo.

Os sentimentos, suas complexidades e subjetividades são fenômenos que se mostraram no estudo de campo na Jornada Florescer. Para o sociólogo australiano Jack Barbalet (1998), a emoção é uma variável explicativa para o fundamento do comportamento humano, ela é uma categoria abstrata, mas a experiência da emoção em si tem as suas complexidades e ocorre sempre ao nível das emoções particulares.

No caso das entrevistas do curso Florescer, quando perguntadas sobre “o que significou para você participar dos Círculos Florescer?”, as respostas foram espontâneas, falaram sobre as suas percepções e descreveram suas emoções e seus sentimentos, manifestados em palavras ou frases que revelam temas como: esperança, autoestima elevada, reflexividade, reconhecimento e corresponsabilidade.

apoio e o interesse da gestão. Essa experiência permitiu semear para um ano, para dez anos e para uma vida inteira, pois acreditou (e acredita) que todas as pessoas podem e devem ser acolhidas com humanidade (Chaves; Tonatto, 2021).

Figura 24 – Quadro percepções e sentimentos expressados pelas participantes**Participante 1 – esperança /corresponsabilidade:**

“Antes de participar, eu estava pensando em me matar, e agora eu quero viver... já diminuí os remédios da ansiedade”.

“as conversas nos círculos me ajudaram a refletir sobre a minha vida e o que fiz até agora”.

“Senti saudades da minha família...”.

“Quando eu sair daqui, quero trabalhar com a minha irmã no salão, não quero voltar nunca mais para a cadeia”.

“Eu me sinto agora um pouco responsável e arrependida... se pudesse, pediria perdão a todos que eu prejudiquei”.

“Algumas vezes os pais, principalmente, e as mães e esposas, iam até o ponto onde ficava vendendo brigar comigo... para saber porque eu tinha vendido drogas para eles... eu não sentia nenhuma culpa, até discutia e falava que não tinha nada com isso e que a escolha era deles, agora penso diferente”.

Participante 2 – esperança/reflexividade/reconhecimento:

“Eu comecei a pensar diferente e refletir sobre tudo o que passei e as necessidades que senti até aquele momento e tive a certeza de que não quero nunca mais isso para mim... agora eu me sinto mais confiante em relação a mim mesma.... e consigo ver uma mulher mais bonita, mais forte e determinada para promover mudanças na minha vida... quero investir em mim, mudar a minha vida e me transformar em uma outra pessoa diferente dessa”.

“Meu sonho é fazer faculdade de Direito e ser uma advogada! Quero ajudar muitas pessoas que ficam abandonadas nas cadeias... já vi muitas mães chorando querendo saber como está o filho e não terem nenhuma resposta, isso sempre me deu um sentimento de tristeza e muita pena delas, pois aqui muitos ficam esquecidos”.

“Me sinto mais valorizada... antes de vir para cá e de participar do círculo, eu sentia muito ódio e revolta pela minha situação, pela injustiça da minha condenação... e por ter sido tratada como um nada nas outras cadeias! Agora consigo ficar mais calma e me sinto mais acolhida nesse lugar, porque tratam a gente com mais respeito”.

Participante 3 – autoestima/valorização pessoal:

“Eu comecei a pensar na minha vida, na minha infância e na minha filha, e o curso me faz querer mudar o rumo da minha vida e ser uma pessoa melhor”.

Participante 4 – esperança/solidariedade/autoestima:

“Agora quero sair daqui outra pessoa! Vou sair uma pessoa digna, antes eu estava numa situação de desânimo, não gostava nem de olhar no espelho, agora estou mais confiante”.

“Minha família não vai reconhecer a nova pessoa que pretendo ser... eu aprendi muito no curso Florescer estou muito orgulhosa de mim e, com a ajuda de vocês, consegui me sentir viva de novo. Agradeço por vocês me ajudarem a resgatar a dignidade, sou muito grata. Hoje sinto que posso mais, o mundo é complicado, mas com jeitinho é possível conquistar o nosso espaço e mostrar os sentimentos ao próximo”.

“Eu vou ajudar as pessoas a saírem das drogas. Quero trabalhar como voluntária no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), porque eu não tive apoio, eu desistia de mim por causa da fissura e pedia para ir embora do tratamento”.

Participante 5 – esperança/corresponsabilidade:

“Pensei muito sobre o meu passado e todos os meus filhos que eu não pude cuidar... eu queria pedir perdão para eles e para o meu tio, que nunca me abandonou, mesmo quando eu o enganava, quando mentia que precisava de dinheiro para fralda, ele nunca me questionou. Me sinto mal de lembrar dessas situações... quero mudar muitas coisas em mim, reparar o que fiz de errado, e uma coisa é certeza: nunca mais vão me ver por aqui, eu quero ser melhor para o meu filho, que precisa de mim, quero passar coisas boas para ele”.

Participante 6 – reflexividade:

“É muito importante ter uma nova visão e perspectiva do que se quer verdadeiramente, consegui rever alguns sentimentos destrutivos que estava alimentando...”

“Eu estava alimentando uma vingança contra uma pessoa, e não pensava em outra coisa... e agora isso passou”.

Participante 7 – reflexividade:

“Percebi que não é só eu que estou no sofrimento... eu consegui tirar a mágoa, eu percebi que eu fiz a mesma coisa com o meu filho, eu o abandonei, e ele mesmo assim não me abandona e continua me amando”.

“É possível mudar... aqui eles ajudam muito, mas é preciso querer se ajudar, por isso estou aproveitando todas as oportunidades de estudo e trabalho”.

Participante 8 – reflexividade/corresponsabilidade/esperança/autoestima

“Achei muito interessante e importante a essência do curso, que valoriza as pessoas e a autoestima... os elogios que recebi das colegas que me enxergam como uma pessoa forte e verdadeira mexeram comigo”.

“Ter participado do curso me ajudou a ver uma vida diferente da que eu estava vivendo até o momento, agora eu penso mais antes de falar, para não machucar as pessoas.... mas a minha principal mudança foi parar de alimentar sentimento de vingança pelas injustiças que sofri, hoje penso diferente”.

“Penso que é uma forma de compensar o mal que fiz para muitas famílias quando vendia drogas para os seus filhos”.

Participante 9 – esperança/reconhecimento/autoestima/corresponsabilidade

“Eu sinto que as colegas do alojamento ficaram mais compreensivas comigo e estão me ajudando mais a ficar melhor... agora sabem que eu tenho depressão profunda”.

“Ter falado sobre os meus problemas ajudou a terem mais empatia comigo, inclusive dentro do alojamento, agora me ajudam com a limpeza e sempre estão conversando mais comigo”.

“Eu me sinto melhor”.

“Me arrependi do que aconteceu”.

Participante 10 – reconhecimento/solidariedade/autoestima

“Fiz amizades com as meninas criei mais vínculos e me sinto mais respeitada”.

“Agora eu consigo ter mais paciência para lidar com o estresse dentro do alojamento com a cobrança de limpeza”.

“Muitas colegas pegavam muito no meu pé, e agora estão mais amigas”.

Algumas narrativas deixam bem claro que, após terem convivido e participado dos círculos, passaram a conhecer melhor as suas colegas de quarto tendo uma maior alteridade⁷³ passando a se reconhecerem nos seus dilemas diários. Ao que parece, os seus relacionamentos ficaram mais estreitos ajudando a criar uma solidariedade maior entre elas. Para Alain Touraine (2009, p. 191) em sua obra *Pensar Outramente o discurso interpretativo dominante*, fala sobre a importância do respeito às diferenças e sobre o reconhecimento da alteridade e destaca que o “outro [...] é um ser percebido e compreendido por outro ser que age como sujeito e que o reconhece como tal. A alteridade do outro é muito mais do que uma diferença”.

De acordo com Pranis e Boyes-Watson (2011, p. 16), o círculo de construção da paz é um lugar para se adquirir habilidades sociais e hábitos para formar relacionamentos saudáveis, não só dentro do círculo, mas também fora dele. Essa é uma constatação possível por meio da entrevista de Simone (46 anos), que sentiu um vínculo maior com as colegas após ter participado dos círculos do Projeto Florescer e falou sobre as experiências após a vivência: “quando passam por mim, me cumprimentam e perguntam como eu estou, e isso me faz bem”. Essa proximidade amistosa passou a ser um hábito constante na convivência das participantes após participarem dos círculos de construção da paz.

As emoções e os sentimentos ocorrem no plano interno e, com base nos estudos de Archer (2016), é possível pensar nesses questionamentos internos que operam na sociologia da escala individual sem menosprezar a interação social desses indivíduos com o grupo. De acordo com o autor, “para explicar como os indivíduos atuam na sociedade, deve-se primeiro compreender como a sociedade atua no indivíduo” (Archer, 2016, p. 95).

Para Lahire (2002), os indivíduos em sociedade possuem um patrimônio de disposições e competências incorporadas a partir da frequência a determinados contextos no passado e esse patrimônio se manifesta de acordo com o grau segundo as exigências do contexto presente. O modo como os indivíduos agem e as suas

⁷³ Maria do Céu Patrão Neves (2017, p. 69–86) esclarece que “alteridade” é um termo de etimologia latina derivado do substantivo *alteritas*, *atis* que significa “diversidade”, “diferença”, tendo na sua raiz o adjetivo *alter*, *era*, *erum*, significando “outro”, “um de dois”. [...] “alteridade”, na sua definição etimológica, designa o “outro”, a característica de ser outro—sem qualquer indicação acerca da sua natureza, nomeadamente humana, podendo designar um qualquer “outro” que não humano—, no contexto de uma pluralidade ou “diversidade”, como “um de dois”, assim o entendendo como “diferente” perante o igual, e numa relação de “oposição” “face à identidade. Ou seja, a “alteridade” só se afirma num horizonte plural, a partir da igualdade ou identidade e contrapondo-se-lhe”.

aspirações seriam determinados pelos processos de socialização a que foram submetidos. De acordo com Bernard Lahire (2016, p. 37- 47), em suas considerações sobre “O homem plural ou a sociologia em escala individual” somos portadores

de disposições e capacidades plurais que podemos viver estas pequenas ou grandes preocupações que às vezes acabam oprimindo nossa existência. Certos incômodos nascem, de um lado, da multiplicidade de investimentos sociais possíveis (familiares, profissionais, amicais...) que podem se tornar, no fim das contas, incompatíveis; e de outro, da impossibilidade mais ou menos durável de atualizar uma parte destas disposições e capacidades incorporadas no curso de nossas trajetórias individuais. (Lahire, 2016, p. 46)

Exemplificando no caso das entrevistadas, esse “patrimônio de disposição” pode ser um indício, por exemplo (entre vários nas entrevistas), na fala de Glória (32 anos). Quando diz: “minha família não vai reconhecer a nova pessoa que pretendo ser”, a entrevistada sinaliza que vai estar diferente do contexto de disposições habituais do seu passado e que agora “vai sair uma pessoa diferente”. De acordo com Nogueira (2016, p. 49 - 69) em seu artigo sobre as “*contribuições e limites de uma sociologia em escala individual*” salienta que Bernard Lahire entende que

todo o comportamento dos indivíduos (conformista ou desviante), bem como os pensamentos, percepções, emoções, que podem estar na base de suas reações diferenciadas, seriam explicados pela socialização passada que se preserva na forma de disposições incorporadas. Se eles são receptivos a uma nova experiência socializadora é porque as disposições que os levam a isso foram solidamente incorporadas e encontram um contexto favorável à sua manifestação. (Nogueira, 2016, p. 62)

Através das entrevistas foi possível perceber as reflexividades das mulheres encarceradas após participarem dos círculos de construção da paz no Projeto Florescer. Margaret Archer (2016, p. 89) defende que

os nossos poderes pessoais são exercidos através de um diálogo interno reflexivo, e que a conversa interna é responsável pelo delineamento de nossas preocupações, pela definição dos nossos projetos e, em última instância, pela determinação de nossas práticas na sociedade. É a reflexividade agencial que media ativamente entre as nossas circunstâncias estruturalmente moldadas e o que deliberadamente decidimos fazer delas. (Archer, 2016, p. 89).

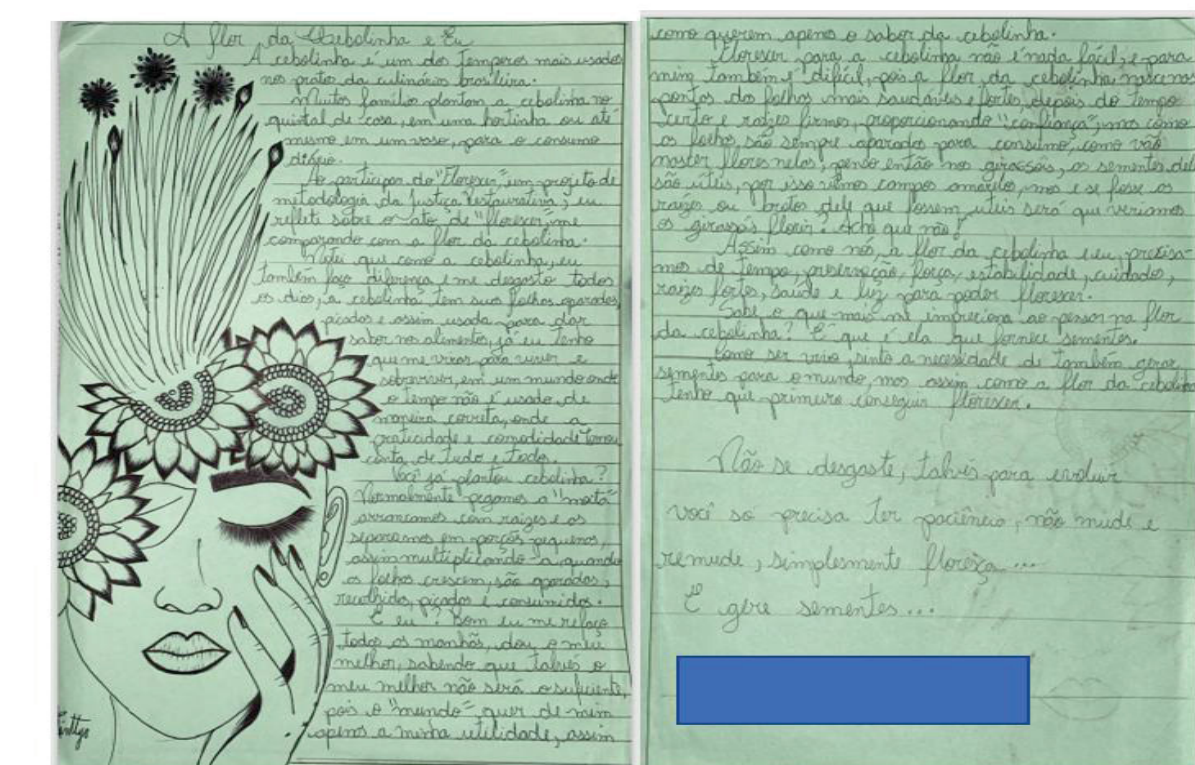
Para Margaret Archer (2016), somente sondando as conversações interiores que as pessoas têm consigo mesmas torna-se possível mostrar como as suas

disposições e seus projetos pessoais são concretizados levando-se em consideração a cultura, a estrutura e a agência.

O posicionamento de Archer é instigante e apresenta um arcabouço de possibilidades diante da análise e observação das falas das mulheres privadas de liberdade, conversas que expressam suas vidas e seus constrangimentos. Nas entrevistas é possível perceber a subjetividade e a reflexividade que através das conversas internas Archer (2016, p. 88) entende que “deliberamos sobre nós mesmos em relação às nossas circunstâncias sociais”.

Os efeitos dessa reflexividade também foram relatados pela participante Karla (28 anos), que, após participar, fez um poema para expressar seus sentimentos e o seu reconhecimento por poder cumprir a pena de maneira diferenciada. Karla autorizou a divulgação do poema original, que foi transcrito na sequência:

Figura 25 – Carta poema “A flor da cebolinha e eu”



Fonte: Elaborado pela entrevistada Karla (28 anos).

A flor da cebolinha e eu

A cebolinha é um dos temperos mais usados nos pratos da culinária brasileira.

Muitas famílias plantam a cebolinha no quintal de casa, em uma hortinha ou até mesmo em um vaso, para o consumo diário.

Ao participar do "Florescer", um projeto de metodologia da justiça restaurativa, refleti sobre o ato de "florescer", me comparando com a flor da cebolinha.

Notei que, como a cebolinha, eu também faço diferença e me desgasto todos os dias. A cebolinha tem suas folhas aparadas, picadas, e assim é usada para dar sabor aos alimentos, já eu tenho que me virar para viver e sobreviver em um mundo onde o tempo não é usado de maneira correta, onde a praticidade e comodidade tomou conta de tudo e todos.

Você já plantou cebolinha? Normalmente, pegamos a "moita", arrancamos com raiz e as separamos em porções pequenas, assim multiplicando-as. Quando as folhas crescem, são aparadas, recolhidas, picadas e consumidas.

E eu? Bom, eu me refaço todas as manhãs, dou o meu melhor, sabendo que talvez o meu melhor não tenha sido suficiente, pois o "mundo" quer de mim apenas a minha utilidade, assim como querem apenas o sabor da cebolinha.

Florescer para a cebolinha não é nada fácil, e para mim também é difícil, pois a flor da cebolinha nasce nas pontas das folhas mais saudáveis e fortes, depois do tempo certo e de raízes firmes proporcionando "confiança". Mas como a folhas são sempre aparadas para consumo, como vão nascer flores nelas? Penso então nos girassóis; as sementes deles são úteis, por isso vemos campos amarelos, mas e se fosse a raiz ou os brotos dele que fossem úteis, será que veríamos os girassóis florirem? Acho que não!

Assim como nós, a flor da cebolinha e eu precisamos de tempo, preservação, força, estabilidade, cuidados, raízes fortes, saúde e luz para poder florescer.

Sabe o que mais me impressiona ao pensar na flor da cebolinha? É que é ela que fornece sementes. Como ser vivo, sinto a necessidade de também gerar sementes para o mundo, mas, assim como a flor da cebolinha, tenho que primeiro conseguir florescer.

Não se desgaste, talvez para evoluir você só precise ter paciência; não mude e remude, simplesmente floresça e gere sementes" (Karla, 28 anos).

O poema acima foi declamado por Karla no último dia da Jornada Florescer, e, nele, ela expressou verbalmente a sua reflexividade e as suas preocupações. Esse exemplo é uma articulação, que na teoria da socióloga Margaret Archer (2016, p. 75-76) pode ser uma manifestação prática das conversações internas que o indivíduo mantém consigo mesmo diante de situações que vivencia.

O próximo capítulo finaliza a presente tese e apresenta uma discussão sobre o poder disciplinar que se opera no CIS. Mesmo com a promoção do discurso restaurativo, a normatização e o poder disciplinar continuam atuando sempre para manter a efetividade do direito penal.

CAPÍTULO 7

Neste capítulo, aborda-se de que forma o CIS, mesmo operando na chave do discurso restaurativo e humanização da pena, mantém as formas elementares da manutenção da disciplina com a normatização e a vigilância das mulheres que cumprem pena no local. O capítulo também traz argumentos que apoiam iniciativas menos punitivas, como a aplicação da justiça restaurativa e os círculos de construção da paz. Ao final, apresenta-se o argumento para a urgência de mudança do paradigma punitivo, pensando na possibilidade de mudança da postura do Estado para que seja aplicado um penal menos punitivo, que seja mínimo para uma aplicação máxima da cidadania.

7.1 Discurso restaurativo x manutenção do poder disciplinar

Quando se trata de pessoa privada de liberdade, o alcance dos direitos sociais e de cidadania estão ainda mais distantes de serem plenamente alcançados. De acordo com Patrick Cacicedo (2018, p.416), o “advento da Lei de Execução Penal em 1984 não só trouxe uma série de direitos aos presos, como também definiu uma extensa competência do juiz da execução penal em seu art. 66”⁷⁴. Ainda segundo

⁷⁴ Art. 66. Compete ao Juiz da execução:

I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;

II - declarar extinta a punibilidade;

III - decidir sobre:

a) soma ou unificação de penas;

b) progressão ou regressão nos regimes;

c) detração e remição da pena;

d) suspensão condicional da pena;

e) livramento condicional;

f) incidentes da execução.

IV - autorizar saídas temporárias;

V - determinar:

a) a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução;

b) a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade;

c) a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;

d) a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;

e) a revogação da medida de segurança;

f) a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

g) o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca;

h) a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º, do artigo 86, desta Lei.

i) (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

j) a utilização do equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado nas hipóteses legais; (Incluído pela Lei nº 14.843, de 2024)

VI - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

VII - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;

Cacicedo, os direitos previstos na LEP estão relacionados com a progressão e “estes direitos subjetivos são chamados vulgar e incorretamente de benefícios prisionais, a progressão de regime, o livramento condicional, a remição, a saída temporária, a comutação e o indulto (Cacicedo, 2018, p. 416-417).

Essa breve introdução esclarece que existe um controle judicial da execução penal no Brasil e, de acordo com Giamberardino (2018), o artigo 66 da LEP é um dispositivo que dá base legal para a efetiva jurisdicionalização da execução penal. Entre as atribuições relevantes, destaca-se o inciso VI, da competência do juiz da execução, que deve zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança, “sustentando um verdadeiro poder geral de cautela em prol da legalidade na execução e permitindo que constatação ou notícia de abusos fundamente as correspondentes e necessárias intervenções” (Giamberardino, 2018, p. 122).

De acordo com Cacicedo (2018, p.426) uma outra categoria de direitos da execução penal é aquela “referente às condições do encarceramento, ou direitos⁷⁵ coletivos, que contemplam a educação, saúde, higiene e demais direitos relacionados à vida da população prisional”. Porém, Cacicedo (2018) adverte que tais direitos são ignorados, uma vez que as prisões no Brasil constituem um ambiente de irregularidade e violações de direitos de várias formas sem o cumprimento adequado das penas, “os estabelecimentos estão em condições aviltantes e com infringência de todos os dispositivos legais relacionados dos termos já citados ao artigo 66 LEP” (Cacicedo, 2018, p. 427).

Paradoxalmente, em que pese existir a previsão legal para o controle judicial da execução penal no Brasil, na prática, a lei não se mostra efetiva, principalmente

VIII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;

IX - compor e instalar o Conselho da Comunidade.

X - emitir anualmente atestado de pena a cumprir. (Incluído pela Lei nº 10.713, de 2003) (Brasil, 1984).

⁷⁵ O artigo 41 da Lei de Execução Penal (LEP) tratou de elencar outros direitos da população prisional igualmente importantes, quais sejam: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII – audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes; XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 10.713, de 2003) (Brasil, 1984).

quando se trata do controle judicial disciplinar da pessoa encarcerada. Para Cacicedo (2018), o controle disciplinar no âmbito da execução da pena é um ponto crítico. A orientação sobre a disciplina está descrita no artigo 44 da LEP⁷⁶ (Brasil, 1984) e consiste na colaboração do preso, que deve se sujeitar à ordem, à obediência e às determinações dos agentes durante o trabalho. Isso significa que o comportamento do preso é determinante para o seu futuro. Se o preso mantiver um comportamento positivo no dia a dia, certamente conseguirá preencher os requisitos para usufruir de direitos e conseguir a progressividade em sua pena. A comprovação do bom comportamento do preso fica, em regra, à cargo do diretor do estabelecimento prisional, autoridade administrativa que possui amplo poder sobre a liberdade do preso durante o cumprimento da pena. Em caso de comportamento negativo, o preso pode sofrer as consequências legais; isso significa, na prática, que uma falta grave pode impossibilitar a regressão de regime, pois é o comportamento que vai determinar o acesso ou o impedimento para um regime de maior liberdade.

As faltas disciplinares se classificam em leves, médias e graves e Giamberardino (2018) observa que dessa classificações das faltas disciplinares, elencadas no artigo 49 da LEP (Brasil, 1984), somente as faltas graves⁷⁷ têm repercussão direta na dimensão judicial da execução da pena, porém “existem faltas leves e médias que têm importância muito grande para a manutenção da ordem interna, e do ponto de vista da autoridade administrativa, pois também dão ensejo à aplicação de sanções disciplinares” (Giamberardino, 2018, p. 98).

⁷⁶ Art. 44. A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.
Parágrafo único. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

⁷⁷ Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:
I - Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;
II - fugir;
III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;
IV - provocar acidente de trabalho;
V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas;
VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.
VII -ter em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007)
VIII - recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.
Art. 51. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que:
I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;
II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;
III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.

A partir dessas informações legais sobre o controle judicial da execução da pena, extrai-se que o sistema carcerário brasileiro se submete às normas da referida Lei n. 7.210/84 (Brasil, 1984), que tem como objetivos, descritos no art. 1.º, “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado”.

Ao menos no CIS, uma unidade prisional construída especificamente com a finalidade de promover a progressão de regime, observa-se que as práticas aplicadas pela gestão cumprem com as normas legais (artigo 1.º da LEP) ao proporcionar condições harmônicas de integração social das mulheres condenadas que cumprem pena no local.

Para entrar no CIS, as mulheres foram selecionadas por apresentarem bom comportamento carcerário, não terem praticado crime hediondo com violência e terem no máximo cinco anos de pena ainda para cumprir. Essas exigências podem ser moduladas dependendo de cada caso, porque pode haver situações de casos considerados de humanidade, como o acolhimento de mulheres idosas ou que tenham algum problema de saúde grave. São casos em que cabem exceções, podendo a encarcerada ter mais de cinco anos para cumprir, por exemplo.

As entrevistadas disseram que é preciso seguir as regras para permanecer no CIS, e o tempo todo elas são observadas quanto ao cumprimento das normas, o que funciona sempre como uma espécie de recompensa, segundo uma das entrevistadas: “eles ajudam, mas você tem que fazer o seu, fazer pra merecer”. De acordo com Foucault (1987, p. 205), a disciplina é “uma espécie de distribuição entre polo positivo e polo negativo; todo o comportamento cai no campo das boas e das más notas, dos bons e dos maus pontos”.

Todos os horários são preestabelecidos e devem seguidos, como a ordem de levantar-se às 6h para a contagem das detentas, que acontece todos os dias, sem exceção, antes da troca de turno das agentes penitenciárias. A regra vale também para horários do almoço, da janta, dos estudos e do trabalho, tudo deve ser respeitado, conforme a rotina descrita de uma das entrevistadas:

Acorda às 6h todos os dias, para a contagem das presas; volta a dormir até as 8h, toma café e vai para a horta até meio-dia, horário do almoço. Às 13h, retorna ao posto de trabalho interno, que serve como remição da pena (a cada três dias de trabalho, um dia de pena é descontado). Às 17h é servida a janta, em seguida, toma banho e

vai para a aula no Ceebja que fica dentro do CIS – está na 6.^a série do Fundamental. Após as aulas, assiste novelas e filmes até as 23h, horário em que as luzes se apagam.

Fonte: Entrevistada participante.

Além disso, todas devem manter a ordem e a limpeza nos alojamentos. Para Michel Foucault (1987, p. 202), “em todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção”.

Não poder fumar é uma das condições disciplinares mais rígidas impostas às mulheres que querem ir e permanecer no CIS. Uma das entrevistadas (mantendo o anonimato) me contou que duas mulheres que fumaram cigarros dentro do CIS perderam o benefício de ficar lá. A entrevistada comentou que essas duas mulheres voltaram para a penitenciária feminina que fica a poucos metros de distância dali, onde não há a mesma progressão de regime, pois não cumpre as normas do artigo 41 da LEP, e lá as presas podem fumar cigarros⁷⁸.

Em que pese o CIS ter um discurso restaurativo com uma proposta para o cumprimento humanizado da pena, há regras rígidas, uma vez que o CIS também se submete às normas da LEP (Brasil, 1984). Assim, no CIS, a oferta de serviços e a promoção dos direitos aos presos, conforme previsão do artigo 41 da LEP (Brasil, 1984), deveria se estender para todo o sistema carcerário, porém ainda há a omissão do próprio poder jurisdicional, por não estar zelando pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança conforme o dispositivo do artigo 66 da LEP (Brasil, 1984). Porém, ao que parece, as disposições previstas no artigo 44, quanto ao controle disciplinar no âmbito da execução da pena, funcionam muito bem. Para Michel Foucault (2012, p. 277), “uma justiça não deve nunca esquecer o quanto é difícil ser justo é fácil ser injusto”, segundo ele, entre os problemas mais velhos do mundo, estão “os da justiça e da punição”.

⁷⁸ A Defensoria Pública ajuizou uma Ação Civil Pública em face do estado de Minas Gerais pleiteando a suspensão da proibição do cigarro nas unidades prisionais do estado. Em seus argumentos, a instituição afirma que a medida viola o direito à saúde dos presos dependentes de nicotina e impõe uma “abstinência forçada”, sem o acompanhamento médico e psicológico adequado (Silva, 2024).

Para Foucault (2012, p. 288), os problemas da justiça e da punição devem ser levados a sério, e, portanto, devem ser formulados e reformulados, pois “uma justiça deve sempre questionar a si própria”, e faz um questionamento à sociedade: “quanto a vocês, para quem um crime de hoje justificaria a punição de ontem, vocês não sabem raciocinar”. Esse discurso, presente na obra sobre *Segurança, penalidade e prisão*, da série *Ditos e escritos*, mostra a preocupação com um direito penal alternativo menos punitivo e propõe para os indivíduos uma espécie de “troca de lentes”⁷⁹ para se pensar melhor num modelo de direito penal que “defina claramente o que em uma sociedade como a nossa pode ser considerado como devendo ser punido ou não”. (Foucault, 2012, p. 291).

De fato, acho que o direito penal faz parte do jogo social em uma sociedade como a nossa e que não há razão de mascará-lo. Isso quer dizer que os indivíduos que dela fazem parte devem reconhecer-se como sujeitos de direito que, como tais, são suscetíveis de ser punidos e castigados se infringirem tal ou tal regra. Não há nada de escandaloso nisso, penso eu. Mas é dever da sociedade fazer de modo que os indivíduos concretos possam efetivamente se reconhecer como sujeitos de direito. (Foucault, 2012, p. 291)

Para a realidade do Brasil, Giamberardino (2017) destaca que é predominante a existência de um sistema penal instrumentalizado e seletivo com gestão penal da pobreza, e é possível que haja a perpetuação da perversidade nesses espaços de participação das partes em condições sociais desiguais, promovendo um espaço ainda mais perverso. Porém não se pode deixar de pensar que é uma possibilidade nesse contexto de práticas restaurativas a oportunidade de as pessoas envolvidas no conflito terem a autonomia do “poder de falar”, o que

significa abrir oportunidades de autocrítica e emancipação. Trazer alteridade ao julgamento dos nossos pequenos traficantes e ladrões de ocasião, à ralé estrutural social e institucionalmente definida como fora do jogo do mercado e da vida, poderá e deverá propiciar a revisão de muitas premissas: paradoxalmente, poder-se-ia ter a viabilização, por meio do que ZIMBARDO denominou espaços de estímulo a atitudes altruísticas, de uma “banalidade do heroísmo”, contrapondo-se à “banalidade do mal”, esta que afasta, justamente, toda responsabilidade. A sociedade brasileira se reconheceria, assim, em seus heróis do cotidiano, ora vitimizados, ora criminalizados, mas

⁷⁹ “Trocar as lentes” é o termo usado por Howard Zehr como metáfora para a sua abordagem no campo da justiça restaurativa. A proposta da metáfora é um convite à reflexão sobre pontos de vista que mudam conforme as lentes que usamos para ver o crime e a justiça, “a troca de lentes afeta o enquadramento, e também determina o relacionamento e as proporções dos elementos dentro desse quadro. Da mesma forma, as lentes que utilizamos para examinar o crime e a justiça determinam aquilo que incluímos como variáveis relevantes, qual a sua importância proporcionalmente ao resto, e o que consideramos ser um resultado adequado” (Zehr, 2008, p. 18-21).

um de frente ao outro, com dignidade, sem monstros, apenas pessoas. (Giamberardino, 2017, p. 233)

A cultura do encarceramento ‘cerca’ também a possibilidade de fala das pessoas presas, pois, diferente do direito constitucional (Brasil, 1988) de ficar calado⁸⁰, na prisão esse direito do silêncio se torna parte do castigo. Na visão de Foucault, o discurso é controlado pelo poder: “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 1970, p. 9).

Pensar alternativas menos punitivas, “com direito criminal cindido do penal, liberto da necessidade de imposição de sofrimento não significa rejeitar os sistemas de imputação” (Giamberardino, 2017, p. 232). E o discurso restaurativo presente nos círculos de construção da paz do Projeto Florescer torna o CIS um lugar onde as pessoas podem falar, falar de si mesmas.

André Giamberardino (2017), em sua obra *Crítica da Pena e justiça restaurativa: a censura para além da punição*, expõe o seu ponto de vista na conclusão da sua tese, considerando que a pena não é o resultado principal que se busca como produção de censura e sua formalização e materialização, mas uma possibilidade entre muitas a se pensar. Repensar a justiça é pensá-la sem divorciá-la de um direito penal menos punitivo, com a proposta da redução da violência e da aflição.

Para Giamberardino (2017, p. 232), “a censura é possível sem fazer sofrer, leva à redução da demanda pela pena, deslegitima o poder punitivo ‘desde baixo’ e se constitui assim, como a peça inicial e central para a desconstrução possível do sistema penal”.

Nas palavras de Foucault (2012, p. 277), “o universo da delinquência e da prisão é duro, mesquinho, aviltante” e são ambientes em que as violências se exasperam. Nesse quadro caótico, Foucault pondera que “uma sociedade necessita não de amar ou de odiar seus criminosos, porém de saber o mais exatamente possível quem ela pune, por que ela pune, como ela pune e com quais efeitos”.

Na atual situação do sistema carcerário, a busca por ações alternativas menos punitivas se faz cada vez mais necessária. Porém é preciso também pensar em espaços que promovam a cidadania, como propõe Vera Andrade, em sua obra

⁸⁰ No Brasil, o direito ao silêncio foi inserido em nossa Lei Maior, a Constituição Federal, que assim dispõe em seu art. 5.º, LXIII: “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado” (Brasil, 1988).

Cidadania máxima e direito penal mínimo. Andrade (2003, p. 28) expressamente declara a necessidade de “reverter a estrutural desigualdade dos espaços impostos pelo caminho único, para atuar (na contramão!?) num processo de maximização dos espaços da cidadania e de minimização da criminalização e do sistema penal”. A autora defende ainda a expansão de espaços de luta pela cidadania,

procurando fortalecer o espaço do Direito Constitucional, sobretudo, sobre o Direito e o sistema penal trata-se, portanto, de deslocar o leme da rota punitiva e de ressaltar a importância da construção de um espaço público politizado pela via do próprio Direito recoberto e sustentado, obviamente, pelo plano das Declarações internacionais de direitos humanos, e condizente a uma construção positiva da cidadania.” (Andrade, 2003, p. 29)

Com base nos argumentos de Vera Andrade (2003), podemos observar que o espaço CIS pode ser pensado no que a autora define como um espaço de maximização da promoção de cidadania, as práticas voltadas para a reintegração social das presas estão em consonância com a teoria da autora que defende a construção positiva da cidadania com a minimização da atuação do direito penal. No caso específico do CIS, pode-se perceber que as práticas restaurativas no que se referem à aplicação dos círculos de construção da paz se configuram espaços de construção positiva da cidadania.

Para Kay Pranis (2010), os círculos de construção da paz permitem uma reflexão e interação maior entre as pessoas. Nos círculos, elas são convidadas a fazerem o exercício da fala, podendo mostrar quem são, seus constrangimentos e suas identidades pessoais. Essas transformações e conquistas de cidadania máxima podem ser observadas na fala de várias entrevistadas: Karla (28 anos), autora do poema “A flor da cebolinha e eu”⁸¹, já pensa “num recomeço diferente”, devido às oportunidades de estudo e trabalho no cumprimento da sua pena no CIS, uma mudança que pode ser percebida no seu poema; conforme o recorte final do seu texto em destaque abaixo:

“Assim como nós, a flor da cebolinha e eu precisamos de tempo, preservação, força, estabilidade, cuidados, raízes fortes, saúde e luz para poder florescer. Sabe o que mais me impressiona ao pensar na flor da cebolinha? É que é ela que fornece sementes. Como ser vivo, sinto a necessidade de também gerar

⁸¹ O poema na íntegra está citado no Capítulo 6 da tese. A cópia do poema com a ilustração também foi feita pela participante, que me entregou no dia da entrevista reservada comigo (na íntegra descrita no Capítulo 5), após o término das quatro semanas de curso da Jornada Florescer, que ocorreu entre as semanas de 26 de setembro e 17 de outubro de 2022.

sementes para o mundo, mas, assim como a flor da cebolinha, tenho que primeiro conseguir florescer". (Karla, 28 anos, participante do Projeto Florescer)

As experiências de reflexividade apresentadas pelas entrevistadas, após participarem dos círculos de construção da paz, no Projeto Florescer demonstram a possibilidade de mudanças em suas trajetórias de vida.

Segundo Lahire (2002, p. 09 - 10) "toda reflexão é necessariamente elaborada na relação crítica a outras reflexões", para o autor não se deve "universalizar os achados científicos [...], sejam eles restritos ou amplos", pois as teorias da ação do ator, apresentam tensões interpretativas por isso requerem uma análise empírica mais detalhada quanto a constituição das disposições individuais em cada contexto.

Este capítulo encerra o presente estudo da tese, mas certamente as narrativas das histórias aqui contadas não acabam. No caso do Projeto Florescer seria necessária a continuidade da pesquisa de campo com o acompanhamento futuro dessas mulheres encarceradas que participaram dos círculos de construção da paz com o objetivo de averiguar as mudanças em suas trajetórias biográficas quando estiverem em liberdade.

Nas considerações finais, serão apresentadas as percepções e conclusões sobre a pesquisa de campo em que se realizou um estudo de caso sobre a aplicação dos círculos de construção da paz no Projeto Florescer na Unidade de Progressão CIS, uma penitenciária feminina de Piraquara (PR).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no Brasil tem diversos fatores sociais e é um problema estrutural, conforme apontado por vários teóricos que estudam e acompanham a evolução da cidadania no país. Trata-se de uma sociedade desigual que promove privilégios para poucos em detrimento e prejuízo de muitos. A falha na efetivação da cidadania plena não é simplesmente um problema de gestão. Segundo Carvalho (2002, p. 15), “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” e seria uma utopia observar na prática uma cidadania plena que ao mesmo tempo promovesse a liberdade, a participação e a igualdade para todos. De acordo com o autor, “é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível, mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico”.

Todas as entrevistadas não tiveram uma estrutura familiar, o que, segundo Souza (2009), faz a diferença no processo de competição social. Ele explica que a socialização familiar é pré-decida já na fase pré-escolar, que reproduz “culturas de classe” distintas. Para Souza (2009, p. 44), “as famílias reproduzem, na verdade, valores de uma classe social específica”.

No caso dessas mulheres, antes de entrarem no sistema penal, já estavam com as suas vidas comprometidas pela falta de oportunidades e por serem pessoas invisibilizadas na sociedade. Para Holston (2013), a reprodução crônica da diferença social no Brasil é evidente e fatalmente provoca o que ele define como “cidadania includente desigual”. O autor destaca que a cidadania brasileira tem sido notoriamente coerente na manutenção de um regime de incorporação includente e distribuição desigual nos últimos séculos.

O Projeto Florescer, objeto da pesquisa, está em sintonia com uma cidadania includente, pois tem um enfoque restaurativo com aplicação dos círculos de construção da paz, propondo-se a ser uma unidade prisional humanizada que visa à reintegração social das mulheres encarceradas, promovendo a cultura da não violência.

Com base nos estudos de campo sobre as práticas dos círculos de construção da paz, observou-se que os círculos promovem uma atmosfera e um ambiente mais harmônico e amistoso. Portanto os círculos têm um efeito positivo sobre a comunicação não violenta e melhoram a ambiência na unidade prisional feminina, promovendo o respeito mútuo entre as próprias presas e entre as agentes

penitenciárias com as presas. Nas entrevistas, após a aplicação dos círculos de construção da paz, as participantes disseram que passaram a conviver melhor entre elas dentro da penitenciária e, que ficaram mais amigas passando a se preocuparem umas com as outras. Segundo Touraine (2009, p. 196) o reconhecimento do ‘outro’ como sujeito é um exercício de alteridade que reconhece a capacidade universal de todos de se fazerem sujeitos, e ressalta que as relações interpessoais nestes casos se operam através “da reflexão de si sobre si, a qual, cada um o sabe, não seria possível sem o movimento paralelo do outro.

Na pesquisa de campo também foi possível averiguar que a aplicação da prática dos círculos de construção da paz, propriamente dito, no Projeto Florescer tem um enfoque restaurativo, meio pelo qual se promovem o respeito e a dignidade das mulheres encarceradas. Além disso, há o investimento nos estudos, na qualificação profissional e oferta de trabalho para ocupar o tempo integral das mulheres enquanto cumprem a pena.

Para Foucault (1987, p. 296), a função primordial do cárcere é a recuperação do condenado. No presente estudo de caso Yin (2001), com a observação participante (Novaes *et al.*, 2019), foi possível acompanhar de perto e investigar quais são as estratégias utilizadas pelo Projeto Florescer para promover a reintegração social das mulheres encarceradas.

A pesquisa pôde observar ainda que todas as estratégias utilizadas no Projeto Florescer, que visam a promoção do cumprimento humanizado da pena e a dignidade das pessoas presas estão baseadas no devido cumprimento da Lei de Execução Penal n. 7.210/84, a qual tem por objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (Brasil, 1984). Observou-se nos estudos que o CIS é uma unidade prisional que cumpre estritamente a norma promovendo a oferta de serviços; educação e trabalho; alimentação e instalações adequadas; promoção de cidadania e direitos das mulheres presas, conforme previsão do artigo 41 da LEP (Brasil, 1984).

Sobre a promoção da cidadania, foi possível observar que a política de desenvolvimento social voltada para as mulheres privadas de liberdade realizada no CIS tem propiciado uma “cidadania tardia”⁸², no sentido de oportunizarem a essas

⁸² Segundo a Lei n. 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e também deveriam ter recebido a proteção e o incentivo do Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013), que dispõe sobre os direitos

mulheres encarceradas voltarem a estudar, e que tenham uma qualificação profissional, bem como a oportunidade de trabalho com o benefício da remição da pena. A maioria quase que absoluta das entrevistadas não completou o Ensino Fundamental, um problema já detectado nos estudos sobre a prisão de Duarte e Meirelles (2015). O motivo varia: o desinteresse pela escola, a dificuldade de aprendizado ou o incentivo dos pais para trabalhar (na roça ou outros trabalhos lícitos ou ilícitos, como o tráfico de drogas).

As mulheres que estão cumprindo pena no CIS estão tendo oportunidades que nunca tiveram antes em suas vidas, mesmo antes de entrarem no sistema penitenciário. Algumas entrevistadas comentaram que jamais puderam fazer cursos de qualificação e, no CIS, uma das entrevistadas já fez três cursos de corte e costura, entre eles, um dos mais sofisticados de alta costura. Outras estão tendo oportunidades de fazer cursos de confecção de salgados pelo Senac; fizeram também cursos de maquiagem, *design* de sobrancelhas e manicure. Todos os cursos oferecem certificado de conclusão e servem para comprovar as horas para a remição. Ao final de cada ano, é feita a formatura de todas elas, que usam inclusive beca⁸³.

Em que pese as mulheres que cumprem pena no CIS carregarem o status de subcidadãs Souza (2003), devido a suas trajetórias de vida vulnerabilizadas, na Unidade de Progressão CIS do Projeto Florescer estão podendo ter um tratamento digno, o que Vera Andrade (2003) chama de “promoção de cidadania máxima com um direito penal mínimo”.

Os círculos de construção da paz proporcionam um espaço de fala para as mulheres encarceradas, que se sentem ouvidas e respeitadas enquanto seres humanos. As dinâmicas propostas nos quatro dias de curso na Jornada Florescer servem como uma espécie de terapia que proporciona a reflexividade e uma consciência maior de si mesmas como pessoas, havendo uma subjetividade, pois passam a ver todas as situações conflituosas de suas vidas de maneira diferente. Após participarem dos círculos, as mulheres sentem ainda mais a importância do “cuidar de si” e “reivindicar-se a si mesmo” que, segundo Michel Foucault (2006), na sua obra *Hermenêutica do sujeito*, é uma forma de “se valer de seus direitos, os

dos jovens (de 15 a 29 anos), os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude, e do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

⁸³ Fotos das formaturas anteriores estão no Anexo G (p. 212 desta tese), bem como a reportagem divulgada sobre os eventos.

direitos que se tem sobre si mesmo, sobre o eu que se acha atualmente carregado de dívidas e obrigações das quais deve livrar-se, ou que está escravizado” (Foucault, 2006, p. 106).

Com relação ao poder disciplinar, em que pese o CIS operar na chave do discurso restaurativo, há sim um controle rígido das normas para quem quer permanecer cumprindo pena nessa Unidade de Progressão.

De acordo com as entrevistadas, há um poder disciplinar no próprio funcionamento com os horários e o comprometimento das presas. Todos os dias, às 6h, devem levantar para a conferência e contagem das detentas. Além disso, há também a cobrança disciplinar com a limpeza dos alojamentos, bem como para que participem ativamente dos estudos, dos cursos e do trabalho. É importante consignar que existe inclusive o controle da normatividade dos corpos pelo vício, tendo em vista que é proibido o uso de cigarros, e quem descumpre a norma comete falta grave (Foucault, 1987).

O Poder Judiciário adotou uma Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa, com a Resolução n. 225/2016, que foi atualizada pela Resolução n. 300/2019, direcionada para o sistema prisional de todo o país, com o intuito de promover a humanização da pena, a cultura de paz e a não violência nas penitenciárias com vistas à efetiva reintegração social das pessoas presas.

O Projeto Florescer se enquadra nessa política alternativa de cumprimento de pena, como resposta ao “estado de coisas inconstitucional” em que se encontra o sistema carcerário. Esse foi o resultado da pesquisa, que observou também que o Projeto Florescer é uma iniciativa que visa à promoção da cultura de paz e à integração social das detentas, que estão tendo oportunidades de qualificação, trabalho e estudo. As ações positivas estão proporcionando às mulheres encarceradas uma maior autonomia, autoestima, reflexividade e reconhecimento, com a esperança de um futuro melhor.

Por fim, destaca-se que o presente estudo pode ter continuidade e desdobramentos futuros com o acompanhamento da trajetória das mulheres que participaram do Projeto Florescer para além do cárcere. O objetivo da pesquisa futura é acompanhar os desdobramentos da vida das mulheres após cumprirem as suas penas, bem como mapear os acontecimentos e suas trajetórias biográficas futuras quando estiverem em liberdade.

A presente tese foi desenvolvida no âmbito da Linha de pesquisa “Cidadania e Estado”, com eixos temáticos em cidadania, violência e justiça criminal, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e se propôs a pesquisar a aplicação prática dos círculos de construção da paz no Projeto Florescer, no CIS que é uma unidade prisional feminina de regime fechado que atua como unidade de progressão. A pesquisa mostra os efeitos práticos dos círculos de construção da paz e da não violência numa Unidade de Progressão de Regime. O tema tem relevância científica e social, uma vez que as práticas desenvolvidas no Projeto Florescer são exemplos práticos de cumprimento humanizado da pena em conformidade com o mandamento da Lei de Execuções Penais (7.210/1984).

“O caminho se faz caminhando: é necessário acreditar nas pessoas, é necessário rir com elas, porque se você não fizer isso, não poderemos aprender com as pessoas e, ao não aprender com as pessoas, tampouco posso ensiná-las” (Freire; Horton, 2003, p. 228).

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, D. S. *Justiça restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- AERTSEN, I.; PETERS, T. Des politiques européennes en matière de justice restauratrice. *Le Journal International de Victimologie*, v. 2, p. 1-13, 2003.
- ANDRADE, V. R. P. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. Imprensa: Porto Alegre, Livraria. do Advogado, 2003.
- ANDRADE, V. R. P. de (coord.). *Pilotando a Justiça Restaurativa: o papel do poder judiciário*. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Brasília, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/284>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ARCHER, M. S. *A sociologia na escala individual: Margaret Archer e Bernard Lahire*. In: VANDENBERGHE, F; VERÁN, J. *Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p.94-126.
- ARCHER, M. S. *Explicação e compreensão podem ser ligadas numa histórica única?* In: VANDENBERGHE, F; VERÁN, J. *Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 73-94.
- BARBALET, J. M. *Emoção, teoria social e estrutura social: uma abordagem macrosocial*. Tradução de Paula Taipas. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- BARCINSKI, M.; CÚNICO, S. D. *Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino*. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59–70, jan. 2016.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 22.
- BERGER, H. *O dilema da entrevista de pesquisa*. Revista do IFCH/UFRGS, Porto Alegre, ano 6, p. 211-258, 1978.
- BOHM, D. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Tradução de Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- BORGES, C. M. R. *Provocações femininas para uma descolonização da Teoria Geral do Direito Penal*. 1. ed. São Paulo: Blimunda, 2024.
- BORGES, J. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.769, de 19 dezembro de 2018. Altera o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13769.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

CACICEDO, P. (2018). *O controle judicial da execução penal no Brasil: ambiguidades e contradições de uma relação perversa*. *Revista Brasileira De Direito Processual Penal*, 4(1), 413-432. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v4i1.111>

CAMPANÁRIO, M. S. N. de A. *Mediação penal: inserção de meios alternativos de resolução de conflito*. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 118-135, 2013.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHAVES, K. B.; TONATTO, R. C. *Olhares da psicologia e da pedagogia sobre círculos de construção de paz e justiça restaurativa, também no universo prisional*. In: BALLALAI, A. A. L.; SOUZA, C. G. D. de; LUZ, M. E. R. (org.). *Métodos autocompositivos justiça restaurativa*. v. 1. Maringá: Uniedusul, 2021.

CHRISTIE, N. *A indústria do controle do crime: caminho dos gulags em estilo ocidental*. Tradução de Luis Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Aprovada resolução para difundir a justiça restaurativa no Poder Judiciário. *Agência CNJ de Notícias*, 31 maio 2016a. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/aprovada-resolucao-para-difundir-a-justica-restaurativa-no-poder-judiciario/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 225, de 31 de maio de 2016. *Agência CNJ de Notícias*, 2016b. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado160827202007275f1efbfbf0faa.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. CNJ lança estrutura nacional para garantir documentação civil. *Agência CNJ de Notícias*, 3 de agosto de 2021. Disponível em: www.cnj.jus.br/cnj-lanca-estrutura-nacional-para-garantir-documentacao-civil. Acesso em: 20 mar. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. CNJ publica resultados do Programa Justiça Presente. *Agência CNJ de Notícias*, 10 set. 2020. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/cnj-publica-resultados-do-programa-justica-presente/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução n. 300, de 29 de novembro de 2019*. Acrescenta os artigos 28-A e 28-B à Resolução CNJ n. 225, de 31 de maio de 2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: DF, 2019a. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/files/original143216202001105e188af04a5d1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução Normativa n. 288/2019*. Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. 2019b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2957>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CORREIA, M. da C. B. *A observação participante enquanto técnica de investigação*. *Pensar Enfermagem*, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009.

COSTA, M. C. C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T.; GUEDES, Í. de O. Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas: pauperização, precarização e superexploração. *Gerais: Rev. Interinst. Psicol.*, Minas Gerais, v. 14, n. spe., p. 1-24. 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v14nspe/12.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DJU, A. O.; MURARO, D. N. Ubuntu como modo de vida: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. *Trans/Form/Ação*, Marília, n. 45 spe., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/jpHyJCYDK3MwBDN3Qdk7YqH/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

DUARTE, K. M.; MEIRELLES, M. Educação prisional: a norma legal a legalidade da norma. In: GONÇALVES, D. N.; MOCELIN, D. G.; MEIRELLES, M. (org.). *Rumos da Sociologia no Ensino Médio: ENESEB 2015, formação de professores, PIBID e experiências de ensino*. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p. 189-213.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, É. *Formas elementares da vida religiosa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado*. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, n. 13, ano 14, p. 155-161, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FBAC. Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. O que é APAC? *Portal da FBAC*, 2025. Disponível em: <https://www.fbac.org.br/o-que-e-apac>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FEBRASGO. Federação Brasileira de Associações de Ginecologia e Obstetrícia. No Brasil, mulheres negras enfrentam um maior risco de serem vítimas de violência física e sexual. 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.febRASGO.org.br/pt/noticias/item/1702-no-brasil-mulheres-negras-enfrentam-um-maior-risco-de-serem-vitimas-de-violencia-fisica-e-sexual%20/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos VIII (segurança, penalidade e prisão)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P.; HORTON, M. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GIAMBERARDINO, A. R. *Comentários à Lei de Execução Penal*. 3. ed. Belo Horizonte: CEI, 2018.

GIAMBERARDINO, A. R. *Crítica da pena e justiça restaurativa: a censura para além da punição*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

GIAMBERARDINO, A. R.; SILVA, M. E. P. F. da. *Sobre o tratamento legal do ofendido no processo penal: uma análise comparativa entre o direito brasileiro e o norte-americano*. *Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, v. 16, n. 1, 2021b. <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/e40933/pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GIAMBERARDINO, A. R. *Sociocriminologia*. São Paulo: D'Plácido, 2021a.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMIDE, P. I. C. *et al.* Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. *Psico-USF*, São Francisco, v. 10, n. 2, p. 169-178, dez. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psuf/a/RHJgN4cSPcZxknfr9Tq4FPD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GOMIDE, P. I. C. *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONÇALVES, C. L. *O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e as suas possíveis consequências na ordem jurídica brasileira*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Novas Tendências do Direito Público), Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

Disponível em:

https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1132/Monografia_Estado_de_Coisas_Inconstitucional_e_consequencias_na_ordem_juridica_brasileira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 mar. 2025.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Parte III – “Insurgências”).

KOKOREFF, M. *Tráficos de drogas: entre globalização e localização*. In: PERALVA, A.; TELLES, V. S. *Ilegalismos na globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

LAHIRE, B. *Homem plural: os determinantes da ação*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, B. *O homem plural ou a sociologia em escala individual* In: Vandenberghe, F; Verán, J. *Além do Habitus. Teoria social pós-bourdieuiana*. Rio de Janeiro:7 Letras, 2016. p.39-47.

LANFREDI, L. G. S. (coord.). Conselho Nacional de Justiça. *Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras*. Brasília: CNJ, 2016b. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afbb74.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LANFREDI, L. G. S. (coord.). Conselho Nacional de Justiça. *Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos*. Brasília: CNJ, 2016a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LENZA, P. *Direito Constitucional esquematizado*. 16. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOBATO, V. R.; MASSA, A. A. G. Florescer: uma jornada de justiça restaurativa e regenerativa. In: BALLALAI, A. A. L.; SOUZA, C. G. D. de; LUZ, M. E. R. (org.). *Métodos autocompositivos justiça restaurativa*. v. 1. Maringá: Uniedusul, 2021.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26-27, p. 149-158, 1990; 1991.

MONTEIRO NETO, F. *A constituição do sujeito na associação de proteção e assistência aos condenados de Ivaiporã/PR*. Orientador: Miguel Tedesco Wedy e Coorientador Alessandro de Lima Francisco. 2022. 348 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/12461/Figueiredo%20Monteiro%20Neto_PROTEGIDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 mar. 2025.

MOURA, G. M. de. *Do princípio da coculpabilidade*. Niterói: Impetus, 2006.

MOURA, M. V. Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017/ organização, Marcos Vinícius Moura. Brasília: Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025

MURDOCK, M. *The heroine's journey*. Boulder: Shambhala, 1990.

NEVES, M. do C. P. *Alteridade e deveres fundamentais: uma abordagem ética*. Revista Direitos Fundamentais e Alteridade, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p. 69–86, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/direitosfundamentaisealteridade/article/view/429>. Acesso em: 26 maio. 2025

NOVAES, M. B. C.; SOUZA, A. C. de; DRUMMOND, J. R. *Pesquisa participante a serviço da emancipação e da ruptura de silêncios: uma experiência no Brasil*. Rev. bras. psicodrama, v. 27, n. 1, p. 39-51, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v27n1/05.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. Conselho Econômico e Social. *Resolução n. 2002/12*. Princípios básicos para utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Tradução de Renato Sócrates Gomes Pinto. 24 jul. 2002. Disponível em: <http://www.justica21.org.br>. Acesso em: 5 out. 2023.

PALLAMOLLA, R. da P. et al. *A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos*. 2017. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7735/5/TES_RAFFAELLA_DA_PORCIUNCULA_PALLAMOLLA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

PALLAMOLLA, R. da P. *Justiça restaurativa: da teoria à prática*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

PATAI, D. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PARANÁ. Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (Deppen). Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2025a.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. *Projeto do Deppen ajuda mulheres privadas de liberdade a refletirem sobre envolvimento com drogas*. Portal da Secretaria da Segurança Pública, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Projeto-do-Deppen-ajuda-mulheres-privadas-de-liberdade-refletirem-sobre-envolvimento-com>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PARANÁ. *Tribunal de Justiça do Estado do Paraná*. Sobre o GMF. Portal do TJPR, 2025b.

PAULILO, M. I. S. *A pesquisa qualitativa e a história de vida*. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 2, n. 1, p. 1-153, jul./dez. 1999.

PENTEADO FILHO, N. S. *Manual esquemático de criminologia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PINTO, R. S. G. *A construção da justiça restaurativa no Brasil: o impacto no sistema de justiça criminal*. *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <http://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/65/70>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PISCITELLI, A. *Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico*. *Cadernos Pagu – De trajetórias e sentimentos*, Campinas, n. 1, p. 149-171, 1993. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1993\(1\)/Piscitelli2.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1993(1)/Piscitelli2.pdf). Acesso em: 20 mar. 2025.

PRANIS, K.; BOYES-WATSON, C. *No coração da esperança*. Guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis. Tradução de Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PRANIS, K. *Processos circulares: teoria e prática*. São Paulo: Palas Athena, 2010.

RAMOSE, M. B. *Ser por meio dos outros: o Ubuntu como cuidado e partilha*. A importância vital do “Nós”. Tradução de Luís Marcos Sander. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, Porto Alegre, 353. ed., ano X, p. 8-9, 2010. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobe-ramose>

ROSENBERG, M. B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENTHAL, G. *História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar*. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 14, ano 2, p. 227–249, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/17116/11471>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALMASO, M. N. *Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz*. In: CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225*. Brasília: CNJ, 2016. p. 15-64. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/347/1/Justi%C3%A7a%20Restaurativa%20-%20Horizontes%20a%20Partir%20da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNJ%20225.pdf>. Acesso em : 20 mar. 2025.

SANTOS, T. (org.); ROSA, M. I. da. (colab.). et al. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres*. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

SCHUCH, P. *Práticas de justiça: uma etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2005. 345f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVA, C. DPMG reúne especialistas em debate sobre a proibição do cigarro nas unidades prisionais de Minas Gerais. Defensoria Pública de Minas Gerais, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/dpmg-reune-especialistas-em-debate-sobre-a-proibicao-do-cigarro-nas-unidades-prisionais-de-minas-gerais/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, W. C. A. *Ensaio sobre o princípio da coculpabilidade*. Unipam, Patos de Minas, v. 2, p. 124-140, 2011. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/ensaiojuridico/article/view/4224/1891>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

SOUZA, J. (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, J. (org.). *Ralé Brasileira Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite* São Paulo: LeYa, 2015.

STF. Supremo Tribunal Federal. *ADPF 34. Violação massiva de direitos fundamentais no sistema carcerário brasileiro* Relator: Ministro Marco Aurélio, 4 out. 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1ADPF347InformaosociedadeV2_6out23_17h55.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

STF. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 Distrito Federal*. Relator: Ministro Marco Aurélio, 9 set. 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TOURAINE, A. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J. *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: Letras, 2016.

VAN MANEN, M. *Phenomenology of practice: meaning-giving methods in phenomenological research and writing*. Walnut Creek California: Left Coast Press, 2014.

VENTURA, M. M. *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. *Rev. Socerj*, Rio de Janeiro, v. 20, ano 5, p. 383-386, set./out. 2007.

WERLANG, R.; MENDES, M. R. *Sufrimento social*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 116, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400009>. Acesso em: 20 mar. 2025.

XAVIER, J. R. *Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa*. In: MACHADO, M. R. (org.). *Pesquisar empiricamente o Direito*. São Paulo: Rede de Pesquisa Empírica em Direito, 2017. p. 119-160.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAFFARONI, E. R; PIERANGELI, J. H. *Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 529.

ZANELATO, F. *Aplicação da justiça restaurativa: três experiências brasileiras*. 82f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense), Universidade Tuiuti do Paraná, 2018.

ZEHR, H. *Justiça restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, H. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

QUESTIONÁRIO (Entrevista Semiestruturada):

Olá, meu nome é Fabíola e sou estudante de uma pesquisa da Universidade Federal do Paraná sobre o trabalho que está sendo feito com vocês no Projeto Florescer. A entrevista é voluntária. Você gostaria de falar um pouco sobre a sua participação? (A sua entrevista manterá o seu nome em sigilo).

DADOS PESSOAIS E SOBRE A FAMÍLIA

- 1 – QUAL O SEU NOME? VOCÊ TEM APELIDO?
- 2 -QUAL A SUA IDADE?
- 3- QUAL A SUA IDENTIDADE DE GÊNERO, COMO VOCÊ DEFINE O SEU SEXO: -
Feminino Masculino Outro (Qual) Prefere não dizer
- 3 – QUAL A IDENTIFICAÇÃO DA SUA COR OU RAÇA, VOCÊ SE DECLARA:
 -Branca
 -Preta
 -Parda
 -Amarela
 - Indígena
4. QUAL O SEU ESTADO CIVIL?
 - Solteira
 -Casada(o)
 - Viúva(o)
 - Outro
5. POSSUI FILHOS, QUANTOS? (quem está cuidando dos filhos?)
6. VOCÊ POSSUI ALGUMA RELIGIÃO OU CRENÇA? (QUAL?)
- 7.QUAL O ESTADO E CIDADE VOCÊ NASCEU?

SOBRE A PROFISSÃO E ESCOLARIDADE

8. ATÉ QUE SÉRIE VOCÊ ESTUDOU? LEMBRA QUAL IDADE VOCÊ TINHA?
9. VOCÊ VOLTOU A ESTUDAR OU PRETENTE VOLTAR A ESTUDAR?
10. VOCÊ TRABALHAVA COM CARTEIRA ASSINADA? QUAL FOI A SUA ÚLTIMA OCUPAÇÃO, COM O QUE VOCÊ TRABALHAVA?
11. NO MOMENTO VOCÊ ESTÁ INSERIDA EM ALGUM PROGRAMA DE TRABALHO? SE SIM FALE A RESPEITO?

SOBRE A EXPERIÊNCIA COM OS DESVIOS E CRIMES

12. CONTE COMO VOCÊ VEIO PARAR NO SISTEMA PENITENCIÁRIO? COMO FOI SUA TRAJETÓRIA ATÉ VIM PARAR AQUI?
13. VOCÊ FICOU PRESA DURANTE TODO O PROCESSO? OU RESPONDEU EM LIBERDADE?
14. VOCÊ FOI SENTENCIADA E ACUSADA DE QUAL CRIME?
15. VOCÊ FOI CONDENADA A QUANTOS ANOS DE PRISÃO E PARA CUMPRIR EM QUAL REGIME?
16. VOCÊ ERA RÉ PRIMÁRIA? ALÉM DESSA CONDENAÇÃO RESPONDE POR MAIS ALGUM CRIME?
17. ATÉ AGORA QUANTO TEMPO VOCÊ JÁ CUMPRIU DA PENA E QUANTO AINDA FALTA PARA CUMPRIR?
18. QUANDO DEVE SER A SUA PROGRESSÃO DO REGIME DA PENA?

SOBRE A VIDA E O DIA A DIA NO PRESÍDIO

19. COMO É O SEU DIA A DIA POR AQUI?
20. VOCÊ SEGUE UMA ROTINA? VOCÊ TEM HORÁRIO PARA SE LEVANTAR, PARA TOMAR CAFÉ, ALMOÇAR etc.; CONTE COMO FUNCIONA?
21. VOCÊ RECEBE VISITAS? COMO SÃO AS VISITAS?
22. COMO VOCÊ SE COMUNICA COM AS PESSOAS E SEUS FAMILIARES? POR CARTA?
23. EXISTE UM LIMITE DE CARTAS QUE PODE MANDAR OU RECEBER?
24. O QUE MAIS AJUDA A PASSAR O TEMPO AQUI DENTRO?
25. VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DE TRABALHO REMUNERADO?
26. TEM PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA OU PARA A FORMAÇÃO DE ALGUM OFÍCIO, COMO COSTURA, CONFEITARIA etc.;
27. VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM ESTUDO OU FORMAÇÃO EM ALGUM CURSO AQUI DENTRO?

PARTICIPAÇÃO NO PROJETO FLORESCER

28. VOCÊ PARTICIPA DAS ATIVIDADES DO PROJETO FLORESCER? VOCÊ FOI CONVIDADA A PARTICIPAR, CONTE COMO FOI A SUA EXPERIÊNCIA?
29. TODAS PODEM PARTICIPAR OU EXISTEM CRITÉRIOS OU SELEÇÕES?
30. O QUE SIGNIFICOU PARA VOCÊ PARTICIPAR DOS CÍRCULOS FLORESCER?
31. COM QUAL FREQUÊNCIA VOCÊ PARTICIPA DOS CÍRCULOS?
32. QUAIS TEMAS VOCÊ GOSTA DE FALAR OU OUVIR DURANTE AS RODADAS DOS CÍRCULOS FLORESCER? POR QUÊ?

32. DEPOIS QUE VOCÊ COMEÇOU A PARTICIPAR DOS CÍRCULOS MUDOU ALGUMA COISA NA SUA FORMA DE VER A SUA VIDA?
33. DEPOIS QUE O PROJETO FLORESCER COMEÇOU A FUNCIONAR VOCÊ PERCEBEU MUDANÇAS NO CONVÍVIO COM AS OUTRAS COLEGAS? COMENTE A RESPEITO.
34. VOCÊ PODE EXEMPLIFICAR COMO ERA ANTES E DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO NOS CÍRCULOS FLORESCER?
35. DEPOIS QUE COMEÇOU A PARTICIPAR DO PROJETO A SUA ROTINA DIÁRIA MUDOU? POR EXEMPLO, VOCÊ PASSOU A TER OUTROS PLANOS AQUI DENTRO E TAMBÉM PARA QUANDO SAIR DAQUI E ESTIVER EM LIBERDADE?
36. VOCÊ NOTOU DIFERENÇAS POR EXEMPLO NO CONVÍVIO COM AS GUARDAS DA CARCERAGEM E COM A DIREÇÃO DO PRESÍDIO?
37. O SISTEMA PENITENCIÁRIO OFERECE CONDIÇÕES PARA RECUPERAR AS PESSOAS PRESAS? COMENTE?
38. NA PRÁTICA O PROJETO FLORESCER REPRESENTA O QUE NA SUA VIDA? EXEMPLIFIQUE:
39. COMENTE SOBRE OS SEUS SENTIMENTOS A RESPEITO DESSA MUDANÇA? EXEMPLIFIQUE O QUE MUDOU?
40. QUANTO TEMPO VOCÊ AINDA VAI FICAR POR AQUI? DURANTE ESSE TEMPO QUAIS SEUS PLANOS?
41. FUTURAMENTE QUANDO ESTIVER NA PROGRESSÃO DO REGIME SEMIABERTO E NO REGIME ABERTO COMO VOCÊ PRETENDE SE MANTER PARA NÃO VOLTAR PARA O SISTEMA?
42. VOCÊ VAI PRECISAR DE AJUDA DO ESTADO PARA SE RECOLOCAR NO MERCADO DE TRABALHO?

SOBRE AS PESSOAS ENVOLVIDAS NO CRIME PELO QUAL VOCÊ FOI CONDENADA

43. VOCÊ SENTE RAIVA, RANCOR, OU ARREPENDIMENTO PELO O QUE VOCÊ FEZ?
44. VOCÊ GOSTARIA DE PEDIR DESCULPAS OU PERDÃO PARA ALGUÉM QUE VOCÊ TENHA PREJUDICADO? QUEM É ESSA PESSOA E O QUE VOCÊ DIRIA PARA ELA?
45. VOCÊ GOSTARIA DE DEIXAR A SUA OPINIÃO SOBRE ALGUMA COISA OU ALGUM TEMA QUE VOCÊ CONSIDERE IMPORTANTE?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: PROJETO FLORESCE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A METODOLOGIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PRESÍDIO FEMININO DE PIRAQUARA

Pesquisador/a responsável: André Giamberardino Orientador UFPR- PPG-Sociologia

Pesquisador/a assistente: (Fabiola Zanellato); (Coorientador Jaime Santos Junior)

Local da Pesquisa: Penitenciária Feminina do Paraná- PFP- Depen-Pr

Endereço: R. Isídio Alves Ribeiro, S/N - Planta Meireles, Piraquara - PR, 83304-240

Telefone: (41) 3590-1350

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada “Projeto Florescer: Um estudo de caso sobre a metodologia da Justiça Restaurativa no presídio feminino de Piraquara”, tem como objetivo observar na prática a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa no presídio feminino de Piraquara, bem como observar quais são os seus impactos sociais e as interações interpessoais das participantes durante a prática da metodologia da Justiça Restaurativa. A pesquisa ocorrerá durante o período de no máximo 12 meses, dentro desse prazo serão feitas as entrevistas, análises, avaliações e observações sobre a percepção dos participantes da metodologia da Justiça Restaurativa no presídio feminino, bem como serão averiguados os resultados práticos em termos de ganhos sociais para toda a sociedade e para as participantes da pesquisa que são pessoas encarceradas. Serão analisados inclusive os reflexos da cultura da não violência após a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa na penitenciária feminina de Piraquara;

Participando do estudo você está sendo convidado/a a: participar da presente pesquisa de forma voluntária e para tanto responder à entrevista que será feita pela pesquisadora que aplicará um questionário com perguntas semiestruturadas; que aborda perguntas sobre a sua experiência de participar da metodologia da Justiça Restaurativa através do “Projeto Florescer” que, na prática utiliza a dinâmica dos círculos de construção da paz; você também estará participando da pesquisa no momento em que estiver sendo observado durante a sua interação com o grupo na dinâmica dos círculos Florescer que fazem parte da metodologia da Justiça Restaurativa. Todos os dados e as informações serão coletadas e anotadas num caderno de campo. As entrevistas não serão gravadas.

- A pesquisa será feita de forma presencial, assim a pesquisadora se dirigirá até o presídio feminino de Piraquara, local onde serão feitas a observação dos círculos. Florescer, que faz parte da metodologia da Justiça Restaurativa, bem como também serão feitas presencialmente as entrevistas com as participantes que queiram voluntariamente participar da pesquisa. A frequência de ida no local da pesquisa será de uma ou duas vezes por semana se necessário,

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

com duração da pesquisa de no máximo 12 meses; o intuito caso seja necessário poder colher as entrevistas nos dias alternativos em que não ocorrem as dinâmicas dos Círculos Florescer, que usam a metodologia da Justiça Restaurativa, pois há de se observar o tempo da aplicação das entrevistas que podem durar em média até 02 horas. Assim, para não causar mudanças na rotina da instituição e para não extrapolar os horários, prevê-se a possibilidade de poder utilizar até dois dias da semana para equilibrar os horários e rotina no presídio feminino.

- Serão aplicadas pessoalmente na sala de estudos e vídeo que fica dentro da Penitenciária Feminina do Paraná- PFP- Depen-Pr, no endereço localizado na Rua Isídio Alves Ribeiro, S/N - Planta Meireles, Piraquara - PR, 83304-240;
- Estima-se que o tempo médio de aplicação da entrevista com cada participante que queira voluntariamente responder às perguntas do Projeto Florescer é de até duas horas de duração. As entrevistas não serão gravadas, e todas as respostas serão anotadas no caderno de Campo. Todo o material coletado, bem como as respostas das entrevistas e as informações obtidas durante a pesquisa serão anotadas em caderno de campo e serão armazenadas em arquivo pessoal e confidencial da pesquisadora pelo prazo de 05 anos.

Desconfortos e riscos: 1) A pesquisa não deve oferecer nenhum risco ou desconforto às participantes, uma vez que a participação é totalmente voluntária, e serão informadas sobre o objetivo e os benefícios que se espera na presente pesquisa. As entrevistas são baseadas em questões semiestruturadas.

Ao aceitarem participar das entrevistas, as participantes serão informadas que as suas identidades serão mantidas em sigilo. As participantes assinarão o Termo de Consentimento Esclarecido que inclusive será lido para as participantes em voz alta para que não tenham dúvidas sobre os termos e sobre o conteúdo da pesquisa, bem como a confiabilidade e o sigilo de suas identidades.

As entrevistas serão feitas no próprio presídio, na sala de vídeo e estudos em que acontecem a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa, objeto do estudo desta pesquisa.

Quanto aos benefícios da pesquisa destaca-se que é a própria metodologia das práticas de Justiça Restaurativa, que passou a ser recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos seus Estados Membros, e através da Resolução 12/2002 do Conselho Social Econômico da ONU, traçou entre os objetivos e diretrizes da Justiça Restaurativa, a disseminação da cultura de paz e de iniciativas que promovam a reintegração social da pessoa presa, ao invés da simples aplicação da pena punitiva.

O TCLE, será levado pessoalmente em duas vias para que seja assinado pelas participantes. Será também encaminhado para entidade Participante, no caso à direção do presídio de Piraquara para que tenha ciência e assine o documento para que seja reenviado /reenviado novamente por via 'e-mail'.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e serão armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, os dados serão mantidos sob responsabilidade da pesquisadora em arquivo pessoal e confidencial.

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. As entrevistas serão colhidas no caderno de campo, cujas informações serão arquivadas pelo prazo de 05 anos.

Não haverá gravação de imagem e nem de som. As informações coletadas no estudo serão anotadas apenas em caderno de Campo.

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

Ressarcimento e Indenização: O presente estudo não representará despesas às participantes. O estudo será realizado durante a rotina já pré-estabelecida na instituição de segurança pública, no caso o presídio feminino de Piraquara. Em caso remoto ocorrer algum gasto para alguma participante da pesquisa que saia fora da sua rotina, pode ficar ciente que será ressarcido integralmente as despesas que eventualmente ocorrerem. E ainda terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores, a aluna doutoranda Fabiola Zanellato responsável por esta pesquisa que poderá ser localizada pelo e-mail: fabiola.zanellato@hotmail.com, telefone 41 41 99696-9205 horário 09:00 às 11:30 ou das 14:00 às 17:00 para esclarecer eventuais dúvidas quanto a entrevista a que será aplicada. E ainda poderá entrar em contato com com o Prof^o Orientador André Giamberardino e com o Coorientador Prof^o Jaime Santos Junior na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, tel. 41 3360-5173 situada na R. General Carneiro, 460 – Centro, Ed. Dom Pedro I – 9o. andar sala 908, Curitiba – PR. CEP 80060-150.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, Subsolo Setor de Ciências Sociais Aplicadas, sala SA.SSW.09, na Av. Prefeito Lothário Meissner, 632- Campus Jardim Botânico, (41)3360-4344, ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo/a pesquisador/a e pelo/a participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [...] e aprovada com o Parecer número [...] emitido em [...].

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: ____/____/____.

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

ANEXO C – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA UFPR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 908 Fone e Fax: 3360-5173
e-mail: pgsocio@ufpr.br Site: www.pgsocio.ufpr.br

EXTRATO DA ATA nº 08/22- PPGS

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14:00 horas, em sua Sede no Rua General Carneiro, 460, Edifício D. Pedro I - 9º andar, sala 906 - Bairro Centro, Curitiba/PR, realizou-se a quinta Reunião do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, sob a Presidência da Prof.ª Dr.ª Simone Meucci e com o comparecimento dos seguintes docentes: Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Bridi, Prof. Dr. Jaime Santos Junior, Prof. Dr. Alfio Brandenburg, Prof.ª Dr.ª Marlene Tamanini, Prof. Dr. Rodolfo Lobato, Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, além das representantes discentes Nicolas Coelho e Bruno Zavataro. Registradas as presenças no livro de presenças. A Presidente iniciou os trabalhos apresentando a pauta da reunião: 1. Informes; 2. Processo seletivo para pós-doutorado e informações de bolsista; 3. Parecer sobre pedido de reconhecimento de diploma estrangeiro; 4. Acompanhamento das defesas e qualificações; 5. Pedidos de trancamento; 6. Solicitação de professora Sênior; 7. Pedido de estágio de pesquisa no exterior; 8. Pedidos de validação de créditos; 9. Prêmio de Excelência Acadêmica PRPPG/UFPR; 10. Dados de panorama de bolsas, prazos e entrada 2018-2021; 11. Aprovação de projeto para Comitê de Ética. Após isso, deu-se início a reunião, com a discussão sobre cada um dos pontos e as seguintes decisões, conforme seguem: [...] 11. **Aprovação de projeto para Comitê de Ética:** A Coordenação apresentou a solicitação recebida da discente de doutorado, Fabiola Zanellato, para apreciação e aprovação do colegiado de seu projeto de pesquisa, intitulado "PROJETO FLORESCER: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A METODOLOGIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PRESÍDO FEMININO DE PIRAQUARA", orientada pelo prof. André Giamberardino, para que possa submeter ao Comitê de Ética do Setor de Ciências Humanas da UFPR e dar prosseguimento ao campo. O orientador se manifestou por escrito em relação ao projeto, indicando detalhes sobre a metodologia e campo, e que o projeto atende os requisitos para ser submetido ao Comitê de Ética. Apreciado o projeto, em sua justificativa, objetivos e metodologia, o Colegiado decide pela aprovação do mesmo. Homologado. [...] Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Katiano Miguel Cruz, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por assinada eletronicamente por mim e pela Presidente.

ANEXO D - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: PROJETO FLORESCER: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A METODOLOGIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PRESÍDIO FEMININO DE PIRAQUARA			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO			
6. CPF: 045.885.439-54		7. Endereço (Rua, n.º): R. Mateus Leme, 1908 SANTA FELICIDADE CURITIBA PARANA 82015000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (41) 3219-7383	10. Outro Telefone:
11. Email: andre.giamberardino@defensoria.pr.def.br			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 30 / 09 / 2022		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal do Paraná		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Universidade Federal do Paraná - Ciências Humanas e Sociais
15. Telefone: (41) 3360-5095		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: Simone Meucci		CPF: 773.718.019-20	
Cargo/Função: Coordenadora			
Data: 30 / 09 / 2022		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

SIMONE MEUCCI
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia
Mat. 200432/JFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROJETO FLORESCE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A METODOLOGIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PRESÍDIO FEMININO DE PIRAQUARA

Pesquisador: ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64036322.8.0000.0214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Ciências Humanas e Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.882.358

Apresentação do Projeto:

Será desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com interrogação de 10 detentas do Presídio Feminino de Piraquara. A metodologia prevê a realização de entrevistas semiestruturadas e observação não participante das sessões de realização do projeto avaliado no estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Consta no Projeto:

"A pesquisa tem como objetivo observar na prática a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa no presídio feminino de Piraquara, e visa estudar quais são os seus impactos sociais e as interações interpessoais das participantes durante a prática da metodologia da Justiça Restaurativa, bem como serão averiguados os resultados práticos em termos de ganhos sociais, para toda a sociedade e para as participantes da pesquisa que são pessoas encarceradas. O objetivo visa ainda analisar os reflexos da cultura da não violência após a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa na penitenciária feminina de Piraquara;

O estudo pretende ainda averiguar em que situações e formas vêm sendo aplicada a metodologia da Justiça Restaurativa dentro do presídio feminino, e comparar se a adaptações da metodologia aplicada; Analisar quais dificuldades operacionais estão sendo encontradas na aplicação da metodologia da JR no presídio feminino; Verificar também durante a prática da metodologia da Justiça Restaurativa; como são feitos os critérios para aplicação da metodologia; e como são feitos

Endereço: Rua General Carneiro, 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS**



Continuação do Parecer: 5.882.358

Considerações Finais a critério do CEP:

01. Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais (a cada seis meses de seu parecer de aprovado) e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

02 - Importante: (Caso se aplique): Pendências de Coparticipante devem ser respondidas pelo acesso do Pesquisador principal.

Para projetos com coparticipante que também solicitam relatórios semestrais, estes relatórios devem ser enviados por Notificação, pelo login e senha do pesquisador principal no CAAE correspondente a este coparticipante, após o envio do relatório à instituição proponente.

03 - Para TCLE

Favor inserir em seu TCLE e/ou TALEo número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2026675.pdf	26/01/2023 11:33:13		Aceito
Outros	Justificativa_atestadosmedico.pdf	26/01/2023 03:08:12	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	Cronograma_alterado.pdf	26/01/2023 03:06:00	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	Carta_respostapendencias.docx	26/01/2023 03:04:38	FABIOLA ZANELATO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	26/01/2023 03:03:27	FABIOLA ZANELATO	Aceito

Endereço: Rua General Carneiro, 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121
 Bairro: Centro CEP: 80.060-150
 UF: PR Município: CURITIBA
 Telefone: (41)3360-5094 E-mail: cep_chs@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS**



Continuação do Parecer: 5.882.358

Outros	PedidodeAutorizacao.pdf	03/10/2022 18:26:57	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	CNH.pdf	03/10/2022 18:24:51	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	03/10/2022 18:24:00	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	Roteirodeobservacao.pdf	03/10/2022 18:21:41	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	Entrevistasemiestruturada.pdf	03/10/2022 18:21:13	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisapenitenciariafeminina. pdf	03/10/2022 18:20:00	FABIOLA ZANELATO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termosconsentimentoesclarecido. pdf	03/10/2022 18:18:10	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Outros	Declaracaosigilopesquisadora.pdf	03/10/2022 18:16:59	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/10/2022 18:15:24	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Declaração de concordância	Termodeautorizacaoeciencia.pdf	03/10/2022 18:14:25	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Brochura Pesquisa	ExtratodaAta.pdf	03/10/2022 18:13:51	FABIOLA ZANELATO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	03/10/2022 18:11:30	FABIOLA ZANELATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 08 de Fevereiro de 2023

Assinado por:

**Alessandra Sant Anna Bianchi
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua General Carneiro, 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121
 Bairro: Centro CEP: 80.060-150
 UF: PR Município: CURITIBA
 Telefone: (41)3360-5094 E-mail: cep_chs@ufpr.br

ANEXO E – OFÍCIO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Pedido de Autorização para o desenvolvimento da Pesquisa sobre a aplicação da Justiça Restaurativa na Penitenciária Feminina do Paraná.

- Objetivo da pesquisa da Tese de Doutorado: Análise da metodologia de aplicação da Justiça Restaurativa e seus efeitos sociais na Penitenciária Feminina de Piraquara.

Exma. Senhora Diretora Paula Aparecida Cozlik
CIS-Piraquara

Venho através deste documento solicitar **autorização** para que eu, **Fabiola Zanellato**, RG 8.111.172- 3, aluna do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Programa de Doutorado em Sociologia, com Orientação do Professor Doutor André Giamberardino e Coorientação do Professor Doutor Jaime Santos Junior, ambos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, **possa desenvolver pesquisa de campo no âmbito de projeto de tese sobre a “aplicação da Justiça Restaurativa na Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP)”**.

Para o desenvolvimento da Pesquisa do Programa de Doutorado em Sociologia, solicito respeitosamente a autorização desta Direção para que eu possa acompanhar presencialmente e virtualmente todas as fases práticas das facilitadoras do “Projeto Florescer” em andamento, bem como acompanhar a dinâmica da prática dos Círculos Florescer e também acompanhar todos os cursos que forem sendo desenvolvidos durante a pesquisa em campo que dever durar no mínimo **12 meses**.

Solicito também autorização para entrevistar as mulheres presas que participam do projeto (que queiram dar voluntariamente seu depoimento sobre as suas participações e engajamento no Projeto Florescer).

Metodologia: Pesquisa Observacional e Entrevista Semiestruturada e História de Vida

A metodologia a ser usada é a Observação em campo, técnica que será mais apropriada para colher as impressões e os registros acerca da aplicação do Projeto Florescer na prática, de modo a obter as impressões e os registros espontâneos durante a participação das mulheres encarceradas no Projeto, bem como descrever todo o processo da participação dos grupos durante as rodadas dos Círculos.

Entrevistas Semiestruturadas com as mulheres presas

Serão elaboradas questões semiestruturadas para obter um diálogo espontâneo e dinâmico. Com as entrevistas será possível averiguar com mais clareza qual é a percepção destas mulheres em relação às suas identidades, sua reflexividade e suas relações sociais e interpessoais.

Agradecendo imensamente a atenção desde logo, despeço-me cordialmente.

Curitiba, 5 de agosto de 2022.

Aluna: Fabiola Zanellato (doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPR)

ANDRE RIBEIRO
GIAMBERARDINO: 04588543954
04588543954

Assinado de forma digital por
ANDRE RIBEIRO
GIAMBERARDINO:04588543954
Data: 2022.08.05 11:52:49
+03'00'

Orientador: Professor Doutor André Giamberardino

Coorientador: Professor Doutor Jaime Santos Junior

ANEXO F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PENITENCIÁRIA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - CIS
Rua Isidoro Alves Ribeiro, nº 2800, Planta Meireles – CEP 83304-240 – Piraquara
cis.piraquara@depen.pr.gov.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na Condição de Chefe Administrativo do CIS – Centro de Integração Social de Piraquara, eu, Marilu Katia da Costa, declaro ciência e concordância da realização com os devidos fins da pesquisa intitulada “Projeto Florescer: Um Estudo de Caso sobre a Metodologia da Justiça Restaurativa no CIS”, sob a responsabilidade da aluna doutoranda Fabíola Zanellato, CPF 872.820.979-68, em nas nossas dependências, tão logo seja o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, até o seu final que indica uma previsão de término até 01/11/2023.

Estamos cientes e as participantes da pesquisa serão as detentas que voluntariamente quiserem participar. Estamos ainda cientes de que serão utilizados na pesquisa de Campo um caderno de anotações “caderno de campo” para a coleta das entrevistas, bem como as observações anotadas sobre a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa.

Estamos ainda cientes que todo trabalho proposto deve seguir as normativas vigentes do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A gestão da Penitenciária Feminina do Paraná, está ciente do seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar das participantes da pesquisa, dispondo de Infraestrutura necessária para desenvolvê-la em conformidade com as diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas às participantes que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Declaro, outrossim, na condição de vice-diretora desta organização, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nos 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, [a menção à Resolução nº 510/16 deve ser mantida somente quando nas pesquisas relacionadas às áreas de Ciências Humanas e Sociais] e Norma Operacional no 001/2013, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e disponíveis no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE.

Atenciosamente,

Assinado de forma digital
por MARILU KATIA DA
COSTA/852710639
Data: 2023.09.08
15:45:11 -0300

Marilu Katia da Costa
Chefe Administrativa do CIS – Piraquara

ANEXO G – DIVULGAÇÃO⁸⁴ FORMATURA DE CURSOS



Centro de Integração Social de Piraquara forma 60 mulheres em cursos profissionalizantes e inaugura centro médico para os servidores¹ 23/01/2022 - 13:05

A Polícia Penal do Paraná, por meio de uma parceira da Secretaria da Segurança Pública com a Igreja universal e com as instituições de ensino superior Fan e a Fanduca, formou 60 mulheres do Centro de Integração Social de Piraquara em cursos profissionalizantes de diversas áreas na modalidade à distância neste sábado (22/01). Além disso, foi inaugurado o Centro de Atendimento Médico ao Servidor Lourival de Souza, para prestar serviços gratuitos de clínica geral e odontologia a todos os profissionais que trabalham no Complexo de Piraquara.

O secretário da Segurança Pública, Romulo Marinho Soares, destacou que o apoio do governador Carlos Massa Ratinho Júnior tem sido importante para mudar a imagem do sistema prisional do estado. A transferência da gestão das carceragens da Polícia Civil ao Departamento de Polícia Penal, a conclusão de novas cadeias no interior do estado, e a evolução com a criação da Polícia Penal são as conquistas mais marcantes da instituição nos últimos três anos.

⁸⁴ PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública. Centro de Integração Social de Piraquara forma 60 mulheres em cursos profissionalizantes e inaugura centro médico para os servidores. *Portal do Governo do Estado do Paraná*, 23 jan. 2022. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Centro-de-Integracao-Social-de-Piraquara-forma-60-mulheres-em-cursos>. Acesso em: 23 mar. 2025.

"Estamos dando mais um passo importante na valorização dos profissionais que trabalham na condução dos presos e estamos demonstrando carinho e respeito com essa instituição. Nos últimos anos, transformamos um cenário desolador que o sistema penitenciário se encontrava em uma evolução histórica que vai seguir com o engajamento da Secretaria da Segurança Pública e dos nossos parceiros", disse

CENTRO MÉDICO - Construído em um local anexo ao CIS Piraquara, o Centro Médico foi erguido pela Polícia Penal. Já a Igreja Universal vai disponibilizar médicos voluntários para atender os policiais penais na área de clínica geral. O espaço conta com um consultório médico e um odontológico.

A entrega do Centro Médico marcou um momento de valorização a todos os servidores do Departamento de Polícia Penal. O agradecimento especial foi feito à família do policial penal Lourival de Souza, que foi brutalmente assassinado dentro de casa em 2018. A esposa dele e os filhos receberam a Bandeira Nacional e flores para agradecer a dedicação e o sacrifício do servidor em prol da segurança pública. Em reconhecimento e homenagem ao servidor morto, o Centro Médico leva o nome dele.

"Temos o prazer de inaugurar essa unidade que vai beneficiar todos os policiais penais que atuam no Complexo. Os serviços serão prestados por médicos voluntários da Igreja Universal periodicamente aos sábados", explicou a diretora do CIS Piraquara, Paula Coslik. "Era uma necessidade e trabalhamos duros e integrados para conseguir", completou.

O bispo da Universal Manoel Gonzalez, que participou da iniciativa, afirma que o Centro Médico marca o respeito a todos os servidores. "Temos muita admiração pelo trabalho desses profissionais e agradeço o apoio dos médicos voluntários que aceitaram a missão de cuidar da saúde desses bravos policiais penais. Pretendemos expandir ainda mais esse serviço com apoio da Secretaria da Segurança Pública", disse.

GRADUAÇÕES À DISTÂNCIA - O secretário Marinho e as demais autoridades visitaram o laboratório de informática do CIS onde a Fanduca disponibiliza cursos de graduação de Pedagogia e Serviço Social gratuitos para as internas. O professor Adriano Valotto, representando a Fanduca, apresentou a metodologia de ensino.

"Temos a concessão federal que nos permite exercer nossa metodologia pedagógica e isso reforça a integração da Secretaria da Segurança Pública e da Polícia Penal com a Fanduca para que o projeto aconteça. Estamos muito motivados para implantar esse sistema educacional, faremos o melhor pois queremos pessoas bem formadas para que, quando saírem, estejam preparadas para competir e seguir a vida", disse.



FORMATURA - Por meio da parceria da Secretaria da Segurança Pública com o grupo Universal nos Presídios e a Faculdade Fanduca, as mulheres privadas de liberdade tiveram acesso a cursos de capacitação profissional como cabeleireiro, empreendedorismo, gestão de empresas, etiqueta social, entre outras. As aulas ocorreram dentro do próprio CIS, em salas de aula adequadas para os estudos. Em outras regiões do estado formaturas também aconteceram.

Neste sábado, elas trocaram os afazeres internos da unidade pela maquiagem preparação para a cerimônia. Com direito ao tradicional traje de colação de grau, elas receberam o canudo das mãos das autoridades do Departamento de Polícia Penal, da Igreja Universal e da Secretaria da Segurança Pública. A cada canudo entregue, as mulheres vibraram com alegria e satisfação por terem concluído a formação profissionalizante. O momento de maior reflexão da formatura foi com a canção Carta de um Presidiário, entoada por todas as formandas. Muitas se emocionaram com as estrofes que abordam a saudade de casa, a convivência com a família e os momentos de lazer que ficaram na lembrança, mas se confortaram com a expectativa de uma vida normal fora dos portões da unidade, agora com mais chances de progredirem no mercado com os cursos feitos por meio da parceria entre a Secretaria da Segurança Pública e a Igreja Universal.

Na visão do secretário Marinho, com educação e trabalho pode-se transformar a realidade das internas quando voltarem à sociedade, pois é uma oportunidade de seguir a vida de forma justa e com satisfação pessoal. "A educação está revolucionando o sistema prisional. Essa é uma ferramenta que tem que existir dentro do sistema prisional porque as pessoas entram aqui para cumprir as suas penas, mas elas precisam voltar à sociedade melhor do que entraram, para que possam ter uma nova perspectiva de vida. As pessoas vão voltar para as suas famílias e para sociedade bem diferente, já com uma capacitação e um diploma, o que levará elas a serem chamadas para trabalhar lá fora", afirmou.

O professor Adriano Valotto, acredita que oportunizar uma nova opção de trabalho para as mulheres da unidade penal quando retornarem à sociedade é garantir dignidade de vida para elas. "São pessoas que ao sair daqui terão uma profissão para no mercado de trabalho competir de igual para igual, para ter seus recursos próprios financeiros de forma correta e serão cidadãs aceitas pela sociedade por motivo de uma mudança", disse.

O deputado federal Aroldo Martins afirma que a finalidade da Universal nos Presídios é trabalhar em parceria para fazer ações solidárias em conjunto com um tratamento espiritual de recuperação, para mudar a autoestima das internas. "O trabalho da UNP através dessa parceria com a Fan e a Fanduca de trazer cursos para as unidades prisionais é maravilhoso, juntamente com o espiritual e trazer atividades que não apenas ocupam tempo, como faz com que as pessoas que fazem parte do projeto estudando, que estão em regime apenado, possam ao sair terem o benefício da educação recebida aqui dentro do complexo", disse.

PRESENCAS - Prestigiaram o evento o deputado federal Aroldo Martins, o secretário da Segurança Pública, Romulo Marinho Soares, representando a direção da Polícia Penal, a coordenadora regional Juliana Duarte, o diretor da PEP, Alberto Ferreira da Silva, representando direção da regional, Cleverson Lenhani, o diretor da PCE, Olival Monteiro, a diretora do CIS Piraquara, Paula Coslik, a vice-diretora do CIS Piraquara, Fabiana Polli, o Chefe da DOS, Valdir Benedito, o Chefe da Agência de Inteligência, Adailton Taques, o vereador de Piraquara, Pastor Guanair, e representante da Fanduca, professor Adriano Valotto, além de demais policiais penais e convidados.

POLÍCIA PENAL (EDITORIA/POLICIAPENAL)

Centro de Integração Social realiza formatura de cursos de capacitação para mulheres apenadas

28/11/2022 - 18:20



Foto: Polícia Penal

O Centro de Integração Social (CIS), localizado em Piraquara, realizou, em 25 de novembro, a cerimônia de formatura de 84 mulheres privadas de liberdade que concluíram os cursos de capacitação ofertados dentro da unidade penal.

As mulheres se formaram em cursos profissionalizantes de 240 horas de duração que foram ministrados entre março e novembro deste ano.

"Os cursos proporcionam a reinserção das pessoas privadas de liberdade na sociedade, aumentando a esperança por um futuro melhor e mais digno, uma vez que tais cursos ajudam, não somente na entrada no mercado de trabalho, mas também na superação dos desafios, na autoconfiança e no resgate da dignidade dessas mulheres", disse a diretora do CIS, Paula Cozlik.

As formandas se capacitaram nas áreas de gestão de empresa (auxiliar de escritório, assistente administrativo, assistente de recursos humanos e assistente contábil), construção civil (pedreiro de alvenaria, pintor de obras, instalador eletricista predial de baixa tensão e azulejista) e bem-estar (biossegurança do trabalho, manicure, pedicure, maquiagem, micropigmentação de sobrancelhas, olhos e lábios).

CIS - O Centro de Integração Social < <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Centro-de-Integracao-Social-de-Piraquara-possibilita-reinsercao-social-mulheres-privadas-de> > recebe mulheres privadas de liberdade que não possuem execução penal em andamento ou pendências de decisão final. Elas também não podem ter cometido delitos descritos na Lei de Crimes Hediondos, exceto aqueles praticados sem violência ou grave ameaça.

Na unidade penal, elas têm acesso a atividades diversas, como rodas de leitura e



FANDUCA – A Fanduca, é uma plataforma digital por onde os apenados podem efetuar seus estudos, através de um convênio ativo desde fevereiro de 2021, entre a instituição de ensino FAN e a Polícia Penal. Além da graduação para pessoas privadas da liberdade, também disponibiliza cursos técnicos de Gestão de Empresas, Gestão de Transportes, Gestão de Empresas e Construção Civil, Motorista de Aplicativo, Assistente de Farmácia, Assistente Jurídico, Confecção de Chinelos e Empreendedorismo, Cuidador de Idosos, Gestão de Empresas de Transporte, Farmácia, Mídias Sociais, Instalador e Eletricista Predial e Almojarifado e Estoquista. Mais de cinco mil e quinhentas pessoas privadas de liberdade, que cumpriram suas penas no Paraná, já passaram por algum curso da plataforma.

REVISTA – A revista “No Paraná, a educação desarma as mentes vazias” é a primeira escrita por pessoas privadas de liberdade que cumprem suas penas em unidades prisionais do Paraná. A edição tem como princípio a publicação de artigos acadêmicos inéditos e originais, decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas, de experiências pedagógicas e de elaboração de resenhas resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas práticas.

12 artigos científicos são apresentados como conclusão de graduação de PPLs do Paraná | Polícia Penal do Paraná (deppen.pr.gov.br)

ANEXO H – DIVULGAÇÃO⁸⁵ DE ATENDIMENTO MÉDICO

UNP promove exame oftalmológico para 30 reeducandas em Piraquara (PR)

Confira como foi a ação inédita



A responsável pelos atendimentos foi a médica oftalmologista Eliane Aparecida, que destacou a satisfação em contribuir com o bem-estar das reeducandas.

- “Foi muito especial ajudar e fazer parte da vida de pessoas que podem ser muito importantes na sociedade”, afirmou ela.

Fé e renovação:

“Com o ouvir dos meus ouvidos ouvi, mas agora te veem os meus olhos.” Jô 42:5

Além do atendimento médico e clínico, a ação também proporcionou um momento de reflexão espiritual, com uma mensagem de fé baseada no versículo acima.

Nesse interm, foi mencionado que, antes, Jô apenas havia ouvido falar de Deus, mas agora enxergava com clareza. Mesmo sem ter o conhecimento que temos hoje — o nome de Deus revelado, o Espírito Santo e a Palavra —, Jô não pecou contra Deus.

O que disse o responsável evangelístico:

Segundo o Pastor Edson Adriano, responsável pelo trabalho evangelístico do UNP no estado do Paraná, o impacto da iniciativa vai além da saúde física.

- “Ao meu ver, fazer um ato de cuidado por alguém que não tem nada aparentemente para te dar é recompensador. Saímos da unidade recebendo mais do que damos, pois o próprio Deus nos renova ao ver o brilho nos olhos de cada mulher privada da liberdade, por saber que alguém se lembrou delas”, destacou o Pastor.

Compromisso com o próximo:

A ação reforça o compromisso do programa Universal nos Presídios (UNP) em levar assistência social, cuidados com a saúde e apoio espiritual para pessoas em situação de vulnerabilidade, promovendo esperança e dignidade dentro do sistema prisional.

⁸⁵ UNIVERSAL. UNP promove exame oftalmológico para 30 reeducandas em Piraquara (PR). 19 fev. 2025. <https://www.universal.org/noticias/post/unp-promove-exame-oftalmologico-para-30-reeducandas-em-piraquara-pr/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ANEXO I – CARTILHA CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS)



**Equipe de desenvolvimento do projeto:**

Adriana Campos (TJPR)
Alan Ricardo Sampalo Galleazzo (DEPEN)
Andréa Oliveira (DEPEN)
Fabiana Polli (DEPEN)
Ireclise Drongek (DEPEN)
Ismael Salgueiro Meira (DEPEN)
Kleber Humberto da Silva (TJPR)
Paula Aparecida Cozlik (DEPEN)

Facilitadoras:

Adriana Accioly Gomes Massa (TJPR)
Vanessa Rafaela Lobato (TJPR)

Set./2020



APRESENTAÇÃO

O **Centro de Integração Social (CIS)** é uma unidade prisional feminina, vinculada ao DEPEN (Departamento Penitenciário) da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Paraná, que nasceu a partir da exitosa experiência com as Unidades de Progressão do estado. Localizado em Piraquara, no Paraná (Rua Izidio Alves Ribeiro, s/n), é baseado nos valores de humanização, justiça, corresponsabilidade, sociabilidade e governança sustentável; seu propósito é contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa privada de liberdade, visando a sua plena reinserção social.

A decisão para instalação das unidades de progressão (UP) surgiu da necessidade de construir uma nova visão de política penitenciária, com base na Justiça Restaurativa, que priorizasse projetos que se destinam a humanizar a ambiência prisional e a eliminar o estado de coisas inconstitucional e o tratamento degradante que caracterizam o atual cenário.

Assim, no início de 2017, iniciou-se o processo de criação de uma primeira Unidade de Progressão em Piraquara, destinada ao público masculino, formalizada, posteriormente, pelo Decreto n.º 11.169 de 25 de setembro de 2018.

Com os resultados positivos, foram criados critérios estratégicos voltados à expansão das UP's para todo o sistema carcerário, de modo a otimizar os recursos e aproveitar as oportunidades que surgiram com o aparecimento de demandas por parte da própria população carcerária e de suas famílias.

É importante mencionar que a UP se caracteriza como estabelecimento de segurança mínima, uma vez que as condições do ambiente, humanizado pelas práticas restaurativas, favorecem comportamentos que prescindem de atos de coação frequentemente utilizados no dia a dia dos estabelecimentos do "sistema convencional" (p.ex., uso de algemas em todas as movimentações, escoltas com armas ou equipamentos de contenção), gerando o respeito recíproco e a percepção de que tal situação é o resultado de uma conquista de todos.

Assim, no segundo semestre de 2018, o Depen-PR passou a replicar o modelo da UP-PCE, criando várias UP's nas cidades mais importantes do interior do Paraná.



Surgiu então o problema relativo à necessidade de delinear os processos de replicação, a fim de que o seu conceito não seja desvirtuado e de que cada nova unidade seja uma réplica fiel do modelo seguido, com padronização de processos e rotinas, que estarão presentes no manual de replicação das UPs.

Neste sentido, o CIS está sendo projetado a partir de processos colaborativos, em consonância com a base principiológica da Justiça Restaurativa, fortalecendo-se a participação ativa e a colaboração dos atores na construção de soluções inovadoras e humanizantes para o sistema, por meio de processos participativos que promovem o engajamento de equipes, visando atender as necessidades dos atores.

A base metodológica, a partir de processos colaborativos, para construção do CIS possibilita a horizontalidade nas relações e a corresponsabilização, o que afasta a ideia de hierarquia entre colaboradores, assim como se determina que todo conhecimento, toda experiência e todas as habilidades são importantes no processo de construção. Além disso, a criação coletiva não segue um único caminho, uma única metodologia: ela tem caráter vasto e intuitivo na busca de um objetivo. Não quer dizer, entretanto, que o processo colaborativo não tenha um norteador; tem e é fundamental para que resultados sejam alcançados. A ideia central, porém, é a colaboração do começo a fim do processo.

As metodologias utilizadas na construção do CIS, como o Dragon Dreaming, Processo Circular e Design Thinking, têm como base os princípios restaurativos e regenerativos, fundamentados na visão sistêmica, pensamento lateral e pensamento complexo, visando atender a complexidade da vida inserida em um sistema de privação de liberdade, cuja diretriz **global** está pautada nos direitos humanos, atendendo às especificidades **locais** da unidade prisional em questão, ou seja, em consonância com o pensar globalmente e agir localmente.



JUSTIFICATIVA

Pessoas privadas de liberdade devem manter seus direitos humanos irrevogáveis, recordando que a reabilitação social e reintegração devem ser os objetivos principais do sistema de justiça criminal, assegurando que os educandos sejam capazes de levar uma vida autossuficiente ao retornarem à sociedade.

Dessa forma, as Unidades de Progressão devem ter suas ações voltadas para o desenvolvimento social, emocional e relacional dos educandos, visando auxiliá-los, durante o tempo de privação de liberdade, para que seu retorno à sociedade possa ocorrer da melhor forma possível, buscando atender ao princípio da inclusão social e da autogestão da vida.

Para tanto, as bases principiológicas da Justiça Restaurativa fazem parte do funcionamento das UPs, partindo de uma proposta colaborativa, em que os educandos também participam do processo de construção de diretrizes e manutenção do espaço, o que gera responsabilização.

Nesse sentido, conforme destaca Barb Toews¹, as bases da Justiça Restaurativa ajudam a ressignificar a justiça, considerando que o crime destrói pessoas e relacionamentos. Assim, a justiça pode ter um significado atrelado a um processo de reparação e reconstrução de pessoas e relacionamentos, regenerando ambientes e pensamentos, curando traumas, reconstruindo as redes sociais pessoais e criando espaços para compreensão, cura e pertencimento. Enfim, as ações são voltadas em favor da vida e da regeneração, criando bem estar individual e coletivo.

A responsabilização inerente à Justiça Restaurativa difere do significado de responsabilização para a justiça criminal. A partir das bases restaurativas, a responsabilização parte de ações que visam lidar com as necessidades das pessoas e ajustar ou modificar o que está em desacordo com a vida.

Assim, pensar em uma proposta pedagógica específica para o contexto prisional torna-se fundamental. Nesse sentido, Gutiérrez e Prado² reforçam que "apenas

¹ TOEWS, Barb. *Justiça Restaurativa para pessoas na prisão*. Trad. Ana Sofia Schmidt de Oliveira. São Paulo: Pallas Atenas, 2019.

² GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. Trad. Sandra Trebucco Valenzuela. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.



aqueles que sentem alegria de viver e têm o prazer da existência podem fazer da vida um espaço de aprendizagem. A partir da cultura da morte não é possível promover e nem defender a vida."

Espaços prisionais, em que a violência e a lógica da punição, da dominação e do tratamento desumanizado estão presentes e em que não se permite o atendimento adequado às necessidades humanas, estão vinculados a uma cultura de morte. Nesse ambiente degradado e de superencarceramento, o aprendizado e o propósito da privação da liberdade - a reabilitação social - não podem ser alcançados.

Os modelos baseados na punição estão tão integrados em nossa cultura, que se presume ser a ordem natural no campo social e dos comportamentos, não permitindo a necessária reflexão sobre os seus efeitos.

Todo processo punitivo, além de causar dor, medo e humilhação, geram muitas vezes incapacitação e revolta, não atingindo os objetivos esperados pelo sistema penal.

Segundo Zehr², as prisões foram originalmente criadas como alternativas mais humanas aos castigos corporais e à pena de morte, porém "o encarceramento deveria atender as necessidades sociais de punição e proteção enquanto promovem a reeducação de seus ofensores".

Nesse sentido, a Justiça Restaurativa torna-se importante fundamento para romper com o paradigma retributivo e meramente punitivo, que já se mostrou ineficaz. É claro que alguém que rompa com o contrato social e prejudique outrem deve corrigir o mal causado e um dos propósitos da punição deveria ser corrigir o mal causado, propiciando a responsabilização pelo ato danoso, mas não é o que ocorre. A responsabilização é sim um ato de reeducação e, portanto, transformadora, diferentemente da mera punição.

A compreensão dos fundamentos da Justiça Restaurativa permite aos atores sociais que participam do sistema penal e prisional enxergar mais lucidamente o sistema em que estão inseridos e, conseqüentemente, as práticas retroalimentadas pela lógica da punição como dor e castigo, conseguindo transformar suas ações e práticas, por aquelas que realmente consigam atingir uma educação mais humana e com potencial transformativo.

² ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 61.



A lógica da violência, nas suas mais diversas expressões, desde a seletividade do sistema penal sobre as populações mais vulneráveis socioeconomicamente até a lógica engendrada no sistema prisional, gera mais violência, não atingindo o fim a que se propõe a imposição da pena.

Neste aspecto, o tratamento humanizado, baseado na dignidade inerente ao ser humano, focado em processos de responsabilização e reparação dos danos, podem gerar ações socialmente responsáveis capazes de alterar estruturalmente as violações sistemáticas a direitos, ainda presentes em nosso sistema.

E, diante da complexidade que sistema carcerário se insere, há necessidade de uma base metodológica que transcenda a linearidade de processos que automatizados que reproduzem, por vezes, ainda mais violência, ou seja, exige-se mudança paradigmática profunda que contemple a complexidade humana, regenerando o tecido social corrompido.



O PROJETO DO CIS

O processo de ideação do **Centro de Integração Social (CIS)** partiu da experiência das Unidades de Progressão, porém trazendo uma proposta metodológica de construção colaborativa com atores envolvidos, integrando conhecimentos e experiências.

Nesse processo, além de servidores do Depen, que envolveu também equipes interdisciplinares, participaram servidores do Poder Judiciário do Paraná, especialmente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário e de execução de medidas socioeducativas (GMF), além da participação de mulheres privadas de liberdade.

Importante esclarecer que a construção do projeto se deu por meio de ferramentas tecnológicas que possibilitaram a aplicação das metodologias colaborativas de forma virtual, já que o período de construção do projeto se deu justamente no momento em que a recomendação era o isolamento social como forma de conter a proliferação do Covid-19.

A construção do projeto do CIS teve como base os fundamentos do *Design Thinking* e do *Dragon Dreaming* - duas abordagens colaborativas -, que tem por marco referencial a perspectiva sistêmica de projetos, ou seja, que considera os aspectos da macropolítica voltada ao sistema carcerário, mas também as especificidades do microssistema no qual o projeto se insere, unidade prisional feminina, na Região Metropolitana de Curitiba.

O *Dragon Dreaming* pode ser considerado um processo sistêmico que contribui na construção de projetos, não sendo apenas uma metodologia de projetos, mas um sistema que envolve especialmente três dimensões éticas a partir da construção de projetos: crescimento pessoal, construção de comunidades de mútuo apoio e o serviço à Terra.

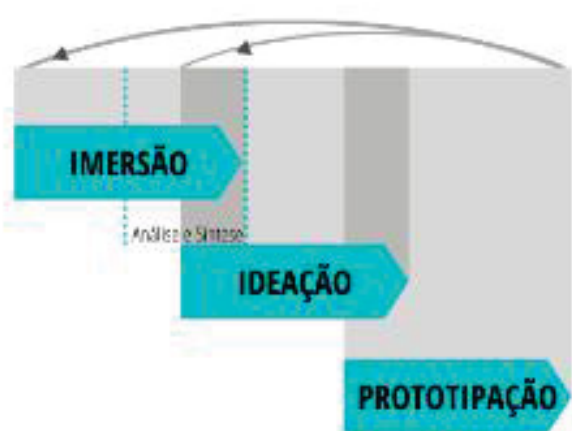
Já o *Design Thinking* é uma abordagem para solucionar problemas complexos que, através de métodos, ferramentas e estratégias, coloca a necessidade das pessoas no centro do processo. Entende-se que, ao compreender melhor a necessidade das pessoas que farão uso de um produto ou serviço, soluções desejadas, inovadoras e mais eficientes são encontradas.

Assim, o processo de construção de projetos a partir do *Design Thinking* se baseia



em três pilares: **empatia, colaboração e experimentação**. É pelo processo de empatia que se busca a compreensão das crenças, valores e necessidades dos atores envolvidos, bem como do ambiente em que estão inseridos, com o objetivo de colocar o usuário no centro do processo. Já o processo colaborativo tem como propósito integrar diferentes visões e diferentes culturas para obter uma visão mais completa e sistêmica acerca do problema e sobre a solução. Ou seja, integram-se pontos de vista distintos sobre uma mesma questão. E, por fim, na experimentação são utilizados protótipos para serem experimentados pela comunidade que faz parte do projeto. Normalmente, a prototipação acontece na fase de entrega, mas pode ocorrer em qualquer fase.

A base para construção do presente projeto considerou três etapas do Design Thinking: Imersão, Ideação e Prototipação.



Na fase de imersão, entende-se o problema ou o desafio para o qual se procura uma solução, compreendendo todos seus aspectos: físico, cultural, sociológico, psicológico.

Na fase de ideação, o objetivo é pensar em soluções ou iniciativas direcionadas à solução do problema. As ideias e possibilidades devem estar conectadas com o desafio posto.



E, na fase de prototipagem, as ideias são selecionadas e entregues em forma de protótipos, que servem para testar as soluções, evitando-se, assim, gastos desnecessários de energia e recursos.

Assim, iniciou-se a construção do projeto com a definição das personas, ou seja, os atores envolvidos ou *stakeholders*, que se definiu como: mulheres privadas de liberdade; os familiares dessas mulheres; os servidores do Depen; e, a comunidade.

A partir desta definição foi iniciada a fase de imersão com a aplicação do mapa de empatia, que possibilitou uma maior aproximação da equipe do projeto com as personas escolhidas e o levantamento de suas necessidades.



Gráfico 1 - Mapa da Empatia

O Gráfico 1 traz a construção realizada de forma participativa pelo grupo que atuou na construção do projeto, realizado por meio de ferramentas que possibilitaram a interação e a aplicação da metodologia no ambiente virtual.

O Mapa da Empatia trata-se de uma ferramenta do Design Thinking que ajuda no processo empático, ou seja, buscar imaginar como é estar no lugar do outro, possibilitando e exercitando reflexões sobre o que o outro (as personas escolhidas) diz, faz, vê, pensa, sente e ouve, contribuindo para o desenho do projeto.



Ainda, nesse processo de empatia e levantamento de necessidade foi realizado um círculo com mulheres que se encontram privadas de liberdade na Penitenciária Feminina de Piraquara, no qual foram levantados valores importantes, necessidade presentes no contexto de privação de liberdade e como seria um unidade prisional ideal, como ela funcionaria. Dentre os valores trazidos estão o respeito, o diálogo, a empatia e o amor. Já as necessidades apresentadas, foram trazidas atividades que pudessem atender necessidades de desenvolvimento sócio-emocional, de valorização e fortalecimento da autoestima, promoção de diálogo especialmente com os agentes, oferta de cursos e maior qualidade nutricional na alimentação.

Ainda, inserido na etapa de imersão, e, após o levantamento das necessidades das personas, identificadas por meio do mapa da empatia, o passo seguinte foi a construção de valores/princípios que servem de alicerce ao projeto, ou seja, de base ao CIS.

A construção dos valores teve início por meio de um *brainstorm* e, posteriormente, *brainwriting*.

O *brainstorm* ou chuva de ideias é uma técnica utilizada para explorar a capacidade criativa e intelectual de um grupo, ajuda a extrapolar as ideias para além das convencionais. O *brainwriting* tem também o mesmo propósito do *brainstorm*, mas a diferença é que é um processo de escrita simultânea entre os participantes, que ajuda também a organizar melhor as ideias que surgem no processo criativo.

Inicialmente foram levantados 43 valores pelo grupo, os quais foram posteriormente agrupados conforme a afinidade principiológica, restando 9 valores, entendidos como norteadores na construção do CIS. A partir da definição dos valores, foi construído conceitos para cada um deles, também de maneira colaborativa. A ideia é que o significado de cada valor corresponda ao significado dado na escolha de cada um deles pelo grupo. Eis os valores escolhidos com seus respectivos significados.

- **Valorização:** Valorizar a pessoa, num processo circular, horizontal e constante, retroalimentando os traços fortes e permitindo que as pessoas executem ações adequadas às suas habilidades e competências.
- **Credulidade:** Conhecer e vivenciar as bases do projeto, por meio de um processo participativo, que gere corresponsabilização e atitude de otimismo e confiança, mesmo em situações adversas.



- **Efetividade:** Desenvolver, implementar e executar todas as fases do projeto com transparência e publicidade das ações e resultados positivos e negativos, com a possibilidade de redirecionar as ações, buscando a efetividade e a eficiência dos processos, bem como a credibilidade.
- **Humanização:** Trata-se do princípio norteador da Unidade, a partir do qual as ações voltam-se ao atendimento das necessidades de todos, ao reconhecimento das potencialidades e à ética como a totalidade do ser, excluindo-se preconceitos, opressões ou atitudes que firam a dignidade da pessoa humana.
- **Justiça:** Ações equânimes e não violentas que visam o respeito e a dignidade da pessoa humana e que têm o objetivo de restaurar a integração social e o exercício da cidadania.
- **Corresponsabilidade:** Processos participativos coletivos com a perspectiva de construção conjunta de soluções e ações que potencializam a autonomia, a liberdade dos participantes, para fortalecer o sentimento de pertencimento e responsabilidade, (re)estabelecendo-se o equilíbrio relacional sistêmico.
- **Criatividade:** Ambiente que propicia oportunidades que potencializam o melhor de cada um, visando bem-estar coletivo.
- **Comunicação Assertiva e Não Violenta:** Desenvolver processos de diálogos mais autênticos e assertivos, que visem a escuta ativa, gerando intercompreensão.
- **Sociabilidade:** Oportunizar o desenvolvimento da capacidade de viver em sociedade, interagindo com o meio e desenvolvendo inteligência socioemocional para relações saudáveis, produtivas e harmônicas.
- **Governança Sustentável:** Consolidação de ações sustentáveis que visem a manutenção do projeto com baixos impactos socioeconômicos e que efetivem a inclusão social integral.



Gráfico 2 - Mapa de valores norteadores

A construção de valores foi organizada em um mapa mental, facilitando a visualização da construção que se deu coletivamente e de forma participativa.

Posteriormente, partindo para fase de ideação foi realizado um *brainwriting* com o propósito de levantar soluções a serem desenvolvidas pelo CIS que possam atender as necessidades das *personas* e que estejam alinhadas com os valores estabelecidos.

Foi utilizado como ferramenta as folhas de ideias, na qual cada participante da equipe do projeto por escrever o nome da ideia e a descrição, além de um desenho que pudesse graficamente apresentar a proposta.

Em seguida, foi realizada uma plenária na qual cada participante apresentou suas ideias e, ao final, os demais trouxeram contribuições.

Algumas propostas se integram, pois tinham propósitos semelhantes, finalizando esse processo com 31 ideias/soluções. Após, as ideias/soluções foram inseridas em uma matriz de posicionamento no tempo para estabelecer as prioridades a serem trabalhadas, ficando definido que o grupo iniciaria com as aqueles cujo prazo para implementação seria de imediato a 3 meses.



Soluções x Tempo	Imediato	Curto prazo (até 3 meses)	Médio prazo (a partir de 3, até 8 meses)	Longo prazo (a partir de 8, até 12 meses)
Espaço de fala e escuta				x
Escutatória	x			
Grupo psicoterapêutico (individual)	x			
Comissão Técnica de Classificação	x			
(Parceria) Gestão autossustentável				x
(Parceria) Oferta de cursos		x	x	
Produção de orgânicos			x	
Farmácia Natural		x		
Cursos de artes			x	x
Cursos cabeleleiro, maquiagem....			x	x
Yoga				x
Meditação		x		
Curso de gastronomia			x	
Filmes, teatro, música, leitura, dança (da paz)	x	x	x	x
Oficina CNV		x		
Capacitação em mediação de conflitos	x		x	
Cooperativas de mulheres – marca de roupa				x
Cidadania nos presídios				x
Oficinas comunitárias				x
Pontes para o futuro		x		
Sociedade de aprendizado	x	x	x	x
Gestão de recursos- moeda Energy				x
Oficina de prevenção ao uso de drogas	x			
Constelações sistêmicas				x
Círculos de construção de paz	x			
Programa de JR		x		
Oficinas de profissionalização			x	x
Alongamento diário	x			
Academia	x			
Atenção espiritual/religiosa	x			
TV no alojamento	x			

Tabela 1 - Matriz de posicionamento no tempo

O passo seguinte, foi a descrição das etapas necessárias para cada ação, cuja atividade começou a ser desenvolvida em pequenos grupos. Porém, esta fase não foi concluída, pois algumas ideias dependiam de um olhar interdisciplinar, bem como da necessidade de parcerias para execução. Assim foi proposta outra metodologia,



que pudesse trazer a participação do grupo de maneira mais interativa, ampliando as opções para as possíveis parcerias.

A partir dessa fase, iniciou-se encontros com possíveis parceiros, buscando viabilizar as ideias pensadas pelo grupo. Essa fase pode ser chamada de ampliação da rede social organizacional ou articulação de redes.

Concomitantemente, foi construído um *board* na ferramenta Miro, com todas as etapas já realizadas, buscando conectar todos os passos já trilhados pela equipe, com intuito de desenvolver as ideias apresentadas com os princípios e necessidades levantadas.

As ideias apresentadas foram agrupadas em eixos temáticos, buscando facilitar o processo de construção de ações necessárias para execução. Foram criados, a partir de então, 7 eixos de trabalho:

- Parcerias para autogestão sustentável
- Autocuidado e bem-estar
- Transformação de Conflitos
- Oficinas Comunitárias e de aprendizado
- Mulheres fazendo arte: uma proposta de cooperativas
- Oficinas de profissionalização
- Sociedade de Aprendizado



Gráfico 3 - Eixos de trabalho



Assim, definidos os eixos de trabalho, foram levantados os eixos de maior interesse em detalhar a partir do trabalho proposto, considerando que a facilitação em design de projetos colaborativos proposta na construção do CIS tem também um caráter de aprendizado que possa ser replicado na construção de demais ações do do CIS.

A escolha dos eixos se deu por meio de uma metodologia baseada na democracia profunda, proposta por Arnold Mindell, que consiste ao mesmo tempo em uma metodologia e um paradigma, que exalta a importância de todas as vozes e percepções acerca da realidade, buscando acolhê-las.

Assim, foi realizada um movimento de votação simultânea nos eixos que o grupo teria interesse em iniciar, sendo então escolhido começar pelo eixo *Transformação de Conflitos*, o qual contempla várias ideias anteriormente propostas para o CIS.

As ideias que integram o eixo *transformação de conflitos* são:

- Círculos de construção de paz: facilitação e multiplicação de facilitadores
- Formações em mediação de conflitos
- Oficina de Comunicação Não Violenta
- Programa de Justiça Restaurativa
- Espaço de fala e escuta. Espaço de diálogo. Grupo de mútuo conhecimento

Importante destacar que foi priorizado pela equipe que as ideias sejam aplicadas a todos os atores envolvidos, ou seja, que envolvam todas as personas, especialmente os servidores do Depen e as mulheres privadas de liberdade.

Com intuito de construir um planejamento para implementação do eixo *transformação de conflitos* foi utilizado o círculo dos sonhos, uma dinâmica que faz parte do dragon dreaming, que parte do pressuposto que um sonho individual pode se tornar um sonho coletivo e, no contexto colaborativo, o sonho deixa de ser individual para ser coletivo, pois esse processo, além de descentralizador, promove engajamento, motivação e traz um senso de comunidade.



Gráfico 4 - Círculo dos Sonhos

Os sonhos foram compartilhados e, posteriormente, foram lidos pelas facilitadoras de forma prospectiva, como se já tivessem acontecendo em um momento futuro, gerando motivação e fortalecimento do que o grupo junto, colaborativamente, pode conquistar.

Posteriormente, foram levantados os passos necessários para colocar os sonhos em ação, ou seja, os objetivos do eixo *transformação de conflitos*, dentre os objetivos levantados estão:

- Criar, junto a Espen, um programa de educação permanente em transformação de conflitos e desenvolvimento de inteligência socioemocional voltado para os servidores do Depen;
- Promover capacitação permanente em transformação de conflitos e inteligência socioemocional para as pessoas presas;
- Estruturar (recursos materiais, tecnológicos e audiovisuais) para atender os projetos de transformação de conflitos;
- Designar espaço para recepcionar os projetos de transformação de conflitos;
- Inserir no sistema carcerário os princípios da mediação e do diálogo, mostrando a importância e eficácia dessas práticas na relações estabelecidas;



- Criar espaço permanente de diálogo a partir da Comunicação Não Violenta;
- Executar constantemente encontros com metodologia circular
- Abordar em atividades dialógicas permanentes com temas que contribuam para transformação de conflitos, como por ex. poder, violência, privilégios, restaurando modelos disfuncionais;
- Desconstruir as experiências negativas adquiridas até então por essas mulheres, para em seguida construir junto com elas uma nova perspectiva de viver em sociedade.



Gráfico 5 - Objetivos para o eixo transformação de conflitos

Diferentemente dos projetos tradicionais, na metodologia dragon dreaming o objetivo geral, que chamamos de propósito ou frase de impacto, vem em um momento posterior à construção dos objetivos específicos.

Assim, o passo seguinte foi a construção coletiva de uma frase de impacto, em uma metodologia em que cada integrante da equipe, em silêncio e em uma ordem



sequencial, escrevem, reescrevem, alteram essa frase, até o momento em que nenhum participante tenha mais nada a acrescentar ou que se sintam contemplados com o conteúdo e forma da frase. Essa construção gerou a seguinte frase, ou objetivo geral:

"Ser um espaço voltado à transformação de conflitos a partir de uma nova visão, individual e coletiva, por meio do diálogo, da compreensão mútua, trazendo mudanças internas e externas, advindas do autoconhecimento, da promoção de uma cultura da paz e da não-violência, possibilitando o desenvolvimento integral de cada pessoa."

O passo seguinte foi construir, a partir de um pensamento crítico, quais elementos poderiam criar obstáculos na execução e manutenção do projeto, a partir de uma gestão de risco, chamado de opositores ativos. Essa etapa tem fundamento na teoria dos 6 chapéus do Edward de Bono, que ajuda a desenvolver um pensamento lateral, a partir da inteligência, da experiência e dos conhecimentos de todos os membros da equipe.

Esse processo também foi realizada de maneira participativa, com a utilização de post-it, na ferramenta Miro. Dentre os elementos levantados estão: rotatividade de servidores causando a falta de manutenção do projeto; utilização do espaço para outro propósito; a não absorção da proposta pela instituição (não institucionalização).

E, por fim, com base nos valores e necessidades das personas e, mais especificamente, no eixo transformação de conflitos, dos sonhos, objetivos específicos, propósito e gestão de risco, a atividade posterior foi levantar as tarefas necessárias, no concreto, para colocar em execução o eixo.

As tarefas levantadas tem como propósito organizar os passos necessários para a concretização das ações estratégicas (objetivos específicos) pensadas para o eixo *transformação de conflitos*.

Após o levantamento das tarefas foi utilizado um mapa de projeto, chamado dentro do Dragon Dreaming de *karrabirdt*⁴ ou diagrama 'Teia de Aranha', que ajuda a identificar a sequência das tarefas, bem como organizar como a equipe irá atuar, se

⁴ Palavra originária do Idioma aborígene *Whadjuk Noongar*. 'Kara' significa aranha, e *Birdt* significa tela, ou seja, tela de aranha. Trata-se de uma ferramenta de planejamento estratégico participativo, que ajuda a vislumbrar sistemicamente as ações necessárias para a concretização do projeto.



responsabilizar para executar as ações, adequado aos recursos humanos, financeiros e materiais, inclusive conseguindo vislumbrar a necessidade e inserção da atuação de parcerias para concretização do projeto.

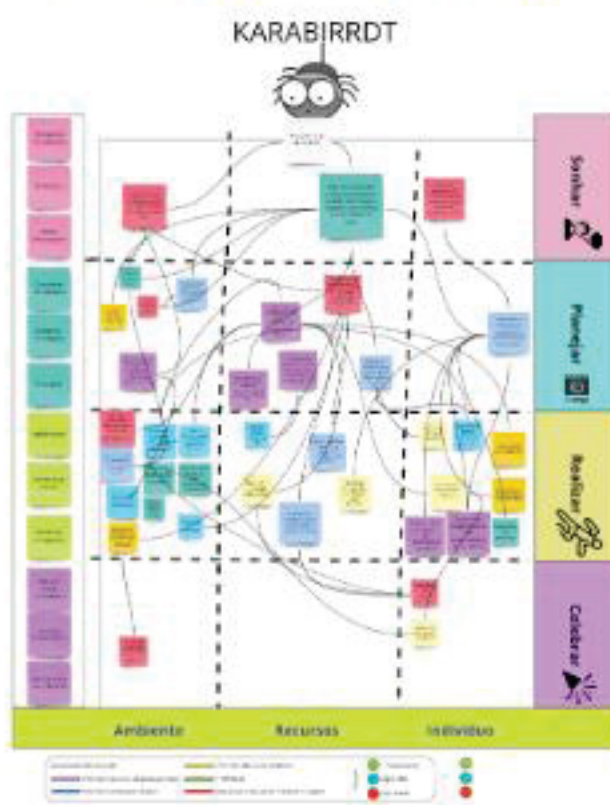


Gráfico 6 - Karabirrdt

A construção do karabirrdt foi abordada no contexto da construção do projeto trazendo uma explanação pedagógica para demonstrar como cada tarefa está interconectada a outras, demonstrando a importância do diálogo e do trabalho em equipe.

Após, foram organizadas as tarefas levantadas pelo grupo para o eixo transformação de conflitos por meio de uma metodologia inspirada no *hexagon mapping*, de forma a organizá-las em objetivos específicos, em propósitos a serem alcançados. O



hexagon mapping pode ser considerado uma ferramenta ou técnica que ajuda a explorar nosso entendimento intuitivo e visual, conectando padrões de uma maneira direta e colaborativa, ajudando a explorar situações complexas, por meio de agrupamentos de ideias ou situações complexas e confusas, de maneira ágil e flexível, possibilitando encontrar novos padrões relacionais entre ideias que, muitas vezes, parecem desconexas.



Gráfico 7 - Hexagon Mapping

Após essa organização, cada *clusters* (grupos) de hexágonos foram inseridos no designer da jornada, separando tarefas que poderiam ser realizadas por quaisquer participantes (responsabilidade) e tarefas que estavam vinculadas à um determinado cargo ou função desempenhada (artefatos). Essa organização contribui no esclarecimento dos papéis e funções dentro de um grupo e também no processo de responsabilização da equipe, pois cada participante foi convidado a inserir seu nome



nas tarefas que gostaria de realizar como responsável, como parte de uma equipe (aprendiz) ou como consultor. Pode ser considerada uma forma de estabelecer acordos, construir um contrato relacional (informal) em um grupo de trabalho.



Gráfico 8 - Designer da Jornada

Finalmente, os participantes foram também convidados a analisar cada tarefa e categorizá-las a partir de uma ordem cronológica, como tarefas que ainda não foram realizadas e precisam aguardar outras tarefas (aguardando); tarefas que precisam ser realizadas (a fazer); tarefas que já estão sendo realizadas (sendo feito); e, tarefas já realizadas (feito). Essa organização foi inserida em um sistema Kanban, que ajuda na organização de tarefas dentro de um processo e auxiliando a gestão do CIS.



Gráfico 9 - Kanban



A ideia é que cada um dos 7 eixos criados para o CIS passe por essas etapas de construção, que podem ser readequadas e reformuladas no decorrer do tempo adequado o planejamento ao funcionamento da unidade prisional, facilitando o envolvimento da equipe de trabalho nas tarefas, dando transparência nas ações, que é um dos valores construídos e, possibilitando maior co-responsabilização e diálogo, não apenas com os servidores do CIS, mas também com as mulheres privadas de liberdade e os parceiros.

Em síntese, o início da construção deste processo colaborativo para o projeto do CIS, que durou cerca de 2 (dois) meses, com encontros semanais, consistiu em um percurso de diálogo, criação, construção de uma linguagem comum entre os participantes, gerando motivação e envolvimento.

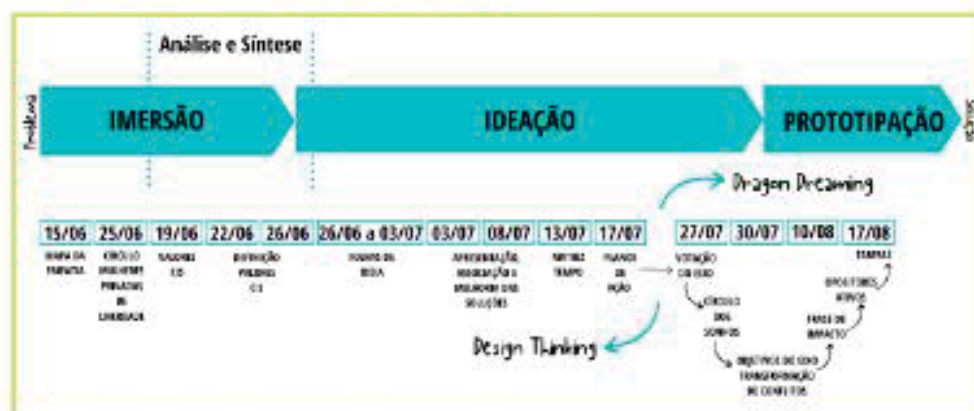


Gráfico 10 - Percurso do processo colaborativo

Importante enfatizar que, no percurso do desenvolvimento do projeto foi percebida a necessidade de construir uma rede de parceiros para efetivação das ações pensadas.

Assim, com base nos valores/princípios estabelecidos pela equipe, foram contatadas algumas instituições cujo propósito está em consonância com a base principiológica do CIS.



PARCERIAS

We.Flow & Comunidade B Paraná

Uma área importante para o funcionamento do CIS é a formação de parcerias com empresários para o funcionamento dos canteiros de trabalho, que promover a oferta de atividade laboral para as pessoas privadas de liberdade, que geram renda e também a remição da pena.

A parceria com We.Flow e Comunidade B Paraná está sendo firmada para efetivar a chamada de empresas sociais para desenvolvimento do Projeto de Canteiro de Trabalho via Projeto de Inserção na Nova Unidade CIS (.Centro de Integração Social).

Porém, com base nos valores do CIS buscou-se contatar a rede de empresas sociais, cujo propósito tem uma maior harmonia com a base do CIS, considerando que as empresas sociais atuam em empreendimentos que buscam alinhar viabilidade econômica com preocupação social.

Assim, foi contatada a comunidade B Paraná e a empresa We.flow, buscando viabilizar a inserção de empresários imbuídos do empreendedorismo social para participar da seleção de empresas para implantação de canteiros de trabalho no CIS.

Instituto Aurora

Com atuação desde 2017, o Instituto Aurora tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade justa socialmente e livre de preconceitos. A atuação do Instituto Aurora está alinhada com a Agenda 2030 (ONU) e está pautada na Educação em Direitos Humanos, por meio de ações educativas e artísticas que incentivam o desenvolvimento da empatia e um espaço de diálogos para a construção da paz. O Instituto realiza ações com populações vulneráveis e não-vulneráveis, desmistificando e ampliando a compreensão do que são direitos humanos e uma vida digna coletiva.

Proposta de parceria entre Instituto Aurora e Centro de Integração Social - Piraquara para realização de rodas de leitura sobre empoderamento com as



apenadas e oficina de formação continuada para servidores.

O propósito das rodas de leituras consiste em discutir, em formato de roda de conversa, possíveis temas como auto imagem, empoderamento feminino, relacionamentos saudáveis e abusivos, a partir de leitura de contos e/ou poesias. Formar equipe responsável pelo Espaço do Saber, para conduzir por conta própria atividades de literatura com foco no empoderamento e cultura de Direitos Humanos.

Projeto Novas Lentes Novas Mentes - baseado em direitos humanos voltado para as servidoras

Outros Parceiros



ANEXO J – RELATÓRIO “PILOTANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL”

PESQUISA “PILOTANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO”

Instituição Executora da Pesquisa: Fundação José Arthur Boiteux da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis

Coordenadora do Projeto: Prof^a Doutora Vera Regina Pereira de Andrade

Equipe de Pesquisa: Pesquisadores Dr^a.Alline Pedra Jorge Birol (MDS/SNPDH) Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade(UFSC) Dra. Cintia Yoshihara (Faculdade Pitágoras) Msc Juliana Lobo Camargo e Pós-Graduandos Marina Leite de Almeida e João Victor Krieger (UFSC).

SUMÁRIO

1. OBJETO E DELIMITAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DA PESQUISA
2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA
3. OBJETIVO GERAL, PERGUNTAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS
4. HIPÓTESES DA PESQUISA
5. METODOLOGIA DA PESQUISA
6. RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS
8. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

OBJETO E DELIMITAÇÃO ESPAÇO - TEMPORAL

- Justiça Restaurativa conduzida pelo Poder Judiciário no Brasil – Justiça restaurativa judicial
- Período : 2004-2017

PROBLEMA

A JR conduzida pelo Poder Judiciário retoma o curso da alternatividade, que emoldurou os Juizados Especiais Criminais, num contexto ainda mais agravado de crise de legitimidade do paradigma punitivo, das prisões e internações. Institucionalizando-se como um método alternativo de resolução de conflitos, a JR Judicial pretende ir além do modelo conciliatório e transacional, ao objetivar a **satisfação das necessidades dos ofendidos, a responsabilização dos ofensores, a prevenção e a pacificação dos conflitos**, desta forma impactando e reduzindo a conflitualidade intersubjetiva e social. E, indiretamente, a prática de crimes e a criminalização, a reincidência e a vitimização.

Sob que condições está a fazê-lo?

Que relação está a se estabelecer entre a Justiça penal e a Justiça restaurativa ?

Quais os limites e possibilidades da Justiça restaurativa para a concretização dos seus objetivos?

OBJETIVOS E PERGUNTAS

Objetivo geral:

Conhecer o “estado da arte”, o “rosto” dos programas de Justiça Restaurativa.

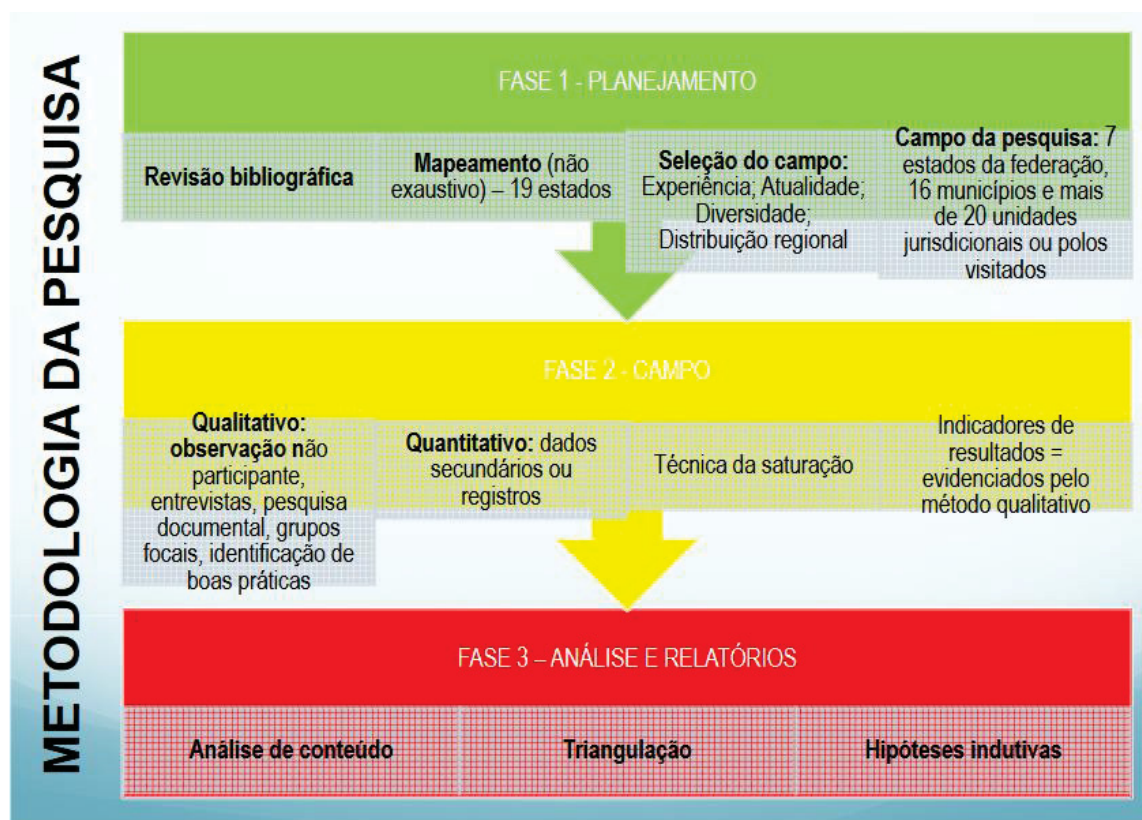
Promover um processo reflexivo sobre a teoria, a prática e o sentido da Justiça Restaurativa no Brasil

Perguntas de pesquisa (objetivos específicos a demonstrar):

- a) Quando a Justiça Restaurativa chega ao Brasil e é recepcionada, sobretudo pelo Poder Judiciário?
- b) Como é desenvolvida? Com que marcos teóricos (concepção, visão) e metodológicos, objetivos/metast? E com que recursos humanos e materiais?
- c) Onde: em que espaços se desenvolve e quais são suas competências?
- d) O que e quem: que condutas e pessoas alcança?
- e) Qual sua posição em relação à Justiça penal (e Juvenil)? Trata-se de um novo paradigma de justiça ?
- f) Quais os resultados alcançados do ponto de vista dos sujeitos envolvidos (ofendido-ofensor-comunidade)e da qualidade da prestação jurisdicional?

HIPÓTESE DA PESQUISA

1. JR tem sido construída no Brasil com o conceito de um “modelo alternativo de resolução de conflitos”, com **perspectiva procedimental**. Ou seja, como uma técnica para fazer frente à grave crise de legitimidade que afeta sobretudo o sistema de justiça penal, funcionalizada para a celeridade **da justiça**.
2. A JR tem se desenvolvido nos limites permitidos pelo atual ordenamento jurídico e pelos espaços entreabertos no sistema de justiça pelo princípio da oportunidade - Varas da Infância e Juventude Juizados Especiais criminais e da Violência Doméstica.
3. Existência de práticas que, oferecidas com o nome de Justiça Restaurativa, operacionalizam práticas conciliatórias ou de mediação que não satisfazem as exigências mínimas que caracterizam a Justiça Restaurativa, do ponto de vista de seu alinhamento às matrizes euroamericanas, cuja influência é exercida sobre o campo brasileiro.
4. Escassa formação qualitativa aos operadores encarregados de colocar em prática a JR e quando oferecidas, sem as necessárias avaliações de seu desempenho.
5. A JR é um paradigma emergente, não um paradigma consolidado de juridicidade, que reúne teorização e operacionalização de projetos que se desenvolvem em caráter atomizado, com perspectivas e recursos institucionais muito diversificados, com escassa interação entre si.
6. Apesar de todos os limites, pressupõe-se impacto positivo na vida das pessoas, comunidades e instituições envolvidos, ao afastá-los do violento processo de comunicação que é o sistema de justiça penal.



RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Quando a Justiça Restaurativa chega ao Brasil e é recepcionada, sobretudo pelo Poder Judiciário? O protagonismo personalizado do Poder Judiciário.

- 2004 – 2009 – implantação de três projetos pilotos (RS, SP, DF)
- 2010 – 2017 – Institucionalização (Resoluções 125/10, 225/16 do CNJ)
- **Protagonismo** exercido pelo Poder Judiciário e órgãos vinculados na construção da Justiça Restaurativa no Brasil
- **Personalizado** - sustentabilidade

RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Como a Justiça Restaurativa é desenvolvida: com que marcos teóricos (concepção, visão) e metodológicos, objetivos/metas? Com que recursos humanos e materiais

- **Triangulação que imprime rosto teórico-prático**
- Marco teórico - Howard Zehr (Teoria das Lentes)
- Marco metodológico - Kay Pranis (Círculos da Paz) e Dominic Barter e Marshall Rosenberg (Comunicação-não-Violenta)
- Cultura da paz – pano de fundo
- **Outros referenciais:** John Braithwaite (teoria da vergonha integrativa), Mark Umbreit, Andre Gomma de Azevedo, Juan Carlos Vezzulla, Leoberto Brancher, Egberto Penido, Marcelo Pellizzolli, Marcelo Salmaso
- **Formação** - Mônica Mumme
- **Modalidades de práticas** - Círculos restaurativos ou Círculos de construção da Paz , Comunicação-não-Violenta, mediação ofendido-ofensor, Conciliações restaurativas, Constelações Familiares
- **Foco:** prática em detrimento da teoria. Fazer, implantar, aplicar, formar, irradiar, multiplicar, mais do que no conceituar, elaborar.
- **Metas-** Expansão/Qualificação da Justiça restaurativa
- **Processo de construção:** importação cultural, influência euroamericana + influência nacional e regional - rosto próprio.
- **E com que recursos humanos e materiais?**
- Diversificados, escassos, Esforços personalizados de servidores da justiça e voluntários

RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

O senso comum e as mitologias restaurativas no Brasil: obstáculo epistemológico e necessidade de superação

- O mito da celeridade
- O mito da formação instantânea
- O mito da criminalidade leve ou da impossibilidade de aplicação da JR nos casos de violência doméstica
- O mito da Justiça Restaurativa como um método de “resolução” de conflitos: o mito derivado da “evitação” da criminalidade, da reincidência e da vitimização
- O mito da alternatividade: alternativa a quê?

RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Onde e com que competência se desenvolve a Justiça Restaurativa Judicial e que condutas alcança:

- Varas da Infância e da Juventude
- Juizados Especiais Criminais
- Varas de Violência Doméstica
- Outros espaços: Varas de Execuções de Penas e Medidas alternativas e socioeducativas, Escolas de Ensino Médio, Estádios de Futebol, serviços público, comunidades-cidades (da paz, restaurativa) - em interação com as Universidades
- Exercício: Pré-Processual, Processual e Pós-Processual*
- Regra geral: judicialização - não suspende o curso do procedimento

Poder seletivo e (re)configuração da seletividade

- **Input** : Juiz, MP, Defensor, Polícia, Partes
- Recusa do MP inviabiliza a JR
- **Output**: Juiz homologa/decide
- Partes tem voz mas não tem poder de decisão
- Reconfigura e reproduz a lógica da seletividade

RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Para quem ou as pessoas alcançadas pela Justiça Restaurativa judicial:

Da “clientela” às Partes (ofensor-ofendido e comunidade)

- A clientela dos programas de JR, pela dependência em que se encontram quanto à sua competência jurisdicional - do Juizado ou Vara a que se vinculam - é a mesma clientela potencial destes
- Baixa adesão/presença das vítimas (dado permanente) – obstáculo para a realização dos encontros
- Maior adesão/presença dos ofensores (Jovens ou adultos, em fase processual, pré-processual, pós-processual)
- Maior presença de programas focados no ofensor
- Foco dos programas na responsabilização do ofensor
- Dificuldades da realização do pós-círculo
- Justiça juvenil: bússola da JR no Brasil

RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Qual a posição da Justiça restaurativa em relação à Justiça penal e juvenil?

Trata-se de um novo paradigma de justiça consolidado?

- JR paradigma **emergente** que tensiona o paradigma punitivo **dominante**, que oferece resistência – ambiguidade e convivência entre elementos do velho e do novo
- JR construída desde o interior do paradigma punitivo (dependência paradigmática)- alocada às margens dele. Relativa autonomia (diferenciações)
- Indícios de que, em vez da JR impactar a justiça estatal ingressando com seus elementos constitutivos é a justiça punitiva que está colonizando a JR.

RESULTADOS DOS PROGRAMAS - INDICADORES

CONSIDERANDO QUE:

- A quantificação da informação é a exceção
- Déficit de registro de dados quantitativos – conteúdo e resultado X processos e instrumentos
- Foco dos programas, quando muito, em indicadores instrumentais ou processuais
- Indicadores de resultado = não são levantados pelos programas
- Aferição de resultados dos programas ou impacto na vida das pessoas - “percepção” dos profissionais ou voluntários dos programas que foram entrevistados ou participaram dos grupos focais
- Induzidos a partir do referencial teórico da pesquisa, categorizados por análise de conteúdo e validados durante o processo de levantamento de informação

RESULTADOS DOS PROGRAMAS – INDICADORES

Todos os Programas servem para evitar a revitimização e a reincidência.

Na maior parte dos Programas, a JR serve para:

- A resolução dos conflitos;
- A responsabilização dos ofensores pelos seus atos-reinserção social;
- O empoderamento do ofendido e da comunidade;
- Que os ofensores não reiterem na prática de crimes;
- Promover práticas para um convívio mais pacífico e/ou pacificação social;
- Reestabelecer os vínculos comunitários/familiares;
- Aprendizado de uma nova forma de relação e transformação das pessoas e das relações.

RESULTADOS DOS PROGRAMAS – INDICADORES

Embora em menor frequência, a JR serve para:

- Que o ofendido possa recontar sua história e expressar seus sentimentos;
- Que o ofendido obtenha informações e respostas as suas perguntas;
- Que o ofensor demonstre vergonha e arrependimento e reflita sobre o impacto da ofensa praticada na vida das pessoas e da comunidade

RESULTADOS DOS PROGRAMAS – INDICADORES

Excepcionalmente, alguns entrevistados relataram que:

- Para os programas de Justiça Restaurativa implementados nos presídios, estes serviram para eliminar os conflitos e pacificar o ambiente prisional;
- Promove a empatia e fomenta sentimentos para que a vítima volte a acreditar nas pessoas.

Para as partes escutadas em campo (que foram poucas por dificuldade de acesso) o espaço restaurativo é vivenciado positivamente, tratamento respeitoso e não hierarquizado, aprendizado de um novo modo de ver o outro, de reagir e se relacionar com ele, apoio psicológico, material

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A JR vem avançando significativamente no Brasil, ganhando espaços judiciais e não judiciais muito importantes, acumulando conhecimento e experiência na Justiça juvenil e de adultos e constituindo comunidades restaurativas de qualificada sensibilidade e inteligência humanista. Entretanto, evidenciam-se limites estruturais e contextuais à consolidação da JR como um novo paradigma de justiça no Brasil.
- Quanto ao protagonismo do Judiciário em matéria restaurativa, ele não está só; mas se trata de uma face do denominado “ativismo judicial”, cuja base é a politização do Judiciário, no contexto de crise de legitimidade do Estado e da justiça penal e de crise estrutural do capitalismo.
- Embora o campo da JR se apresente como um discurso, no âmbito valorativo-principlológico, do humanismo e do pacifismo universalistas, é importante não despolitizar seu horizonte, porque do que se trata aqui é de uma rediscussão sobre um novo ideal de Justiça e da forma de reação a condutas e situações. Portanto, sobre poder, controle social e dominação/emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Ao protagonizar o processo restaurativo, está em jogo, para o Judiciário, não apenas a requalificação da Justiça, a busca de uma justiça mais legítima e exigente, mas também a redistribuição do poder de fazer justiça, até aqui institucionalizada e por ele monopolizada.
- Trata-se de superar um modelo de poder sobre o outro, para construir um modelo de poder com o outro: o trânsito qualitativo a ser processado é do “acesso” à justiça, à participação e à “vivência” da justiça pelos envolvidos.
- A Justiça Restaurativa tem um valor em si, e sua medida genuína de legitimidade direta são as partes.
- Logo, não é uma justiça instrumental para obtenção de outros fins, inclusive o próprio acesso à justiça estatal.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

- Aprofundar a discussão e adequação dos conceitos-chave e dos objetivos do restaurativismo judicial aos ideais da Justiça Restaurativa e superar e eliminar as lentes e os conceitos positivistas-punitivistas. A JR não se consolidará sem esta superação
- Pesquisa específica com as partes envolvidas/atendidas pelos Programas de JR para avaliação efetiva dos resultados restaurativos
- Compreender os motivos da ausência recorrente das vítimas nos processos restaurativos implementados pelo Poder Judiciário no Brasil, assim como da comunidade e dos pós-círculos, e se estas “ausências” descaracterizariam ou não a restauratividade da Justiça que se está a construir.
- Compreender os motivos pelos quais o foco tanto da Resolução nº 229 do CNJ quanto da própria existência de programas recai sobre os ofensores, configurando uma tendência a significar a Justiça restaurativa no Brasil com o conteúdo de um paradigma da responsabilização-prevenção-pacificação social em detrimento de um paradigma relacional, focado bilateralidade e na simetria de ambas as partes envolvidas.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

- Suspensão do curso do processo criminal no caso dos procedimentos que fossem encaminhados aos programas de justiça restaurativa para que as partes, e especialmente as vítimas, sintam-se protagonistas das situações que lhe dizem diretamente respeito, promovendo seu empoderamento e ampliando as possibilidades de compreensão e conexão de relações rompidas e quiçá evitação de outras.
- Aprofundamento do debate em torno às relações das Justiças e sua inserção no debate político e político-criminal do contexto brasileiro contemporâneo, pois a partir dele pode-se amadurecer as concepções sobre os caminhos da Justiça. Idealmente, a Justiça restaurativa deveria caminhar no sentido da sua autonomia com impacto reducionista-abolicionista da justiça punitiva? (inverter a situação presente, configurando-se como um paradigma autônomo, com interação e diálogo).
- Criação de redes para otimizar a comunicação e o diálogo entre os Programas, bem como entre os Programas de Justiça restaurativa e a Justiça penal e juvenil com vistas à otimização dos mecanismos colaborativos e de quebra de resistências.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

- Investimento na JR enquanto política pública e/ou judiciária de estado, e não apenas de gestão, para que a sustentabilidade dos Programas seja garantida, com a consequente destinação de orçamento específico para a contratação de recursos humanos, aquisição de bens materiais, e aluguel/aquisição de espaços próprios para que as práticas não sejam realizadas nos fóruns, facilitando o acesso das partes e diminuindo a intimidação e receio de participação;
- Promoção de formações – dos pacificadores, ou mediadores, ou agentes da justiça restaurativa – mais profundas no que diz respeito ao referencial teórico conceitual e aos métodos, e duradouras, para somente então permitir que as pessoas capacitadas possam trabalhar diretamente com as partes realizando práticas restaurativas. Estes atores também necessitam receber uma formação interdisciplinar que potencialize sua visão crítica estrutural e contextual da sociedade, do Estado, da Justiça, do controle social e punitivo no Brasil, no interior dos quais se inserem os programas de justiça restaurativa no Brasil.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

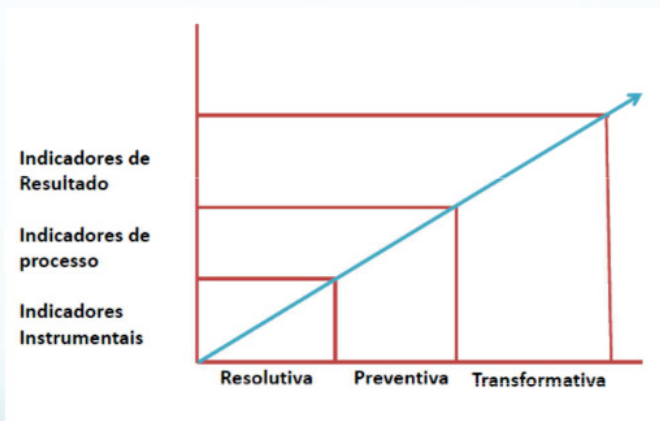
Quanto aos indicadores

- Investimento dos Tribunais no registro de dados quantitativos e qualitativos que reflitam conteúdo e resultados, e que descrevam a prática da Justiça Restaurativa no Brasil , além da construção de sistemas e bancos de dados que registrem mais apropriadamente as informações sobre os programas, desde questões administrativas, a informações que permitam avaliar e monitorar o sucesso ou os desafios dos programas.
- Emprego de Indicadores (para a avaliação e monitoramento dos Programas)

- a) **ESTRUTURAIS** - que dizem respeito à existência de mecanismos institucionais necessários para a realização dos programas de Justiça Restaurativa
- b) **PROCESSUAIS** - que dizem respeito às medidas adotadas pelo Estado/Poder Judiciário para fazer efetiva sua intenção na promoção da Justiça Restaurativa, permitindo avaliar a concretização progressiva das metas de determinado programa
- c) **DE RESULTADO** - que refletem conquistas individuais e coletivas, que indicam o estado de realização da Justiça Restaurativa ou que reflitam seus impactos na vida das pessoas envolvidas e da comunidade.

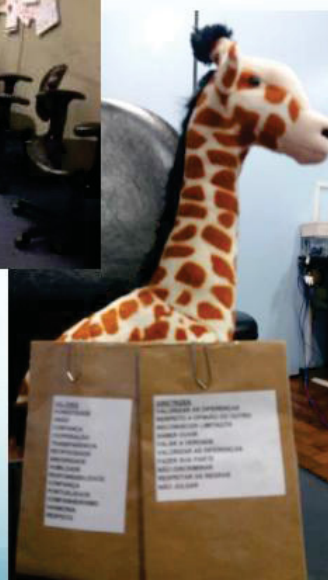
PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

Escala de Implementação da Justiça Restaurativa



FONTE: Laboratório de Convivência, com alterações das autoras

ILUSTRANDO A JR



ILUSTRANDO A JR



“Esta justiça, que utiliza uma voz, pede comunicação, quer contato, quer o outro, alguém que a escute. Esta justiça-voz, que é a expressão de uma subjetividade, quer interagir e, portanto, é justiça que se constrói entre muitos” (REBOUÇAS, 2010, 34)

MUITO OBRIGADA PELA ATENÇÃO!